



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GILMAR APARECIDO ASALIN

**GÊNESE E DINÂMICA DE TRÊS CIDADES NA REDE URBANA DE
MARINGÁ: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí.**

MARINGÁ - PR

2015

GILMAR APARECIDO ASALIN

**GÊNESE E DINÂMICA DE TRÊS CIDADES NA REDE URBANA DE
MARINGÁ: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para receber o título de doutor.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Fresca

MARINGÁ - PR

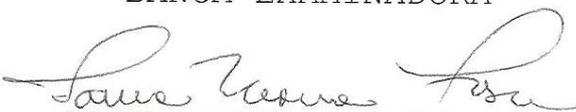
2015

GÊNESE E DINÂMICA DE TRÊS CIDADES NA REDE URBANA DE MARINGÁ: PARANAVAÍ,
NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA DO IVAÍ

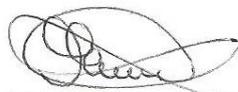
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **15 de maio de 2015**.

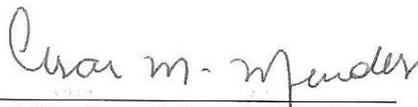
BANCA EXAMINADORA



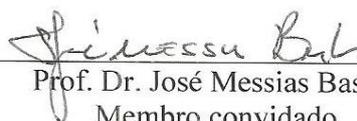
Prof.^a. Dr.^a. Tânia Maria Fresca
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof.^a. Dr.^a. Angela Maria Endlich
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. José Messias Bastos
Membro convidado
UFSC



Prof. Dr. Lisandro Pezzi Schmidt
Membro convidado
UNICENTRO

AGRADECIMENTOS

- A Deus, por ter me iluminado e dado a oportunidade de viver este momento.
- Aos meus primeiros professores, Ana e Osmar, que como pais, me ensinaram a ser uma pessoa de bem.
- À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Fresca, que com toda maestria, me aproximou dos estudos sobre rede urbana, sempre firme, coerente, mostrando paixão pelo que faz, seja nas suas aulas ou em cada um dos nossos encontros de orientação. Muito obrigado professora, pelos caminhos que você me ensinou a trilhar.
- Ao Prof.^o Dr. César Miranda Mendes e Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Endlich, pelas contribuições em nossa qualificação.
- Aos professores Dr. José Messias Bastos e Dr. Lisandro Pezzi Schmidt, que juntamente com os docentes Dr.^a Ângela e Dr. César participaram da banca examinadora final.
- Aos colegas de pós-graduação, Joyce, Rosangela, Fernando, Rafaela, Cida, Valéria e todos, que de alguma forma fizeram parte deste momento em nossa vida.
- Ao casal de amigos Rotil e Zeli que ajudaram em muitos momentos no desenvolvimento da pesquisa empírica.
- Aos amigos João Inácio, Dorival Valentin, Ademir Moreira Bueno, Zenaide Bueno pelo apoio que sempre me deram.
- O auxílio da Bianca, Solange, minha irmã Lê, João Renato, Márcio Ghizzo, Márcia, Marilene, Marciléia, Carlos Molena, Enio Debarba, Wil e todos que de algum modo ajudaram para que desenvolvêssemos esse trabalho.
- Ao professor Mario Azevedo pela contribuição à capacitação docente das instituições estaduais de ensino superior do Paraná, liberadas pela Universidade Estadual de Maringá.
- A todos que concederam entrevistas e de alguma forma nos ajudaram na coleta de dados.
- À Miriam, Secretária da Pós-Graduação da Geografia – UEM, pelos emails, telefonemas e todos os esclarecimentos e ajuda que nos deu durante este percurso.
- Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia que disponibilizou as vagas para nossa qualificação.
- À fundação Araucária, pelo incentivo financeiro à capacitação docente das instituições estaduais de ensino superior do Paraná.
- À fundação de apoio a Fafipa, que disponibilizou ajuda financeira para custearmos deslocamentos para trabalhos de campo em nossa pesquisa.
- E a todos que de alguma forma puderam contribuir para que este trabalho fosse realizado.

RESUMO

O objetivo desta tese foi analisar a dinâmica funcional de três cidades: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí, no contexto da rede urbana de Maringá, de modo a entender seus processos de transformações na rede, e como as cidades, em novos contextos e momentos temporais, passaram por mudanças em suas funcionalidades e alterações em sua inserção na rede. A qual entendida como reflexo da divisão territorial do trabalho e condição para a mesma. Nossa proposta se justifica como um meio de entender as transformações na inserção de cidades de diferentes escalões na rede urbana de Maringá, mediante processos que possibilitaram distintos caminhos para as localidades centrais, estabelecendo singularidades. Mas como estes elementos apontados podem contribuir para uma análise sobre a dinâmica da rede urbana? Trata-se de três cidades que apresentaram evoluções muito específicas de sua funcionalidade. Neste percurso, a evolução dos três centros urbanos permite que se entendam as complexas dinâmicas econômicas, sociais e políticas presentes na citada rede, principalmente a partir dos anos de 1970. A rede configura-se em um recorte que possibilita a análise do desenvolvimento regional. Foram utilizados os trabalhos do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008) denominados de Regics, para formar a base da rede urbana de Maringá “conjunto de centros articulados funcionalmente”, que evidenciam a rede de localidades centrais e área de atuação da mesma. Fizemos uso de informações disponibilizadas pelo SECEX/MDIC, relacionadas às exportações e importações dos centros de Nova Esperança e Paranavaí, além de entrevistas semiestruturadas com pioneiros e vários agentes sociais, buscando mostrar como ocorreu a inserção destes municípios na rede urbana nos anos de 1960 e em novos contextos da atualidade. Nos apoiamos na categoria de análise da formação socioespacial que faz alusão à concreticidade de uma sociedade, onde cada uma apresenta suas diferenças e evolução. Adicionamos ainda, as teorias dos ciclos econômicos e dualidade brasileira, proposta por Rangel, além das combinações geográficas, de André Cholley. A rede urbana de Maringá se tornou cada vez mais complexa pela ótica do setor produtivo e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho. Por isso, os estudos sobre rede urbana caracterizam-se como dinâmicos, estando constantemente em transformação. De acordo com o REGIC 2008, o município de Nova Esperança foi considerado com centralidade de nível local. Diante das análises desenvolvidas, verificou-se que o mesmo oferta bens e serviços a um conjunto de municípios em seu entorno, demonstrando que sua funcionalidade é mais ampla do que foi estabelecida pelo IBGE, bem como sua área de influência. O papel da pequena produção mercantil revela o quanto o capital local de Paranavaí e Nova Esperança são importantes, pois a partir do mesmo é que teve origem parte dos industriais, comerciantes e prestadores de serviços, gerando empregos, ampliando as receitas municipais e projetando os dois municípios no cenário nacional e internacional, ou seja, os alcances da rede se ampliaram proporcionando maiores interações. Nova Aliança do Ivaí caracteriza-se como uma pequena cidade no limiar urbano e rural, enquanto um centro local, não apresenta o desenvolvimento de outras atividades urbanas como a presença de serviços especializados, um comércio varejista mais diversificado, a cidade atende boa parte das necessidades inadiáveis, enquanto outras são supridas especialmente em Paranavaí.

Palavras-chave: Rede Urbana. Formação Socioespacial. Paranavaí. Nova Esperança. Nova Aliança do Ivaí. Geografia Urbana. Inserção.

ABSTRACT

The aim of this thesis was to analyze the functional dynamics of three towns: Paranavaí, Nova Esperança and Nova Aliança do Ivaí in the context of the urban network of Maringa, in order to understand their transformation processes in the network and how cities, in new contexts and time points, underwent changes in their features and changes to its insertion into the network. Which understood as a reflection of territorial division of labor and for the same condition. Our proposal is justified as a means to understand the changes in the insertion of different levels of cities in the urban network of Maringa, through processes that make possible different paths to central locations, establishing singularities. But as these pointed elements can contribute to an analysis of the dynamics of urban network? These are three cities that had very specific developments of its functionality. In this way, the evolution of the three urban centers allows you to understand the complex economic dynamics, social and political present in the network, mainly from the year 1970. The network set up in a cutout that allows the analysis of regional development. The work of the IBGE were used (1972, 1987, 2000, 2008) called Regics, to form the basis of Maringa urban network "set of articulated functionally centers", which demonstrate the network of central locations and area of operation thereof. We made use of information provided by SECEX / MDIC, related to exports and imports of Nova Esperança and Paranavaí centers, as well as semi-structured interviews with pioneers and some social agents to show how the insertion of these municipalities was in the urban network in the 1960s and in today's new contexts. We support the analysis in the socio-category training that alludes to the concreteness of a society where each has their differences and evolution, we add also the theories of the business cycle and Brazilian duality proposed by Rangel, across geographic combinations by André Cholley. The urban network of Maringa has become increasingly complex from the perspective of the productive sector and as it expands the territorial division of labor. Therefore, studies on urban network are characterized as dynamic and is constantly in changing. According to the REGIC 2008, the city of Nova Esperança was considered with centrality local level. Given the developed analysis, it was found that the same supply goods and services to a number of municipalities around it, showing that its functionality is broader than was established by IBGE, as well as its area of influence. The role of small commodity production reveals how the local capital of Paranavaí and Nova Esperança are important because from it is that originated the part of manufacturers, merchants and service providers, creating jobs, increasing municipal revenues and projecting the two municipalities in the national and international scene, that is, the network reaches widened providing greater interactions. Nova Aliança do Ivaí is characterized as a small town in rural and urban threshold, while a local center, does not present the development of other urban activities as the presence of specialized services, a more diverse retail trade, the city serves much of needs unavoidable, while others are supplied especially in Paranavaí.

Keywords: Urban Network. Socio-Spatial Formation. Paranavaí. Nova Esperança. Nova Aliança do Ivaí. Urban geography. Insert.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Geologia Regional.....	103
Figura 2 – Vista parcial do relevo que predomina na parte rural de Paranavaí, PR, 2014.....	104
Figura 3 – Desenho do perímetro urbano de Paranavaí 1972, Quadrilátero central..	107
Figura 4 – Capa do cartão postal de Paranavaí com vista aérea da Avenida Distrito Federal, a segunda Igreja Matriz e a nova Escola Paroquial Nossa Senhora do Carmo, em alvenaria – Paranavaí, PR, 1959. Homenagem feita pelo casal de fotógrafos de Paranavaí em comemoração aos 10 anos de convivência na cidade 1949-1959.....	110
Figura 5 – Vista parcial do Centro de Paranavaí em 1958.....	112
Figura 6 – Desenho do perímetro urbano de Nova Esperança, 1972.....	119
Figura 7 – Avenida Principal de Nova Esperança- PR, década de 1950.....	122
Figura 8 – Dia de comício, 1955, Avenida 14 de Dezembro, à esquerda Bar Central e a direita Bar Avenida. Nova Esperança- PR, 1955.....	124
Figura 9 – Vista aérea de Nova Aliança do Ivaí, saída para Paraíso do Norte. 2013.....	129
Figura 10 – Vista parcial da entrada da <i>Louis Dreyfus</i> , Paranavaí- PR, 2015.....	190
Figura 11 – Vista parcial da entrada da Citri Agroindustrial S.A, Paranavaí- PR, 2015.....	192
Figura 12 – Vista parcial da entrada da General Mills, Paranavaí- PR, 2015.....	199
Figura 13 – Unidades e estrutura da GTFoods Group.....	206
Figura 14 – Vista parcial do Edifício Victoria Garden, em construção- Paranavaí - PR, 2014.....	210
Figura 15 – Vista da fachada da Móveis Felber Ltda., Paranavaí-PR, 2015.....	212
Figura 16 – Vista parcial da fachada da Glevis Decor – BR 376, Paranavaí- PR, 2014.....	218
Figura 17 – Visão parcial do comércio no cruzamento das Ruas Getúlio Vargas esquina com Souza Naves, na área central de Paranavaí, 2012.....	218
Figura 18 – Vista parcial da entrada do Super Muffato de Paranavaí, 2015.....	220
Figura 19 – Vista da fachada do Shelton Hotel, Paranavaí – PR, 2015.....	225
Figura 20 – Vista parcial do prédio do Hospital Santa Casa, Paranavaí-Pr, 2015.....	231
Figura 21 – Vista parcial das Instituições de cursos superiores de Paranavaí- PR, 2015.....	233
Figura 22 – Vista parcial da área de trabalho de Alice Liberato Gargaro, na Vila Rural Esperança na produção artesanal relacionada ao bicho da seda em	244

	Nova Esperança, PR, 2014.....	
Figura 23 –	Fachada de móveis produzidos pela Visoest para Agências lotéricas, Nova Esperança, PR, 2014.....	251
Figura 24 –	Folder com propaganda do empreendimento da incorporadora Razente em Porto Rico- PR, 2014.....	253
Figura 25 –	Fachada da Faculdade do Noroeste Paranaense FANP/UNIESP em Nova Esperança, PR: 2014.....	257
Figura 26 –	Viagem em ônibus (Amarelinho) metropolitano – Nova Esperança/Maringá.....	261
Figura 27 –	Vista parcial da fachada e do interior da Lavanderia Nova Aliança, no município de Nova Aliança do Ivaí - PR, 2015.....	270
Figura 28 –	Vista parcial da agência de relacionamento do Bradesco em Nova Aliança do Ivaí – PR, 2014.....	274
Figura 29 –	Vista parcial da Avenida Francisco Pires de Lemos em Nova Aliança do Ivaí, PR, 2015.....	277

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área de predomínio de formação socioespacial da grande e pequena propriedade rural do Paraná.....	66
Mapa 2 – Gênese dos Núcleos Urbanos do Norte do Paraná.....	78
Mapa 3 – Rede Urbana de Maringá nos anos de 1960.....	92
Mapa 4 – Localização da Gleba Pirapó.....	99
Mapa 5 - Solos e principais cotas altimétricas da área da rede urbana de Maringá 1960.	105
Mapa 6 – Interações Espaciais de e para Paranavaí nos anos de 1960.....	115
Mapa 7 – Interações Espaciais de e para Nova Esperança nos anos de 1960.....	126
Mapa 8 – Interações Espaciais de e para Nova Aliança do Ivaí nos anos de 1960.....	132
Mapa 9 – Rede urbana de Maringá, 1978.....	174
Mapa 10 Rede Urbana de Maringá, PR, 1993.....	176
Mapa 11 – Rede Urbana de Maringá, PR, 2007.....	179
Mapa 12 – Interações Espaciais de e para Paranavaí, PR, na década de 2010.....	194
Mapa 13 – Interações Espaciais de Paranavaí, PR, na década de 2010.....	205
Mapa 14 – Principais países que receberam exportações de Paranavaí, PR, de jan. a Nov. 2013, %.....	215
Mapa 15 – Número de Atendimentos Realizados através do Consórcio Intermunicipal de Saúde – da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná- AMUNPAR, por municípios, set. 2014.....	227
Mapa 16 – Fluxo de estudantes por municípios para as IES de Paranavaí- PR, 2014..	234
Mapa 17 – Interações Espaciais de e para Nova Esperança, PR, na década de 2010....	248
Mapa 18 – Interações Espaciais de e para Nova Esperança, PR, na década de 2010....	258
Mapa 19 – Interações Espaciais de e para Nova Aliança do Ivaí, PR, na década de 2010.....	267

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População Total, Urbana e Rural da Rede Urbana de Maringá, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.....	170
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos Municípios da rede urbana de Maringá nos anos de 1960.....	81
Quadro 2	–	Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos Municípios da rede urbana de Maringá nos anos de 1970.....	82
Quadro 3	–	Principais empresas colonizadoras que atuaram diretamente nos loteamentos fundiários e criação de cidades da rede urbana de Maringá	90
Quadro 4	–	Unidades de Federação que mais perderam população de 1970 para 1980.....	164
Quadro 5	–	Níveis de Centralidade/Hierarquia dos Centros Urbanos Brasileiros....	177
Quadro 6	–	Principais atividades voltadas à indústria, número de estabelecimentos e trabalhadores de Paranavaí: 2012.....	201
Quadro 7	–	Principais empresas que atuam no ramo agropecuário em Paranavaí - PR, 2014.....	202
Quadro 8	–	Principais produtos exportados por Paranavaí- PR: 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2013.....	213
Quadro 9	–	Principais atividades voltadas ao comércio, número de estabelecimentos e trabalhadores de Paranavaí-PR: 2012.....	216
Quadro 10	–	Principais atividades voltadas ao serviços, número de estabelecimentos e trabalhadores de Paranavaí-PR: 2012.....	223
Quadro 11	–	Principais operações bancárias de Paranavaí-PR: 1/2000 a 1/2010.....	223
Quadro 12	–	Atendimentos próprios feitos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde-AMUNPAR, nas unidades executoras de Loanda e Paranavaí: 2013....	228
Quadro 13	–	Atendimentos terceirizados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR: 2013.....	228
Quadro 14	–	Total de atendimentos realizados através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação do Municípios do Noroeste Paranaense por município, set. 2014.....	229
Quadro 15	–	Horários Transporte Metropolitano ida e volta- Paranavaí/Nova Esperança pela Viação Garcia 2014.....	232
Quadro 16	–	Número de alunos das IES que oferecem curso superior em Paranavaí-Pr, 2014.....	236
Quadro 17	–	Principais atividades voltadas a indústria, número de estabelecimentos e trabalhadores de Nova Esperança-PR: 2012.....	247
Quadro 18	–	Principais atividades voltadas ao comércio, número de estabelecimentos e trabalhadores de Nova Esperança-PR: 2012.....	254
Quadro 19	–	Principais atividades voltadas aos serviços, número de estabelecimentos e trabalhadores de Nova Esperança-PR: 2012.....	256
Quadro 20	–	Número de alunos matriculados na Faculdade Noroeste Paranaense – FANP em Nova Esperança- PR, 2014.....	259

Quadro 21 –	Número de alunos matriculados nas principais escolas particulares de Nova Esperança, 2014	259
Quadro 22 –	Horário Transporte Metropolitano ida e volta - Maringá/ Nova Esperança pela Viação Garcia- 2014.....	260
Quadro 23 –	Principais operações bancárias de Nova Esperança– 1/2000 a 1/2010..	262
Quadro 24 –	Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas em nova Aliança do Ivaí, 2012.....	275
Quadro 25 –	Principais transferências da União para o município de Nova Aliança do Ivaí, 1996, 2000, 2005, 2010, 2013, R\$.....	276

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da População Total, Urbana, Rural e Área de Paranavaí, PR: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.....	108
Tabela 2 – Evolução da População Total, Urbana e Rural de Nova Esperança: 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.....	123
Tabela 3 – Evolução da População total, Urbana e Rural de Nova Aliança do Ivaí: 1970-2010.....	129
Tabela 4 – Evolução da Produção e Área Ocupada Pelo Café no Paraná e nos Municípios da Rede Urbana de Maringá – 1970,1980 e 1995/96.....	138
Tabela 5 – Evolução da produção e da área plantada do soja e trigo no Paraná e municípios que formam a rede urbana de Maringá, 1970, 1980, 1995/96.	147
Tabela 6 – Efetivo bovino do estado do Paraná e rede urbana de Maringá, PR: 1960, 1970. 1980, 1995/96, 2006.....	149
Tabela 7 – Evolução da produção e da área plantada da cana-de-açúcar e rede urbana de Maringá: 1970, 1980, 1995/96.....	151
Tabela 8 – Distribuição do PIB, segundo os principais gêneros industriais, no Paraná- 1970-1980-1985-1989, em %.....	156
Tabela 9 – Participação e taxa anual de crescimento do valor adicionado das indústrias agroalimentar, segundo grupos industriais – 1975-1983.....	157
Tabela 10 – Evolução da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Paranavaí: 1970,1980, 1995/96, 2006, %.....	186
Tabela 11 – Evolução do uso da terra em Paranavaí: 1970, 1980,1995/96, 2006,%....	186
Tabela 12 – Evolução do rebanho bovino e área ocupada pela pastagem- Paranavaí-PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.....	187
Tabela 13 – Evolução da produção e área de plantio da Laranja em Paranavaí-PR: 1995/96, 2006, 2012.....	192
Tabela 14 – Evolução da produção e área de cultivo da cana-de-açúcar- Paranavaí – PR: 1995/96, 2000, 2006, 2012.....	196
Tabela 15 – Evolução da produção e área de cultivo da mandioca - Paranavaí - PR, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006.....	196
Tabela 16 – Evolução da produção de frangos em Paranavaí, 1970, 1980, 1995/96, 2006.....	203
Tabela 17 – Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos Segundo os Ramos de Atividades, Paranavaí- PR: 2011.....	222
Tabela 18 – Evolução da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Nova Esperança - PR: 1970, 1980,1995/96, 2006, %.....	237
Tabela 19 – Evolução do uso da terra em Nova Esperança-PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006, %.....	238
Tabela 20 – Evolução do rebanho bovino e área ocupada por pastagem em Nova Esperança – PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.....	239

Tabela 21 – Evolução da produção e área de cultivo da laranja em Nova Esperança – PR: 1980 1985 1995/96 2006.....	239
Tabela 22 – Evolução da produção e área de cultivo da cana-de-açúcar em Nova Esperança, PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.....	240
Tabela 23 – Evolução da produção e área de cultivo da soja em Nova Esperança, PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.....	241
Tabela 24 – Evolução da produção e área de cultivo da mandioca em Nova Esperança, PR: 1970, 1980, 1985,1995/96, 2006.....	241
Tabela 25 – Evolução da criação do bicho-da-seda no estado do Paraná e no município de Nova Esperança, PR: 1980, 1985, 1990, 1995, 2006, 2012.	243
Tabela 26 – Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades em Nova Esperança- PR: 2011.....	245
Tabela 27 – Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades em Nova Aliança do Ivaí- PR: 2011.....	263
Tabela 28 – Evolução da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais em Nova Aliança do Ivaí, PR: 1970,1980,1995/96, 2006, %.....	263
Tabela 29 – Evolução do uso da terra em Nova Aliança do Ivaí, PR: 1970,1980,1995/96,2006,%.....	265
Tabela 30 – Evolução da produção e área de cultivo da mandioca em Nova Aliança do Ivaí, PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.....	268

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAM	Associação Brasileira do Produtores de Amido da Mandioca
AMUNPAR	Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ASSUNOR	Associação de Supermercados do Noroeste do Paraná
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BNH	Banco Nacional de Habitação
BRAVIACO	Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A
CAI	Complexo Angloindustrial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CD	Centro de Distribuição
CEASA	Central de Abastecimento
CEASA	Centrais de Abastecimento do Paraná
CEM	Centro Experimental de Manejo Racional e Produtivo
CETEM	Centro Tecnológico da Mandioca
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CIS	Consórcio Intermunicipal de Saúde
CITROCOOP	Citros Concentrado Ltda.
CLASPAR	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COAMO	Cooperativa Agrícola Mourãoense
COCAMAR	Cooperativa Agroindustrial de Maringá
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COOPCANA	Cooperativa Agrícola Regional de Produtos de Cana
COOPERSEDA	Indústria de Seda Ltda.
COPASA	Companhia Paranaense de Silos e Armazéns
CRE	Centro Regional de Especialidades
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná

DER	Departamento de Estrada e Rodagens do Paraná
EAD	Ensino à Distância
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAFIPA	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paranavaí
FANP	Faculdade do Noroeste Paranaense
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FATECIE	Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná
FDE	Fundo de Desenvolvimento do Estado
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico
FEX	Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações
FOB	Frete a Pagar
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura
ha	Hectare
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias de Serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto Sobre Veículos Automotivos
ITBI	Impostos sobre Transação de Bens Imóveis
ITCF	Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, do Estado do Paraná
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
MARIPÁ	Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A.
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NORCOOP	Projeto Norte de Cooperativismo
NRE	Núcleo Regional de Educação
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PA's	Postos de atendimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PET	Politereftalato de etileno
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIC	Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REGIC	Região de Influência das Cidades
RIDESZ	Rede Internacional para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro
RMC	Região metropolitana de Curitiba
RML	Região Metropolitana de Londrina
RMM	Região Metropolitana de Maringá

SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SECEX	Secretaria do comércio exterior
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SICOOB	Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil
SINOP	Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná- SINOP
SULCOOP	Projeto Sul de Cooperativismo
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade do Estado do Paraná
UNIESP	União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo
UNIPAR	Universidade Paranaense
US\$	Unidade monetária norte Americana – dólar
USAÇUCAR	Usina Santa Terezinha
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VHP	Indicador Mensal da Exportação de Açúcar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 REDE URBANA E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	28
1.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA GRANDE PROPRIEDADE NO PARANÁ E A GÊNESE DA REDE URBANA.....	36
1.2 REDE URBANA E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PEQUENA PROPRIEDADE.....	51
2 A REDE URBANA DE MARINGÁ NOS ANOS DE 1960	71
2.1 A PEQUENA PROPRIEDADE E A ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA DE MARINGÁ.....	74
2.2 AÇÕES DAS COMPANHIAS.....	89
2.3 GÊNESE E INSERÇÃO DAS CIDADES DE PARANAÍ, NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA DO IVAÍ NA REDE URBANA DE MARINGÁ NOS ANOS DE 1960.....	97
2.3.1 Paranaíba.....	97
2.3.2 Nova Esperança.....	116
2.3.3 Nova Aliança do Ivaí.....	127
3 AS TRANSFORMAÇÕES DA REDE URBANA DE MARINGÁ: 1970 – 2010	134
3.1 AGROPECUÁRIA.....	137
3.2 SETOR INDUSTRIAL.....	155
3.3 DINÂMICA DEMOGRÁFICA.....	164
3.4 ALTERAÇÕES NA REDE URBANA.....	170
4 OUTRAS CENTRALIDADES DE PARANAÍ, NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	185
4.1 PARANAÍ.....	185
4.2 NOVA ESPERANÇA.....	236
4.3 NOVA ALIANÇA.....	262
CONSIDERAÇÕES FINAIS	280
REFERÊNCIAS	286
APÊNDICE	303

INTRODUÇÃO

A tese desenvolvida neste trabalho é de que, a partir das fortes transformações gerais que afetaram a rede urbana de Maringá a partir dos anos de 1970, correlacionadas às transformações gerais da sociedade brasileira, criaram condições para que houvesse intensas diferenciações entre as cidades da rede. Neste sentido, Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí evidenciam diferentes inserções na rede urbana, articuladas à divisão territorial do trabalho.

A rede urbana de Maringá coloca-se aqui como o recorte espacial que possibilita uma análise do desenvolvimento regional, além de se constituir em um “[...] conjunto de centros funcionalmente articulados” através dos fixos e fluxos (CORRÊA, 1994, p. 8). Configura-se ainda como um rico campo de pesquisas para compreender os diversos caminhos do desenvolvimento regional. Isto porque, apresenta-se na atualidade diversificada e complexa do ponto de vista da centralidade dos centros urbanos, desde os centros locais até aqueles com níveis de centralidade muito fortes, significando uma intensa participação na divisão territorial do trabalho.

No domínio da Geografia, este trabalho representa outra perspectiva de estudos da rede urbana da porção oeste do norte do Paraná, particularmente no que se refere a entender as transformações na inserção de cidades de diferentes escalões na rede urbana de Maringá, mediante processos que possibilitaram distintos caminhos para as localidades centrais, estabelecendo singularidades.

O singular relaciona-se a alguma coisa que é único, não proporcionando possibilidade de repetição. Para Fresca (2004, p.40) “Ao mesmo tempo em que há o singular, deve haver o que se repete, que é próprio não apenas àquele objeto, coisa, lugar mas a outros também, constituindo-se no geral”. Na realidade o singular está vinculado ao geral e ao particular, pois nos diferentes singulares aparece a universalidade do movimento real (FRESCA, 2004).

Assim através e por causa do geral pode se compreender o singular, “o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio de formações materiais particulares [...] que são momentos, aspectos destes últimos” (CHEPTULIN, 1982, p.194).

Sendo o singular único, ou seja, que não se repete, e o geral o contrário, repetível; o particular apresenta-se como a própria formação material, caracteriza-se como a unidade do singular e do geral, que para Cheptulin (1982, p.194) fica “representando essa ou aquela forma de existência da matéria, uma forma particular de seu movimento”.

Neste contexto, o estudo dos três centros urbanos, Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí, enquanto lugares únicos e que combinam variáveis de modo muito particular, sugerem as possibilidades e a realização do mundo, no geral.

Para alcançar os resultados apresentados na tese, buscou-se desenvolver um estudo no âmbito da ciência geográfica, com enfoque principal para a Geografia urbana, no que se refere à rede urbana e às cidades de diferentes portes, que apresentam dinâmicas econômicas e sociais relacionadas aos processos de urbanização e industrialização do Brasil. Assim, a maneira através das quais processos de diferentes ordens são recebidos implantado e desenvolvidos em um dado recorte espacial, resultam na produção diferenciada do espaço, da rede urbana e cidades.

Ainda nesta perspectiva, procurou-se contribuir com a pesquisa a partir do conhecimento produzido nesta ciência, que perpassam por conceitos, teorias e metodologias, sobre a inserção de três cidades na rede urbana de Maringá. Tanto para os referenciais teóricos que alicerçaram a elaboração da tese, quanto para a análise, é pertinente ponderar sobre alguns assuntos que foram basais para a escolha e construção dos caminhos seguidos, bem como para que se atingissem os resultados apresentados.

Após muitos anos como professor da rede pública de ensino fundamental e médio, teve início nossa história com a Pós-graduação em Geografia, pela Universidade Estadual de Maringá. Sob a orientação do professor César Miranda Mendes, desenvolvemos o mestrado sobre os *shoppings-centers* atacadistas de confecções. Foi um momento importante pois tanto na qualificação como na defesa final da dissertação, tivemos contato com a professora Tânia Maria Fresca, hoje orientadora do doutorado.

Como os desafios são integrantes da vida acadêmica, ao ingressar no doutorado, a orientadora sugeriu mudança de objeto de estudo que, embora com um pouco de receio, aceitamos e buscamos estudar para acompanhar a evolução dos trabalhos sobre rede urbana no Brasil. Assim, entre as disciplinas cursadas e os estudos prévios para a escolha das cidades a serem estudadas, chegou-se aos três centros Paranavaí, Nova Esperança de Nova Aliança do Ivaí. Em realidade foram muitas pesquisas e levantamentos de dados que permitissem a escolha destas cidades.

As três cidades, Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí fazem parte da rede urbana de Maringá, as mesmas foram inseridas na rede a partir da pequena produção mercantil, com predomínio das pequenas propriedades rurais e sobretudo pela presença da cafeicultura, cultura voltada a exportação.

A começar pelo fato de que, buscava-se entender as transformações de cidades de diferentes tamanhos e níveis de centralidade. Em outras palavras, buscava-se compreender os diferentes caminhos através dos quais, os processos gerais que incidiam na rede de cidades, criavam singularidades. As razões para a escolha destas cidades ainda se fez pelo fato de apresentarem populações bastante distintas: Paranavaí contava em 2010 com uma população urbana de 77.733 habitantes, representando 95,27% da população total; Nova Esperança com 24.323 habitantes urbanos perfazendo 91,3% da população total; Nova aliança do Ivaí contava com uma população urbana de 1.041 habitantes, representando 72,7% da população total.

Do ponto de vista de suas centralidades urbanas, a primeira colocava-se em como centro sub-regional A, figurando como uma das mais importantes cidades da porção oeste da rede urbana de Maringá; Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí apresentavam-se como centros locais, ou seja, cidades que oferecem o essencial em termos de bens e serviços para sua população (IBGE, 2008).

Mas como estes elementos apontados podem contribuir para uma análise sobre a dinâmica da rede urbana? Ora, tratam-se de três cidades que apresentaram evoluções muito distintas de sua funcionalidade e inserção na rede urbana de Maringá e em outras redes. Neste percurso, a evolução dos três centros urbanos permite que se entendam as complexas dinâmicas econômicas, sociais e políticas presentes na citada rede, principalmente a partir dos anos de 1970. Isto porque a divisão do trabalho internamente à rede coloca uma situação de forte heterogeneidade entre os municípios e cidades.

Outro fator que aguçou o interesse pela pesquisa sobre a rede urbana de Maringá, está relacionado à atuação enquanto professor do curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí. Instituição esta que atende acadêmicos de diversas pequenas cidades do noroeste do estado, permitindo entender as relações que este centro estabelece com sua área de influência.

Outro aspecto refere-se ao fato de que, a maior parte das cidades da rede urbana de Maringá ser constituída por pequenas cidades, permitindo refletir sobre um conjunto de relações econômicas e sociais que envolvem as mesmas, bem como a própria rede urbana brasileira. Destaque ainda para o fato de que, dentre as pequenas cidades há uma enorme diversidade de situações que envolvem suas dinâmicas econômicas e sociais, além de seus tamanhos demográficos. E aqui chama-se a atenção para o estudo de Nova Aliança do Ivaí, um centro urbano muito pequeno em termos populacionais e de complexidade funcional bastante restrita. Se dentre os estudos que envolvem pequenas cidades tem sido comum

encontrar-se aqueles para cidades com populações a partir de cinco mil habitantes urbanos, a cidade citada tem pouco mais de mil habitantes urbanos.

Os estudos que destacam as interações espaciais (CORRÊA, 1997a) têm a possibilidade de evidenciar diferentes fluxos materiais e imateriais estabelecidos a partir e para as cidades de Paranavaí, Nova Aliança do Ivaí e Nova Esperança, bem como identificar suas áreas de influência, como recurso para maior conhecimento almejando de suas dinâmicas. Estas são fundamentais para serem pesquisadas, ofertando alguns subsídios para o planejamento e a gestão do território em diferentes escalas, por órgãos públicos e agentes privados.

Elegeram-se para o estudo três centros urbanos com níveis diferentes de centralidade urbana e com tamanhos demográficos distintos; embora a gênese dos mesmos tenha algumas diferenças temporais, a frente pioneira (MONBEIG, 1984) a partir da Segunda Guerra Mundial no Norte do Paraná, acabou por inseri-los em um mesmo processo qualitativo.

Paranavaí teve sua origem no começo do século XX, a partir da ação da Braviaco, empresa que tinha a posse da Colônia de Paranavaí e que implantou a Fazenda Brasileira para produção de café, na qual havia ainda um núcleo urbano. A partir da década de 1940, o estado passou a atuar no sentido de retomar as terras concedidas e realizar a ocupação efetiva das mesmas, a partir de loteamentos fundiários e criação da cidade de Paranavaí.

Nova Esperança, por sua vez, teve sua gênese na década de 1940, relacionada ao avanço do povoamento do estado de São Paulo pela denominada estrada Inglesa, na porção oeste do norte do Paraná. Mas, o significativo desenvolvimento da ocupação aconteceu a partir da atuação da CMNP, que realizou loteamento fundiário e atuou para que o núcleo urbano fosse efetivamente criado. Distanto 40 quilômetros de Maringá, a cidade passou a ter importante função de atender demandas de bens e serviços aos pequenos proprietários rurais deste município e outros adjacientemente localizados.

Nova Aliança do Ivaí é distinta das anteriores, porque sua gênese foi como patrimônio do atual município de Paraíso do Norte nos anos de 1950, quando a frente pioneira estava em fase final de ocupação desta porção do estado. No entanto, só ascendeu na hierarquia administrativa do Paraná como sede municipal em 1961.

As razões para a escolha destas cidades ainda se faz pelo fato de apresentarem populações bastante distintas: Paranavaí contava em 2010 com uma população urbana de 77.733 habitantes, representando 95,27% da população total; Nova Esperança com 24.323 habitantes urbanos perfazendo 91,3% da população total; Nova Aliança do Ivaí contava com

uma população urbana de 1.041 habitantes, representando 72,7% da população total (IBGE, 2010a).

Do ponto de vista de suas centralidades urbanas, a primeira colocava-se em 2008 como centro sub-regional A, figurando como uma das mais importantes cidades da rede urbana de Maringá; Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí apresentavam-se como centros locais, ou seja, cidades que ofertavam o essencial em termos de bens e serviços para sua população (IBGE, 2008). Estes níveis de centralidade apresentavam-se bastante distintos dos anteriormente encontrados nos estudos do IBGE (2000, 1987), permitindo um série de reflexões e questionamentos a partir das pesquisas realizadas.

Do ponto de vista de suas localizações, Paranavaí está na porção extremo noroeste da rede urbana; Nova Aliança do Ivaí também no extremo noroeste e dista-se cerca de 20 Km de Paranavaí, sentido sul; Nova Esperança dista-se aproximadamente 45 Km de Maringá e 31Km de Paranavaí. Portanto, o recorte espacial engloba a rede urbana de Maringá e nesta, os centros em estudo localizam-se na porção oeste.

Os processos ligados à gênese da rede urbana de Maringá são de suma importância para sua compreensão a partir de 1945, quando começou a expansão da frente pioneira sentido oeste a partir de Maringá até o Rio Paraná. Evidencia-se um processo de criação da rede urbana com atuação do estado e de companhias privadas, que foram responsáveis por loteamentos rurais para incorporação de terras à produção agropecuária e loteamentos urbanos que permitiram a criação de cidades.

Neste contexto, o primeiro recorte temporal para entendimento da rede urbana de Maringá e das cidades em estudo, foi de sua gênese até o final dos anos de 1960. Isto porque, tal momento corresponde ao final do processo de ocupação das terras e de criações de núcleos urbanos, fossem ou não sedes municipais. Momento em que colocava-se como final do processo de estruturação da rede urbana de Maringá, possibilitando compreender sua dinâmica bem como a inserção dos núcleos de Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí na rede.

Assim, a produção do café, gêneros alimentícios e matérias-primas marcaram presença na estruturação da rede; com predomínio de pequenos e médios estabelecimentos rurais; mão de obra predominantemente familiar; criação de núcleos urbanos enquanto condição fundamental para a incorporação das terras à produção, atendendo necessidades do campo: através das máquinas de beneficiamento de café, arroz e algodão, presença de sistema de transporte para escoar a produção, pela oferta de bens e serviços indispensáveis à

população naquele momento. Tratou-se de uma rede urbana estruturada com base na formação socioespacial da pequena propriedade.

Este recorte temporal também marca o momento em que os núcleos urbanos já tinham sido criados, fossem eles vilas, patrimônios, sedes de distritos ou sedes de municipais, as relações econômicas, sociais, políticas, etc. eram estabelecidas na estrutura capitalista. Neste momento os três núcleos caracterizavam-se como lugares centrais, distribuindo bens e serviços à sua população urbana e rural e de uma restrita área de influência.

Mas, como estes elementos apontados podem contribuir para uma análise sobre a dinâmica da rede urbana? Tratam-se de três cidades que apresentaram evoluções muito distintas de sua funcionalidade e inserções na rede urbana de Maringá e em outras redes. Neste percurso, a evolução dos três centros urbanos permite que se entendam as complexas dinâmicas econômicas, sociais e políticas presentes na citada rede, principalmente a partir dos anos de 1970. Isto porque a divisão do trabalho internamente à rede colocou uma situação de forte heterogeneidade entre os municípios e as cidades.

A partir dos elementos destacados, o objetivo geral do presente trabalho é analisar a dinâmica funcional de três cidades: Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí no contexto da rede urbana de Maringá, de modo a entender os processos de transformações da rede urbana e como as cidades, em novos contextos e momentos temporais, passaram por mudanças em suas funcionalidades e alterações em sua inserção na rede.

Especificamente busca-se: a) compreender a estruturação da rede urbana paranaense a partir da formação socioespacial das grandes e pequenas propriedades rurais, como percurso para entender os diversos processos que permitiram a gênese da rede; b) explicar a estruturação da rede urbana de Maringá a partir dos processos que emanaram das transformações da sociedade brasileira, iniciadas nos anos de 1930 e que incidiram no Norte do Paraná, particularmente na porção oeste do Norte do Paraná, que foi ocupada a partir de 1945; c) identificar papéis urbanos de Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí no contexto da rede urbana de Maringá nos anos de 1960; d) compreender as transformações agrárias, populacionais, industriais, de infraestrutura, dentre outras, que afetaram a rede urbana a partir dos anos de 1960/1970; e) analisar como as transformações gerais atingiram as cidades de Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí, inserindo-as singularmente na rede urbana na metade dos anos de 2010.

Ao se tratar dos procedimentos operacionais, teve-se os levantamentos de dados e informações realizados de duas formas principais: a partir das fontes primárias e dados secundários.

Inicialmente a pesquisa partiu de uma construção teórico-conceitual, que propõe a visão da realidade como um processo, apresentando assim muitas transformações. Esse caminho envolve a categoria da formação socioespacial (SANTOS, 1982); Teoria dos ciclos econômicos e as Dualidades brasileiras (RANGEL, 1981); Rede urbana; Teoria das Localidades Centrais, além de outros temas pertinentes aos estudos sobre o estado e norte do Paraná. Englobou ainda leituras de teses, dissertações, artigos científicos, livros, jornais especializados, dentre outros.

Os dados secundários, entendidos como informações estatísticas já compiladas por órgãos públicos, envolveram levantamentos de dados no: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - de 1960 a 2014; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES; Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, com a utilização da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais/ RAIS; bem como outras instituições e associações privadas e governamentais.

Os dados primários foram obtidos de forma qualitativa, que para Triviños (1987) caracteriza como um dos mais importantes instrumentos utilizados na feitura da pesquisa, sendo a entrevista semiestruturada um dos principais mecanismos para o pesquisador conseguir coletar dados. Assim, a partir de entrevistas semiestruturadas, envolveu vários proprietários fundiários, proprietários industriais, trabalhadores de segmentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, moradores antigos das cidades em estudo, comerciantes, dentre outros. Estas entrevistas buscaram elementos para compreender como era a inserção das cidades na rede urbana nos anos de 1960.

Na segunda etapa do trabalho, que culminou na estruturação do último capítulo da tese, foram realizadas outras entrevistas semiestruturadas com pessoas ligadas à agroindústrias; empresários, diretores e gerentes industriais; proprietários fundiários; diversos secretários municipais e prefeitos; comerciantes; diretores de instituições públicas e privadas, etc. Estas buscaram elementos para entender a atual dinâmica econômica, social, política, etc. de Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí e suas atuais inserções na rede urbana de Maringá.

A partir da obtenção de informações, dados primários e secundários, o referencial técnico, elaborou-se mapas, quadros, gráficos, tabelas e figuras diversas, buscando melhor tratamento e visualização dos resultados obtidos.

Visando atingirmos os objetivos, estruturou-se o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo da tese, intitulado “Rede urbana e formação socioespacial”, buscou-se compreender a estruturação da rede urbana do Paraná a partir da formação socioespacial da

grande e da pequena propriedade rural, como caminho teórico que permite evidenciar os vários processos que permitiram a gênese e evolução da rede urbana deste estado.

No segundo capítulo, “A rede urbana de Maringá nos anos de 1960”, analisou-se a estruturação da rede urbana de Maringá, inserida nos processos gerais da sociedade brasileira a partir da década de 1930, e que na porção oeste do norte do Paraná se manifestaram de maneira mais acentuada a partir de 1945, com a estruturação da rede a partir do predomínio da pequena propriedade rural. Ainda neste segundo capítulo, discutiu-se a evolução da rede urbana de Maringá, a gênese e inserção das cidades de Paranaíba, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí na rede urbana nos anos de 1960.

No terceiro capítulo, “As transformações da rede”, discutiu-se os processos gerais de transformação da sociedade brasileira, que foram capazes de incidir e gerar modificações na rede urbana de Maringá. Processos estes vinculados às transformações na agropecuária, na produção industrial, na infraestrutura, na dinâmica populacional, dentre outros, que alteram a dinâmica da rede urbana de Maringá diante de outro contexto econômico e social, com repercussões diretas em sua inserção na divisão territorial do trabalho.

O quarto capítulo, “Outras centralidade de Paranaíba, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí”, buscou-se compreender os caminhos pelos quais as cidades de Paranaíba, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí, passaram por transformações em suas funcionalidades. Para tanto explicou-se as distintas atividades comerciais varejistas, atacadistas, industriais, prestadoras de serviços, fluxos diversos, etc. em cada uma delas, que permitem distintas interações espaciais, de modo a entender a atual funcionalidade e respectivas inserções na rede urbana de Maringá.

Nas considerações finais, retomou-se a tese procurando estabelecer articulações entre o ponto de partida e o que foi desenvolvido durante o trabalho. De modo geral, a rede urbana de Maringá tornou-se muito mais complexa, com diversidade de sua participação na divisão territorial e internacional do trabalho. Esta situação traduz-se na diversidade de inserção de seus centros na rede e em outras redes, como evidenciado para as cidades de Paranaíba, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí.

1 REDE URBANA E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

O objetivo do presente capítulo é analisar a estruturação da rede urbana paranaense a partir da formação socioespacial (SANTOS, 1982) das grandes e pequenas propriedades rurais (CORRÊA, 2000) e da contribuição de Cholley (1964), que usa das combinações geográficas que se articulam para explorar o meio, visto que “as combinações que são objetos da Geografia oferecem uma localização especial” (CHOLLEY, 1964, p.140), são os caminhos para entender os diversos processos que permitiram a gênese dessa rede. As cidades da rede urbana paranaense são heranças de contextos históricos diferentes, apresentando, assim, dinâmicas distintas.

O conceito de formação socioespacial foi uma contribuição teórica elaborada por Milton Santos (1982), o que, de acordo com Mamigonian (1996, p. 198), é considerado “[...] o mais importante texto teórico” do autor, sendo “[...] o marco fundamental da renovação da Geografia Humana atual”. O trabalho de Milton Santos foi publicado inicialmente no Boletim Paulista de Geografia, em 1977, além de ter sido divulgado em outras revistas.

O conceito em tela, por sua vez, é um avanço da categoria de formação econômico social, desenvolvida por Marx (1983), que permite entender a totalidade da história e o desenvolvimento de uma sociedade. A compreensão da formação econômica e social atrelada ao processo histórico é referendada quando explica que “[...] o desenvolvimento da formação econômica da sociedade é assimilável à marcha da natureza e de sua história” (MARX apud SANTOS, 1982, p.12). Nessa perspectiva, o materialismo histórico, assim como as fases do desenvolvimento capitalista, se tornaram o alicerce ao entendimento desta sociedade. A formação econômica e social refere-se ao “plano da história, que é [...] totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supra-estruturais e outras) da vida social, na continuidade e, ao mesmo tempo, na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 1971, p.24). Nesse sentido, ao referir-se a formação econômica e social é necessário ter uma compreensão histórico-dialética do conjunto das esferas sociais, apoiada no método da economia política de Marx.

Essa categoria permite revelar o funcionamento lógico-estrutural de uma dada sociedade (SERENI, 1971) ou nas palavras de Marx (1983, p. 224) “uma produção determinada e as relações por ela produzidas [...] estabelecem todas as outras produções e as relações a que elas dão origem e sua categoria e a sua importância”. No entanto, isso só ocorre, conforme acrescenta Sereni (1971), com base em um fundamento genético-histórico.

Portanto, não se trata da sociedade em geral quando se aborda a categoria de formação econômica e social, mas de uma sociedade dada, obviamente, em um tempo; em outros termos, a formação econômica e social é um modelo fundado sobre a totalidade estruturada (SERENI, 1971).

Assim, Milton Santos (1982, p.12) acrescenta que, a partir da categoria de formação econômica social, “[...] não temos uma sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sempre sob o invólucro histórico determinado”. Tal interesse em seu estudo, prossegue Milton Santos, está “[...] na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução”. Dessa maneira, se o fundamento genético-histórico permite que se entendam as similaridades entre as diferentes formações, é necessário entender suas “especificidades [...] o que as distingue das outras, e, no interior da formação econômica e social, a apreensão do particular como cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido em uma de suas frações” (SANTOS, 1982, p.12).

Como reforça Amim (1973, p.9) “[...] o conceito de ‘modo de produção’ é um conceito abstrato. Não implica nenhuma ordem de sucessão histórica em todo o período da história das civilizações que se estendem desde as primeiras formações diferenciadas até o capitalismo”. O autor ainda destaca que as formações sociais são estruturas concretas, sobretudo, organizadas e caracterizadas por um modo de produção dominante.

Santos (1982) ainda chama atenção para o fato de que o modo de produção, embora central, não é satisfatoriamente apropriado para se entender a estrutura espacial, mostrando a necessidade de articular-se ao conceito de formação socioespacial.

Assim compreendida a formação econômica e social, é necessário passar à formação econômica social e espacial ou formação social ou formação socioespacial. Em realidade, o autor forneceu uma contribuição excepcional para análise, na medida em que suas aproximações teóricas com o marxismo permitiram que ele desvendasse um dos mais profícuos caminhos de articulação entre essa categoria e a geografia humana (MAMIGONIAN, 1996).

Ele explica que “[...] modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através da formação social” (SANTOS, 1982, p.14).

De acordo com Santos (1982, p.14), uma formação econômica e social não pode ser concebida sem a referência ao espaço, já que os “[...] modos de produção só se tornam concretos sobre uma base territorial historicamente determinada”. Daí a necessária compreensão sobre as diferenças entre lugares, os diferentes valores assumidos em termos quantitativos e qualitativos para distintos lugares; o papel desempenhado pela segunda natureza na realização do modo de produção, e, nesse sentido, tem-se a formação socioespacial¹.

A formação socioespacial deve ser entendida como a dimensão espacial através da qual se pode compreender como um modo de produção efetivamente se realiza, bordando-se o capitalismo. O modo de produção é abstrato; trata-se do conjunto de relações econômicas e sociais e de relações de produção, seu funcionamento, seus elementos constitutivos, das contradições que movem seu desenvolvimento; trata, pois, da sociedade em geral.

No entanto, do abstrato tem-se a realização, que não é da sociedade em geral, mas de uma sociedade historicamente determinada. Assim, a formação social de Milton Santos permite o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações. Um conhecimento específico num dado momento histórico de sua evolução. Nenhuma sociedade determinada tem funções permanentes, mesmo nível de forças produtivas, de relações sociais, de formas de propriedade etc.; elas mudam, evoluem (SANTOS, 1982).

Acrescenta Santos (1982), o modo de produção seria o “gênero”, enquanto a formação social é a possibilidade realizada, as “espécies”; por isso, formação social é indissolúvel do concreto pensado, representado por uma sociedade historicamente determinada. Assim, é necessário produzir uma análise da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais daquela sociedade num determinado tempo.

Cada formação social compreende uma estrutura produtiva, uma estrutura técnica e as condições naturais; a primeira é a produção propriamente dita; a segunda são as relações sociais de produção. Nesse caminho, podem-se entender as diferenças entre os lugares como resultado do arranjo espacial de como o modo de produção se realizou, tornando-se uma formação social. Assim, as formas espaciais em sentido amplo (cidades, campos agricultáveis, estradas, indústrias etc.) podem ser representativas do modo de produção e de seus diferentes momentos de evolução e realização; portanto da formação social. Santos (1982) acrescenta que a história espacial é seletiva, nesse sentido o novo procura se impor sobre o velho.

¹ Embora em seu texto sobre a Formação Socioespacial Milton Santos faça referência ao espaço nacional brasileiro o capitalismo não pode ser estabelecido no geral, assim, os estudos na perspectiva da formação socioespacial precisam ser feitos no particular, e neste caso, na escala regional.

As formações sociais se realizam num espaço particular, pois os modos de produção escrevem a história no tempo e a formação social a escreve no espaço. Assim, cada forma espacial/geográfica de uma formação social é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. Advém dessa análise a compreensão da superposição das formas criadas a serviço do modo de produção em cada formação social. Nessa perspectiva, a formação social se realiza “[...] num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1982, p.15).

Com esses elementos teóricos, podem-se compreender as transformações do espaço e os processos sociais que a originaram.

Retomando o conceito da formação socioespacial, Pereira (2003, p.101-102) defende que:

[...] essa perspectiva teórico-metodológica promove a aproximação entre a história e a geografia, ao mesmo tempo em que favorece a consideração da dimensão histórica na geografia e da dimensão geográfica ao longo da história, numa complementaridade que permite ultrapassar a simples aparência fragmentária do espaço.

Portanto, a formação social ou socioespacial consiste em uma articulação espaço-temporal de um dado modo de produção, que estabelece e institui relações sociais e permite, na análise geográfica, a noção de redes criadas a partir de um contexto histórico. Santos (2006, p.136) salienta que

[...] elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados os tempos relativos aos elementos mais ‘atrasados’, heranças de modos e produção anteriores. Visto em sua particularidade - isto é, objetivado - e, portanto, com a sua cara geográfica, o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação socioespacial (SANTOS, 1977). Nesta, os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta (SANTOS, 2006, p. 136).

Para Corrêa (2000), o conceito de formação socioespacial é essencial para a análise geográfica e, da mesma maneira, para a compreensão dos processos de diferenciação espacial. Afinal, o conceito em tela demonstra que uma sociedade torna-se efetiva a partir da produção do seu espaço, e a formação socioespacial direciona-se no sentido de demonstrar como o modo de produção exprime-se na realidade, a partir de diversas formas sociais.

Nesse contexto, Corrêa (2000, p.125) defende que “[...] é lícito supor que não apenas os modos de produção nos quais o urbano emerge, mas as suas diversas formações espaciais apresentam a sua típica rede urbana”. O mesmo autor ainda expõe que não é tarefa fácil compreender a natureza de uma formação socioespacial onde foi organizada uma rede urbana, deixando claro que não necessariamente muitas reflexões e trabalhos empíricos para expandir os horizontes desses estudos. Destaca ainda que a formação socioespacial brasileira, numa dada escala, apresenta grandes diferenças internas, cuja heterogeneidade está relacionada diretamente a uma combinação de eventos, tanto no espaço como no tempo, de processos que estão articulados ao mesmo tempo aos aspectos naturais e aos sociais (CORRÊA, 2000).

No tocante ao território brasileiro, e diante da sua complexa espacialidade, Corrêa (2000) admite que, na passagem do século XX para o XXI, convivem, apesar da origem muito anterior, três formações socioespaciais diferentes, mas articuladas umas às outras, compondo uma “diversidade na unidade”: uma formação socioespacial originada na grande propriedade rural; outra, na pequena propriedade rural relacionada aos imigrantes europeus; e uma terceira, que é a formação socioespacial da fronteira. Fundamentais, as três formações socioespaciais estão relacionadas à organização da rede urbana brasileira.

A formação socioespacial da fronteira é transitória, assim Corrêa (2000, p.127), afirma que “[...] em determinado momento caracteriza uma dada porção do espaço e em outra posterior outra porção”. Há muito tempo, acompanha a história espacial do Brasil e, em muitas situações, figura como a matriz para a disposição da formação socioespacial da grande propriedade ou da pequena propriedade rural.

Nessa situação, nos Campos de Guarapuava, onde predomina a gênese da rede urbana a partir das grandes propriedades, e do norte do Paraná, na qual as pequenas propriedades deram origem à sua rede, constata-se que o processo de colonização e as primeiras atividades econômicas tiveram papel determinante na estruturação de suas respectivas redes urbanas. Suas especificidades condizem com sua história e, assim, a criação de suas cidades e as relações estabelecidas entre elas são intimamente relacionadas com essa condição de seu passado.

Dessa forma, quando é feita referência a uma rede urbana na formação socioespacial relacionada ao predomínio da grande propriedade rural, é perceptível uma menor densidade de centros em relação àquela formação socioespacial onde predominam as pequenas propriedades rurais. Em decorrência do predomínio da grande propriedade rural, tendencialmente haverá um maior distanciamento entre os centros formadores da rede, a exemplo da região dos Campos de Guarapuava e Palmas, no estado do Paraná, onde o

predomínio da pecuária gerou menor densidade de núcleos urbanos e distâncias maiores entre eles, além do fato dessa atividade demandar menor força de trabalho e, conseqüentemente, ter menor população absoluta no estabelecimento de suas relações sociais de produção.

A rede urbana calcada no predomínio da formação socioespacial da pequena propriedade rural é mais do que a estrutura fundiária que predominou inicialmente na área oeste do norte do Paraná. Ela gerou, no contexto da economia cafeeira, empreendimentos estatais e privados de colonização, intensa demanda de força de trabalho, implementação de um densa rede urbana com expressivo número de pequenos núcleos urbanos, espacialidades com elevada densidade demográfica, formadas basicamente por pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

Neste contexto a rede urbana constituída com a presença de um elevado número de pequenas cidades, com pequenas distâncias entre elas decorre de uma ampla demanda de bens econômicos e serviços, definido por reduzido alcance espacial mínimo e máximo (CHRISTALLER, 1966). Além disso, é caracterizada ainda com uma marcante hierarquia de centros, a exemplo do que aconteceu em grande parte do norte do Paraná, onde vários núcleos de povoamento tornaram-se lugares centrais, e uma grande quantidade de trabalhadores e proprietários povoaram essa área, permitindo que as relações sociais de produção capitalista estivessem presentes desde a gênese da colonização.

Para Casaril (2014, p.117) “a rede urbana da formação socioespacial baseada na pequena produção mercantil exhibe uma hierarquia mais nítida de centros, com oferta e demanda mais equilibrada das funções comerciais, de serviços e, porque não produtivas”.

“A história da formação socioespacial da rede urbana do Norte do Paraná pode ser considerada uma parte da história do Brasil, como grande produtor mundial de café e, por conseguinte, pelo papel desenvolvido por este país junto à divisão internacional do trabalho”. (Endlich, 2006, p. 59), deste modo, o café produzido nas pequenas cidades de grande parte do norte do Paraná era para atender ao mercado externo.

Além do café, produto voltado à exportação, havia o fornecimento de matéria-prima para a pequena produção industrial; também acontecia a pequena produção artesanal para as cidades que faziam parte da rede, a exemplo da produção de móveis, utilitários domésticos e do fornecimento de alimentos, dentre outros.

No bojo dessas discussões, as redes urbanas ganham grande destaque. Como define Corrêa (1994), rede urbana é uma configuração espacial por meio da qual as funções urbanas acontecem, ou ainda consiste em um conjunto de centros funcionalmente articulados, reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho. Tanto a origem como todas as transformações

de uma rede urbana estão presentes num processo histórico, apresentando uma marcante natureza social. Desse modo, a rede urbana pode ser considerada “[...] um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais especializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo sua existência e reprodução” (CORRÊA, 1997, p.93).

A formação socioespacial é uma particular combinação de ordem temporal e espacial de um determinado modo de produção, e naqueles onde as cidades se fazem presentes, as distintas formações socioespaciais proporcionam uma rede urbana característica. Bessa (2007, p. 56), aponta que “[...] a concretude da rede urbana está associada, num plano geral, ao modo de produção dominante e, num plano particular, a formação socioespacial à qual está inserida”.

Ainda na visão de Corrêa (2000), ao desvendar as lógicas que deram origem e articularam os elementos de uma rede urbana como a gênese dos centros, o seu tamanho, a densidade dos centros, as funções e as relações urbanas espaciais que delas derivam, remete-se ao conceito de formação socioespacial.

Bessa (2007, p. 59) acrescenta que:

O conceito de formação socioespacial propicia que se considere, na análise, a diversidade real das redes urbanas, ou melhor, o sentido de suas concretizações espaço-temporal. Tendo em vista que a rede urbana e seus centros pela possibilidade de coexistência de forma e de funções antigas e novas podem exibir características próprias da formação socioespacial em que foram gerados, assim como daquelas a que estiveram associados no passado e, evidentemente, da formação socioespacial na qual estão inscritos e da qual são parte integrante.

Corrêa (2000, p. 125), nessa conjuntura, argumenta que:

A cidade e a rede urbana [...] tendem a exibir [...] padrões de forma que contêm, ao menos parcialmente, fortes elementos gerados na formação espacial na qual surgiram [...] uma rede urbana pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associado.

No caso da presente tese, serão analisadas as formações socioespaciais relacionadas à rede urbana do estado do Paraná, pautada em dois tipos de formações socioespaciais

mencionadas por Corrêa (2000), que proporcionaram a gênese² dos centros urbanos a partir do predomínio das grandes propriedades rurais, das pequenas propriedades rurais. No entanto, tem-se ainda um terceiro processo, qual seja a combinação da estruturação da rede a partir da grande propriedade inicialmente, mas que foram submetidas a transformações estruturais com a inserção das pequenas propriedades, o que permitiu a completa formação da rede urbana. Foi o que aconteceu nas porções extremas do leste do Norte do Paraná, processos que serão discutidos a seguir.

[...] Parece, então, fundamental distinguir entre a formação espacial associada à grande propriedade rural, herdeira ou não do período colonial, e a formação espacial associada à pequena propriedade rural, fruto do processo de colonização e imigração europeia iniciada na primeira metade do século XIX (CORRÊA, 2000, p.126).

O referencial em destaque se soma às contribuições de André Cholley (1964), geógrafo que escreveu sobre as combinações geográficas, demonstrando que os caminhos para compreender o espaço geográfico é composto por elementos de origens físicas, humanas e biológicas, espaço que, numa escala de tempo, utiliza-se das combinações que se articula para explorar o meio.

A distribuição das combinações e sua evolução, isto é, as tentativas de organização do planeta repousam, pois, sobre duas bases essenciais “uma base territorial e uma base humana [...] a primeira enfoca a ação das condições naturais, a segunda o estado do grupo humano, nenhuma das duas apresenta o caráter determinante, que outrora lhes foi atribuído” (CHOLLEY, 1964, p. 270).

As condições naturais em razão das disposições que oferecem as escolhas do homem para o estabelecimento de relações ou pelos recursos que colocam a sua disposição, podem facilitar a elaboração de combinações diversas, auxiliar seu desenvolvimento, multiplicar seus contatos, facilitar suas substituições. Mas, não há forçosamente, como se pensou durante muito tempo, coincidência entre os quadros naturais (físicos e biológicos) e aqueles da vida regional. A vida regional pode brotar, não importa em que lugar do planeta, pois, além dos fatores físicos mais ou menos favoráveis, é preciso considerar o dinamismo da humanidade, que aí se instala, sua técnica, concepções políticas ou organizadoras (CHOLLEY, 1964, p.274).

²Por gênese entende-se o processo inicial da ocupação, momento em que se começa o núcleo urbano e não sua transformação em sede municipal; transformação esta que pode ocorrer vários anos após o núcleo urbano (FRESCA, 2004)

Assim, a estrutura das combinações geográficas mostra a coerência em analisar em conjunto os fatores que as formam, por apresentarem um caráter dinâmico e contribuem para criar, no meio onde se articulam, um meio particular, e, ao se articularem, criam no meio um caráter de estabilidade, de duração ou de renovação periódica. Dessa forma, as combinações geográficas são fundamentais para se entender as formações socioespaciais presentes neste trabalho.

No bojo dessas discussões, salienta-se que, a partir da formação socioespacial e das combinações geográficas, há um caminho para compreender a estruturação da rede urbana do Estado do Paraná. Para Corrêa, a rede urbana é um “conjunto de centros de funcionalmente articulados” (1994, p. 8), sendo pertinente entender que tanto a origem como sua dinâmica está relacionadas ao processo histórico, cuja natureza apreende todas as dimensões da sociedade que a gerou.

Tendo em conta que o presente trabalho parte da categoria formação socioespacial tanto da grande como da pequena propriedade rural e das combinações geográficas na estruturação da rede urbana, elas nortearão as discussões acerca da gênese da rede urbana do estado do Paraná.

1.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA GRANDE PROPRIEDADE NO PARANÁ E A GÊNESE DA REDE URBANA.

Para entender a estruturação da rede urbana paranaense, no contexto da formação socioespacial da grande propriedade rural, é necessário referir-se a um processo histórico de longo tempo, isto é, entender a própria gênese da formação socioespacial de parte do estado do Paraná, como demonstram os autores Bernardes (2007), Machado (1963), Padis (1981), Wachowicz (2001), dentre outros.

Diante da busca por entender os processos que se desenharam no estado do Paraná, Machado (1963) assegura que, segundo a época de ocupação, o povoamento do Estado do Paraná pode ser caracterizado pelas Frentes do Paraná Tradicional, da Região Norte e da Região Sudoeste. Em outro sentido, Serra (1992, p. 61) salienta que “[...] segundo os períodos que ocorreram, os processos de ocupação vão constituir o que poderia ser chamado de “Paraná antigo” e de “Paraná moderno”.

Indo ao encontro da proposta de Machado (1963), Padis (1981), em uma de suas razões para escolher o Paraná como objeto de estudo, levou em consideração que o estado,

teve sua formação articulada a partir de ciclos econômicos distintos, apresentando uma formação histórica em diferentes épocas. Padis, ainda afirma que:

[...] por essa mesma razão, havia em seu território três subsistemas econômicos diferentes e que praticamente não mantinha relação entre si. O norte do estado, como prolongamento da economia paulista, a ela se vinculava quase totalmente à região sudoeste, ocupada em consequência de problemas que atingiram o Rio Grande do Sul, com este Estado mantinha seus vínculos. Quanto ao chamado 'Paraná Velho', cuja formação datava de época bem mais antiga, era a única parte do Estado que podia ser considerada 'paranaense' (1981, p.4).

Para Crocetti (2012), o processo de ocupação no Paraná se processou de forma distinta: seus campos foram povoados por luso-brasileiros principalmente paulistas, que introduziram a criação de gado; já suas matas passaram a ser ocupadas em meados do século XIX pelos imigrantes europeus, os quais transformaram essas vegetações em típicas zonas agrícolas de pequena produção familiar.

Assim, a formação socioespacial campestre se fundamentou no latifúndio; diferentemente, nas matas, ocorreu outra formação socioespacial que se alicerçou na pequena produção mercantil.

Como já foi destacado, a análise em questão baseia-se em um ponto de vista teórico que tem na categoria de formação socioespacial o principal referencial, além desse, ainda soma-se o entendimento com base nas ideias de Cholley (1964), a partir da categoria das combinações geográficas.

Assim, as combinações geográficas complementam-se por meio da categoria da formação socioespacial, a medida que Cholley (1964) utiliza o espaço e o tempo para explicar tais combinações.

Nesse contexto, inicialmente será analisada a estruturação da rede urbana do Paraná a partir da formação socioespacial, sendo feita referência a porções do Estado que tiveram uma formação socioespacial predominantemente voltada à grande propriedade rural, a outras porções cujo predomínio ficou a cargo da pequena propriedade rural e, ainda, àquelas áreas que inicialmente apresentaram uma estruturação voltada às grandes e que, a medida que o modo de produção sofreu alterações, a formação socioespacial também foi sendo alterada, das grandes para pequenas propriedades rurais.

Assim, conforme ocorreram os avanços do processo de articulação econômica e social das diversas porções do Estado do Paraná, as singularidades, tanto da ocupação, como

da produção, passaram a compor os sistemas, relacionando, sobretudo, a produção, a questão agrária, demográfica e de infraestrutura no Estado.

A ocupação inicial do Paraná possui maior expressão enquanto início da colonização do estado. Assim, para Padis (1981), tanto o povoamento do litoral paranaense como do primeiro planalto, também chamado de Curitiba, estiveram relacionados com a mineração de ouro. A atividade em destaque foi desenvolvida por mineradores paulistas. Como retrata Bernardes (2007, p. 83), “[...] os vicentistas rebuscando o litoral paulista a cata do ouro, foram os primeiros povoadores do atual território paranaense [...] moradores de Iguapê explorando as margens da Baía de Paranaguá”, que penetraram o território paranaense durante o século XVII, fundando muitos Arrais junto ao litoral, sendo Paranaguá o principal, o qual passou a ser uma das mais importantes cidades litorâneas.

Assim, ainda é possível afirmar que a mineração de ouro gerou, de acordo com Wachowicz (2001), várias consequências, como: povoamento do litoral, surgimento da cidade de Paranaguá, colonização do primeiro planalto, fundação de Curitiba e abertura de picadas que ligaram o primeiro planalto ao litoral. Dessa maneira, uma série de efeitos relacionados à mineração proporcionou o surgimento de algumas vilas que passaram a efetivar-se como cidades.

Os caminhos de ligação do litoral com o primeiro planalto geraram novos núcleos populacionais a medida que novas minas eram instaladas, embora as lavras na região marinha fossem mais ricas. Assim, alguns povoados deram origem a algumas povoações que se tornaram cidades, como é o caso de São José dos Pinhais e Bocaiúva do Sul, dentre outras (PADIS, 1981). Desde aquele período, já se estruturava uma rede urbana marcada, inicialmente, pelos elos da mineração entre esses municípios, onde o fluxo de pessoas e mercadorias se fazia presente.

Ainda se faz interessante frisar que as três primeiras décadas do século XVIII assinalaram o final da extração de ouro no Paraná. O fato é que a mineração não era um trabalho fácil, e os escravos, que representavam a principal mão de obra para uma iniciativa de maior consideração, estavam sendo atraídos por outras zonas de maior riqueza aurífera no país (BERNARDES, 1952).

Com a decadência da atividade extrativa do ouro, muitos povoados foram abandonados e a região montanhosa em direção ao planalto, onde o clima mais ameno e o relevo mais plano favoreceram a fixação e as comunicações.

O estabelecimento inicial que daria origem à cidade de Curitiba teve relação direta com a vinda de pessoas de São Paulo pelo sertão; outros vindos de Paranaguá, mesmo de

forma temporária; e as pessoas vinculadas com a pecuária, de modo que todos colaboraram para o desenvolvimento de um centro populacional.

No Primeiro Planalto, sobre novas condições naturais, relata Bernardes (1952, p. 59), “[...] a ‘bateia’ foi suplantada pelo ‘laço’, o ‘curral’ sucedeu à ‘lavra’, os ‘arraiais’ foram desaparecendo”. Desse modo, muitos trabalhadores deixaram a exploração do ouro, inclusive das novas minas da região Sudeste brasileira, e se fixaram no planalto de Curitiba, tornando-se criadores de gado e tropeiros.

Muitos curitibanos passaram a dedicar-se ao rendoso negócio de compra e venda de gado no sul; as fazendas relacionadas à criação de gado estenderam-se por ampla área chamada campos naturais do Paraná, sob a base do grande latifúndio, com o uso da mão de obra indígena transformada em mão de obra escrava juntamente com os negros.

A criação de gado, que levou ao crescimento do número de fazendas no estado, proporcionou também a expansão e o povoamento das zonas de campos fixadas na direção ocidental, os Campos Gerais. Como evidencia Bernardes (1952), a área de campos tinha início ao longo do rio Itararé até o rio Iguaçu, coberta em sua maioria por gramíneas e de fácil acesso. Para Wachowicz (2001, p. 82), “[...] os Campos Gerais eram, em meados do século XVIII, uma frente de ocupação e exploração por onde passava o caminho de tropas São Paulo - Rio Grande do Sul”.

A identidade histórica e cultural dos Campos Gerais, iniciada no século XVIII, “se deve aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave” (CROCETI, 2012, p.67). Na realidade, parte dos Campos Gerais caracterizava-se como rota do tropeirismo no Sul do Brasil, a medida que havia a condução de tropas de mula e gado originados no Rio Grande do Sul, com destino ao mercado de consumo de São Paulo e Minas Gerais.

No caminho dos tropeiros, os pousos tornaram-se as primeiras cidades que existem hoje nos Campos Gerais, conforme destaca Bernardes (1952, p.61):

[...] são representadas por Jaguariaíva, Piraí (Furnas) Castro (Pouso do Iapó), Ponta Grossa, Palmeira (Freguesia Nova), Lapa (Vila do Príncipe). Na travessia do Rio Negro, quanto o caminho já começava para o sul a percorrer a mata, originou-se um povoado (Capela da Mata) que daria origem às cidades gêmeas de Rio Negro e Mafra. Aí foi o iniciado em 1829 o primeiro núcleo de agricultores europeus (alemães) introduzidos no território do atual Paraná.

Dessa forma, podem ser caracterizadas as primeiras situações de estruturação da rede urbana relacionadas à prática da pecuária e do comércio de gado, ações que tiveram fundamental participação na produção do espaço paranaense, momento em que aconteceu a fixação do homem à terra e a expansão territorial com presença de novos núcleos urbanos.

Inicialmente, os Campos Gerais caracterizaram-se como uma zona produtora, pois muitos tropeiros que fizeram uso desse caminho também estabeleceram suas fazendas no local, aproveitando os benefícios proporcionados pelas pastagens naturais para a pecuária, não deixando de lado o fato de haver uma proximidade com os mercados de consumo.

De acordo com Bernardes (1952, p.61), nos anos finais do século XVIII, praticamente “[...] toda a área dos Campos Gerais estava povoada [...] as propriedades eram vastas e, além disso, o gênero de vida criado pela pecuária extensiva não era, como não o é até hoje, propício à formação de densidades demográficas rurais apreciáveis”.

Nas palavras de Wachowicz (2001, p.80), as propriedades possedidas nos Campos Gerais “[...] possuíam entre 4 e 8 mil alqueires paulistas. Entre os anos 1725 e 1744 surgiram inúmeros sesmeiros (cerca de 90). Entretanto o número de sesmarias era bem maior, já que muitos possuíam duas, quatro e até seis sesmarias”.

Dessa forma, a ocorrência, desde muito tempo, do predomínio da formação socioespacial relacionada aos grandes latifúndios criatórios nos Campos Gerais, influenciou a gênese de uma rede urbana menos densa, cujos centros urbanos apresentavam funções básicas relacionadas a pousos para os tropeiros, à efetivação de um comércio relacionado tanto com os itinerantes que por lá circulavam, como também com os grandes fazendeiros e seus dependentes.

Para Westphalen, Machado e Balhana (1988, p.9), já nas décadas iniciais do século XIX “[...] a sociedade fundada no latifúndio já se encontrava estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, a base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando nas atividades do tropeirismo a sua forma de participação na vida social”.

Mesmo dispersos pela grande propriedade, ou nos arredores das mesmas, vivia uma população de agregados e posseiros que desenvolvia agricultura voltada especialmente para a subsistência, além da criação de alguns poucos animais, em solos que não eram seus (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988).

No século XIX, ocorreu a articulação entre o litoral e Curitiba, por intermédio da estrada da Graciosa, conforme destaca Wachowicz (2001, p. 108), ao fazer referência à importância de Curitiba, justificando que:

A mesma estava situada no entroncamento de duas rotas, tendo sido visitada frequentemente pelos tropeiros dessa estrada, que lhe estimulavam o comércio. Por outro lado, era o ponto terminal dos caminhos do Itupava e da Graciosa. Assim, Curitiba firmou-se como cidade e desenvolveu sua economia.

Na segunda década do século XIX, a sede da comarca foi transferida de Paranaguá para Curitiba, situação que se explica pelas condições geográficas, bem como a presença em seus arredores de bosques e campos, assim como conveniências políticas, sociais e até mesmo pela cidade apresentar o cruzamento de rotas favorecendo o comércio. Esta condição denota que a transferência da capital do estado para Curitiba também se deveu mediante uma projeção da dinâmica da rede urbana na qual estaria inserida. Afinal, Paranaguá estaria limitada devido às condições de localização geográfica, enquanto Curitiba seria privilegiada pelo favorecimento das relações com outras regiões e outros municípios do Paraná.

Steca e Flores (2002) demonstram que, nos Campos de Curitiba, prosperou até mesmo uma elite de latifundiários, cuja atividade fundamental era deter um imóvel rural para receber e invernar os animais em circulação, para as feiras de Sorocaba. Assim, alugar os campos para os tropeiros gerava boas rendas.

Era sabido que os Campos Gerais não se restringiam apenas ao Primeiro e Segundo Planalto, eles apresentavam terras também no Planalto de Guarapuava que deu nome às novas áreas naturais para o desenvolvimento da pecuária, os Campos de Guarapuava. Num segundo período, também foram descobertos os “Campos de Palmas”. Para Bernardes (1952), abriam-se assim novas possibilidades de povoamento no estado e, ao mesmo tempo, para expansão da pecuária.

Bernardes (1952, p. 62) reitera que “[...] estas duas zonas de pastagens – Guarapuava e Palmas – foram, a princípio, ‘complementos’ dos Campos Gerais, isto é, os fazendeiros destes requeriam sesmaria naqueles”. Aos poucos as vias de comunicação se tornaram melhores proporcionando a fixação de inúmeros fazendeiros criando, desse modo, uma economia e uma sociedade rural própria, tanto que, em meados do século XIX, estava praticamente completo o povoamento sobre a área dos campos paranaenses.

A sociedade rural própria no sentido de que se baseava no controle da posse da terra, utilizada para atividades criatórias próprias ou por aluguel a outras pessoas, no caso, os tropeiros; por ter restrita produção agrícola; por gerar rendas a seus proprietários, que permitiam aos mesmos residirem em Guarapuava e principalmente em Curitiba; por ter do ponto de vista das relações sociais a escravidão e a forte presença de agregados. Steca e Flores (2002) argumentam que a prosperidade do tropeirismo fez de Guarapuava um ponto de parada obrigatório para as tropas de muares, articulando-se aos caminhos que auxiliaram a desbravar o sertão e ampliando as relações entre as pessoas e os lugares.

A vantagem geográfica do Paraná em estar entre os centros criatórios e a grande feira distribuidora³ fez o Estado firmar-se como uma passagem obrigatória das tropas, ao mesmo tempo em que fez surgir centros que tinham funções fundamentais no que se refere ao aluguel de terras para as invernadas, ou ainda ao desenvolvimento de atividades que pudessem abastecer tanto os grandes fazendeiros, como os tropeiros, que dependiam destas para manter esse tipo de comércio.

Nesse contexto, tanto o tropeirismo como a pecuária extensiva tinham atingido o seu ápice, e a partir de então tais atividades passaram a apresentar alguns problemas. Dentre eles, destaca Serra (1992): o esgotamento das terras, a queda na produção das fazendas e a perda de mercado consumidor devido ao aumento da concorrência. Dessa maneira, a decadência do tropeirismo acabou por justificar o avanço em direção às matas de Araucária em contato com os campos. No que se refere à ocupação das matas nos arredores de Curitiba, Bernardes (1952) evidencia a erva mate como o principal produto.

Assim, o mate e depois a madeira passaram a dar um novo sentido econômico às áreas de campos, não permitindo a instabilidade econômica mais abrangente, exceto àquela que atingiu os tropeiros, a medida que a atividade entrou em decadência. Para Serra (1992, p.66), “[...] o interesse pela terra por parte dos grandes proprietários continua o mesmo, sendo em contrapartida as mesmas dificuldades de acesso à terra por parte das categorias sociais ‘menos expressivas’”, ou seja, ocorreu uma manutenção das propriedades nas mãos de poucos.

Um avanço da fronteira de povoamento se processou da borda leste dos Campos Gerais em direção a oeste e acelerou-se de tal modo, a partir do início do século XIX, que, em meados do século, já havia alcançado as margens do rio Paraná. Assim, o processo de ocupação da porção oeste-sudoeste do Paraná, até aproximadamente 1940, assemelha-se ao povoamento dos Campos Gerais, especialmente por ter ocorrido o predomínio de uma ocupação assentada na grande propriedade rural, como será apresentado na sequência.

Bernardes (1952, p.64) afirma que

Na segunda metade do século XIX uma nova fase se inicia para a economia paranaense; a agricultura ganha novo ritmo, o valor das terras florestais se iguala e finalmente supera o das terras de campo. Surge, agora, um novo tipo social, já há muito conhecido nos outros dois estados mais meridionais, o “colono”, que empreende uma tarefa até então negligenciada: abater a mata virgem, cultivar grandes áreas contíguas e expandir-se cada vez mais para o interior, em direção ao oeste.

³ Fazemos referência à feira de Sorocaba, que, dentro do ciclo do tropeirismo, atraía brasileiros de todos os rincões, também estrangeiros do Uruguai e Argentina, que lá realizavam grandes negócios (ALMEIDA, 2008).

A expansão do povoamento não aconteceu de modo uniforme, mas o Oeste, representado por toda a porção do terceiro Planalto ao sul do rio Ivaí, e o Centro do Paraná, compreendendo especialmente a área florestal do Segundo Planalto, estiveram muito ligados. Durante o século XIX, tanto o governo estadual como federal tinham por estratégia a valorização da porção do estado entre os Campos de Palmas e Guarapuava, a partir da criação de núcleos isolados e dispersos por esta porção do estado. Buscava-se com isso um povoamento homogêneo, acreditando na formação de uma das melhores zonas agrícolas do Estado.

Bernardes (1952, p. 66-67) atesta que

[...] os primeiros núcleos criados visavam principalmente ao povoamento ao longo das comunicações dos Campos Gerais com os de Palmas e os de Guarapuava. Em 1876 fundou-se a pequena colônia de São Mateus, junto ao rio Iguaçu na estrada para Palmas. Em 1892 começa-se Rio Claro, mais para oeste, com idêntica localização. Sobre o Terceiro Planalto, a meio caminho de União da Vitória a Palmas, estabeleceu-se a colônia General Carneiro em 1896. Da mesma maneira, Prudentópolis, iniciada em 1896.

Na realidade a intenção era que ocorresse o povoamento da área de comunicação com Guarapuava, tanto que ligadas a este centro, aconteceu o desenvolvimento de um significativo número de núcleos no final do século XIX, entre o rio Ivaí e a escarpa do planalto de Guarapuava.

O oeste do Paraná agora tinha no binômio econômico madeira e erva-mate, os novos produtos em evidência, que aguçavam a ambição de muitos aventureiros.

Durante o século XIX, a política estatal tinha o propósito de forçar o povoamento espontâneo, formando núcleos isolados e dando continuidade a um plano de instalar várias colônias militares. No caso do Paraná, perante os problemas de fronteira, especialmente com a Argentina, o governo imperial estabeleceu duas colônias militares, a do Xopim, em 1882, no noroeste do atual município de Palmas; e de Foz do Iguaçu, em 1888, na confluência entre o rio Iguaçu e Paraná (BERNARDES, 1952).

Sendo a economia da província do Paraná baseada, na década de 1880, na exportação da erva mate e principiando a indústria de madeira, a atenção passa a ser voltada para a região das matas do Iguaçu. Para Westphalen, Machado, Balhana (1988, p. 5) “A conjuntura favorecia, nessas áreas, um tipo de ocupação extensiva, rarefeita”. Tal fato se justificava pela concessão de terras devolutas feitas pelo próprio Estado a companhias particulares, dentre elas é possível destacar a Companhia Maderas Del Alto Paraná e a Companhia Matte Laranjeira, que, sem vínculo algum com a comunidade tradicional paranaense e sem efetivar a colonização, exploravam a erva mate e a madeira.

Conforme Westphalen, Machado, Balhana (1988, p. 5-6),

[...] a ação das companhias foi tipicamente de exploração predatória e espoliadora. Eram, via de regra, companhias estrangeiras, inglesas ou argentinas. Muitas, nem sequer tentaram a colonização. [...] Outras apenas se dedicaram à extração da erva e da madeira. Devastaram com a das *Obrages*, a floresta, retirando-lhe as madeiras de lei, que pelo rio Paraná eram exportadas para a Argentina, além de arrasarem os ervais, com a exportação do mate também para a Argentina.

Durante mais de meio século, as companhias internacionais ficaram no Oeste paranaense explorando suas riquezas vegetais, utilizando a mão de obra em sua quase totalidade composta por trabalhadores braçais paraguaios, chamados de *mensus*. O termo *mensus* é espanhol em sua origem e faz referência a mensalistas.

As relações entre as *Obrages* e os *mensus* mostravam características de um sistema de servidão, visto que esses trabalhadores não podiam plantar nem o necessário à sua subsistência, além de serem obrigados a consumirem o que era comercializado nos armazém da própria empresa. Qualquer tipo de manifestação era rapidamente coibida pelos capatazes.

Neste período, a parte oeste do atual Paraná, entre Guaíra e Foz do Iguaçu era área de exploração. Tratava-se das *Obrages*, o que, para Wachowicz (2001, p.233), caracterizava-se como “tipo de exploração ou propriedade que se desenvolveu no Paraguai e Argentina” e que, no final do século XIX, penetrou no oeste paranaense em grandes domínios rurais. Para Colodel (2012, p.24), as *Obrages* era um “[...] termo castelhano que vem designar as propriedades e/ou explorações instaladas onde havia a predominância da paisagem de clima subtropical”.

A falta de fiscalização e a escassa presença da população brasileira na área facilitavam o desenvolvimento dos empreendimentos em destaque, a exploração do extrativismo da erva-mate, planta abundante na mata nativa da região, e também da madeira, cujo princípio econômico era: “investimento mínimo com retorno absoluto” (COLODEL, 2012, p.24).

Toda a infraestrutura estava a serviço das empresas que exploravam a parte oeste do estado, não havia subsídio que garantisse a ocupação permanente desta porção do estado. Apesar de as terras pertencerem ao Brasil, elas não apresentavam condições básicas para serem ocupadas pelos brasileiros, como estradas em condições satisfatórias de uso.

A costa oeste paranaense, em poucas décadas, foi ocupada por várias *Obrages*, povoada por milhares de Guaranis. A frente extrativa apresentava uma exploração de erva-mate, matéria prima brasileira, com trabalhadores paraguaios e capital argentino.

Os obrageros criavam estratégias para manter a situação de exploração nas *Obrages*, a partir um controle do acesso de brasileiros na área oeste do Paraná. Até mesmo os aspectos naturais, caso das cachoeiras de Sete Quedas, caracterizavam-se como um empecilho natural para chegar até essa porção do estado do Paraná, atrelado ao fato de que a área de povoamento expressivo, Guarapuava, estava há mais de 400 quilômetros da região e o seu acesso acontecia por caminhos precários.

De acordo com Wachowicz (2001), na década de 1930, atrelada à decadência das exportações de erva-mate, os obrageros do oeste paranaense passaram a ter, na exploração da madeira, outro produto principal como substituto econômico do primeiro. A exploração de madeira no período aconteceu até 100 quilômetros a leste do Rio Paraná.

Havia um grande interesse por parte dos argentinos em manter a área sobre o seu comando. Diante da situação insustentável, o interventor no Paraná, General Mário Tourinho, tomou algumas providências no sentido de nacionalizar a chamada *fronteira Guarani*. E, pela prefeitura de Foz do Iguaçu, desenvolveu algumas estratégias. Wachowicz (2001, p.243) afirma que

[...] os documentos que entrassem na prefeitura municipal só seriam despachados se redigidos em português; os anúncios comerciais, listas de preços, aviso, só seriam permitidos se escritos em português; os impostos e taxas só seriam cobrados se fossem pagos em moeda brasileira.

O sistema de exploração representado pelas *Obrages* predominou no oeste do Paraná de 1881 até 1930 (DIAS, 2006). O rio Paraná, na época, representava a principal via de circulação, tanto de pessoas como de mercadorias, pois tinha todas as condições estratégicas para tal. Mesmo porque se firmou um tratado de navegabilidade fluvial entre o Brasil, Argentina e Paraguai, dando permissão para que os países vizinhos pudessem navegar pelo rio Paraná, da Foz do rio Iguaçu até as Sete Quedas.

A situação demonstrada remete à compreensão de como os Argentinos tiveram facilidade de implantar as *Obrages* no Brasil, assim como de escoar a produção deste país, ou seja, o tratado feito com a Argentina criou condições fundamentais de acesso ao Oeste paranaense.

Num primeiro momento do povoamento da porção Oeste do Paraná, foi perceptível uma disputa territorial entre Brasil e Argentina, diante da exploração da erva-mate e da madeira. Em um segundo momento, com a derrota diplomática da Argentina em relação ao Brasil, sobre a delimitação das terras fronteiriças com a nação vizinha, o conflito deslocou-se para assuntos endógenos, mais precisamente entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, com a Guerra do Contestado⁴. O conflito interno foi marcado pela demarcação de terras do Sudoeste, assunto que será discutido adiante.

Assim, a ocupação inicial do Oeste do Estado, além de apresentar uma estruturação rural predominantemente de grandes propriedades rurais, diante das *Obrages*, teve até praticamente o início do século XX uma situação de ausência de ocupação direcionada por parte do Brasil. Foz do Iguaçu apresentou um povoamento inicial no século XIX, com a função de colônia militar, mas sem grande influência tanto do governo federal como provincial para a sua efetiva ocupação.

O sistema de exploração tanto da madeira como da erva mate apresentava grande situação de isolamento. A imagem de região isolada só foi alterada a partir da passagem da Coluna Prestes por esta localidade. Para Colodel (1992), a permanência da Coluna Prestes, desconjuntou e aniquilou as atividades das obrages na porção oeste do estado.

Com a instalação de um governo nacionalista no Brasil, almejava-se que os problemas de controle das áreas de fronteira deveriam ser resolvidos, nesta conjuntura foram criados no ano de 1942, pelo Decreto Lei n.º 5.812, os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e o Território do Iguaçu.

O Território do Iguaçu apresentava limites nacionais com o de Ponta Porã e com os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A capital do território do Iguaçu durante um período foi Foz do Iguaçu, mas com a justificativa de maior acessibilidade, a capital do território passou a ser a cidade de Laranjeiras. O Território Federal do Iguaçu refletia grande parte das questões que se pretendia solucionar através dos governos territoriais, Segundo Lopes (2002, p.61) estas questões eram representadas por:

Grandes distâncias do centro do poder econômico do país; a grande dificuldades de comunicação; a baixa densidade demográfica; a desnacionalização da região refletida na ocupação por empresas e trabalhadores estrangeiros; abandono, por parte dos governos anteriores, entre outros.

⁴ Sobre a Guerra do Contestado consultar: FRAGA, Nilson, César. Contestado em Guerra- 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis: 2012, Insular Livro.

O Território do Iguaçu teve um período muito curto de existência, apenas três anos, entrando em extinção em 1945 (Lopes, 2002).

Ainda com relação a porção oeste do Paraná, a integração entre as regiões do estado e do país aconteceram especialmente com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) em 1938.

Desse modo, a formação inicial do oeste do estado ocorreu com uma economia sem articulações com o restante do Estado, sem infraestruturas que pudessem atrair a população, não gerando possibilidades à ocorrência de uma rede urbana concisa, pois o eixo Foz do Iguaçu - Guaíra estava para ser explorado e não ocupado.

A partir de 1950, a porção Oeste passou a apresentar maior ocupação, inclusive sendo afetada por desdobramentos de situações de conflitos agrários da porção Sudoeste do Paraná.

Ainda no contexto da origem de uma rede urbana em áreas de predomínio da grande propriedade rural, é necessário se destacar também a porção leste do norte do Paraná. De forma um tanto acanhada, a colonização do Norte do Paraná processou-se a partir de 1850, vinculada à política do governo Imperial brasileiro. Westphalen, Machado e Balhana (1988) afirmam que o princípio da expansão relacionada à ocupação aconteceu prioritariamente por motivos de ordem militar do que colonizadora. A ocupação começou a se estabelecer a partir do Norte Pioneiro, com a instalação da colônia agro-militar de Jataí, na margem direita do rio Tibagi. A colônia em destaque tinha a função de concretizar a articulação territorial entre a corte, no Rio de Janeiro e a província do Mato Grosso. Defronte à Colônia de Jataí, mas na outra borda do rio Tibagi, ocorreu a criação do aldeamento de São Pedro de Alcântara, desenvolvido com o propósito de agrupar os índios.

Wachowicz (2001) demonstra que tanto a Colônia Militar de Jataí como o aldeamento de São Pedro de Alcântara eram fundamentais para o funcionamento desse caminho de articulação fluvial Tibagi - Paranapanema, pois objetivavam dar ajuda e cobertura para fornecer mão de obra indígena e guias seguros para navegação. A união da colônia militar de Jataí com o aldeamento de São Pedro de Alcântara constitui hoje a cidade de Jataizinho. A gênese da rede urbana nessa área do estado teve início ainda no século XIX, sendo que a ocupação mais efetiva aconteceu na porção extrema oriental do Norte do Paraná pelas grandes posses.

Westphalen, Machado e Balhana (1988, p. 15) demonstram que “[...] a partir da década de 1860, penetrando pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros iniciaram a formação de fazendas no Norte do Paranaense, nos moldes tradicionais de São Paulo e Minas Gerais”. Wachowicz reitera (2001, p. 255) que “[...] à terra posseada os mineiros chamavam de água. Quem fazia uma posse procurava a cabeceira de um riacho, pois se instalando na cabeceira era dono da água,

isto é, do terreno que margeava o riacho”. A estratégia em destaque mostra a importância do recurso natural para o desenvolvimento das atividades praticadas pelos donos das terras e facilitava a distribuição delas.

Na realidade, o início da ocupação ia ao encontro do que já havia sido implementado em São Paulo. Inclusive o regime de trabalho e os métodos empregados na agricultura demonstravam práticas paulistas costumeiras. Wachowicz (1987) salienta que, de modo geral, a sociedade que surgiu no Norte Pioneiro exibia características dos tempos coloniais, apresentando-se patriarcal e principalmente latifundiária. No que se refere à escravidão, ela não esteve dominante na área em destaque, pois os posseiros no período não apresentavam grandes recursos para adquirir tal mão de obra.

Bragueto (2007) afirma que pequenos sitiantes também se estabeleceram no Norte Velho e, evidentemente, apresentavam relações próximas com os latifundiários, porque acabavam vendendo seus produtos a estes. Wachowicz (1987) complementa que, em princípio, havia o desenvolvimento da agricultura de subsistência com o cultivo do algodão, milho, arroz, feijão e do fumo, além da pecuária de suínos.

Fresca (2007) destaca que a ocupação por meio de posses se justificava no Paraná, devido à tardia efetivação da lei de terras, que só aconteceu no estado após a Proclamação da República. Ainda, segundo a autora, tal situação se manteve pelo fato de que a maior parte das áreas do Paraná era pouco ocupadas pelas tribos indígenas e que a economia e sociedade presentes no sul e litoral paranaense não tinham interesses ou condições de avançar no sentido setentrional do Estado.

Com a implantação da Lei de Terras no Paraná a partir de 1893, o estado tinha a possibilidade de conseguir recursos e, ao mesmo tempo, impedir a posse de terras por parte dos mineiros e paulistas, possibilitando inclusive que os fazendeiros, em crise no Sul do Estado, tivessem a oportunidade de adquirir lotes no Norte do Paraná.

Com base nos elementos anteriores, verifica-se que a ocupação de terras diante da tardia implantação da Lei de Terras só poderia ser feita por meio de posse; a terra ainda não era considerada mercadoria e, assim, os mineiros delimitaram grandes glebas a partir das águas, mesmo porque estavam acostumados a grandes espaços, visto que eram grandes proprietários de terras em sua província natal.

Müller (2007) demonstra a atração de fazendeiros paulistas rumo ao curso oeste do café, favorecidos pela terra roxa, fazendo surgir, assim, os primeiros núcleos: Colônia Mineira, hoje Siqueira Campos; Santo Antônio da Platina, Venceslau Brás e São José da Boa Vista, desenvolvendo-se até o rio das Cinzas e perdendo força além dele.

O primeiro foi São José do Cristianismo às margens do rio Itararé, em fins dos anos de 1840; o segundo foi o núcleo de São José da Boa Vista, que em 1875 incorporou o primeiro em função de suas condições insalubres. E segue-se a fundação dos núcleos como Siqueira Campos, Tomazina, Santana do Itararé, Salto do Itararé, Ribeirão Claro, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Carlópolis (FRESCA, 2007, p.209).

Podemos ressaltar aqui um momento fundamental: parte do que seria a rede urbana do Norte do Paraná teve sua origem com a criação de alguns dos núcleos urbanos, cujas localizações foram direcionadas pelos cursos e divisores d'água.

Wachowicz (2001, p. 258), esclarece “[...] que os núcleos mais antigos do Norte Pioneiro, como São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Santa Ana do Itararé, não vão caracterizar-se como produtores de café. Sua economia era inicialmente baseada na policultura”. Ainda na visão Wachowicz (2001), a questão nevrálgica desses núcleos era a falta de comunicação com outras partes do território paranaense, para São Paulo só havia péssimos caminhos que davam passagem às tropas; as negociações eram feitas a partir da barganha.

Dentro das combinações geográficas, outra questão que merece ser destaque é o fato de essa porção do Norte do Paraná estar na divisa entre o Segundo o Terceiro Planalto. A porção do Segundo Planalto apresenta os solos variados e de baixa fertilidade, suscetíveis aos processos erosivos próprios do relevo mais acidentado; já na área localizada no Terceiro Planalto, há o predomínio do solo do tipo terra roxa estruturada de alta fertilidade (IPARDES, 2006).

As mudanças econômicas e sociais constituídas não deram conta de toda a articulação necessária com a economia paulista e com a economia do Paraná, predominando uma economia de subsistência e pouca produção para a comercialização.

Uma atividade de muita importância nesta porção do Norte do Paraná foi a criação de suínos, num sistema denominado de safra, que consistia no seguinte:

[...] o interessado derrubava 20, 30 ou até 50 alqueires de matas. Após a queimada, plantava-se milho, abóbora, batata-doce. Quando o milho já estava crescendo, o safrista percorria o sertão e comprava porcos dos sitiantes. Comprava oito, dez, quinze de cada um. Esses animais eram então soltos no milharal. Passavam ali de cem a cento e vinte dias, após o que eram recolhidos e tropeados em direção aos mercados e locais de industrialização. [...] a população começou então a exportar milho a pé. Milho não tinha mercado, mas a banha de suíno sim (WACHOWICZ, 2001, p. 259).

A crescente produção brasileira de banha, nas primeiras décadas do século XX, provocou enorme surto da criação de suínos no norte Velho e Sudoeste do Paraná, surto esse paralelo à expansão em direção às terras florestadas não ocupadas (CORRÊA, 1970, p.89). Nesse contexto, o norte Pioneiro foi favorecido por este tipo de pecuária, fato diretamente relacionado à expansão do mercado de consumidor paulista.

Tanto Wachowicz (2001) como Corrêa (1970) asseguram que a expressiva produção de suínos no Norte pioneiro chamava a atenção dos maiores frigoríficos brasileiros, a ponto de Francisco Matarazzo instalar um frigorífico em Jaguariaíva. “Valendo-se da estrada de ferro São Paulo-Rio-Grande. Seus compradores espalharam-se pela região: Siqueira Campos, Joaquim Távora, Curiúva, Ibaiti, Ribeirão do Pinhal, Pinhalão etc.[...] eram tropeados e industrializados em Jaguariaíva” (WACHOWICZ,2001, p. 259-260).

Wachowicz (2001) assegura que, com a abertura da estrada do Cerne na década de 1930, o sistema de safra praticamente deixou de existir. Dessa maneira, uma nova etapa se processou, pois o transporte, a partir desse momento, passou a ser feito por caminhões, liquidando o sistema de safras, sem contar que tanto o povoamento quanto o progresso da porção chamada de Norte Velho não favoreciam mais o sistema de criação de porcos até então em evidência. Concomitantemente, Corrêa (1970) atesta que a atividade passou a ter grande expressão no sudoeste paranaense.

Os centros de povoamento anteriormente caracterizados não tiveram expressiva ocupação, conservaram-se à condição de pequenos povoados até as primeiras décadas do século XX, quando novos processos relacionados à colonização começaram a se desenvolver, a exemplo da proximidade do avanço da frente pioneira paulista, integrando muito mais a economia paranaense àquela realidade.

Nesse contexto, a aproximação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1905 em Ourinhos, foi fundamental para o povoamento da área, assim como a ocupação do Planalto na direção oriental do Rio Tibagi, que teve íntima ligação com a expansão dos cafeicultores paulistas.

Dessa forma, a frente pioneira avançou com extraordinária rapidez, acompanhada pelos cafezais e os trilhos da ferrovia. Agora, com a vantagem de poder escoar a produção, um aumento gradativo do número de cidades, acompanhando por novas estratégias de povoamento, resultou num processo de crescimento daquelas previamente fundadas, certas atividades urbanas etc.

Nesse sentido, é importante explicar que, quando a cafeicultura passou a ser praticada no Norte pioneiro, esta foi realizada em grandes propriedades; com o sistema de

colonato e mão de obra imigrante; com as máquinas de beneficiamento internas à propriedade; com forte controle sobre os trabalhadores à exemplo da obrigatoriedade dos mesmos adquirir seus produtos em armazéns instalados nas fazendas; relativa fraca divisão do trabalho entre campo e cidade já que as demandas da produção eram em sua maior parte realizadas dentro da fazenda, conforme demonstra Fresca (2000), ao discutir Jacarezinho.

A rede urbana em estruturação nesta porção do estado apresentava ainda fraca articulação entre os centros urbanos, tendo em vista que a produção agrícola era beneficiada, transportada e comercializada a partir dos proprietários agrícolas. Resultava à cidade a presença de atividades comerciais e prestadoras de serviços que atendessem demandas de população urbana e rural que não presentes nas fazendas.

Assim, tem-se a estruturação de uma parcela da rede urbana norte paranaense no contexto da formação socioespacial da grande propriedade rural.

1.2 REDE URBANA E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA PEQUENA PROPRIEDADE

São inúmeros os processos de povoamento na porção Norte do Paraná e de estruturação da rede urbana. Temporalmente, tais processos se realizam a partir dos anos de 1930, à medida que aconteceu um expressivo aumento da população, assim como da produção.

Para Westphalen, Machado e Balhana (1988, p.15) “Nas primeiras décadas do século XX, com a fundação de [...] Cambará (1904), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procopio (1924), efetivadas às últimas, sobretudo pela chegada a Ourinhos (1908) da estrada de Ferro Sorocabana”, efetivou-se a colonização da área entre os rios Itararé e Tibagi. A instalação dos núcleos urbanos foi de grande contribuição na nova fase de ocupação e também em relação à dinâmica econômica da área.

A cafeicultura foi fundamental para o notável desenvolvimento e dinamismo da economia paranaense durante o século XX. A ocupação dessa porção do estado, nesse período, teve por base uma estrutura fundiária assinalada pela presença das pequenas e médias propriedades, atraindo um grande contingente populacional diante da incorporação de novas terras à produção.

Embora a ocupação do Norte do Paraná não possa ser entendida como um processo linear, neste trabalho foi adotado, em termos temporais, a ocupação dos anos a partir de 1930, que gerou a formação socioespacial da pequena propriedade.

Para Serra (1992), historicamente a cafeicultura apresentou etapas de melhor desenvolvimento, e, da mesma maneira, o processo de regionalização também se apresentou em fases, à medida que as lavouras de café se expandiram⁵.

As etapas que assinalaram a ocupação do Norte do Paraná, de acordo com Westphalen, Machado e Balhana (1988), remetem ao Norte velho: do nordeste de São Paulo até a margem direita do rio Tibagi, município de Jataizinho, ocupação efetivada pelos migrantes paulistas e mineiros, uma ocupação considerada espontânea até a interferência do Estado em 1920; ao Norte Novo: área abrangida entre os rios Tibagi até o rio Ivaí, relacionada à colonização desenvolvida pelo projeto de colonização de iniciativa privada; Norte Novíssimo: área de abrangência desde o rio Ivaí ao rio Paraná e ao Sul com o rio Piquirí, colonizada a partir da década de 1940.

O que se acordou chamar de Norte do Paraná está atrelado à combinação dos fatores fisiográficos relacionados à atividade econômica, assim como à acelerada ocupação, que marcou o processo de formação socioespacial dessa parte do território nacional.

Em direção sul, para o planalto meridional, a região do chamado norte do Paraná é a que mais diretamente se liga a São Paulo, apresentando, inclusive aspectos de desenvolvimento econômico que mais se assemelham aos do processo ocorrido no oeste paulista: avanço da agricultura tropical por área de matas latifoliadas, com café e algodão (GEIGER, 1963, p. 277).

Assim, a rápida ocupação do Norte do Paraná, atrelada a fatores naturais como o solo, aconteceu a partir de um processo de expansão da atividade cafeeira como prolongamento do estado de São Paulo, ou seja, como uma continuidade de um processo que ocorria naquele estado.

Padis (1981, p. 83) sintetiza os fatores mais significativos, que em conjunto, fizeram parte do processo de formação socioespacial do Norte do Paraná, dentre eles destaca: “[...] qualidade das terras, a situação da economia nacional no contexto internacional, depois da crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista nesse período, e, talvez de modo especial, o surto da industrialização de São Paulo, a partir da década de trinta”.

São diversos os processos que fizeram parte da ocupação das terras no Norte do Paraná, assim como da estruturação da rede urbana. Embora a maior importância ocorra a

⁵ O norte do Paraná pode ser dividido/ regionalizado em Pioneiro: desde a divisa de São Paulo até o rio Tibagi; o Norte Novo, do rio Tibagi, passando por Londrina até as margens do rio Ivaí e Paranapanema; e o Norte Novíssimo do Rio Ivaí ao Paraná e ao Rio Piquirí (SERRA, 1992).

partir de 1930, como destacado anteriormente, ela teve início a partir de meados do século XIX e foi concluída por volta de meados do século XX.

No começo do século XX, a anexação de novas terras no norte paranaense esteve vinculada à expansão e mobilidade de fazendeiros e trabalhadores paulistas objetivando a produção de café.

No ano de 1931, começaram a surgir os primeiros excedentes brasileiros da produção cafeeira. O mundo começou a produzir mais café do que seu próprio consumo. Para deter a expansão da produção cafeeira, o governo federal criou, pelo prazo de 5 anos, um imposto anual de 1\$000rs. Sobre cada pé novo de café plantado (WACHOWICZ, 1987, 124-125).

Essa política intervencionista era um problema sério para o desenvolvimento da cultura do café no Estado do Paraná. Diante dos protestos paranaenses, a lei criada foi alterada, e, para Wachowicz (1987), ela passou a prevalecer apenas para as Unidades de Federação que já apresentavam mais de 50 milhões de pés, o caso de São Paulo.

Como os cafezais paranaenses não ultrapassavam os 50 milhões de pés, a lei restritiva não influenciou ou afetou a ocupação e o desenvolvimento no Norte do Paraná. Se nos outros estados o café não podia sofrer expansão, o Paraná estava apto a receber novos investimentos, embora o sistema de comunicação ainda se mostrasse de forma precária.

No início dos anos de 1930, o Paraná possuía 17 milhões de pés de café plantados, ao mesmo tempo em que o estado de São Paulo, o maior produtor brasileiro, possuía 46 vezes mais pés de café.

A efetivação da produção cafeeira tinha relação direta com as possibilidades de escoamento da produção, não bastando produzir, era preciso também escoar, assim:

Em 1920, concedia o Estado do Paraná a um grupo econômico paulista, liderando por Antônio Barbosa Ferraz, a exploração por 70 anos de uma estrada de ferro que, partindo de uma conexão com a sorocabana em Ourinhos, cortasse o rio das Cinzas e Laranjinha, passasse pela ex-colônia de Jataí, e fosse até a margem esquerda do rio Paraná, fronteira com o Paraguai (WACHOWICZ, 2001, p.263).

Fresca (2007, p.214) afirma que “[...] a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná teve em 1924 inaugurado o primeiro trecho da ferrovia na estação de Leoflora (localizada nas terras do Major Barbosa Ferraz) e que em 1925 atingiu Cambará”. A estrada de ferro objetivava, num primeiro momento, articular Ourinhos a Cambará, com 29 quilômetros de extensão. Mesmo com a inauguração de parte da ferrovia, os paulistas tinham plena convicção

que, diante das condições financeiras do período, não conseguiriam levar adiante o projeto, especialmente diante das sucessivas quedas no preço do café, implicando na intervenção financeira do governo estadual a partir de empréstimos.

Em busca de solução para a questão da continuidade da implantação da linha férrea, foi atraído um grupo de ingleses que “[...] adquiriram o controle acionário da ferrovia São Paulo - Paraná” (WACHOWICZ, 2001, p. 264). De acordo com Cambiaghi (2007, p. 78), “Fudam-se, então, duas companhias: uma que deveria prolongar a estrada de ferro que chegava até Cambará, a Companhia São Paulo – Paraná; e a outra, que é puramente imobiliária é a Companhia de Terras Norte do Paraná”. Portanto, objetivando a valorização das terras no norte do Paraná, aconteceu a articulação entre a ampliação da extensão da ferrovia e os negócios fundiários.

Fundada na capital paulista em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná era uma filial da Paraná *Plantation* Ltda. De capital inglesa, a empresa tinha interesse, num primeiro momento, em adquirir terras e desenvolver a produção de algodão para a indústria têxtil inglesa. Mas rapidamente redirecionou seus interesses.

Diante de tal contexto, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná- CMNP (1977, p.249-250) afirma que:

[...] em outubro de 1925, foram compradas duas glebas de terras: uma, de 350.000 alqueires, juntamente com uma concessão ferroviária, vendida pela Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, que a possuía por títulos particulares, além da concessão estadual; a outra, de 100.000 alqueires, transmitida pelo Dr. Custódio José Coelho de Almeida.

De acordo com a CMNP (1977), desde a sua fundação até 1928, foram adquiridos 515.017 alqueires no Paraná, e deu início a um novo processo chamado de colonização planejada, pautada em experiências vivenciadas pelos paulistas, uma colonização de economia capitalista moderna.

Para Fresca (2004, p.49), “Não se tratava apenas de comercialização de terras, da construção de estradas e de ferrovias como elementos cruciais para fazer avançar a ocupação. Não maiores fazendas, mas o predomínio absoluto e relativo das pequenas e médias propriedades”. As características evidenciadas representavam a base da concretização da pequena produção mercantil na porção setentrional do Paraná.

O cuidado com o planejamento da ocupação das terras por parte da Companhia de Terras impôs a instalação de estradas, criando uma rede permanente de rotas, ao ponto que nenhum colono ficasse a mais de 3.000 metros de qualquer estrada.

Fresca (2007, p.224) aponta que Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP deu início a suas atividades fundando o primeiro acampamento, o patrimônio Três Bocas, futuramente o patrimônio de Londrina, para servir de base ao amplo projeto de loteamento. Monbeig (1944, p.224) caracteriza “[...] loteamento como uma transação comercial, e como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor”; assim, comercializar o máximo possível com o melhor preço.

Para Müller (2007, p.232), “[...] em julho de 1929, a Companhia tomou posse efetiva de sua enorme propriedade com a fundação da cidade destinada a lhe servir de sede e de “capital” da zona por ela colonizada: Londrina”. Para a CMNP (1977), as finalidades dessa Companhia passaram a ser analisadas a partir da fundação de Londrina e da travessia do rio Tibagi, a partir da inauguração da ponte em 1934. Portanto, Londrina passou a ser o núcleo urbano para a atuação da empresa colonizadora, bem como o loteamento fundiário dessa parte do norte do estado.

Em Londrina, iniciou-se o desenvolvimento de atividades relacionadas às estratégias de loteamento, de levantamentos topográficos, à efetivação das estradas, à localização dos núcleos urbanos. No divisor de águas entre as bacias do rio Ivaí e Paranapanema, cuja topografia é plana e larga, foram projetadas as rodovias e uma ferrovia, assim como foram delimitadas as áreas que abrigariam os principais núcleos urbanos. Criando uma hierarquia de estradas e localização estratégica de centros urbanos de vários escalões, toda a área a ser colonizada ficaria articulada ao sistema de circulação.

Nas escritas de Bernardes (2007, p. 183), “em 1943 a rodovia atingia Rolândia onde logo instalaram os primeiros povoadores e em 1935 a frente pioneira alcançava Arapongas”.

Müller (2007) destaca que os lotes eram divididos em faixas, indo dos divisores de águas aos vales, apresentando respectivamente os lados menores voltados para a água e outro lado para a estrada, havendo cuidado para que as propriedades não ficassem a mais que 15 km de uma vila ou cidade. Concomitantemente, ao desenvolvimento do loteamento, aconteceu a expansão da linha férrea, que foi gradativa na década de 1930, atingindo, Jataizinho, Iporã, Londrina, Cambé Arapongas e Apucarana.

De acordo com Fresca (2007, p. 215), “[...] De uma maneira geral, após 1929 as terras incorporadas à agricultura o foram a partir dos loteamentos voltados para as pequenas e médias propriedades”.

Entretanto ainda muito mais do que às tradições culturais trazidas por cada raça, é a pequena propriedade que se deve atribuir à policultura: de fato, toda a zona da Companhia inglesa é território de pequenas propriedades. Não se contam senão duas fazendas de 200 alqueires e grande maioria das explorações agrícolas têm uma área variando de 5 a 25 alqueires (MONBEIG, 1935, p.223-224).

Nesse momento, é interessante destacar que a Companhia de Terras Norte do Paraná, nem sempre se utilizou de estratégias de ocupação favoráveis à democracia que divulgavam colocar em prática na região (TOMAZI, 1997).

Algumas situações foram fundamentais para avançar a ocupação liderada pela CTNP, como constatasse nas escritas de Fresca (2007), ao afirmar que várias famílias de colonos do estado de São Paulo, imigrantes de várias gerações, que vieram com o objetivo de trabalhar na cafeicultura paulista, ao acumularem certa quantidade de dinheiro, compraram pequenos pedaços de terra no Norte do Paraná, passando de empregados a pequenos proprietários.

CTNP (1977, p. 124) afirma que os futuros proprietários

[...] visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos.

A partir da proposta executada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, outro momento se processou em prol da continuidade da frente pioneira e estruturação da rede urbana no Norte do Paraná.

A exemplo da CTNP, muitas outras Companhias se formaram, com menor expressão, mas também planejando cidades, implantando loteamentos, em áreas cuja valorização era contada como certa. A partir desses processos, a especulação fundiária se expandiu, tendo como consequência o rápido deslocamento para oeste da frente pioneira.

Nessa etapa do povoamento do Norte paranaense, o grande atrativo à população para o estado foi motivado especialmente pela propaganda que as companhias imobiliárias praticavam, ao evidenciar as situações positivas em adquirir um dos seus lotes, seja rural ou urbano, num processo que estimulava a vinda tanto de brasileiros de outras regiões como de imigrantes.

As cidades a partir de então não mais eram criadas espontaneamente, como prática comum de fazendeiros que doavam terras ao “santo” e, à medida que tinham a construção da

igreja, em que havia toda a concentração populacional nos arredores, como acontecia na ocupação do Norte Pioneiro (FRESCA, 2004). Agora havia planejamento, baseado em critérios, como a localização em relação direta com a presença da estrada de ferro, que por sua vez estava atrelada à topografia, dando preferência às porções mais planas e altas das áreas. Os núcleos urbanos criados pela CTNP apresentaram suas plantas antecedendo a estabelecimento das cidades.

As diferenças não estavam relacionadas apenas em relação à forma de fundação das cidades, como esclarece Fresca (2007, p.226):

Eram diferenças na sua dinâmica econômica, vinculadas à outra divisão social e territorial do trabalho [...] A cidade agora deveria, através dos seus comerciantes, industriais, agentes financeiros, etc., atender as demandas de uma elevada população rural. A dinâmica agrícola com base na contínua diversificação da produção, na pequena escala de cada um dos produtores implicava no desenvolvimento, nas cidades, de serviços e oferta de bens destinados àquela atividade.

Estava em processo uma nova fase nas articulações do campo com a cidade, esta última agora tinha a função de atender demandas de produções agrícolas diversificadas e as necessidades da população do campo e da própria cidade.

Cambiaghi (2007, p. 80) demonstra que dos povoadores na área, “[...] nesta fase do povoamento do Norte do Paraná destacam-se paulistas, minérios e fluminenses”, aparecem ainda os chamados nortistas, também conhecidos por “bairianos”. Destaque também deve ser dado a um número expressivo de estrangeiros, “elementos já fixados em outros estados brasileiros, como italianos e japoneses de São Paulo; poloneses do sul do Paraná; alemães de Santa Catarina, etc.” Na maior parte das vezes, o deslocamento acontecia de forma espontânea, tendo os solos férteis da terra roxa como principal atrativo.

Ainda nas escritas de Cambiaghi (2007), havia a fixação de estrangeiros de forma planejada, a exemplo da Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada, que comprou 18.000 alqueires de terras no Norte paranaense e instalou 3000 japoneses, no atual município de Assaí. Com sede na capital paulista, essa sociedade foi fundada em 1929 e foi responsável pelo loteamento rural em pequenos estabelecimentos rurais e a fundação de Assaí.

Tanto o governo brasileiro quanto o inglês, durante o período da Segunda Grande Guerra mundial, empregaram políticas que afetaram diretamente as atividades da CTNP. Entre as medidas impostas, estavam o veto por parte do governo brasileiro à propriedade territorial a estrangeiros, uma questão de segurança nacional, ao mesmo tempo em que o

governo inglês “[...] adotou uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no exterior” (CMNP, 1977, p.97).

A Companhia de Terras Norte do Paraná foi vendida em 1944 para um grupo de capitalistas paulistas, sendo denominada, a partir desse momento, de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP. Com a nova administração e ainda levando em consideração o planejamento pré-existentes, a Companhia abriu-se também para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e indústria. Importa referir que parte dos novos proprietários da CMNP já eram acionistas da CTNP.

Sob o comando do novo grupo capitalista paulista, a CMNP fundou em 1947, a cidade de Maringá, tida como a cidade mais importante sentido oeste, depois de Londrina. Como assegura Müller (2007, p.42), relacionada também à nova etapa de ocupação do Norte do Paraná, destacam-se “as cidades de Apucarana, Mandaguari, Pirapó, e Jandaia. Na atual frente pioneira, junto à zona do Ivaí, dá seus primeiros passos a futura cidade de Cianorte, provável nova capital regional, como Maringá e Londrina”. As estratégias da CMNP (1977) estavam articuladas à formação da rede urbana, que, além da localização dos núcleos urbanos, já tinha uma previsão de como aconteceria. Pelas diretrizes adotadas a cada 100 quilômetros haveria a implantação de uma cidade para ser um centro urbano principal, ofertando serviços e produtos de demanda menor; os núcleos em evidência ganharam uma posição privilegiada junto ao divisor de águas, onde foram instaladas a ferrovia e a rodovia principal. Intermediário aos núcleos de maior porte, entre 10 e 15 quilômetros seriam fundados os patrimônios, pequenos núcleos urbanos com o objetivo de atender às necessidades mais imediatas da população rural. Assim sendo, a medida que havia o predomínio de pequenas propriedades, com uma atividade agrícola que exigia ampla quantidade de mão de obra, eram fundamentais para a garantia de atendimento das demandas de produção e população rural.

Na continuidade da incorporação de novas terras (a produção no norte do Paraná em direção oeste), tem-se outra fase, iniciada na década de 1940, que se refere ao Norte Novíssimo. As características dessa ocupação não diferem muito daquelas no Norte Novo, ou seja, foram direcionadas pela CMNP e pela ação do Estado. Esse momento é marcado pela proliferação de núcleos urbanos, sendo os principais, representados por Paranaíba, Cianorte, Campo Mourão e Umuarama.

Bernardes (2007, p.185) afirma que “[...] de 1947 a 1948, progrediram as derrubadas ao longo da estrada-tronco até quase o limite ocidental da propriedade da Companhia”. Ainda na visão da autora, de Maringá em sentido ocidental a uma distância de aproximadamente 20 quilômetros, era possível perceber novos cafezais, culturas de mamona, algodão e milho. Na

sequência, a mata era fechada, seguida por uma estrada, que deixando as terras da CMNP, voltava-se para Paranavaí e Porto São José, no chamado Paraná Novíssimo.

Müller (2007, p.42) destaca a ação do estado na ocupação, explicando que

Contando ainda com terras na orla da gleba da ‘Companhia Melhoramentos Norte do Paraná’, o governo iniciou a partir de 1939, a abertura de quatro novas colônias: Içara, Jaguapitã e Centenário, ao Norte, de áreas relativamente pequenas, e, a oeste a enorme colônia de Paranavaí.

As colônias de Içara e Jaguapitã, por estarem mais próximas da área de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, apresentavam vantagens relacionadas às estradas, à linha férrea e às cidades que já se apresentavam como mercados para os produtos agrícolas dessa área.

Em sua parte sudeste junto à divisa da Cia de Terras Norte do Paraná foi construída a sede, a 78 quilômetros de Maringá e 205 de Londrina, em situação que permite fácil comunicação com os lotes rurais da colônia. Nessa área, por ocasião do início da demarcação, em 1942, achavam-se radicados apenas dois habitantes remanescentes da antiga fazenda Brasileira, uma *plantation* de café que aí tinha sido tentada sem êxito (BERNARDES, 2007, p.189).

Apesar das vantagens apresentadas pelas colônias anteriormente evidenciadas, Gleba Pirapó, que passou a ser denominada de Paranavaí, chamava a atenção diante de sua extensão, que abarcava de leste para oeste do estado, desde os limites ocidentais da CMNP até a margem esquerda do rio Paraná. Nesse processo, a sede de Paranavaí foi instalada no local da antiga casa da sede da Fazenda Brasileira, que fora uma concessão do estado do Paraná à Braviaco - Companhia Brasileira de Aviação e Comércio, que, por não cumprir o acordo firmado com o Estado de promover a colonização das terras por sua própria conta, perdeu todos os títulos de domínio expendido.

Em consequências desses atos, a Fazenda Brasileira foi desocupada e abandonada, dando início a um novo processo de ocupação, agora centrada na ação do estado.

A partir de 1942, com a inauguração da estrada que ligava Porto São José à Maringá, houve o início da demarcação de terras na Colônia de Paranavaí. Os critérios utilizados para a divisão de terras eram diversos:

[...] os lotes são pequenos, de 40 a 80 alqueires; mais para o sul, os lotes são ainda menores de 20 a 70 alqueires devido à existência da terra roxa. Às margens do Ivaí, em virtude da escassez de aguadas e de estradas, os lotes são bem maiores, indo até 500 hectares. [...] a ocupação se fez principalmente ao longo da estrada para Porto São José (MÜLLER, 2007, p. 43-44).

Sobre as glebas originadas a partir da divisão da Colônia de Paranavaí, aconteceram muitas tentativas de grilagem, acompanhadas de muitos conflitos pela posse dessas terras. Apesar disso, sua ocupação aconteceu de maneira muito rápida.

Mesmo com todos os conflitos agrários, essa porção do estado continuou a ser ocupada, os colonos que chegaram nessa parte do Paraná “se dedicavam ao plantio de cereais, café e pecuária” (ALCÂNTARA, 1987, p. 41).

Ao destacar a origem de alguns municípios, à medida que a Colônia de Paranavaí ia sendo dividida, Rompatto (2012, p.6) esclarece que:

[...] enquanto Paranavaí e municípios como Nova Aliança do Ivaí (1944), Amaporã (1948), Santa Mônica e São Pedro do Paraná (1951) tiveram origem da (re)ocupação oficial, ou seja, foram colonizados a partir da Colônia Paranavaí pertencente ao Estado, os demais municípios da região Noroeste surgiram da iniciativa privada, isto, é foram colonizados por empresas particulares, à exemplo da Companhia de Terra Norte do Paraná.

Bragueto (2007) expõe que, além da ação do Estado, diferentes companhias de colonização de pequeno porte atuaram nessa porção do norte do estado. A Companhia Melhoramento Norte do Paraná teve atuação no Norte Novíssimo, com compras de terras que culminaram na origem, dentre outras cidades, de Cianorte e Umurama, numa estratégia também relacionada à venda de pequenos lotes rurais.

O Norte do Paraná apresentou um crescimento populacional muito intenso e rápido, que aconteceu até 1960 e esteve muito mais relacionado à chegada de novos habitantes, tanto como proprietários como por trabalhadores relacionados às áreas rurais e urbanas, do que pelo crescimento vegetativo da população presente, que também era elevado.

Nesse sentido, passou-se a estruturar nessa área uma rede urbana destinada a escoar produção agrícola, transportar pessoas e outras mercadorias, obedecendo ao planejamento prévio da CMNP.

Monbeig (1944, p.12) salienta que “[...] as malhas apertadas da rede de estradas e caminhos através dos lotes do Norte do Paraná garantem as relações regulares entre os colonos e as aglomerações urbanas em vias de se constituírem”. Se, num primeiro momento, as frente pioneiras estavam articulada com a criação das fazendas; num momento posterior, elas são assinaladas pela gênese de núcleos urbanos vinculados aos pequenos lotes rurais. Em outras palavras, a ocupação do extremo leste do Norte do Paraná teve início a partir da grande propriedade rural, mas, a medida que o tempo passou, novos processos se efetivaram, dando origem a rede urbana a partir da pequena propriedade rural.

Esses elementos destacam como ocorreu a estruturação da rede urbana regional, pois revelam as diferenças presentes entre os centros urbanos criados, diferenças nas relações interurbanas,

ligadas ao poder aquisitivo das pessoas que mantinham relações comerciais, tanto na venda como na compra junto às cidades regionais. No caso dos fazendeiros, as relações eram diretamente interurbanas, já os pequenos produtores mantinham relações comerciais basicamente com o núcleo urbano do município em que morava.

Como salienta Santos (1979, p. 265), “[...] a rede urbana não tem o mesmo significado para as diferentes camadas socioeconômicas. Há uma utilização socialmente diferenciada da rede urbana, cuja determinante maior não é a distância física, mas a distância social”.

O No caso do Oeste do estado, desde as últimas décadas do século XIX, já havia sido incorporado ao sistema baseado nas *Obrages*. O Sudoeste do Paraná, delimitado pelas terras ao sul do Rio Iguaçu, não apresentava nenhuma base de exploração econômica, seja direta ou indiretamente relacionada ao mercado.

A ocupação do Sudoeste do Paraná, em uma etapa mais moderna, aconteceu especialmente a partir de 1940, quando houve a finalização dos conflitos referentes e a delimitação das fronteiras externas como internas da região.

As combinações geográficas que podem ser levadas em consideração para que o Sudoeste do Paraná apresentasse uma colonização fundamentada na pequena produção mercantil se devem ao fato de que esta parte do estado “era coberta por matas densas, [...] além de contar com um relevo bastante acidentado, fator limitante para a utilização e conservação dos solos” (CASARIL, 2014, p.119).

Assim, um relevo acidentado tende a favorecer o processo de erosão, atrapalha a utilização de máquinas e carece de maior emprego de mão de obra do que nas áreas campestres, justificando a retirada da mata. Portanto, os aspectos naturais podem ser utilizados para justificar, pelo menos em parte, a formação socioespacial relacionada à ocupação da região por grupos populacionais vindos especialmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, colocando em prática uma agricultura familiar, em pequenas propriedades, desenvolvendo a pequena produção mercantil.

As condições naturais podem facilitar as mais variadas combinações geográficas, ajudando no seu desenvolvimento, mas o fator humano deve ser somado, a exemplo do que aconteceu nas porções sudoeste e no norte do estado do Paraná, onde:

A vida regional pode brotar, não importa em que lugar do planeta, pois, além dos fatores físicos, mais ou menos favoráveis, é preciso considerar o dinamismo da humanidade, que aí se instala, (densidade, caracteres étnicos, etc.), sua técnica, suas concepções políticas ou organizadoras (CHOLLEY, 1964, p.27).

As combinações destacadas possibilitam caracterizar as variadas determinações geográficas, fato relacionado à ocorrência da formação socioespacial relacionada com o predomínio da pequena propriedade rural e por consequência da pequena produção mercantil.

Neste contexto, até 1940, a porção sudoeste do estado caracterizava-se por apresentar um povoamento escasso, uma economia incipiente, além de ser pouco articulada ao circuito comercial nacional. Para Dias (2006), o povoamento estava restrito a uma pequena população cabocla, que vivia como posseiros em condições precárias. No modo de vida caboclo, a regularização formal das terras que se utilizavam não era uma prioridade, a propriedade privada era negligenciada.

Nas escritas de Westplanlen (1988, p.30), “Não havia mercado nem transporte, não havia, pois, razão de maior interesse ou de procura da terra, muito menos pela disputa do seu domínio pleno”. Nesse contexto, havia uma ideia de como se manifestava a ocupação do Sudoeste paranaense nas primeiras décadas do século XX.

A população luso-brasileira pobre, que iniciou a ocupação nesta porção do estado, ficou conhecida como cabocla. Para Corrêa (1970), esses precursores anônimos eram de origem luso-brasileira, originados a partir de fazendeiros empobrecidos e agregados (trabalhadores das fazendas de gado cujas famílias aumentaram e não encontraram ocupação) dos Campos de Palmas, Guarapuava, dos Campos Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Os caboclos tinham preocupação prioritariamente com sua sobrevivência, daí a falta de interesse em criar ou reivindicar infraestrutura que assegurasse a comercialização de seus produtos. As articulações com a economia do estado do Paraná eram imperceptíveis e sazonais.

A atividade econômica mais duradoura e que mais se desenvolveu pelos caboclos foi a criação de porcos, que, segundo Corrêa (1970, p. 92-93):

De um lado dominava a criação de porcos soltos no mato – a criação de ‘porco alçado’, alimentados exclusivamente daquilo que a vegetação fornecia. [...] Neste sistema primitivo, onde o único trato que os suínos recebiam era o sal, os porcos eram criados até atingir algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos “safristas”, que os engordavam, ou, atingindo certo tamanho eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória.

Westphalen; Machado e Balhana (1988, p. 7) demonstram que

[...] desde, mais ou menos, 1900 a 1930, as matas foram desaparecendo com a formação de lavouras de cereais, com a criação de suínos e com o aparecimento de cidades e municípios novos [...] no Sudoeste do Paraná. Na década de 1940, essa colonização ultrapassava o rio Iguaçu, entrando no oeste paranaense, ao longo do rio Paraná, até encontrar, na altura de Campo Mourão, as frentes pioneiras.

A partir dos acontecimentos que marcaram a revolução de 1930 e o início do governo Vargas, que tinha como meta no processo de desenvolvimento do Brasil ampliar as qualidades necessárias para efetiva ocupação de extensas áreas de terras do interior

Paranaense, numa tentativa de articulá-las com os centros de poder econômico e político localizados na Região Sudeste brasileira.

A década de 1940 revelou-se, principalmente, como uma etapa de povoamento intensivo, onde as companhias colonizadoras particulares, gaúchas em sua maioria absoluta, desempenharam um papel de fundamental importância. A ação governamental cedeu espaço aos empreendimentos de caráter empresarial, alicerçados, fundamentalmente, na venda de pequenos lotes agrícolas aos colonos interessados no cultivo direto da terra. Os projetos colonizadores se multiplicaram atraíram milhares de famílias durante as décadas de 1940-50 (COLODEL, 2008, P.68).

No final da década de 1940, aconteceu maior articulação do Oeste-Sudoeste do Paraná; já na década de 1950 e 1960, ocorreu uma intensificação do processo de ocupação dessa porção do Estado, apontada pela presença de colonos gaúchos e catarinenses, preocupados em arraigarem-se nessas terras, onde tinham a chance de acesso à mesma para cultivo, oportunidade essa muito mais difícil que em seus estados de origem. A migração em destaque foi motivada a partir da política de ocupação das novas fronteiras agrícolas, culminando na década de 1970 com a criação oficial de vários municípios nessa porção do estado.

Muitas empresas privadas exerceram importante papel na colonização, direcionando ou não a integração do oeste ao sistema mercantil, vendendo terras e participando de atividades lucrativas, a exemplo das serrarias que predominavam na exploração da madeira no período.

Westphalen, Machado e Balhana (1988, p. 18) apontam que

[...] nessa nova fase do povoamento do Oeste paranaense, Companhias colonizadoras, particulares, empreenderam também grande ação e dinamismo. Entre essas companhias, pela organização colonizadora, pelo espírito de empresa e pela importância que teve o empreendimento, destaca-se a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A. - Maripá, com sede no atual município de Toledo.

A Maripá era uma empresa formada por comerciantes do Rio Grande do Sul, que, na década de 1940, adquiriram a fazenda Britânica, que pertencia a Companhia Madeiras Del Alto Paraná, cuja sede situava-se na capital Argentina. Westphalen, Machado e Balhana (1988) afirmam que a partir da Maripá foram organizadas todas as estratégias em prol das vendas dos lotes tanto no rural como no urbano, a exemplo da abertura de picadas e estradas, reserva de áreas para a cidade de Toledo e mais 13 núcleos urbanos.

[...] evidencia que o lote urbano, a chácara e a colônia foram às unidades seguidas pela Maripá, às chácaras que circundam os núcleos urbanos foram, em média, de um alqueire, enquanto que as colônias sítios muito parecido com o planejamento acontecido no Norte do Paraná, servidas sempre por água corrente, foram demarcadas com a área média de 10 alqueires (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 18).

Vários desdobramentos históricos contribuíram para a manutenção e o predomínio de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar no sudoeste e oeste do Estado do Paraná. O estudo de Dias (2006) demonstra que, dentre os motivos que justificam tal situação estão: estratégias de empresas como a Maripá de valorar mais a terra, pois o rápido povoamento servia como propaganda e era prova da qualidade da colônia; ações por parte do governo Vargas em ocupar novas áreas do interior do Brasil; a forma social de produção implantada pelos colonos descendentes de europeus, com mão de obra familiar representados, no caso, pelos catarinenses e gaúchos, materializada a partir da agricultura que, geralmente, era praticamente para o autoconsumo; a atuação da imprensa em pressionar o governo em relação aos conflitos que marcaram presença na ocupação das terras da região.

Obviamente que a visão da empresa colonizadora era obter maior renda e lucros, além de ser um sistema adotado para atrair mais consumidores e concomitantemente maior povoamento, situação também relacionada aos planos de urbanização.

Westphalen, Machado e Balhana (1988) apontam que havia a possibilidade de adquirir até mais que um lote por parte dos compradores, mas, ao mesmo tempo, percebia-se a falta de recursos para tal, restringindo assim a presença de grandes propriedades. O sucesso do empreendimento foi grandioso, ao ponto de, no início da década de 1950, todos os lotes delimitados já estarem vendidos ou comprometidos.

Foram criados vários municípios de fundamental importância socioeconômica para o Oeste e Sudoeste do Paraná, a exemplo de Cascavel, Guaíra, Santa Helena, Toledo, Medianeira, Guaraniaçu e Marechal Cândido Rondon.

Dias (2006) afirma que, no final da década de 1940, já havia habitações e algum comércio instalado em Toledo, além do escritório da Maripá. No início da década de 1950, surgiram as primeiras casas em General Rondon, atual Marechal Cândido Rondon, o segundo núcleo mais próspero projetado pela Companhia Maripá. Nesse mesmo período, Toledo foi elevado a município, assim como ocorreu a criação de vários outros núcleos urbanos. “[...] de 1951 e 1954 são fundadas as vilas de Novo Sarandi; Quatro Pontes; Margarida; Vila Nova; Novo Três Passos; Mercedes; Nova Santa Rosa: Maripá; São Roque e Pato Bragato” (DIAS,

2006, p.65); muitos desses passaram a serem sedes de municípios e outros se caracterizam como distritos de Marechal Candido Rondon e Toledo.

A exemplo de Marechal Candido Rondon, muitos núcleos urbanos no período apresentavam estrutura que dava condições de atender determinadas necessidades básicas de uma área em processo de colonização, apresentando hotéis, pequeno comércio e a prestação de serviços à população que se fixava predominantemente no rural.

O processo de colonização dessas áreas [...] baseou-se em atividades agropastoris que se desenvolviam em propriedades de tamanho família, isto é, em lotes suficientes para absorção da disponibilidade de força de trabalho de uma família. Complementarmente surgiram pequenos núcleos urbanos cuja função econômica principal era de prestar serviços, especialmente comerciais, e cuja função social era precipuamente a de ser o instrumento integrador das pessoas radicadas em seu redor, sendo, desta forma, um instrumento dos costumes, da moral, da língua e da religião de sua terra natal (PADIS, 1981, p. 167).

Os mencionados serviços e comércio eram relacionados à expedição de produtos regionais e de abastecimento de produtos extra-regionais mediatizados pelo sistema de transporte baseado em estradas, onde as cidades eram o elo fundamental.

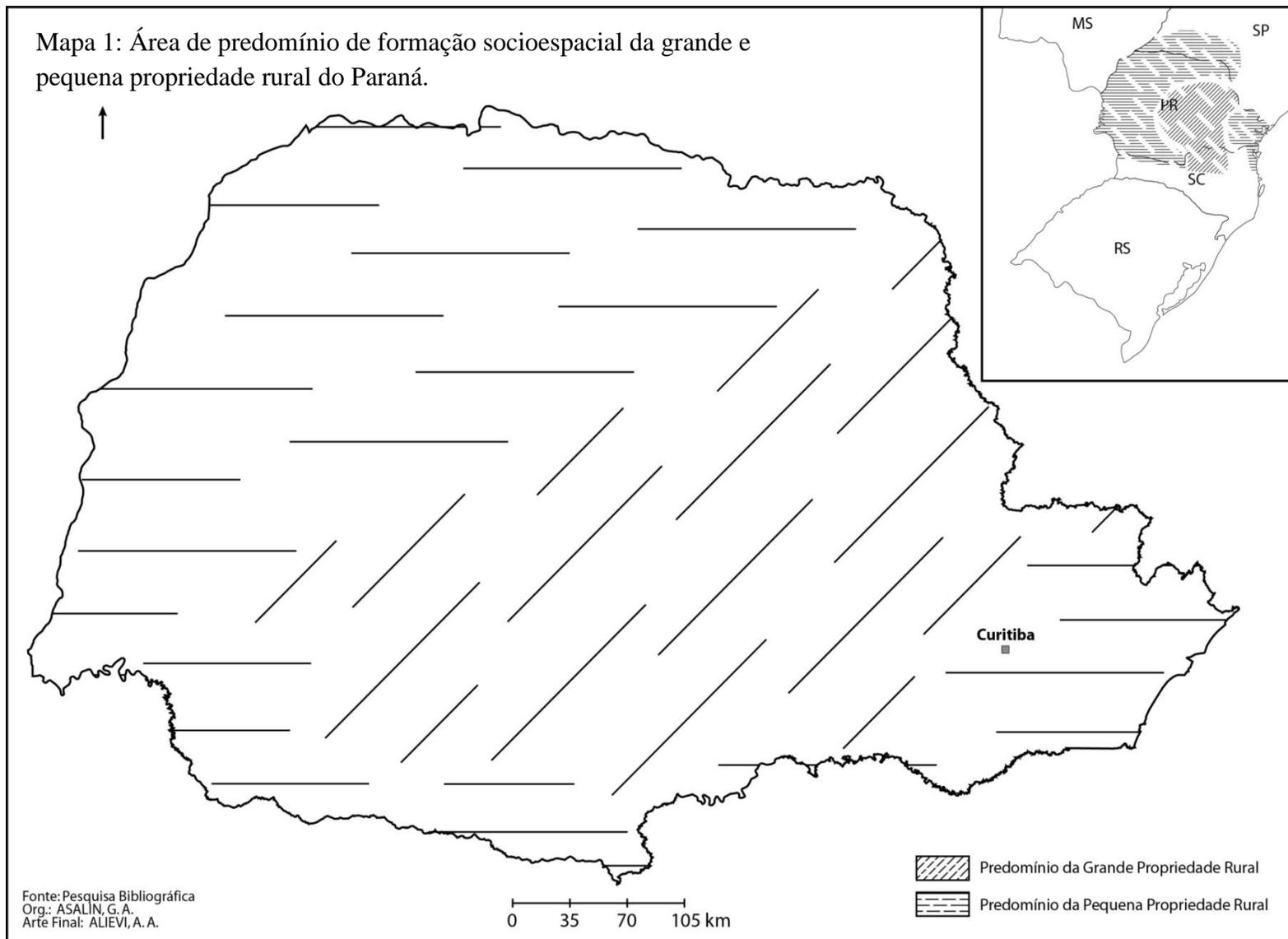
À medida que tanto a ocupação do norte do Paraná como do oeste-sudoeste passaram a ser significativas, estruturando a economia de mercado, as áreas em destaque apresentaram as condições para a continuidade de estruturação da rede urbana. O predomínio de atividades agrícolas baseadas nos pequenos imóveis rurais e uma expressiva população rural foram fundamentais para a criação de um grande número de centros urbanos, que apresentavam pequenas distâncias entre si e tinham a função de abastecer a área de produtos manufaturados, outros e bens e serviços.

Resulta dessa condição a grande importância dos numerosos pequenos centros urbanos para os pequenos proprietários rurais e trabalhadores. Esses eram locais de aquisição de produtos ou serviços fundamentais para subsistência e produção.

O Mapa 1, apresentado a seguir, caracteriza as áreas do estado do Paraná onde ocorreu o predomínio da formação socioespacial da grande, pequena propriedade e as porções que tiveram um mescla das duas situações. Foram nessas formações que se estruturou a rede urbana do estado.

Observa-se que a formação socioespacial da grande propriedade rural predomina na porção do Centro sul do estado, o que não significa que não se faça presente a pequena propriedade rural, trata-se apenas de um predomínio.

Os elementos citados são dados para se levar em conta que a área da formação socioespacial da pequena propriedade predominou tanto no norte do Paraná como na porção sudoeste do estado.



É relevante frisar que, na porção do extremo sudoeste e no extremo leste do norte do Paraná, ocorreu uma ocupação inicial relacionada com as grandes propriedades rurais e, num segundo momento, passou a predominar a pequena propriedade rural.

Por meio de uma rede urbana muitos processos, passaram a se efetivar, como a criação, apropriação e circulação do valor excedente, relacionados à divisão territorial do trabalho em constante dinâmica já que “[...] a divisão territorial do trabalho, constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2006, p. 129).

Dessa forma, a rede urbana em evidência tem, na teoria das localidades centrais (CORRÊA, 1994), importante base teórica sobre o tema. Ainda na visão do autor, o interesse em compreender a hierarquia urbana está relacionado à maior diferenciação das cidades com o capitalismo.

Corrêa (1994, p.20-21) ainda reitera que, no sistema econômico capitalista, a hierarquização urbana está relacionada:

A criação de um mercado consumidor, a partir da expropriação dos meios de produção e da vida de enorme parcela da população, e a industrialização leva à expansão da oferta de produtos industriais e de serviços. Esta oferta, por sua vez, se verifica de modo espacialmente desigual, instaurando-se então a hierarquia das cidades. Esta por sua vez, suscita desigualdades por parte dos capitalistas e do Estado: daí o interesse em compreender a sua natureza.

Desse modo, em poucas décadas se processou tanto no Norte do Paraná como no Sudoeste e Oeste uma rede urbana com diversas localidades centrais do tipo christalleriano.

Os padrões em tela fazem referência ao alemão Walter Christaller, que, em 1933, sistematizou uma teoria com bases científicas, intitulada como a teoria das localidades centrais.

Trata-se de um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento, no que se refere à importância que apresentam enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços, ou seja, enquanto localidades centrais. Segundo a proposição geral de Christaller, a diferenciação entre as localidades centrais traduz-se, em uma região homogênea e desenvolvida economicamente, em uma nítida hierarquia definida simultaneamente pelo conjunto de bens e serviços, oferecidos pelos estabelecimentos do setor terciário e pela atuação espacial dos mesmos. Essa hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, onde os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços, e atuam sobre áreas semelhantes, no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume da população. Os mecanismos fundamentais que dizem respeito à dimensão territorial e ao volume da população. Os mecanismos fundamentais que atuam gerando essa hierarquia de centros são, de um lado, o alcance espacial máximo e de outro o alcance espacial mínimo (CORRÊA, 1988, p. 61).

O alcance espacial máximo faz referência a uma área, dominada por uma localidade central, a qual consumidores procuram para obter bens e serviços. Para além dessa área, os consumidores deslocam-se para outros centros mais próximos. Já o alcance espacial mínimo destaca a área “[...] em torno de uma localidade central que engloba o número mínimo de consumidores que são suficientes para que uma atividade comercial ou de serviços, uma função central, possa economicamente se instalar” (CORRÊA, 1994, p.21).

Dessa maneira, bens e serviços consumidos com grande assiduidade requerem reduzido alcance espacial mínimo. Os bens e serviços consumidos com menor frequência requerem um maior alcance espacial máximo e conseqüentemente haverá um menor número desses centros. Se tanto o alcance espacial mínimo e o alcance espacial máximo de bens e serviços também se apresentam reduzidos, as atividades podem ser encontradas em vários centros urbanos.

A discussão de Christaller (1966) perpassa ainda por elementos e mecanismos que definem e estruturam a rede, evidenciando que uma das bases que pode orientar a localização dos centros está relacionada ao transporte. O transporte caracteriza-se como uma condição *sine qua non*, pois os mais diferentes fluxos são estabelecidos por esse sistema. Assim, para o autor, a rede de transporte e seu intercâmbio entre a cidade, o mercado e os consumidores, favorecem a circulação de pessoas e mercadorias, mesmo que as maiores frequências e distâncias sejam percorridas por pessoas com melhor poder aquisitivo.

Ainda na visão de Christaller (1966), a diferença hierárquica entre os centros urbanos ocorre a partir da distinção da oferta de bens e serviços, gerando diferentes hierarquias como a metrópole regional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. As diferenças ficam evidentes em razão da oferta diferenciada de bens e serviços.

A formação socioespacial onde predomina a pequena propriedade rural, a rede urbana apresenta grande densidade demográfica, predomínio de numerosos centros urbanos, com pequenas distâncias entre eles, onde ocorreu o desenvolvimento de ampla demanda por bens e serviços básicos, disponíveis nas mais variadas localidades centrais.

Para Corrêa (1994, p.21), referindo-se à Teoria das Localidades Centrais, “[...] existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais todos considerados como localidades centrais”. Ainda na visão do autor, o fato de apresentarem funções centrais está ligado às possibilidades de distribuição de bens e serviços para uma população que vive no limite de influência de uma localidade central, que tem uma posição de destaque, no que se refere ao maior número de funções que exerce. Assim, à medida que o número de funções de núcleo for mais expressivo maior será a área de influência, maior o número populacional atendido com os bens e serviços oferecidos, mais ampla será sua centralidade.

Quando se trata das funções urbanas, elas terão a sua oferta diretamente proporcional ao nível hierárquico do centro, proporcionando, ao mesmo tempo, a existência de um maior adensamento populacional e maior oferta de empregos (IPEA, 2002).

A hierarquia das localidades centrais expressa um padrão hierárquico sistemático e acumulativo de funções centrais: à medida que se eleva o nível de hierarquia verifica-se um acúmulo, em cada nível, de funções centrais dos níveis inferiores mais algumas que definem o nível hierárquico em consideração (CORRÊA, 1994, p. 24)

Em regra, as localidades centrais de grau hierárquicos mais elevados terão área de influência mais ampla, diminuindo-a até atingir o mínimo patamar hierárquico (ALVES JR., 2006).

Embora apresente algumas limitações, a teoria das localidades centrais foi reconhecida por Christaller com certas falhas de seu sistema. No geral, ele admite que

o esquema matemático rígido [...] desenvolvido é incompleto sob certos aspectos, e sua inexatidão reside mesmo em sua rigidez. Devemos aproximar nosso esquema da realidade; portanto, devemos estudar os fatores que ocasionam mudanças importantes e que devem ser levados em consideração (CHRISTALLER, 1966, p. 73).

Portanto, o autor reconhece que sua teoria, em determinadas situações, deve ser alterada, obviamente levando-se em conta aspectos da realidade observada.

A teoria de Christaller, assim como outras teorias, são passíveis de críticas, porém Corrêa (1988, p.61) afirma que ela apresenta méritos ao discutir “elementos e mecanismos que definem e estruturam a rede de localidades centrais, mas também suas condições e natureza variáveis, incluindo mudança na organização social e econômica”. O mesmo autor, em outro texto, declara que “os estudos sobre hierarquia urbana tiveram o mérito de induzirem o desenvolvimento de um rico aparato operacional que não apenas enriqueceu os estudos sobre redes urbanas, em geral, mas de toda a Geografia Humana” (CORRÊA, 1988a, p. 110).

Embora seja de conhecimento que a rede urbana brasileira tem se tornado cada vez mais complexa, ela pode ser analisada por meio da teoria Christalleriana, a medida que se façam os ajustes necessários, de modo a acompanhar toda a dinamicidade tanto da sociedade como da rede urbana. Assim, diante de uma situação historicamente constituída, é possível entender a estrutura de uma rede urbana onde a sua forma apresente características similares à teoria christalleriana, e, dentre as funções, os núcleos urbanos distribuem serviços e bens para uma população.

2 A REDE URBANA DE MARINGÁ NOS ANOS DE 1960

O objetivo do presente capítulo é explicar a estruturação da rede urbana de Maringá a partir dos processos que emanaram das transformações da sociedade brasileira a partir dos anos de 1930 e que incidiram no Norte do Paraná, mas, no caso da porção oeste do Norte do Paraná, esta foi mais fortemente atingida após 1945.

Os processos relacionados à gênese da rede urbana de Maringá são fundamentais para entender sua dinâmica, remetendo aos anos de 1960, assim como a inserção de Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí nessa rede. Nesse contexto, será dado destaque ao período pós 1945, quando ocorreu a expansão da frente pioneira sentido oeste a partir de Maringá, chegando até o Rio Paraná. Trata-se do processo da formação da rede urbana mediante atuação do estado e das companhias privadas, que foram fundamentais, o que culminou com a criação de núcleos urbanos, sendo a parcela mais densa e com maior número de centros fundados.

No entanto, o entendimento da rede urbana dessa porção do norte paranaense só pode ser feito a partir dos anos 1960, recorte temporal justificado a partir do momento em que tal rede estava estruturada, ou seja, os núcleos urbanos já tinham sido criados. Fossem eles vilas, patrimônios, sedes de distritos ou sedes de municipais, as relações econômicas, sociais e políticas já se realizavam e, portanto, apresentavam-se como fundamentos da rede urbana.

A discussão para a escolha das cidades se fez a partir de várias reflexões, de pesquisas prévias, nas quais se procurou trabalhar com cidades que se apresentassem na atualidade, completamente diferentes na rede urbana de Maringá; a priori, cidades que apresentassem diferentes populações: uma cidade que tivesse até 5.000 habitantes, outra em torno de 25.000 a 30.000 habitantes e uma com mais de 70.000 habitantes, havendo o cuidado para que não fossem escolhidos centros urbanos já estudados nessa rede.

Assim a decisão por Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí se alicerça no fato de terem-se três cidades de portes e características diferentes e que seguiram caminhos distintos no processo de suas evoluções e inserção na rede urbana de Maringá.

Os motivos que levaram à escolha de Paranavaí como um dos centros a ser estudado nesta tese têm relação direta com o fato de ser a localidade central mais importante da porção do extremo noroeste do estado, numa lógica capitalista que valoriza certas localidades em detrimento de outras.

A escolha por Nova Esperança recai sobre o tamanho populacional e o fato de ser uma cidade com equidistância média similar entre Maringá e Paranavaí, implicando em

maiores interações espaciais em relação à primeira⁶, principalmente no que tange à busca por serviços e comércio mais sofisticado que se consolida mediante sistema de transporte coletivo integrando entre ambos. Contudo, esse transporte coletivo também se faz presente entre Paranavaí e Nova Esperança, colocando esta última em uma posição bastante singular entre uma grande e média cidade no contexto da rede urbana.

Por sua vez, Nova Aliança do Ivaí teve sua escolha marcada, desde sua gênese, por forte ligação com Paranavaí, situação que se estreita na medida em que Nova Aliança se localiza muito próxima a este centro; por não possuir os requisitos básicos para a produção e reprodução do capital e por ser uma das menores cidades do Estado do Paraná.

Estudos sobre a rede urbana do Norte do Paraná já têm sido realizados, a exemplo dos trabalhos de Benaduce (1999), que analisou como no norte paranaense desenvolveu-se uma rede urbana articulada com a capital de São Paulo muito mais clara do que com Curitiba, destacando circulação material e não material. A partir da análise da intensificação da urbanização, mediadas pelos fluxos informacionais, demonstrou à fluidez capaz de permitir à integração dos sistemas de produção e de ações, sobrepondo a rede urbana, Fresca (2000) por sua vez analisou funcionalidade de três cidades da rede urbana norte paranaense, num estudo comparativo entre Jacarezinho, Cornélio Procopio e Cianorte, buscando entender o processo de alteração da rede urbana e como essas cidades, em novos contextos, tiveram suas funcionalidades alteradas. Endlich (2006) teve como foco principal os papéis e significados das pequenas cidades como espaços econômicos, políticos e sociais no contexto da rede urbana do Noroeste do estado do Paraná. Por sua vez, Vieira (2009) discutiu o conceito de redes na Geografia para articular seus estudos com a rede bancária e rede urbana a partir de Astorga, Floraí e Maringá. Destacou ainda as alterações na dinâmica de cada cidade e as transformações na rede bancária entre 1970 e 2007.

Levando em consideração o avanço permanente do processo de intensificação da divisão social e territorial do trabalho, os estudos voltados à rede urbana permitem entender com maior clareza diferenças regionais, diferentes caminhos da dinâmica econômica regional, bem como as inúmeras possibilidades da inserção de cada cidade na rede urbana. Assim, considerando as fortes transformações que ainda afetam a urbanização brasileira, os estudos sobre a temática estão distantes de se esgotar. Nesse sentido, compreender as lógicas espaciais que afetam uma rede urbana permite entender aspectos de como elas se realizam.

⁶ Maringá coloca-se ainda como sede de uma região metropolitana, criada em 1998. Atualmente conta com 25 municípios com a inclusão de Nova Esperança (PARANÁ, 2012).

Este trabalho ainda se justifica pelo fato de ser necessário pensar sobre três escalões distintos de cidades da rede urbana de Maringá, como Paranavaí, Nova Aliança do Ivaí e Nova Esperança, para compreender diferentes processos de transformações na inserção de cada cidade na rede urbana. Esta análise deverá proporcionar, por exemplo, compreender como investimentos de capital em diferentes atividades tendem a reforçar tal heterogeneidade.

Em outras palavras, torna-se relevante na medida em que possibilitará entender os caminhos que levaram à diferenciação dos centros urbanos de uma mesma rede. Esta análise auxiliará no desvendamento dos caminhos para a inserção destas cidades na rede urbana de Maringá, vinculadas a sua participação na divisão social e territorial do trabalho.

Como assegura Corrêa (1997), é possível tanto espacializar como compreender as mais variadas interações estabelecidas por um núcleo urbano, seja pela exportação de produtos agrícolas, importação de gêneros alimentícios industrializados, exportação de produtos industrializados, deslocamentos de pessoas etc. Diante disso, é preciso entender as interações espaciais, a partir das mais variadas ações que os agentes sociais estabeleceram nos anos 1960, pelo entendimento das atividades agropecuárias e atividades urbanas.

[...] as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção caracterizam-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidade (CORRÊA, 1997, p. 279).

A construção em destaque mostra-se como um percurso para a compreensão da rede urbana. O estudo sobre os três centros da rede urbana de Maringá nos anos de 1960 apresenta-se como uma etapa para entender a rede na qual estão inseridos.

Após os anos 1960/1970, os diferentes processos econômicos, sociais e políticos geraram a possibilidade de diferenças na inserção de cada cidade na rede urbana de Maringá e em outras redes, caracterizando a tese, que em outras palavras, procura demonstrar os diferentes caminhos de inserção dos centros urbanos de Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí na rede de Maringá e demais redes.

É pertinente falar de Maringá e de sua rede urbana diante da grande centralidade que exerce; Maringá é considerada uma cidade polo de múltiplos papéis urbanos e de complexos arranjos produtivos. No início do século XXI, já era considerada como polo médico hospitalar (MACHADO, 2004); polo do setor terciário (GHIZZO, 2006); polo educacional (MOTA,

2007); polo atacadista de confecções (ASALIN, 2008), além de apresentar outros equipamentos e atributos urbanos culturais, informacionais, de transporte e serviços.

O caminho teórico para a construção deste trabalho privilegiou a articulação do conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1982), em consonância com a gênese da rede urbana do estado do Paraná, quer das porções paranaenses onde predominaram a formação da grande propriedade rural, quer nas porções onde ocorre especialmente a pequena propriedade rural. Além disso, baseou-se nas formulações teóricas de Christaller (1966) e os acréscimos a esta seja na perspectiva de crítica ou de se repensar (Corrêa, 1997); além é claro de importante bibliografia presente sobre a temática, quer na escala nacional como paranaense.

2.1 A PEQUENA PROPRIEDADE E A ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA DE MARINGÁ

Quando nos referimos à produção mercantil do Sul do Brasil, Prado Junior (2004, p. 202-204) destaca a grande importância da:

[...] colonização estrangeira no Extremo Sul do país: particularmente no Rio Grande, e menos intensamente em Santa Catarina e no Paraná. Ao contrário de São Paulo, nestas regiões temperadas onde não existe a grande lavoura tropical, o imigrante não se fixa como assalariado, mas encontra facilidades para aquisição de pequenas propriedades, e, é nestas condições que se estabelece. O sistema de 'colonização' acima definido, aqui predomina inteiramente. Constitui-se assim, nesta parte do Brasil, um setor cuja organização econômica e social é bem distinta da do resto do país: grande parcelamento da propriedade fundiária, ausência do latifúndio: em vez de grandes lavouras do tipo de café, do açúcar ou do algodão, que produzem, sobretudo para o comércio exterior, pequenas culturas e outras atividades, de caráter local e destinado ao abastecimento interno do país: cereais, vinho, produtos de granja, etc.

Rangel (1957) esclarece que a dinâmica que explica as alterações na sociedade brasileira estão relacionados às dualidades, para cada dualidade há uma combinação de poder predominante na sociedade. Desse modo, as combinações (e as dualidades) estão articuladas à dinâmica repetitiva da economia mundial e sua manifestação no Brasil.

A produção mercantil que teve íntima relação com a formação socioespacial na Região Sul do Brasil se manifesta na combinação de modos de produção essenciais, pertinentes à história da humanidade, unidos dialeticamente, ou seja, à dualidade brasileira (RANGEL, 1981).

Na dualidade brasileira, a pequena produção mercantil do Sul vai imprimir um novo dinamismo econômico, consolidando a formação socioespacial da região meridional como uma formação singular, cuja estrutura política e cujos modos de produção eram completamente diferentes do que predominou no Brasil (PEREIRA e VIEIRA, 2011).

A década de 1920 marca um período de recessão da economia mundial e brasileira, marcada pela crise de 1929 e Revolução de 1930 no Brasil, trazendo elementos para entenderem-se os processos que possibilitaram a ocupação da maior parte das terras do Norte do Paraná. “Como toda fase recessiva dos ciclos longos de desenvolvimento do capitalismo, esta também trouxe repercussões negativas a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, com contrações tanto nas exportações como nas importações industriais” (FRESCA, 2007a, p. 145).

De longa data, o Brasil reage [...] aos movimentos do Ciclo Longo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra em fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços de divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. [...] quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma [...] adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido uma forma de crescimento, adequada ao seu nível de desenvolvimento econômico e social (RANGEL, 1985, p. 30-31).

Assim, nessa conjuntura, implantaram-se mudanças estruturais endógenas, que permitiram o processo de industrialização a partir da substituição de importações, como mecanismo para enfrentar as flutuações econômicas também conhecidas como Ciclos Longos⁷ (RANGEL, 1985). O mesmo autor ainda esclarece que, sem a diminuição da capacidade de importar, o esforço de substituição de importações não teria a força fundamental para a industrialização.

A partir da negociação dos capitalistas industriais, originados dos comerciantes, dissidentes do capitalismo mercantil português, sob a hegemonia dos latifundiários, articulou-se o processo de substituição das importações que impulsionaram a industrialização do Brasil.

O Estado criava condições institucionais para o grande desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que não se realizou a Reforma Agrária, conservando domínio da terra.

⁷ São ciclos de desenvolvimento do capitalismo, que tem duração média de 50 anos, em que a primeira metade é ascendente e a segunda é descendente economicamente.

[...] o novo pacto de poder colocava em ênfase nos interesses agrários ligados ao mercado interno e não mais no latifúndio exportador de café. Tanto que o vigor do desenvolvimento nacional neste período encontra ainda, um de seus componentes na expansão agrícola, da qual o Norte do Paraná é capítulo fundamental tanto quanto o Oeste Paulista (FRESCA, p. 145-146, 2007a).

A situação demonstrada anteriormente foi de suma importância, pois foi uma das ocasiões que sinalizaram aos colonos de origem imigrantes, que trabalhavam na produção cafeeira, e a outros, a possibilidade de ter suas próprias terras, tornando-se assim pequenos proprietários rurais no Norte do Paraná.

Confirmando tal situação, as escritas de Monbeig (1984, p.117) esclarecem que

O abalo de 1929 havia sacudido a sociedade paulista fortemente demais, para que pudesse ela conservar a estrutura tradicional. Para o fazendeiro, o problema consistia em refazer-se e compensar as perdas. A solução imediata residia em tentar a sorte mais longe, com o algodão. Podia ele igualmente vender as matas que possuía como reserva de capital, além da fronteira. Era o caso de muitos dentre eles. Foi o que fizeram, seja individualmente, sejam agrupados em sociedades, seja recorrendo a vendedores profissionais. Naturalmente, já não era possível vender superfícies consideráveis e de extensão contínua. Mas, não faltavam compradores de pequenas parcelas: uns eram imigrantes japoneses, outros, trabalhadores de plantações arruinadas, colonos que tinham sofrido menos que seus patrões com crise e que podiam adquirir reduzidos lotes de terra virgem, vendidos a preços acessíveis.

Dessa maneira, a crise de 1929 afetou de forma acentuada a economia dos fazendeiros produtores de café, sobretudo do estado de São Paulo, forçando estes produtores a acharem novas possibilidades de prosseguimento de suas atividades. Monbeig (1984) esclarece que, em consequência tanto da crise econômica mundial de 1929, como das legislações voltadas à cafeicultura, acentuou-se a ocupação da nova zona pioneira do Norte do Paraná.

Esse período representou uma nova perspectiva para os colonos, visto que os fazendeiros, diante das sucessivas crises e da busca pela manutenção da mão de obra para trabalhar nos cafezais, admitiram o desmembramento de suas fazendas, permitindo que os colonos emergissem como pequenos proprietários, ao mesmo tempo em que gerariam rendas para os fazendeiros, os quais podiam adquirir novas terras (HOLLOWAY, 1984).

Diante da conjuntura negativa à produção do café e conflito social entre os fazendeiros e colonos, a especulação fundiária ganhou destaque, situação que já se fazia importante na década de 1920 junto às frentes pioneiras (MONBEIG 1984).

O amplo mercado consumidor para os projetos fundiários era formado pelos ex-colonos de café, que conseguiam quitar a primeira parcela do lote mediante acúmulo de dinheiro com suas atividades, dando garantia de ascenderem à situação social de um pequeno produtor rural. À proporção que se fixavam à terra geralmente a cultivavam com gêneros alimentícios e um pouco de matérias-primas, até que esperava a primeira colheita de café, mecanismo que podia garantir o pagamento de outras parcelas do lote (FRESCA, 2007a).

As estratégias que fizeram parte da ocupação inicial da porção noroeste paranaense foram diferentes daquelas que aconteceram a leste do Rio Tibagi, especialmente a partir do final da década 1920. Tanto o capital inglês por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná, quanto de outras Companhias e do próprio Estado empregaram um modelo de ocupação territorial priorizando a pequena propriedade a ser adquirida predominantemente por colonos de café.

Além da comercialização de terras, da construção de estradas e de ferrovia, fundamentais para que acontecesse a nova etapa ocupação, enfatiza-se que os loteamentos caracterizavam-se a partir do “[...] predomínio absoluto e relativo das pequenas e médias propriedades. Foi a fase da concretização da pequena produção mercantil no norte do Paraná” (FRESCA, 2007, p. 49).

Inúmeros processos de ocupação podem ser relacionados às terras do Norte do Paraná e conseqüentemente à estruturação da rede urbana. Assim, até meados do século XX, pode-se afirmar que aconteceu a gênese dos núcleos urbanos nessa última fase de ocupação. A estruturação da rede urbana na área foi completada no final da década de 1950, com a fundação dos núcleos urbanos, e que a rede estava completa: no sentido de ter-se criado os núcleos urbanos, haver uma produção propriamente dita, relações sociais e um conjunto de interações espaciais entre os núcleos, fossem ou não sedes municipais. Para Santos (1996, p. 26), “a formação dessa área pode ser considerada como uma etapa da nova urbanização brasileira”.

O Mapa 2 permite observar as etapas de estruturação da rede urbana, verificando-se que a ocupação do Norte do Paraná aconteceu de leste para oeste.

A primeira fase de ocupação ocorreu entre 1850 e 1899, conforme mapa2. Tendo a Implantação da Colônia Militar de Jataí, junto às margens do Rio Tibagi, apresentava relação direta com estratégia do governo imperial que objetivava implantar, a partir do sistema fluvial Tibagi-Paranapanema, ligações entre a Corte no Rio de Janeiro e a Província do Mato Grosso. A condição apresentada dava possibilidade de proteção do território por parte das tropas sediadas na colônia, contra possível conflito com o Paraguai. A Colônia Militar de Jataí, hoje

a cidade de Jataizinho, é tida como a primeira iniciativa de criação de centro de povoamento na destacada porção do estado do Paraná (WACHOWICZ, 1987; MÜLLER, 2007).

Na interpretação de Fresca (2004), a fundação das cidades entre 1850 e 1899 tinha ligação com as terras doadas pelos fazendeiros para a instalação do futuro núcleo urbano, onde, a partir da praça e da igreja, ocorria a fixação da população em seu entorno e o desenvolvimento de algumas atividades urbanas.

A próxima etapa de ocupação do norte do Paraná ocorreu entre 1900 a 1929, sendo o café um componente direcionador da frente pioneira, como atesta Müller (2007, p. 36):

O povoamento do planalto a Leste do Tibagi foi um desenvolvimento natural da expansão dos cafeicultores paulistas, que depois da primeira onda colonizadora, [...] investiram para essa nova região, com ponto de partida em Ourinhos, atingida pela Estrada de Ferro Sorocabana em 1908.

Nesse contexto de aproximação dos trilhos, havia elementos satisfatórios para que acontecesse uma ocupação à sua frente, nos padrões paulista. Ourinhos, como “ponta de trilhos”, foi fundamental para a expansão da colonização, fazendo surgir assim vários núcleos, como Bandeirantes e Cornélio Procópio (MÜLLER, 2007). Fresca (2004, p.48) reitera que “foi o momento das grandes fazendas cafeicultoras com base no colonato”, acrescentando que são desse período, dentre outros centros urbanos, “[...]Cambará, Andirá, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Leópolis”.

A autora ainda destaca que “[...] pertencem a esse momento também as primeiras iniciativas de colonização e fundação de cidades por meio dos loteamentos estruturados a partir da concessão de terras. É o caso de Primeiro de Maio, Sertanópolis e Santo Inácio” (FRESCA, 2004, p. 48). Nesse momento, a origem das cidades estava a cargo das concessionárias que desenvolviam antecipadamente o desenho urbano desses centros e a divisão dos lotes.

A partir de 1930, ocorreu a terceira etapa de ocupação, período que a fundação de muitas cidades esteve a cargo das companhias imobiliárias, a exemplo da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, chamado por Cambiaghi (2007, p.78) “[...] colonização planejada”, por se tratar e um novo processo de colonização.

Neste período da estruturação da rede urbana, que tem como marco inicial a gênese de Londrina, a ocupação estava pautada em grandes projetos de loteamentos, retratando o início de outro processo de incorporação de terra à produção. Relacionado à origem de cidades a partir das companhias imobiliárias, tem-se, no momento, a empresa inglesa

Companhia de Terras Norte do Paraná e muitas outras pequenas companhias. Em percursos onde era praticamente certa a valorização, muitas companhias planejaram cidades e lotearam propriedades rurais.

Nessa ocasião, prosperaram os núcleos fundados em direção ao ocidente e à porção setentrional, chegando o seu limiar em 1945 já nas proximidades de Maringá, que, nas escritas da (CMNP, 1977, p.135-137), “sua gênese nos remete ao ano de 1942”. É importante salientar que no período em destaque havia também a “[...]ação do Estado no sentido de fundar cidades a partir dos projetos de colonização, como Centenário do Sul, Jaguapitã, Içara (distrito de Astorga), Paranaíba, dentre outros” (FRESCA, 2007, p.242).

A última etapa de ocupação do Norte do Paraná, retratada no Mapa 2 e que ocorreu após 1945, demonstra número muito grande de centros urbanos, em uma ampla área de ocupação; realizada tanto com empreendimentos do estado como da iniciativa privada. No caso da iniciativa privada, os procedimentos mantiveram-se como na etapa anterior, relacionados a uma organização, antecedendo as ações de fundação das cidades e de loteamentos rurais.

Pozzobon (2006, p.64) afirma que “[...] a adoção do regime de pequenas propriedades facilitou e estimulou o aparecimento da classe média rural multiplicando o número de propriedades desenvolvendo o comércio e propiciando o surgimento de um rosário de cidades”.

Desse modo, a aquisição de terras volta-se à agropecuária, sendo de suma importância a compreensão da estrutura fundiária predominante em 1960 na área de estudo, conforme quadro 1.

É visível pelo quadro 1 o predomínio numérico de estabelecimentos rurais com até menos que 100 hectares⁸, perfazendo 95,3% do total numérico e 64,2% do total da área. Os estabelecimentos rurais com áreas entre 100 e menos de 500 hectares representavam 3,35% do número de estabelecimentos rurais, ocupando área que correspondia a 26,05% do total de terras com uso agropecuário. Já aqueles com áreas superiores a 500 hectares abarcavam 9,57% da área ocupada 0,39% do número de estabelecimentos (IBGE, 1960). Assim, é grande a significância dos pequenos estabelecimentos rurais, predominando de forma absoluta e relativa na rede urbana de Maringá em 1960.

⁸Consideram-se os estabelecimentos com até 100ha como pequenos em relação ao predomínio do arenito Caiuá, em especial na porção noroeste do estado.

Municípios da rede urbana de Maringá	Menos de 1 a menos de 50 ha		De 50 a menos de 100 ha		De 100 a menos de 200 ha		De 200 a menos de 500 ha		500 ha ou mais	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Alto Paraná	2.816	32.047	46	3.334	23	3.317	14	3.872	3	2.660
Arauna	1.447	17.772	90	6.557	15	2.008	9	2.413	1	920
Campo Mourão	12.083	170.339	979	70.194	337	46.279	205	63.435	59	54.939
Cianorte	4.990	56.356	88	6.085	30	3.721	9	3.163	3	1.636
Cruzeiro do Oeste	7.741	114.973	285	20.203	159	22.603	135	43.246	48	43.881
Cruzeiro do Sul	1.006	11.281	25	1.695	20	2.531	9	2.228		
Engenheiro Beltrão	873	11.085	50	3.664	21	2.818	8	2.734	5	4.434
Floraí	541	11.814	56	5.032	26	3.404	3	968		
Goio-erê	2.079	17.513	42	2.889	19	2.510	23	7.516	9	7.282
Guaíra	2.538	36.086	95	6.539	39	5.531	30	7.804	8	8.651
Jussara	920	9.187	1	56	2	339	2	735		
Loanda	419	8.330	33	2.266	30	4.129	36	11.491	14	15.270
Mandaguaçu	540	9.242	76	5.667	36	4.940	22	6.500	3	2.420
Mandaguari	1.985	35.581	45	3.458	14	1.869	6	1.332	3	2.420
Marialva	2.249	35.366	102	7.124	41	5.812	13	4.024	3	1.946
Maringá	5.216	67.740	152	107.380	53	7.469	18	5.401	3	2.038
Nova Esperança	1.595	32.632	136	9.820	59	8.046	29	8.575	6	4.377
Nova Londrina	1.693	24.649	82	5.709	51	6.956	39	13.446	16	14.254
Paraíso do Norte	1.620	23.739	102	7.120	28	3.669	19	5.420	4	3.716
Paranacity	1.476	14.020	36	2.572	31	4.109	23	7.059	5	4.688
Paranavaí	1.766	36.035	280	20.277	163	22.417	147	50.597	54	48.408
Peabiru	643	3.996	100	7.346	38	5.008	18	5.636	3	2.821
Querência do Norte	266	5.436	15	1.193	8	1.179	15	4.516	6	5.997
Rondon	2.109	9.658	114	8.477	81	11.428	65	21.171	13	15.763
S. C. Monte Castelo	445	5.654	44	3.233	16	2.268	22	7.502	6	4.479
Santa Isabel do Ivaí	961	12.222	24	1.724	14	2.033	16	4.903	7	6.659
Santo Antonio	2.640	54.399	305	17.318	34	3.994	15	4.157	5	5.303
São Carlos do Ivaí	997	10.402	16	1.014	10	1.443	3	1.028	5	6.650
São João do Caiuá	336	5.745	34	2.477	12	1.550	23	6.725	6	4.131
São Jorge	711	16.420	85	6.164	49	6.263	16	4.117	-	-
São Pedro do Paraná	441	9.254	56	3.834	12	1.655	13	3.790	2	2.662
Tamboara	1.210	12.194	12	868	5	684	3	8.770	-	-
Terra Boa	1.795	21.382	25	1.824	10	1.414	3	911	1	634
Terra Rica	728	12.122	48	3.461	33	4.551	18	6.221	9	9.933
Colorado	1.025	17.722	80	5.507	19	2.681	19	5.343	3	1.927
Iguaraçu	380	8.456	31	2.305	18	2.521	29	877	4	4.337
Itaguajé	674	10.871	50	3.518	31	4.342	28	8.484	5	3.531
Lobato	924	16.237	16	1.136	10	1.271	5	1.221	-	-

Quadro 1: Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos Municípios da rede urbana de Maringá nos anos de 1960

Fonte: IBGE, 1960, 1972.

Org.: ASALIN, G. A., 2013.

Já o quadro 2, demonstra que as áreas superiores a 500 hectares abarcavam 23,4% da área ocupada e 3,9% do número de estabelecimentos. Os estabelecimentos rurais com áreas entre 100 e menos de 500 hectares representavam 2,42% do número de estabelecimentos rurais, ocupando área que correspondia a 21,% do total de terras com uso agropecuário. O

predomínio numérico de estabelecimentos rurais com até menos que 100 hectares⁹, perfazendo 94,9% do total numérico e 54,9% do total da área (IBGE, 1970). Assim, é grande a significância dos pequenos estabelecimentos rurais, predominando de forma absoluta e relativa na rede urbana de Maringá em 1970.

1970	Menos de 1 a menos de 50 ha		De 50 a menos de 100 ha		De 100 a, menos de 200 ha		De 200 a menos de 500 ha		500 ha ou mais	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Alto Paraná	1.708	23.072	58	4.077	36	5.024	7	2.119	2	3.244
Alto Piquiri	3.468	32.290	57	4.189	45	6.242	36	11.213	8	6.648
Altônia	5.032	44.070	13	1.229	8	1.038	23	7.024	3	5.021
Amaporã	319	3.955	27	1.930	19	2.872	2	471	15	18.228
Araruna	2.437	25.928	63	4.484	20	2.667	5	1.718	2	1.355
Atalaia	613	7.919	20	1.475	7	1.009	10	2.776	1	3.768
Barbosa Ferraz	1.836	16.912	58	4.035	21	3.053	9	2.833	4	4.049
Boa Esperança	1.615	11.077	33	2.386	13	1.979	8	2.338	1	532
Campina da Lagoa	3.607	31.926	105	7.293	36	5.488	27	8.233	8	14.086
Campo Mourão	7.432	75.398	220	15.479	118	16.962	84	25.313	48	43.240
Cianorte	4.297	44.181	73	5.101	20	2.766	15	4.134	2	1.827
Cidade Gaucha	897	10.767	4	4.086	50	7.262	29	9.885	6	6.933
Colorado	1.438	17.946	50	3.514	26	3.753	19	5.202	5	8.507
Cruzeiro do Sul	747	9.380	32	2.148	25	3.478	20	5.349	4	3.469
Cruzeiro do Oeste	2.437	25.754	64	4.367	45	6.643	38	13.306	15	17.451
Diamante do Norte	506	5.760	16	1.175	9	1.210	10	3.217	11	11.520
Doutor Camargo	1.232	9.828	1	89	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Beltrão	2.425	24.257	61	4.339	22	3.109	19	6.27	4	3.506
Fenix	1.271	11.351	21	1.470	9	1.171	7	2.243	32	2.545
Floresta	1.009	11.776	14	1.020	5	841	1	339		
Floraí	647	10.121	31	2.300	22	2.887	7	2.269	1	58
Goio-erê	6.940	57.210	84	5.782	39	5.581	32	10.479	13	12.685
Guaiará	2.906	26.874	40	2.784	20	28.565	9	2.566	1	1.021
Guairaçá	526	8.106	49	3.474	31	4.385	27	8.711	22	25.069
Guaporema	770	7.467	36	2.554	20	2.706	12	3.015	4	2.543
Icaraíma	3.027	26.677	57	3.990	19	2.406	14	4.772	11	11.447
Inajá	431	4.222	25	1.871	9	1.211	11	3.684	4	6.452
Indianópolis	1.593	13.172	10	639	3	409	4	992	1	34.370
Iporã	7.733	71.895	90	6.240	34	4.482	10	2.964	10	6.475
Iretama	2.202	18.830	36	2.607	17	2.355	17	5.431	4	8.704
Itaguajé	457	6.049	28	1.892	17	2.175	15	4.456	3	3.620
Itambé	1.315	14.583	27	1.845	13	1.723	9	2.554	2	1.984
Itauna do Sul	436	4.651	10	756	10	1.520	6	1.938	4	2.815
Ivatuba	582	7.444	21	1.620	2	282	2	968	1	726
Janiópolis	3.449	23.556	30	2.104	14	1.928	6	1.670	-	-
Japurá	1.415	12.722	9	587	1	123	1	491	-	-
Jardim Olinda	242	2.216	3	215	1	109	5	1.374	8	8.665
Jussara	1.126	2.263	16	1.067	4	547	3	982	1	3.608
Loanda	1.381	15.924	63	4.603	37	5.183	53	17.352	25	23.617
Lobato	501	6.945	49	3.540	13	1.829	18	566	2	4.879
Mambore	2.837	38.195	214	14.705	61	8.073	37	10.183	11	10.157
Mandaguçu	1.308	15.847	37	2.698	15	2.090	13	4.064	4	3.398
Maria Helena	4.765	40.766	38	2.741	30	4.290	20	6.623	18	20.807
Marialva	3.774	41.145	58	4.085	34	4.736	9	2.299	2	1.157
Marilena	794	7.335	17	1.221	12	1.701	9	3.122	4	4.329

⁹Consideram-se os estabelecimentos com até 100 ha como pequenos em relação ao predomínio do arenito Caiuá, em especial na porção noroeste do estado.

Mariluz	1.704	16.894	37	2.680	16	2.390	11	3.206	6	8.439
Maringá	2.798	32.067	71	5.035	26	3.438	10	2.780	1	532
Mirador	289	2.257	15	1.057	11	1.677	13	4.576	6	7.332
Moreira Sales	2.338	19.895	35	2.321	13	1.742	9	3.251	4	4.555
Nsa. Sra das Graças	597	6.405	17	1.236	18	2.392	15	4.545	5	4.248
N. Aliança do Ivaí	150	1.999	26	1.998	10	1.346	6	1.986	6	5.122
Nova Aurora	3.818	32.720	26	1.740	16	2.400	6	1.848	5	3.010
Nova Cantu	1.167	15.704	76	5.272	36	4.539	14	4.732	7	8.915
Nova Esperança	1.618	22.152	62	4.409	34	4.421	15	4.739	2	1.573
Nova Londrina	518	5.676	15	1.093	23	3.334	13	4.014	17	12.002
Nova Olímpia	653	5.488	3	215	1	104	3	1.274	2	4.734
Ourizona	815	10.129	26	1.788	7	1.040	5	1.393	2	1.227
Paçandu	1.257	13.018	19	1.320	7	893	4	1.211		
Paraíso do N.	430	5.874	32	2.414	12	1.632	8	2.372	3	3.504
Paranacity	946	11.128	43	3.153	19	2.711	21	6.604	7	10.608
Paranapoema	181	1.520	7	526	3	363	3	975	6	13.283
Paranavaí	1.501	21.855	135	9.323	77	10.832	63	20.422	34	50.309
Peabiru	1.551	19.074	48	3.390	32	4.423	23	7.400	8	8.167
Perola	3.382	30.625	10	660	5	708	5	1.210		
Planaltina do Paraná	705	8.163	34	2.412	19	2.672	24	7.542	11	11.301
Porto Rico	623	6.835	19	1.218	9	1.397	8	2.833	5	4.915
Pres. Castelo Branco	253	4.274	30	2.186	13	1.632	11	3.501	3	1.718
Querência do Norte	1.079	10.240	31	2.263	15	2.037	33	10.540	29	54.869
Quinta do Sol	1.407	11.935	23	1.591	9	1.347	15	5.107	12	10.010
Rancho Alegre D'Oeste	415	5.968	25	1.763	15	2.076	7	1.782	2	3.872
Roncador	1.429	18.866	131	9.449	50	6.867	20	6.001	5	11.330
Rondon	1.943	18.576	48	3.323	42	5.753	37	11.175	13	11.928
S. Cruz do Monte Castelo	871	10.211	36	2.578	23	3.152	41	13.082	12	12.196
Santa Inês	401	4.074	13	943	14	1.869	15	4.773	1	968
Santa Isabel do Ivaí	1.623	19.664	53	3.805	32	4.828	20	5.949	14	21.274
S. Antonio do Caiuá	602	6.654	26	1.858	21	2.862	22	5.847	3	5.421
Santo Inácio	451	6.207	49	3.417	16	2.270	22	7.582	6	5.645
S. Carlos do Ivaí	533	5.475	18	1.323	10	1.490	6	1.809	3	8.197
S. João do Caiuá	326	5.551	33	2.450	40	5.509	34	9.884	8	5.412
São Jorge do Ivaí	1.969	23.531	44	3.053	10	1.312	3	740	1	556
S. Pedro do Paraná	633	7.762	20	1.497	22	3.308	11	3.888	6	5.644
São Tomé	901	10.055	12	879	6	777	2	764	2	9.755
Tamboara	1.089	11.563	30	2.135	18	2.686	6	1.665	-	-
Tapejara	1.573	18.524	56	3.598	38	5.466	41	11.789	8	7.659
Tapira	2.815	23.470	35	2.488	19	2.589	16	4.796	3	4.994
Terra Boa	1.579	17.546	21	1.469	7	972	2	880	2	7.392
Terra Rica	1.517	19.401	67	4.922	63	8.825	23	7.490	20	26.426
Terra Roxa	4.068	42.277	37	2.648	20	2.723	10	3.150	4	5.701
Tuneiras do Oeste	2.166	24.062	110	7.602	41	5.257	18	5.093	5	3.705
Ubiratã	4.550	41.037	52	3.783	17	2.360	9	2.558	3	3.383
Umuarama	9.865	90.440	148	10.431	97	14.747	98	31.398	73	102.824
Xambre	2.144	20.633	29	9.056	17	2.338	4	1.134	-	-
Uniflor	378	4.192	13	930	3	458	7	1.915	3	1.907

Quadro 2: Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos Municípios da rede urbana de Maringá nos anos de 1970

Fonte: IBGE, 1970, 1972.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

OBS: As cidades de Aliança do Paraná, Cafezal do Sul, Corumbataí do Sul, Douradina, Francisco Alves, Iguatemi, Iracema do Oeste, Ivaté, Juranda, Luiziana, Santa Mônica, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, Sarandi, e Vila Alta foram emancipados e tornaram-se municípios a partir de 1976, assim, apesar de fazerem parte da rede urbana de Maringá não apareceram na tabela por não apresentarem dados do IBGE em 1970.

A CMNP esclarece que “[...] os colonos que chegavam ao Norte do Paraná eram brasileiros vindos de São Paulo, do Nordeste e do Sul, além de estrangeiros: Italianos, alemães, portugueses, espanhóis, russos e muitos japoneses. Essas famílias vinham com poucos bens”. Ainda afirma que as famílias tinham prosperidade garantida, dentre outros motivos, pela “[...] questão de se ter uma região onde havia possibilidade de comercializar produtos secundários da propriedade, como: milho, feijão, arroz, porcos, galinhas, frutas, legumes, leite, queijo etc.” (CMNP, 1977, p. 143).

Diante do predomínio da pequena propriedade rural, Bragueto (2007, p. 183) esclarece que

Dessa forma, depois de derrubada a mata o colono começava a semear o milho ou o arroz e o feijão, garantindo a subsistência da família por um ano. Do segundo ano em diante o colono podia tirar algum lucro do seu algodoal, ao qual viria juntar-se o café no fim de mais dois anos.

Assim, acontecia uma diversificação de culturas, caracterizando a porção do Estado como uma área de policultura. Ainda levando em consideração a estrutura fundiária, com o evidente predomínio dos pequenos estabelecimentos rurais, é possível compreender a necessidade de não utilizar as terras somente para o desenvolvimento da cafeicultura, embora ocupasse a maior parcela das terras.

A estrutura dimensional apresentava a importância dos pequenos estabelecimentos rurais, tanto no que se refere à área ocupada como ao número, fruto da qualidade da formação socioespacial na região.

O café era o produto direcionado ao mercado externo e atrelado a etapa de sua implantação inicial, aconteceu a policultura comercial de sustentação (MORO, 1980). As culturas tidas como comerciais de sustentação eram desenvolvidas durante o período de formação dos cafezais, a exemplo do feijão, arroz, milho e mandioca. As produções tinham dois destinos: o comércio para se conseguir recursos fundamentais na sustentação das atividades produtivas, e o fornecimento de alimentos a quem trabalhava na agricultura e nas cidades.

No que se refere à intensificação da cafeicultura, Bragueto (2007) afirma que, de 1950 a 1960 com o aumento dos preços do café, ocorreu a expansão desta produção, articulada às culturas temporárias.

Para Cancian (1981, p. 95),

Dado a necessidade imperiosa de autossuficiência que pudesse comercializar principalmente os pequenos lavradores, portanto a pequena propriedade continha um pouco de tudo. Os cafeeiros eram plantados nos lugares mais altos, [...] próximo ao um córrego ou mina d'água situava-se a residência. Perto se localizava pequeno pasto, mangueirões para a criação de porcos, pomar, horta e lavouras temporárias: milho, arroz feijão, algodão, de acordo com as necessidades familiares e o pequeno mercado local, das cidades nascentes, ao qual abastecia.

Cancian (1981) ainda esclarece que, na direção Noroeste, a criação de municípios acontecia à medida que os cafezais e o povoamento iam se processando pelo interior, aonde a pequena produção mercantil ia firmando-se como essencial à dinâmica social advinda da formação socioespacial na qual predominava a pequena propriedade rural.

Nesse contexto, as alterações de produção com o circuito capitalista internacional se processaram a partir do grande desenvolvimento da cafeicultura, inserindo o Norte do Paraná na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, o café era canalizado para exportação, demonstrando a importância das rotas portuárias, num primeiro momento, para o porto de Santos, e depois ao Porto de Paranaguá. Conforme afirma Padis (1981, p.128), “só a partir de 1961 com a construção da ‘rodovia do Café’, que o volume exportado por Paranaguá aumenta de forma apreciável”.

No que se refere à produção agropecuária da década de 1960 nos municípios da rede urbana de Maringá, havia grande variedade de produtos, mas o café era o principal.

Quanto à produção dos gêneros alimentícios, os municípios da rede urbana de Maringá foram responsáveis por 21% da produção de feijão e 32,5% do arroz de toda a produção do estado do Paraná. A mandioca representou 19,8% da produção paranaense, sendo que o destaque ficou a cargo de quatro municípios: Santo Antonio, Guaíra, Paranavaí e Campo Mourão, que, juntas, detinham mais 85% da produção de toda a rede urbana. Ainda merece destaque a produção de laranja, que, na década de 1960, ficava em torno de 17% da produção estadual, sendo Alto Paraná, Nova Esperança e Paranavaí os maiores produtores do período.

O algodão produzido nos municípios da rede representou 46,9% da produção estadual, com destaque para Cruzeiro do Oeste com 21%, seguido por Paranacity com 10,9%, Rondon 8,5%, Campo Mourão 8,3% e Itaguajé 8%. A produção de milho representava 17,2% de toda a produção do estado do Paraná (IBGE, 1960). Para Fresca (2004), tanto o milho

como o algodão, tinham suas produções voltadas, sobretudo para as indústrias que ficavam em São Paulo.

Quanto à pecuária bovina, havia um rebanho de 459.454 cabeças, representando 27,5% do rebanho estadual. Na atividade criatória, mereciam destaque os municípios de Paranavaí com 2,8% do rebanho estadual, seguido de Campo Mourão com 2,46%; Rondon, 2,4%; e Cruzeiro do Oeste, 1,79%. Ainda é importante destacar a grande produção de aves da rede urbana, detendo 27,6% da produção estadual (IBGE, 1960).

Toda essa produção agropecuária articulava-se diretamente com as cidades que desempenhavam várias funções como coleta da produção de café, gêneros alimentícios e matérias primas, beneficiamento, comercialização dos produtos agrícolas, tanto em termos regionais para os gêneros alimentícios, como para o mercado paulista, enquanto o café era direcionado para o mercado internacional.

Além dessas funções, as cidades eram responsáveis pelo atendimento em demandas da produção por meio de oferta de bens e serviços, fossem os armazéns de secos e molhados, os serviços bancários, dentre outros.

Com o avanço das frentes pioneiras, gerando uma agricultura baseada em pequenos estabelecimentos rurais, o fluxo populacional tornou-se contínuo para o que seria a rede urbana de Maringá. Para Fresca (2004), o elevado crescimento populacional que aconteceu até 1960 articula-se com a chegada de novos habitantes no norte do estado – como proprietários e/ou trabalhadores urbanos e rurais – ao crescimento vegetativo da população, cujas taxas também eram elevadas.

Desse modo, os núcleos urbanos da rede de Maringá somavam de 134.605 habitantes num estado que possuía 2.115.547 (IBGE, 1950). Pelo recenseamento de 1960, a rede urbana de Maringá teve acréscimo populacional de mais 750% em relação a 1950. Num estado que apresentava 4,2 milhões de habitantes a rede de Maringá, contabilizava 1.047.860 de pessoas (IBGE, 1960).

A dinâmica do complexo cafeeiro, com mão de obra livre e demais características, explica também a espacialidade constituída na região Noroeste do Paraná. O intenso uso do trabalho livre gerava notável demanda de consumo, cuja acessibilidade para os trabalhos se tornava possível com a rede de localidades centrais (ENDLICH, 2006, p.68).

Dessa maneira, as relações de trabalho ligadas à cafeicultura que predominavam eram o colonato, a parceria e a mão de obra familiar, utilizada especialmente pelo pequeno produtor. De acordo com um dos pioneiros de Paranavaí, a relação social da parceira era a seguinte:

[...] derruba o mato, planta o café, constrói uma casa entrega a um parceiro. O café vai demorar quatro anos até sua primeira colheita. Até lá, [...] pode plantar outras culturas, como algodão e feijão e fica com toda a produção. Se [...] precisar de financiamento, ele avaliza ou faz o empréstimo em seu nome. A renda é [...] os 60% para o parceiro (PIERIN, 2007, p.74).

Para Pozzobon (2006, p. 43-44), o colonato, como relação social capitalista, se caracterizava por:

O ‘colono’, juntamente com sua família, recebia uma remuneração fixa por mil pés para manter limpa a lavoura formada e prepará-la para a colheita, outra, diretamente proporcional ao número de sacas de café da roça colhidos, e por dia de serviço prestado fora do cafezal, [...] além do direito de efetuar plantio de culturas intercaladas de milho, feijão e arroz até o limite do espaço disponível entre as ruas de café sem concorrer com a planta. Recebia casa, lenha e espaço para criação de animais e pequenas culturas. [...] Nestas condições, o proprietário ainda [...] assumia os riscos do empreendimento.

Dessa forma, os trabalhadores, ao encerrarem o contrato, tinham possibilidades de comprar suas próprias terras, tornando-se sitiantes. Ao mesmo tempo, não tinham direitos garantidos e as atividades estavam relacionadas às condições climáticas e às oscilações de preços que ocorriam no mercado.

Do ponto de vista das relações cidade-campo, Fresca (2007, p.231) aponta que nesse período, ou seja, nos anos de 1960:

As cidades deveriam atender necessidades básicas em termos de bens e serviços de uma elevada população rural e deveriam atender as necessidades da produção agrícola, tanto do café como dos demais produtos. Para isto, uma série de máquinas de beneficiamento de arroz, algodão e café foram implantadas nas cidades. Seus proprietários, os maquinistas, foram ao mesmo tempo industriais e agentes financeiros, na medida em que financiavam os produtores.

Assim, as cidades caracterizavam-se como controladoras do campo, por variados mecanismos. Eram fundamentais para o comércio da produção agrícola, quer seja um mercado de consumo no âmbito regional, nacional ou internacional. Os centros urbanos figuravam como articuladores, pois apresentavam infraestruturas, a exemplo do sistema de transporte, que permitia o escoamento da produção.

Fresca (2007, p. 232) reitera que, nesse período, se a produção industrial mais importante estava em São Paulo e Rio de Janeiro, “[...] nas cidades das frentes pioneiras

também nasciam pequenas unidades industriais nos ramos de alimentos, roupas, móveis, bebida, chapéus, calçados, etc., para atender a um mercado local e regional”.

O comércio era tido como atividade de destaque nas cidades da rede urbana de Maringá. No caso do varejo, tinham-se os armazéns de secos e molhados, os bares, casas de tecidos, confecções e calçados, lojas de móveis, utilidades domésticas, dentre outros. O grande mercado consumidor era representado especialmente pela população rural que, no período, representava em torno de 69,2% da população total do estado (IBGE, 1960).

No que diz respeito ao comércio varejista, o destaque ficava a cargo dos armazéns de secos e molhados, pois comercializavam ampla diversidade de produtos tanto de uso doméstico como panelas, pratos, tachos; como agrícola, enxadas, arame, cordas, querosene, sementes, além dos gêneros alimentícios, couro, arroz, feijão farinha, macarrão, óleo.

De acordo com Fresca (2004), o comércio varejista geralmente era de capital local, abastecidos por empresas atacadistas de Londrina e Maringá, ou mediante compra direta nas indústrias paulistas. Frisa-se que tanto Londrina como Maringá também tinham como local de aquisição de produtos para a venda no atacado as indústrias paulistas.

Por meio das funções desenvolvidas pelos núcleos urbanos, quer comércio varejista, atacadista, prestação de serviços, atividade industrial, a rede urbana constitui-se simultaneamente em “[...] um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho” (CORRÊA, 1994, p.48).

Enquanto reflexo da divisão territorial do trabalho, há a valorização de certas localidades em relação a outras na rede; aparecem assim, hierarquias urbanas e determinadas especializações funcionais. A lógica capitalista busca beneficiar-se a medida que cada atividade, nova ou transformada, necessita de padrões específicos para atendê-la, objetivando minimizar custos e maximizar lucros. Nessa perspectiva, cidades ganham ou perdem importância.

Nesse contexto, é por meio das funções articuladas de suas cidades que a rede urbana é condição para a divisão territorial do trabalho, pois, por meio dela, viabiliza-se a produção de diversos segmentos, circulação entre as cidades e áreas, e o consumo (CORRÊA, 1994). Ou seja, é condição a proporção que as cidades que formam uma rede urbana se articulam pelos mais variados sistema quer seja o transporte, informação dando condições necessárias à efetivação da produção, distribuição, circulação e consumo.

Dessa forma, a rede urbana de Maringá assemelhava-se em alguns aspectos à teoria de Christaller, pois, da diferenciação da oferta de bens e serviços, emergia uma diferenciação entre as localidades centrais. Assim, a hierarquia urbana acontece de maneira que as

localidades de mais baixa hierarquia oferecem e distribuem bens e serviços de consumo frequente, ao passo que as de maior hierarquia, apresentam funções centrais completas, mais amplas, ofertando todos os produtos anteriores e mais alguns para toda a área e em alguns casos para o país.

2.2 AÇÕES DAS COMPANHIAS

No processo de estruturação da rede urbana de Maringá, estiveram presentes ações do Estado e das Companhias colonizadoras, que tiveram grande destaque, como se pode verificar no quadro 3, que, a partir de suas ações, criaram cidades e realizaram loteamentos fundiários.

A importância destas empresas colonizadoras privadas muito mais do que a ação do Estado “[...] vai marcar-se como a mais importante forma de distribuição de terra agrícola no Paraná, a partir dos anos 1930” (SERRA, 1993, p.49). Assim, é possível dizer que o delinear da estrutura fundiária do Norte paranaense tem estreita relação com os projetos desenvolvidos pela iniciativa privada.

Desse modo, o Estado, ao doar terras devolutas, buscou investimentos de empresas privadas, que aplicaram seu capital financeiro, demonstraram sua prática na organização espacial tanto do urbano como do rural. Em síntese, ocorreu a articulação entre a política governamental e os interesses econômicos dos grupos empresariais. Nessa sintonia entre o estado e os grupos empresariais, a renda da terra ficava para os empresários, enquanto estes compensavam os cofres públicos organizando o espaço e criando a infraestrutura em favor de se colocar em prática o estágio desenvolvimentista no estado (SERRA, 1993).

Ainda na ótica de Serra (1993), a viabilidade de tal prática vai ao encontro, num primeiro momento, da movimentação interna do capital financeiro, originado a partir da comercialização das terras e, num segundo período, relacionado à incorporação das terras ao processo produtivo, pelo caminho do desenvolvimento da agricultura em prol de atender o mercado.

Nesse contexto, a colonização em destaque teve ampla participação do empreendimento particular atrelada à cafeicultura, atividade econômica em amplo processo de desenvolvimento no período. O sucesso do empreendimento estava relacionado com a mercantilização do solo, ou seja, com seu uso econômico, diante de quem a comprova, articulado, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento da frente de ocupação, sendo facilitadas à medida que fossem providenciadas, “as obrigações sociais” (SERRA, 1993, p.50), representa-

Empresa de colonização	Cidades
Cia Byington de Colonização LTDA	Altônia; Pérola; São Jorge do Patrocínio; Xambrê; Nova Esperança.
Imobiliária Madalozzo Ltda. - Colonização Indústria e Comércio	Planaltina do Paraná.
Imobiliária Ipiranga - Boralli & Held.	Alto Paraná; Cidade Gaúcha.
Companhia Imobiliária Nova Londrina Ltda.	Nova Londrina.
Imobiliária Progresso Ltda.	Paranacity.
Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão	Engenheiro Beltrão; Tamboara.
Sociedade Colonizadora Guairaçá Ltda.	Guairaçá.
Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí.	Santa Isabel do Ivaí.
Empresa Colonizadora do Norte do Paraná S/A.	Assis Chauteubriand.
Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz.	Santa Cruz do Monte Castelo.
Companhia Colonizadora Brasil Paraná Loteamento S/A	Querência do Norte.
Companhia de Terras Norte do Paraná- que passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1951)	Astorga; Cianorte; Cruzeiro do Sul; Doutor Camargo; Floraí; Floresta; Flórida; Iguaraçu; Inajá; Indianópolis; Itambé; Jussara; Japurá; Jardim Olinda; Loanda; Lobato; Mandaguaçu; Mandaguari; Marialva; Maringá; Nova Esperança; Ourizona; Paiçandu; Perobal; Presidente Castelo Branco; São Tomé; Santo Antonio do Caiuá; São Jorge do Caiuá; Terra Boa; Umuarama; Uniflor.
Cia Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduvas.	Colorado; Santa Inês.
Companhia Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda.- SINOP.	Formosa do Oeste; Iporã; Terra Rica; Ubiratã.
Grasso & Mazzucco Ltda.	Ivatuba.
Imobiliária Madalozzo Ltda.	Mirador.
Pinho e Terras Ltda.	Palotina.
Companhia de Colonização e Desenvolvimento Codal.	Terra Roxa.
Imobiliária Paranapoema.	Paranapoema.
Imobiliária Sociedade Goio Erê.	Goio- erê.
Imobiliária Modelo.	Tapejara.
Colonizadora Rio Bom.	Tapira.
Colonizadora São José, de Scrivanti Lemos e Cia Ltda.	Guaporema.
Colonizadora Mariluz	Mariluz.
Imobiliária Ferreira e Toledo Pizza Ltda.	Itaúna do Sul.
Sociedade Colonizadora Paraná Ltda.	Maria Helena; Nova Olímpia.
Colonizadora Cafezal	Cafezal do Sul.
Colonizadora Szaferman Ltda.	Juranda.
Empresa paulista Colina Agropecuária	Nova Cantu.
Cobrinco-Companhia Brasileira de Imigração e Colonização	Alto Paraíso; Icaraíma; Ivaté.

Quadro 3: Principais empresas colonizadoras que atuaram diretamente nos loteamentos fundiários e criação de cidades da rede urbana de Maringá

Fonte: FERREIRA, 1996; FERREIRA, 1959; FABRINI, 2014.

Org.: ASALIN, G. A, 2013.

das pela construção de estradas, ligando o rural aos núcleos urbanos, o comércio da produção, financiamentos, além de outros compromissos voltados para a segurança e o bem-estar-social dos produtores do campo.

Assim, algumas empresas colonizadoras, de acordo com o quadro 2, conseguiram em pouco tempo colocar em prática projetos. Entre as empresas bem sucedidas, pode-se citar a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, enquanto as demais, igualmente, criavam um ou dois núcleos urbanos, dependendo da área de seu loteamento.

Dessa forma, a rede urbana de Maringá teve sua estruturação, mais do que a de Londrina, na estratégia de colonização imposta pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, empresa com maior área e outras menores.

Dentro do planejamento da CMNP, estava a criação de um núcleo urbano que serviria de base para suas ações e, diante de seus objetivos, fundou Maringá para ocupar posição de destaque na rede urbana regional, visível, a princípio, por sua planta urbana¹⁰.

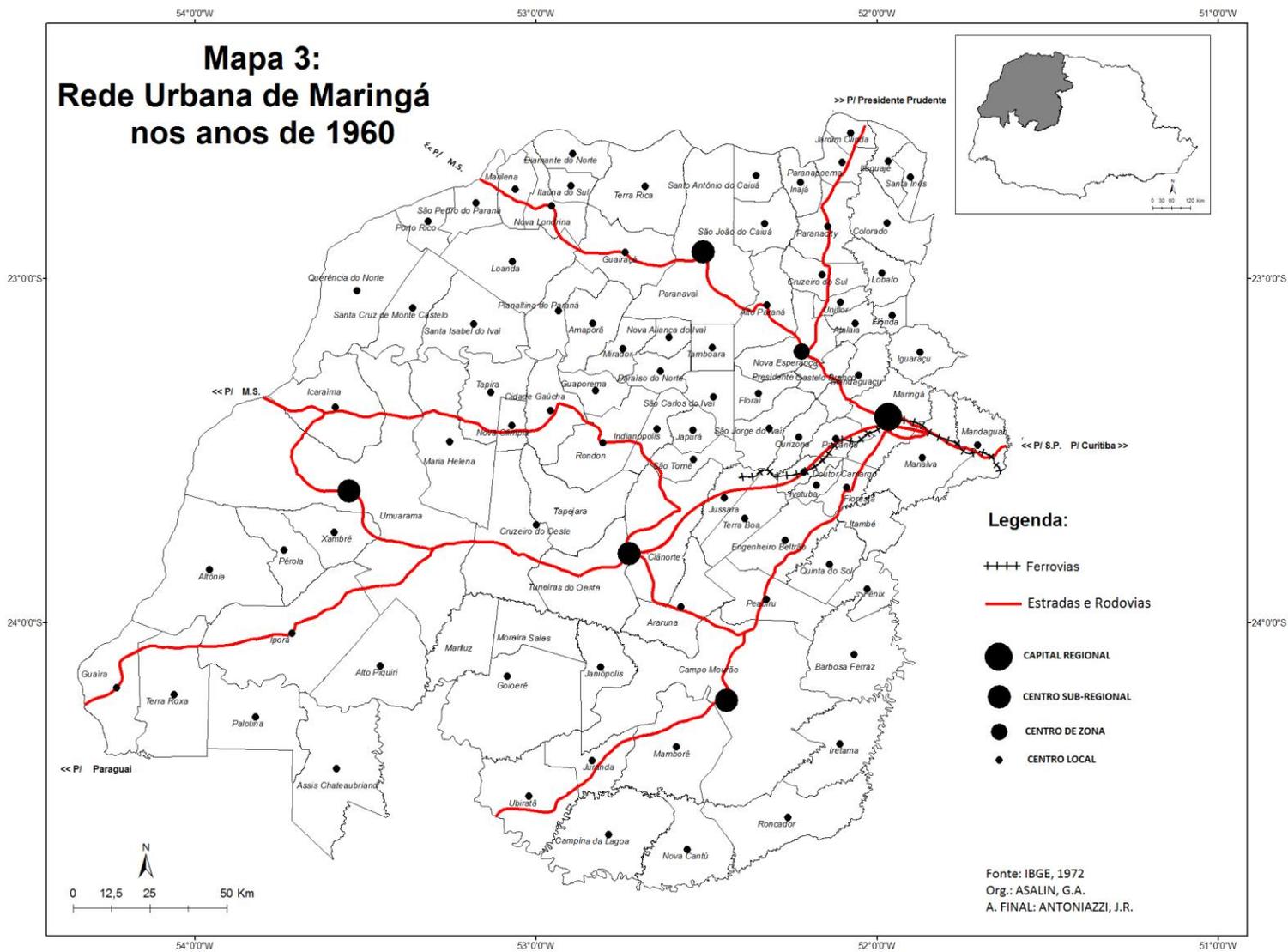
É notório, por parte CMNP, o interesse em expandir a rede urbana à medida que a empresa desenhou e criou cidades, pré-determinando as distâncias pequenas entre os centros menores, pensando nas prioridades mais imediatas. No caso dos centros maiores, as distâncias praticadas eram maiores, tidos como os mais importantes, objetivavam a oferta de produtos com menor procura.

O padrão de ocupação relacionado com vias de circulação estruturou uma rede tida como de padrão complexo, tanto de forma como de funções. A rede urbana do norte do Paraná, especialmente a de Maringá, demonstrava em 1960 um modelo linear de povoamento baseado, nas principais vias de acesso, onde se localizava a maioria dos centros urbanos mais importantes (FRESCA, 2004).

Os numerosos pequenos núcleos da rede urbana de Maringá, ligados a partir de estradas secundárias aos centros urbanos maiores, eram sobretudo importantes para os trabalhadores rurais e pequenos proprietários; figuravam como as localidades onde eram adquiridos produtos ou serviços necessários para a sua subsistência e produção.

Dentro das ações da CTNP/CMNP e como demonstra o mapa 3, à ferrovia construída a partir de Maringá sofreu um desvio no sentido Sudoeste e sua expansão atingiu nos anos iniciais da década de 1970 a cidade de Cianorte. Somente o fato de se conhecer o projeto traçado da fer-

¹⁰A planta urbana de Maringá foi desenhada por Jorge de Macedo Vieira em 1947, com 400 quadras, no anteprojeto; a cidade estava subdividida em três zonas residenciais (principal, popular e operária), zona industrial, zona comercial, dependências e armazéns da estrada de ferro e os núcleos comerciais (REGO, R. L. et. al., 2004).



rovia já condicionava localização de cidades (FRESCA, 2004). O entroncamento, com um ramal, que ligava Apucarana a São Paulo, e outro que ligava a cidade norte paranaense a Ponta Grossa e Curitiba, demonstra a articulação da linha férrea com os portos de Paranaguá e Santos, favorável ao desenvolvimento das relações da rede urbana do norte do Paraná com outras redes.

Quando é feita referência a projetos de ferrovias direcionados ao Noroeste do estado, embora seja discutida posteriormente tal situação, é importante adiantar que a Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A – Braviaco, era a empresa que, além de deter a posse da Colônia de Paranaíba, ficou encarregada da construção de um ramal ferroviário, a partir de Guarapuava, objetivando tirar do isolamento a extremidade ocidental do Paraná e ligar o estado ao vizinho Mato Grosso (ROMPATTO, 2012).

A Braviaco ao não cumprir o acordo com o governo estadual, de construir o ramal ferroviário, que poderia ter efetivado a ligação do extremo oeste da rede urbana de Maringá, por linha férrea, com o restante do Paraná, ainda perdeu todos os direitos adquiridos sobre as terras devolutas desta área. Assim, essas condições deixaram esta porção da rede urbana sem ligação ferroviária.

Ainda destacando a organização das vias de circulação da rede urbana, pode-se observar as ligações rodoviárias no mapa 3. A partir de Maringá, é possível verificar a continuidade da Rodovia do Café, BR 376, até Nova Londrina e Marilena; dois outros eixos partem de Maringá: à PR 323 para Iporã, tornando-se a BR 272, atingindo Guaíra; e a PR 317, ligando Maringá a Campo Mourão, caracterizando um padrão complexo de sistema de transporte.

A articulação feita a partir da rede viária é utilizada pela teoria das localidades centrais (1966), para explicar a distribuição das cidades. Nesse contexto, a rede urbana de Maringá tem seus núcleos urbanos localizados proximamente ao longo dos eixos de transporte.

Para Christaller (1966), o transporte é um dos princípios que pode direcionar a localização dos centros na rede urbana. A partir do momento que acontece esse tipo de disposição espacial: “a organização espacial da rede é de tal modo que existe uma minimização do número de vias de circulação: os principais centros alinham-se ao longo de poucas rotas” (CORRÊA, 1994, p. 30).

Fresca (2004, p. 64) “acrescenta que, nessa disposição, o elevado número de centros tem suas localizações intersticiais aos principais centros, tanto junto às rotas preferenciais como marginalmente a elas”.

Assim, o sistema de transporte figura como norteador da localização da maior parte das cidades da rede urbana de Maringá. No caso de Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí, o transporte ficou a cargo do sistema rodoviário.

Dessa maneira, as cidades foram localizadas ao longo dos eixos de transporte. O sistema orientador fundamental para a fixação das cidades quer fossem as rodovias ou a ferrovia, sendo a circulação uma importante etapa para a pequena produção mercantil, assim como para a distribuição e consumo.

Nesse contexto, a rede urbana de Maringá, em 1960, caracterizava-se pela presença de 85 municípios (IBGE, 1972) e respectivas sedes urbanas. No entanto, muitos núcleos urbanos se faziam presentes na condição de vilas, distritos etc., que futuramente seriam elevados à condição de sedes municipais.

Nesse padrão de rede, é possível verificar todos os níveis hierárquicos de centros, como demonstra o mapa 3. A complexidade apresentada pela rede urbana está vinculada à divisão territorial do trabalho no período, apresentando elevada população relativa, níveis de rendas variados, originando uma variedade de padrões locacionais, onde o padrão espacial é complexo. A complexidade é expressa na rede de Maringá à medida que era possível verificar todos os níveis de centros, da capital regional, Maringá, seguida pelos centros sub-regionais, centros de zona e os centros locais.

Ainda se faz relevante destacar as ligações da rede urbana de Maringá com a cidade de São Paulo, pois, como afirma Keller “A influência de São Paulo estende-se [...] de forma direta ao Norte do Paraná, dando a esta área os mesmos tipos de serviços que ao território do Estado. Londrina e Maringá comandam as regiões urbanas aí situadas e se subordinam a São Paulo” (1968, p.325).

Assim, a rede urbana de Maringá estava vinculada à metrópole paulista, tanto que, em muitas passagens do presente trabalho, são feitas referências às relações econômico-sociais dos centros urbanos com a cidade de São Paulo; a própria ocupação do Norte do Paraná ocorreu a partir da rede paulista; a venda da produção agrícola do café, algodão ou outros produtos, a aquisição de mercadorias, dentre outros, sempre eram feitas diretamente com a metrópole nacional. Na realidade, o estreitamento de relações de São Paulo com o norte

do Paraná está relacionado à expansão paulista da frente pioneira e a dependência em relação ao porto de Santos.

Nessa conjuntura e destacando outro patamar de centralidade na rede, há a capital do Paraná, que apresentava:

[...] nível metropolitano relevantemente recente. [...] fato que se deve tanto à expansão e à valorização das atividades agrícolas do Estado, como principalmente a política rodoviária estadual [...] em fazer da capital o ponto de convergência da rede viária de modo a possibilitar melhor integração das regiões com a metrópole. [...] seu recente surto de industrialização tem sido fator de reforço da centralidade em nível metropolitano (KELLER, 1968, p.328).

Assim, o fato de o nível metropolitano de Curitiba ser recente, se deve dentre outros, à construção da Rodovia do Café, que possibilitou maior vínculo do norte do Paraná com a capital. No entanto, esses vínculos eram principalmente políticos, enquanto os econômicos se realizavam com o porto de Paranaguá para a exportação do café.

Num outro nível hierárquico, tinha-se Maringá e Londrina, figurando como capitais regionais. Conforme Keller (1968, p. 310):

[...] no norte do Paraná, Londrina tem projeção regional maior do que Maringá, recobrando [...] a área deste em serviços mais especializados, como no atendimento de doentes por clínicas e cirurgias especializadas, na venda varejista de artigos e mercadorias mais especializadas, ou na venda atacadista dos ramos mais raros (produtos químicos e farmacêuticos, papel e artigos de papelaria, combustíveis e lubrificantes). [...] encontram-se em número e variedade maior, escritórios de serviços e acessória técnica: administração de empresas, assuntos fiscais e jurídicos, engenharia, agências de publicidade e propaganda, [...] companhia de investimentos e seguros.

A autora ainda salienta que Maringá apresentava uma área de ação “[...] mais extensa, porém, os laços com o centro regional são mais frouxos”, fato relacionado à origem recente, atrelada a todo um processo de implantação de infraestrutura, dentre outros (KELLER, 1968, p. 327).

Um dos fatores para o entendimento do papel fundamental de Maringá é sua estratégica localização e articulação rodoviária que “[...] fora escolhida cuidadosamente e a rede de estradas construída para melhor articular deste espaço e sua região [...] boa localização da Maringá fora pensada e produzida pelos seus empreendedores capitalistas e pelo Estado” (ENDLICH, 1999, p. 898). Assim, o fato de estar num entroncamento rodoviário permite fluidez para outras áreas do estado e para outros estados.

Um outro grau de hierarquia da rede urbana está relacionado aos centros sub-regionais, representados em 1960 por Paranavaí, Cianorte, Umuarama e Campo Mourão, todos sobre a influência direta de Maringá (KELLER, 1968, p. 327). Para Fresca (2004), o fato de Umuarama e Cianorte estarem no mesmo patamar hierárquico justifica-se a partir da origem das duas cidades, do início da década de 1950, consideradas, desse modo, recentes, vivendo ainda o processo de povoamento na década de 1960. Conforme afirma Ferreira (1996), a gênese de Umuarama é de meados da década de 1950, transformando-se em sede municipal em novembro de 1961.

Além dos quatro subcentros, havia mais 9 centros de zonas: Nova Esperança, Mandaguari, Cruzeiro do Oeste, Loanda, Nova Londrina, Paraíso do Norte, São João do Caiuá, Itaguajé e Guaíra (IBGE, 1972).

Ainda esclarece Keller (1968, p. 327) que “Paranavaí é o centro sub-regional melhor equipado e o de maior força regional”. No contexto de sua atuação, estão São João do Caiuá, Nova Londrina, Loanda e Paraíso do Norte como centros de zona. O nível de atuação é muito reduzido, pois atuavam em acanhadas áreas de influência, com comércio de produtos de uso corriqueiro, com escolas de nível médio, em especial, de 1º ciclo e serviços bancários (KELLER, 1968). A hierarquia da rede urbana finalizava com elevado número de centros locais, cuja complexidade funcional vincula-se à “[...] oferta de bens e serviços e atividades ligadas à produção rural apenas em nível municipal” (FRESCA, 2004, p. 87).

A complexidade apresentada pela rede urbana de Maringá nos anos de 1960 pode ser verificada na medida em que se tinha uma capital regional para um total de 84 cidades. Destas, 72 foram consideradas centros locais, 8 centros de zona e 4 centros sub-regionais. Havia ainda grande número de povoados, vilas e distritos, como é o caso de Nova Aliança do Ivaí, um dos núcleos urbanos a ser estudado neste trabalho, que na década de 1960 figurava como distrito do município de Paraíso do Norte (IBGE, 1972).

O grande número de centros locais demonstra a sua elevada importância para a população rural, assim como para os pequenos proprietários. Estavam nos centros locais os produtos e serviços necessários tanto à subsistência quanto à produção. Para Endlich (2003, p.18), era exatamente “[...] esse consumo da numerosa população composta por estes agentes sociais que mantinham a dinâmica destes pequenos núcleos”.

Desse modo, a partir da década de 1960, pode-se analisar Paranavaí como um centro sub-regional melhor equipado entre os quatro da rede; Nova Esperança, como um centro de zona diretamente vinculado a Maringá; e Nova Aliança do Ivaí, como distrito pertencente ao município de Paraíso do Norte.

2.3 GÊNESE E INSERÇÃO DAS CIDADES DE PARANAÍ, NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA DO IVAÍ NA REDE URBANA DE MARINGÁ NOS ANOS DE 1960.

2.3.1 PARANAÍ.

A gênese de Paranaí remete a um processo de titulação de terras no Noroeste do Paraná, a partir dos últimos dias do Brasil Império (ALCÂNTARA, 1987). Na visão de Saul Bogoni, jornalista e estudioso da história de Paranaí, durante um seminário, realizado nessa cidade, “[...] embora Paranaí, como cidade, tenha uma história de apenas 60 anos, há muitos indícios de que a localidade começou a ser habitada há mais de 100 anos”. Para o referido autor, “[...] somadas todas as etapas de colonização é justo afirmar que Paranaí teve um dos primeiros núcleos populacionais do Norte do Paraná, superando até mesmo Londrina” (Informação Verbal) ¹¹.

Nessa perspectiva, deve-se entender que o decreto nº 10.432 de 9 de novembro 1889 do governo brasileiro fazia uma concessão ao engenheiro João Teixeira Soares, para que fosse construída uma estrada de ferro ligando Itararé em São Paulo a Santa Maria da Boca do Monte no Rio Grande do Sul, objetivando a articulação da região Sul (IBGE, 1999) do Brasil com a região Sudeste (IBGE 1999).

Como não dispunha de recursos para construir a ferrovia, o governo:

[...] contratava obras, pagando as empreitadas com a terra. [...] com isso beneficiou companhias estrangeiras que tinham subsidiária no Brasil. Foi o que aconteceu com a Brazil Railway Company. Essa Companhia fora encarregada de implantar a Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande (SILVA, 1988, p.54).

De acordo com Alcântara (1987), nessa política, o governo do estado do Paraná passou a legislar sobre a concessão de terras, para que acontecesse a construção de estradas de ferro conforme a lei nº 1340 de 10 de abril de 1913. Em seu artigo primeiro, “autoriza o poder executivo a conceder a qualquer particular idôneo, companhia ou empresa, o direito de

¹¹ BOGONI, Saul. Notícia fornecida no V Fórum de Cultura de Paranaí, em Paranaí, em junho de 2013.

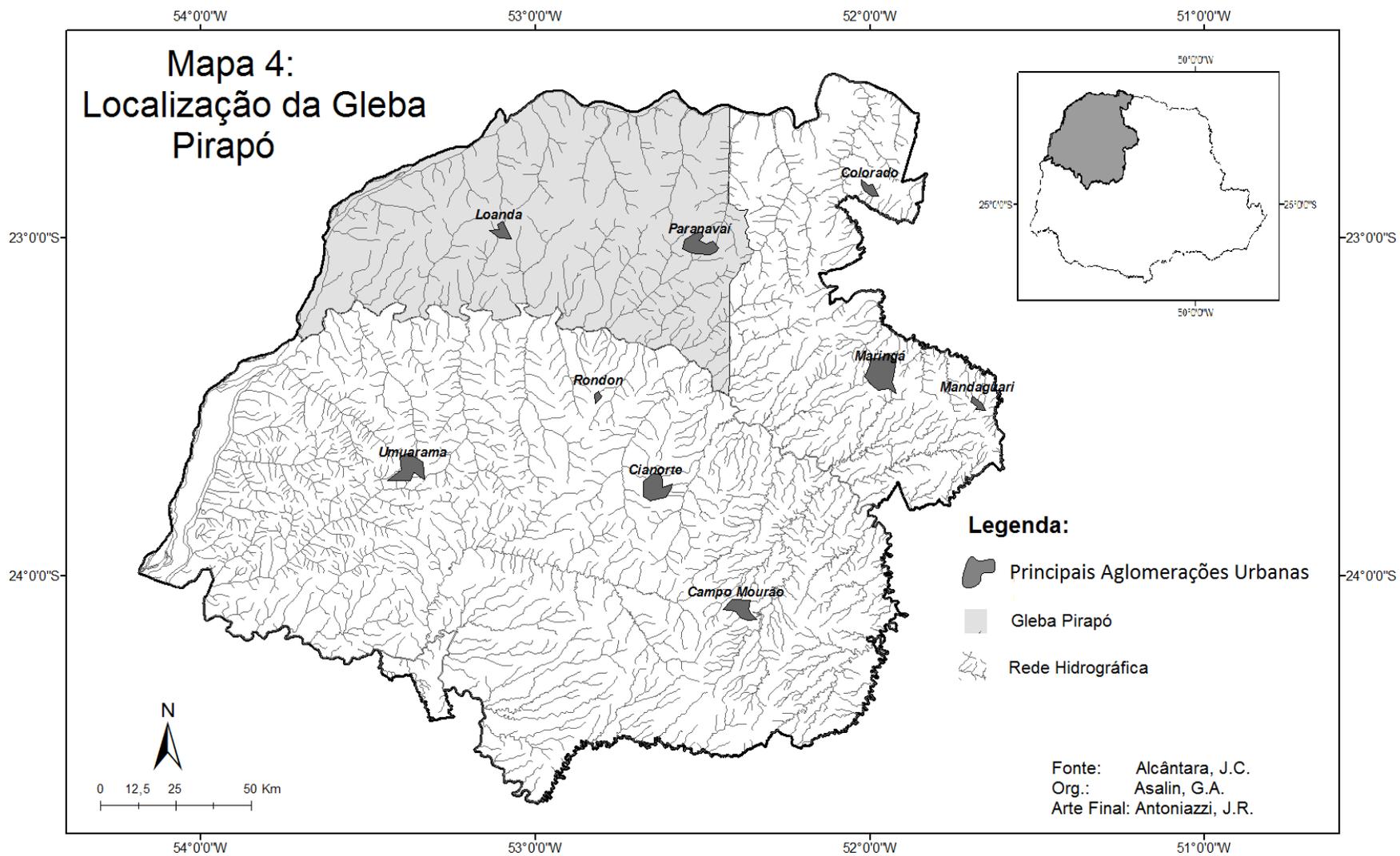
construir ou explorar estradas de ferro do território do Estado, observadas as disposições da presente lei” (ALCANTARA, 1987, p32).

Ao reconhecer os domínios da EFSPRG em território paranaense, o governo a encarrega de construir novos ramais ferroviários pelo interior do Estado a partir do seu tronco principal que era a ferrovia São Paulo- Rio Grande. Neste caso ela havia de construir um ramal entre Curitiba e Ponta Grossa, outro entre Ponta Grossa e Guarapuava e, por fim, um ramal que a partir de Guarapuava convergiria até as barrancas do rio Paraná. [...] além de tirar do isolamento o extremo oeste paranaense, a ferrovia Guarapuava- Guaíra tinha por objetivo ligar o Paraná ao Mato – Grosso (ROMPATTO, 2012, p.2).

Nesse contexto, a empresa Brazil Railway Company, concessionária da construção das estradas de ferro, por intermédio da sua subsidiária Braviaco – Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A, obteve uma área no noroeste do estado do Paraná, onde hoje também está localizada a cidade de Paranavaí. Além da construção da estrada férrea, ainda destaca Alcântara (1987) que a Braviaco tinha que definir as terras devolutas, promover por sua conta, a ocupação e a colonização das mesmas.

Como não cumpriu o determinado, a Braviaco perdeu todos os direitos adquiridos sobre as terras devolutas e concessão para construir a ferrovia.

Assim, a Gleba Pirapó, representada no mapa 4, foi delimitada e titulada “[...] à Braviaco e reservada a mesma Companhia a área de terras a oeste desta gleba, delimitada pelos rios Paraná, Paranapanema e Ivahy, todas localizadas no município de Tibagi, mais tarde se transformou na Colônia de Paranavaí” (ALCÂNTARA, 1987, p. 36). A área em destaque passou a ser conhecida como Fazenda Brasileira, cujo núcleo central corresponde hoje em parte ao perímetro urbano da cidade de Paranavaí. Junto as sede da fazenda foi fundado o Distrito de Montoya, pertencente à Comarca de Tibagi (ALCÂNTARA, 1987).



Ainda na visão de Alcântara (1987, p.37)¹²:

Em 1929 a Brasileira já estava instalada e o pessoal (migrados do Nordeste pela Companhia) vinha aqui trabalhar, derrubar mato. Eram 1 800 alqueires, sendo mil alqueires de café e 200 alqueires de invernada, até 1930, havia na fazenda cerca de 1 400 famílias de trabalhadores que habitavam casas em diversas colônias nas proximidades da sede.

É importante esclarecer que não havia ligação da Fazenda Brasileira por estradas com o restante do Paraná; o acesso à mesma era possível através de uma pequena estrada rural a partir de Porto São José, no rio Paraná, e outra que mantinha uma ligação da fazenda com o Porto Ceará junto ao rio Paranapanema e, deste ponto, à cidade de Presidente Prudente no estado de São Paulo. A comunicação com a cidade de Tibagi, sede da Comarca no período, acontecia da Fazenda Brasileira para Presidente Prudente; de trem, chegava-se até Ourinhos e, a cavalo, voltava-se para o estado do Paraná, chegando a Tibagi.

Ainda retratando a prosperidade tanto do distrito de Montoya como da Fazenda Brasileira, Silva (1988, p.33) afirma que no distrito havia:

[...] juizado de paz [...] um contingente policial, constante de um cabo e dois soldados. Uma farmácia sortida, com farmacêutico diplomado e um médico atendia o serviço de saúde dos residentes. Uma vez por outra [...] a vinda do sacerdote para a assistência espiritual. [...] Na fazenda havia um armazém bem sortido e, para o transporte, contava com uma frota de 20 caminhões Ford, que alimentavam todas as necessidades da Fazenda.

O fato é que a Fazenda Brasileira entrou em decadência (EL-KHATIB, 1969, p.213) devido à “[...] falta de comunicação com o resto do Estado”. Soma-se ainda o fato de a Companhia Braviaco não ter cumprido os compromissos assumidos perante o governo do estado do Paraná. Assim, o estado em 1930 anula a concessão feita a Braviaco. A partir daí, o próprio estado passou a comercializar as terras até então daquela companhia (MENDONÇA, 1990).

¹² Os mais antigos moradores de Paranavaí foram entrevistados por Alcântara (1987) e Silva (1988) dada a dificuldade de realizá-las novamente, serão utilizadas as mesmas informações.

Em consequência destes atos, a Fazenda Brasileira foi sendo abandonada e após 1932, desocupada, quando esteve na mesma o tenente Coronel Palmiro, da Polícia Militar do estado do Paraná e com ele se retirou Landulfo Alves de Almeida, diretor da Braviaco. Houve uma debandada geral, [...] Decadência total. Os trabalhadores se evadiram, veículos foram abandonados, casas invadidas pelo mato e plantações perdidas (ALCÂNTARA, 1987, p. 38).

É relevante esclarecer que, em 1939, foi aberta uma pequena estrada rural que ligava a cidade de Rolândia até a antiga fazenda Brasileira, cujo tráfego era feito duas vezes por mês pela Empresa de Transporte Rodoviária Garcia, na linha Londrina – Paranavaí. Em 1941, foi inaugurada também a estrada que ligava Porto São José a Maringá (ALCÂNTARA, 1987). Facilitava-se, dessa maneira, a chegada do povoamento pelo sentido leste-oeste, até a calha do Rio Paraná.

A inauguração da estrada que articulava Maringá até o Porto São José foi muito importante para a ocupação da porção noroeste do Paraná, pois:

[...] foi a primeira real providência que permitiu, já em 1942, a demarcação da gleba para localização de famílias nacionais na colônia batizada com o nome de Paranavaí, marco inicial do povoamento que vai desde a divisa com as terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, até o rio Paraná, rios Paranapanema e Ivaí (ALCÂNTARA 1987 p.40).

De acordo com Silva (1988, p.36), já “Em 1933 o governo paranaense, com o interventor Manoel Ribas, planejou a colonização da Fazenda Brasileira. Os trabalhos começaram efetivamente em 1944, quando o local já possuía a denominação de colônia de Paranavaí”. Na realidade, o que o interventor paranaense destacava como colonização da Fazenda Brasileira era o que tinha sobrado dela, articulando estratégias para efetivar o povoamento.

De acordo com Bogoni (2013), o que foi chamado de Fazendinha, Gleba Pirapó, Vila Montoya, Fazenda Brasileira e Colônia, recebeu o nome utilizado até hoje de Paranavaí. Em 1947, a colônia de Paranavaí, em pleno processo de ocupação, tornou-se distrito do município de Mandaguari, sendo denominada apenas de Paranavaí.

A cidade de Paranavaí foi a primeira a ser criada nessa porção da rede. A partir de 1945, com o crescimento e valorização do mercado de café, com a ação da CMNP, sucessivamente as terras a oeste de Maringá foram sendo incorporadas à produção até atingir-se Paranavaí, em 1947. Elevada em 1951 à categoria de município, a partir do mesmo ocorreu

o direcionamento da ocupação de praticamente toda a extensão de terras entre os rios Paraná, Paranapanema, Ivaí e Pirapó.

Para Alcântara (1987, p.41), “a Colônia de Paranaíba foi dividida em 30 glebas e cada uma tinha aproximadamente 15.000 alqueires sobre os quais houve tentativa de grilagem [...] fatos sangrentos ocorreram no período, pela disputa da posse das terras”. Mesmo assim, aconteceu um rápido aumento da população pelos loteamentos realizados.

A intensa e rápida ocupação de terras provocou a sua divisão e “[...] em 14 anos formaram 27 municípios independentes” (MENDONÇA, 1990, p.146). Essa divisão municipal foi realizada a partir da ação de várias companhias de colonização (quadro 2), que organizaram a criação de centros urbanos, áreas agrícolas, estradas etc.

Nas escritas de Rompatto (2012, p.7), “O estado não conseguiu fazer frente aos interesses dos poderosos e diante das pressões o governo acabou cedendo, permitindo à iniciativa privada a apropriação de algumas áreas devolutas da Colônia Paranaíba”. Nesse caso, tem-se a origem de Guairaçá, Querência do Norte, Mirador, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, dentre outras.

Para Alcântara (1987, p. 63), o que levou o senhor Ulisses Faria Bandeira à boca do sertão na década de 1940 foram:

As demarcações e levantamentos topográficos. Violências, nos primórdios da colônia, ele admite, mas não em proporções alarmantes, entendendo que houve exagero proposital na divulgação – ‘havia uma campanha, a Companhia de Terras vendia no dinheiro, aqui podia ser requerido’ [...] era notório o interesse da CMNP quanto à inviabilização da colônia de Paranaíba.

Nesse contexto, é nítida a imposição da CMNP em não aprovar a ação do governo do estado nessa porção do Paraná, pois a prática, de requerer terras a preços simbólicos ou de adquiri-las a partir de solicitação, poderia impactar negativamente nos negócios tanto da CMNP como de outras que atuavam na região.

Dessa maneira, os lotes eram requeridos juntos à Inspeção Estadual. As terras eram negociadas pelo estado a preços simbólicos e a ocupação de Paranaíba acontecia. Aos poucos, iam chegando os requerentes e as casas da antiga fazenda Brasileira eram desmanchadas e montadas novamente em outros locais. Para Silva (1988), a área não era para ser ocupada por fazendeiros, mas para ser colonizada por pessoas menos abastadas, numa divisão de 42,5 alqueires por família, demonstrando o predomínio da pequena propriedade rural.

Essa porção do norte do Paraná está localizada na grande unidade geomorfológica do Terceiro Planalto (MAACK, 1968). Nesta área, afloram os extensos derrames vulcânicos cretáceos da Formação Serra Geral, pertencentes ao Grupo São Bento (Bacia do Paraná). A porção Noroeste é coberta pelos Arenitos da Formação Caiuá pertencentes ao Grupo Bauru, conforme figura 1. A formação Caiuá é uma cobertura arenosa e geologicamente recente, de origem essencialmente colúvio-aluvionar (BIGARELLA; MAZUCHOWSKY, 1985).

De acordo com os estudos realizados por Nakashima, os solos da região noroeste do Paraná “apresentam relação estreita com o relevo (declividades das vertentes) e a rocha (características físicas, químicas e mineralógicas)” (1999, p. 35).

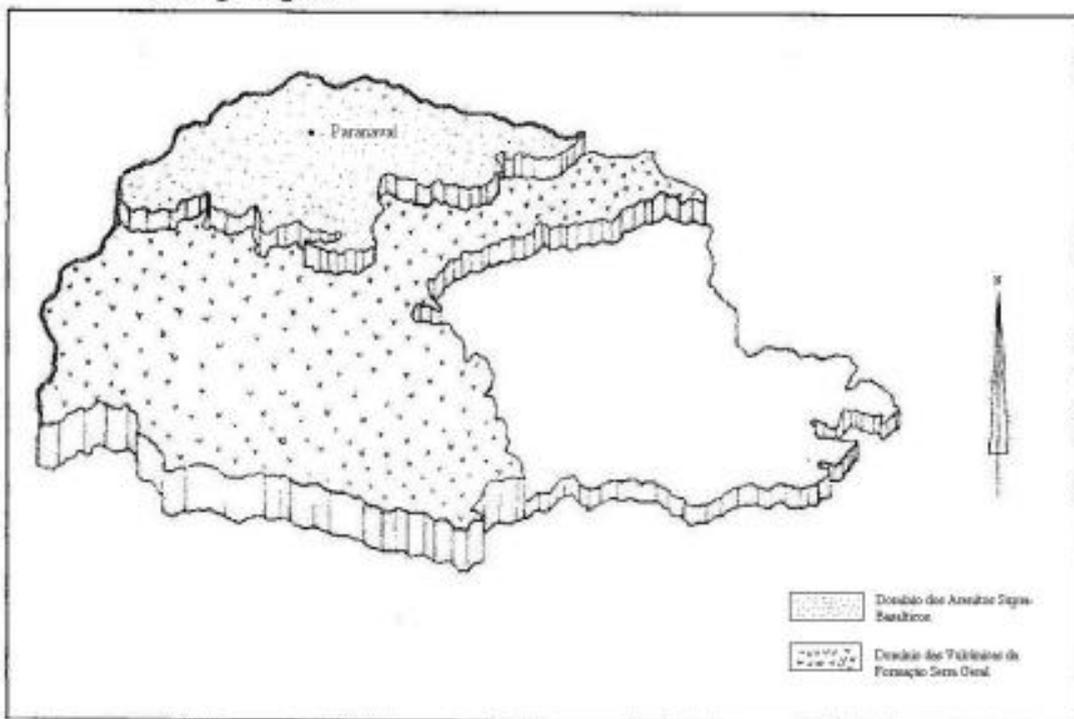


Figura 1: Geologia Regional

Fonte: Araujo (2000)

De acordo com a MINEROPAR (2006), uma das subunidades do relevo dessa área do estado é denominada de Planalto de Paranavaí, apresentando baixa dissecação com declividade inferior a 6%, predominando o relevo de topos aplainados, de acordo com a figura 2, com vertentes convexas e vales em “V” abertos.



Figura 2: Vista parcial do relevo que predomina na parte rural de Paranavaí, PR, 2014.

Fonte: ASALIN. G.A (2014)

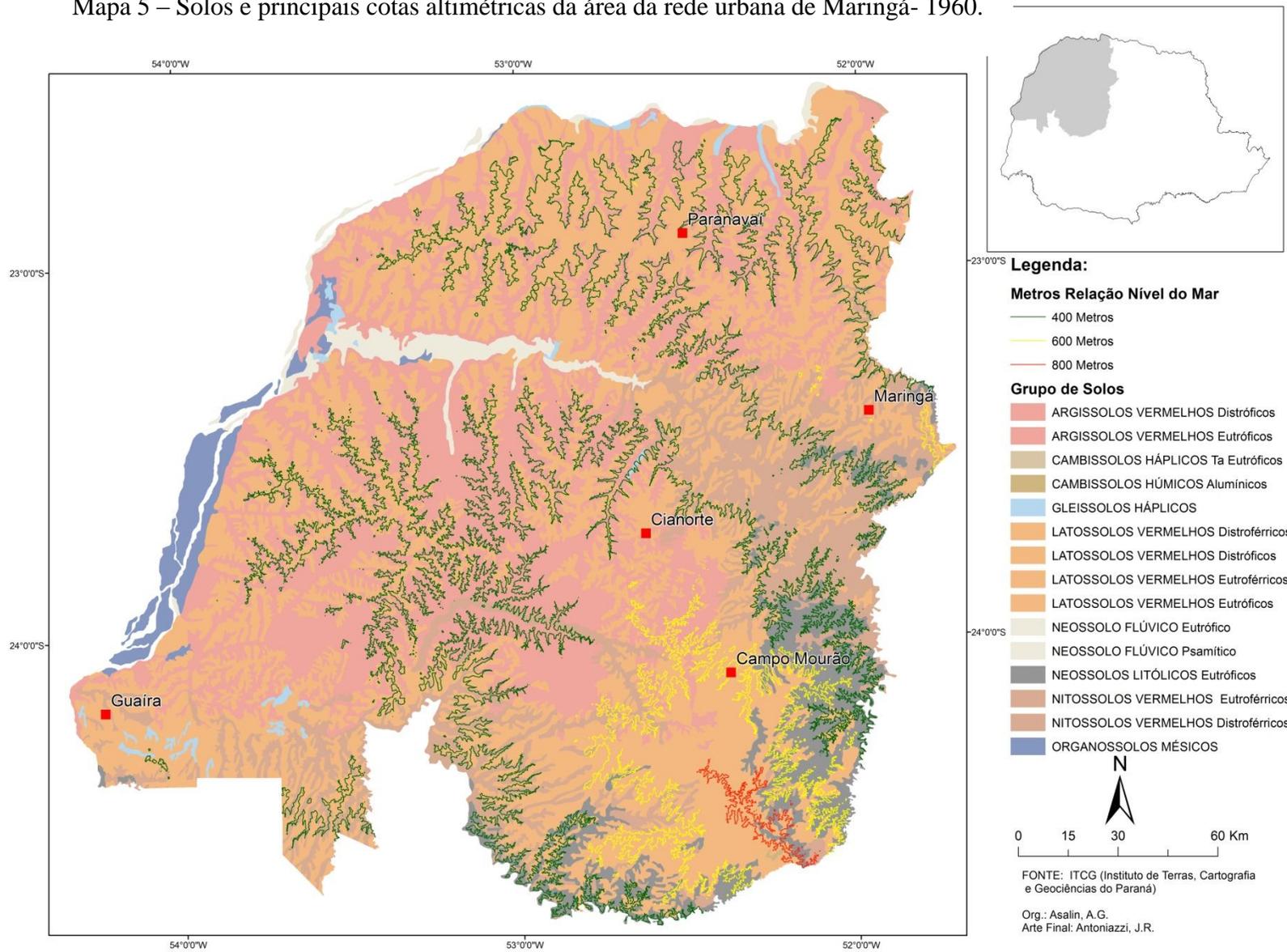
Dentro das combinações geográficas o mapa 5, demonstra o predomínio dos solos do tipo Latossolos e Argissolos Vermelhos, cujas cotas altimétricas, em sua maioria, ficam abaixo do 600 metros de altitude.

Neste contexto, é possível considerar o predomínio de uma topografia suave, que de um lado favorece o desenvolvimento de atividades agrícolas mecanizadas, mas esbarra na dificuldade dos solos predominantemente originados a partir do arenito, formação que apresenta suscetibilidade à degradação a partir da erosão (IPARDES, 2006a).

As propriedades com até menos de 100 ha, são consideradas por Fresca (2004) como pequenos lotes, tão fato se justificado nessa porção do norte do Paraná pelo predomínio dos solos arenosos derivados do Arenito Caiuá, formação geológica diferente de outras partes do norte do Paraná, onde há o predomínio dos solos argilosos originados a partir do basalto.

Nessa conjuntura, Paranavaí tinha o predomínio das pequenas e médias propriedades rurais. Os pequenos estabelecimentos, ou seja, aqueles com até menos que 100 hectares, representavam 31,6% do total da área, enquanto o número de estabelecimentos representava 84,9%. Já as médias propriedades rurais, aquelas que tinham entre 100 e menos de 500 hectares, perfaziam um total de 41% da área, enquanto os estabelecimentos correspondiam a 12,8% do total municipal. As grandes propriedades, aquelas com mais de 500 hectares, representavam 27% do total das terras, enquanto o número de estabelecimentos era de apenas 2,2% (IBGE, 1960).

Mapa 5 – Solos e principais cotas altimétricas da área da rede urbana de Maringá- 1960.



Apesar do predomínio de pequenas e médias propriedades rurais, abarcando mais de 72% da área utilizada para agropecuária, o senhor Oscar José de Souza (um dos moradores entrevistados) conta que foi trazido ainda jovem da cidade de Cacolé, Bahia, num grupo de 60 famílias da região Nordeste para trabalhar com café, por intermédio do comendador italiano Remo Massi para Paranaíba. A fazenda do comendador apresentava dez0 seções com nomes próprios – São José, São Judas, São Joaquim, Santo Antonio, Santa Marina, dentre outras, e grande número de casas para abrigar os colonos; referência que se fazia a uma espécie de divisão do imóvel para melhor administrar, havia inclusive máquina de beneficiamento de café e armazém. Ele afirma que, enquanto trabalhadores, tinham o direito a um salário a cada 30 dias.

O entrevistado informou ainda que o Comendador Remo Massi era comprador de café em Ribeirão Preto e requereu terras tanto em Paranaíba, como no Mato Grosso, alegando que o projeto do comendador era plantar um milhão de pés de café. Segundo outra moradora, a Zeli do Carmo, o Remo Massi era um dos mais ricos de Paranaíba e um dos maiores fazendeiros das imediações.

No que se refere às demarcações relacionadas à área urbana da futura cidade, Silva (1988, p.62) confirma que “[...] em 1942 foi demarcada a primeira via pública na colônia, a atual Avenida Paraná”. Na cidade, tanto o inspetor Ulisses Faria como o administrador Hugo Doubek prosseguiram na delimitação das ruas, o trabalho era difícil, mas a futura cidade passou a tomar forma, sendo criadas as quadras alinhadas em formato de tabuleiro de xadrez de acordo com a Figura 3.

Alcântara (1987, p.41) afirma que em “[...] 1944 já existia aproximadamente 80 casas e 500 habitantes, neste mesmo ano começaram os trabalhos de demarcação da cidade pelo engenheiro Francisco Almeida Faria”. É interessante destacar que partes dessas casas devem ser construções elaboradas a partir de materiais, no caso madeira, das casas das colônias que existiam na antiga fazenda Brasileira.

A planta urbana da futura cidade obedecia a um traçado de forma ortogonal, como aconteceu com muitos centros urbanos da área. A mesma foi localizada sobre o divisor de água do Ribeirão Suruquá e Ribeirão Paranaíba pertencentes às bacias hidrográficas dos rios Ivaí e do Paranapanema, respectivamente; possuía como centro geométrico a rodoviária; e a expansão inicial seguia sentido leste, a procura de terrenos com cotas de altitude mais elevadas. A partir do centro geométrico, foram projetadas 8 vias principais para a planta urbana, de acordo com a figura 3, sendo que o quadrilátero central deu origem à área central

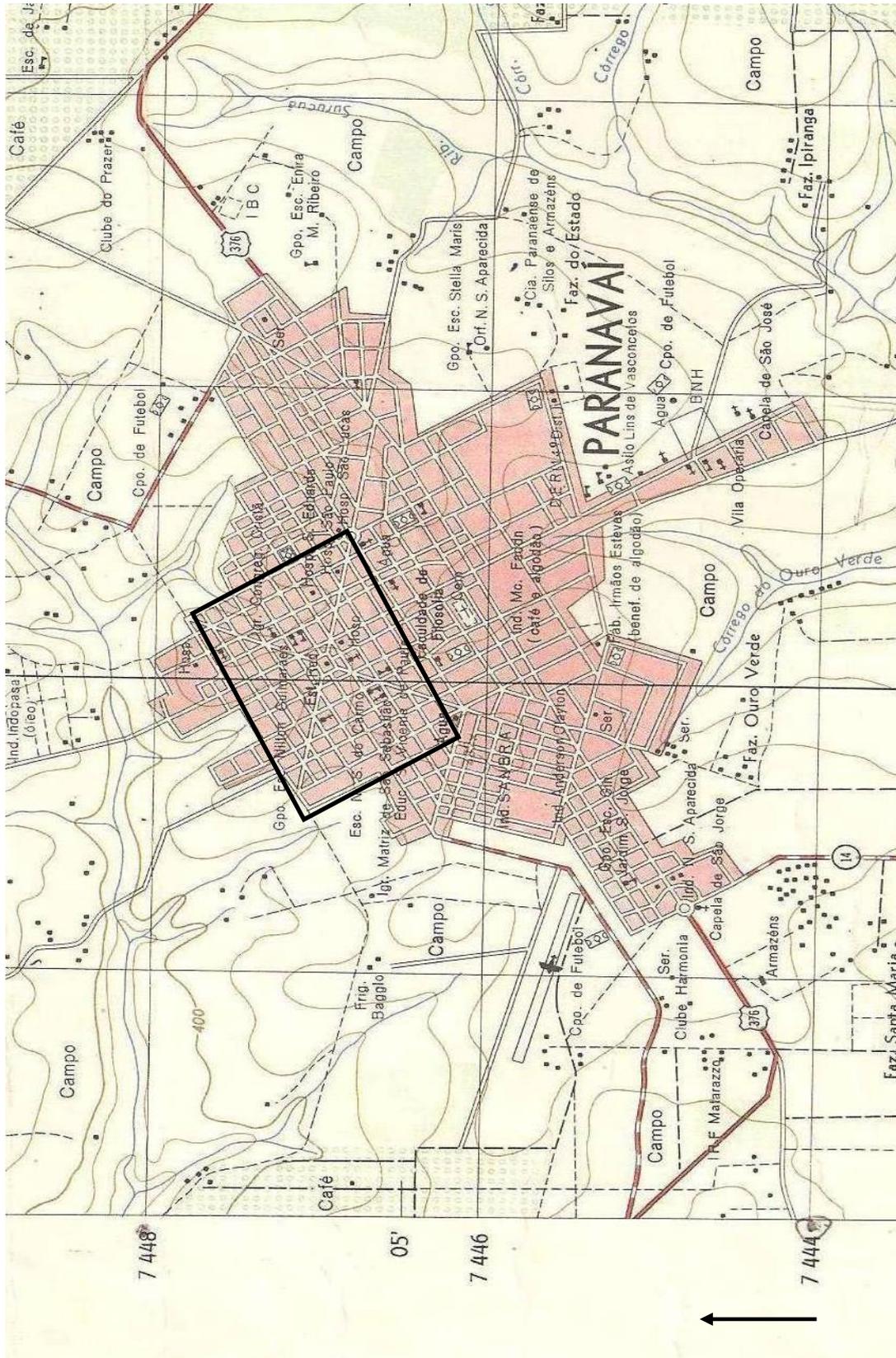


Figura 3: Desenho do perímetro urbano de Paranavaí 1972, Quadrilátero central.

Fonte IBGE, 1972

Adaptação carta topográfica Paranavaí – folha SF – 22 – Y – D- I – 1

Org.: ASALIN, G. A., 2013

Quadrilátero central onde surgiu a cidade.

da cidade. A partir desta figura, observa-se que a cidade foi expandida especialmente nas direções leste e sul/sudoeste.

O processo acelerou-se, à medida que aconteceu a abertura de estrada ligando Londrina a Paranavaí, a venda de terras a valores simbólicos, a projeção do traçado urbano da cidade, e o desmembramento de novos municípios a partir de Paranavaí e da produção do café.

De 1950 para 1960, a área em quilômetros quadrado de Paranavaí diminuiu, como demonstra a tabela 1. O grande número de desmembramentos é devido a formação de vários municípios, como Paraíso do Norte, Guairaçá, Amaporã, Marilena, Loanda, Nova Londrina, Planaltina do Paraná, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Terra Rica, Tamboara.

Apesar das dificuldades iniciais, praticamente do transporte, aconteceu rápido aumento de sua população, como demonstra tabela 1, da qual, entre 1950 – 1960, o crescimento populacional ficou em torno de 247,6%.

Tabela 1: Evolução da População Total, Urbana, Rural e Área de Paranavaí, PR: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Ano do censo	População total	População urbana	%	População rural	%	Área em Km ²
1950	25 520	1 874	7,3	23 646	92,7	8 000 686
1960	63 189	25 028	39,6	38 161	60,4	1 290 459
1970	57 387	39 309	68,5	18 078	31,5	1202 151
1980	65 290	54 666	87,7	10 624	12,3	1 202 151
1991	71 052	64 354	91	6 698	9	1 202 151
2000	75 750	67 834	92,8	5138	7,2	1 202 151
2010	81 595	77 733	95,27	3 862	4,73	1 202 151

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Org.: ASALIN, G. A., 2013.

A consolidação da formação socioespacial da pequena propriedade remete ao desenvolvimento da cafeicultura, principal produto propulsor da ocupação da área.

Entre o final da década de 1950 e anos iniciais da década de 1960, a produtividade cafeeira atingiu seu auge. Como atesta Silva (1988, p.66), “[...] no Noroeste assinalou [...] 150 sacas em coco por mil pés, [...] afirmando-se que algumas áreas atingiram 300 sacas. Paranavaí, Tamboara, Paraíso do Norte, Mirador, Amaporã e Nova Aliança do Ivaí possuíam 30 milhões de cafeeiros”.

Paranavaí (IBGE, 1960), além de ser o quinto maior produtor de café com 43.796 toneladas, ocupando 83,7% da área com culturas permanentes, ainda estava entre os 5 maiores produtores de algodão e mandioca, sendo 20.882 toneladas do último produto, a produção de algodão com 2.558 toneladas para uma área de 3.295 hectares. O milho detinha uma produção de 7.258 toneladas para uma área de cultivo que equivalia a 88% do que estava voltada à produção temporária do município.

Os gêneros alimentícios, segundo (IBGE, 1960), como o arroz e feijão, apresentaram menor expressão em termos de produção, totalizando 1374 toneladas e 398 toneladas respectivamente; o primeiro ocupou uma área de 1706 hectares, enquanto o segundo deteve 364 hectares; é preciso frisar que parte da cultura se desenvolvia intercalada entre aos cafezais.

Na pecuária, o destaque era para o maior rebanho bovino da rede urbana de Maringá, eram 52.369 cabeças, correspondendo a 2,8% do rebanho estadual. A área ocupada tanto por pastagens naturais ou plantadas perfaziam um total de 40 629 hectares, ou 38% das terras utilizadas para a agropecuária no município de Paranavaí (IBGE, 1960).

No período, ainda existia em Paranavaí o Posto Zootécnico mantido pelo governo estadual, destinado ao incremento da pecuária, bem como o posto de defesa sanitária animal, sobre o comando do Ministério da Agricultura (IBGE, 1959).

A produção de algodão representava a produção de matéria prima para a indústria, que, na década de 1960, tinha grande representatividade em Paranavaí, para as quais se tinha a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – Sanbra, Anderson Clayton, Matarazzo e a fábrica Irmãos Esteves, com entrepostos de compra, beneficiamento e exportação de algodão, além da Indústria McFadden que atuava no beneficiamento de café e algodão.

Os entrevistados Lander Borba e Rotil Pereira de Souza afirmaram haver um número expressivo de máquinas de beneficiamento de capital local: Amazonas, Tupã, Pagé, Dal Pra, Brasil, Bandeirantes, Amazonas e Santa Rosa. No caso desta última, era filial cuja matriz estava instalada na cidade de Arapongas. Outros industriais do ramo vieram exclusivamente para investir na região. Era o caso de Luis Poleti Borba, original de Paranaguá, que trabalhava no porto, veio para Paranavaí e investiu na implantação de uma máquina de beneficiamento na cidade, a Amazonas, que beneficia café até hoje, sobre o comando do seu filho, Lander Borba.

Como demonstrado na figura 4, afirma-se que eram em número de 23 as máquinas de café na sede, e nenhum dos entrevistados confirmou a prática de financiamento da produção

de café pelos maquinistas. Situação que pode ser justificada pela presença de 10 bancos instalados na cidade em 1959.

Os estabelecimentos industriais somavam 49 estabelecimentos (IBGE, 1960), sendo 18 deles relacionados à produção de alimentos, a exemplo das máquinas de beneficiamento. Não deixando de lado o fato de que algumas fazendas, que, em razão da sua grande produção, detinham sua própria máquina de beneficiamento, a exemplo do que acontecia na fazenda do senhor Remo Massi.



Figura 4: Capa do cartão postal de Paranavaí com vista aérea da Avenida Distrito Federal, a segunda Igreja Matriz e a nova Escola Paroquial Nossa Senhora do Carmo, em alvenaria – Paranavaí, PR, 1959. Homenagem feita pelo casal de fotógrafos de Paranavaí em comemoração aos 10 anos de convivência na cidade 1949-1959

Fonte: Arquivo Fotógrafo TAKAHASHI. 1959.

Tal fato pode ter ligação com a forte presença de áreas ocupadas por médias e grandes propriedades rurais, algumas destas últimas apresentando suas próprias máquinas de beneficiamento, diante da ampla produção.

As serrarias, em 1960, somavam 7 estabelecimentos, considerados como indústrias de transformação relacionadas à madeira: uma delas era a Serraria Balestieri e a madeireira Jock, do Otton Jock. Atreladas à produção de madeira, podem-se destacar as indústrias moveleiras, que somavam 12 na cidade (IBGE, 1960); o destaque do setor fica a cargo da

Ibirapuera Móveis, criada por Boulivar Penha, famoso carpinteiro em Paranavaí, cujo trabalho evoluiu começou a produzir pequenos barcos, criando uma fábrica de botes. Com o aumento da procura por outros produtos, seu local de trabalho ficou conhecido como Oficina de Consertos e Artefatos de Madeira, passando, na sequência, a produzir gabinetes para cozinhas e banheiros, chegando à indústria de Móveis Ibirapuera.

Outro setor que atingiu grande mercado consumidor regional e estadual foi a Indústria Cacique LTDA., hoje a Fábrica de Bebidas Garoto, da família Ferracini, que iniciou sua produção em Paranavaí em 1952. A família é original de Parapoema, estado de São Paulo, veio para Suruquá, hoje Nova Aliança do Ivaí, para trabalhar no ramo de serraria; deixaram o ramo e resolveram investir na indústria de bebidas em Paranavaí, num processo de fabricação que inicialmente era manual e absorvia toda a mão de obra da família, produzindo cerca de 300 garrafas de refrigerantes guaraná de 300 ml ao dia. .

Diante dessa dinâmica regional, em 1956, Paranavaí foi considerado como um dos cinco municípios de maior progresso em todo o território nacional. “[...] uma imagem que ganhou solidez em 1956, quando uma pesquisa da Associação Brasileira dos Municípios apontou Paranavaí como uma das cinco cidades com maior índice de desenvolvimento do país” (IBGE 1959; ARIOCH, 2011). A figura 5 mostra uma vista parcial da cidade de Paranavaí em 1958.



Figura 5: Vista parcial do Centro de Paranavaí em 1958.

Fonte: Arquivo Fotógrafo TAKAHASHI, T. 1958.

Para o (IBGE, 1959, p.380), “existem na cidade e interior do município 410 estabelecimentos varejistas, sendo (352 na sede e 58 nos distritos), 8 atacadistas e 8 agências bancárias que representam o comércio e crédito local”, dentre os bancos destacam-se o América do Sul, Banestado, Paraná-Santa Catarina, Da América; 33 empresas comerciais, como a Casa Faber, comércio de Secos e Molhados do Senhor Carlos Faber, inaugurada em junho de 1944; 23 máquinas de beneficiamento; 18 hotéis e 7 aviões que faziam voos diários na cidade.

Paranavaí ainda conta com os Distritos de José Afonso (conhecido também como Quatro Marcos), Sumaré, Graciosa, e Mandiocaba. A grande divisão do município em muitos distritos é justificada pela grande extensão do mesmo.

O Distrito de Graciosa foi fundado em 1951 a 17 km da sede urbana de Paranavaí, em sua maioria a população era de Santa Catarina, de origem e alemã e holandesa. O distrito ainda contava com um seminário católico de Teologia, um orfanato/internato das irmãs Carmelitas.

O Distrito de Sumaré, que já pertenceu a Alto Paraná, teve sua fundação no final dos anos 1940; à medida que Alto Paraná se desmembrou de Nova Esperança, o distrito de Sumaré passou a fazer parte de Paranavaí e está localizado a leste de Paranavaí, junto à rodovia 376; o Distrito de José Afonso, que ocorre na divisa de Paranavaí com o município de Mirador (MUSEU, 2013).

A 22 quilômetros de Paranavaí, está o Distrito de Mandiocaba, próximos ao distrito de Graciosa. Os primeiros ocupantes de Mandiocaba eram principalmente os catarinenses que se dedicaram à produção de café e mandioca, atividade que terá grande destaque nas décadas seguintes. Em 1950, foi instalada a primeira farinheira, destacando os pioneiros José Ribeiro de Freitas, José Elias de Camargo, Almerindo Alves e Deonísio Fernandes (MUSEU, 2013).

Para Luzia Bana, havia uma agência de aviação em Paranavaí chamada de Boa, a qual contava com aviões que iam para Londrina, Curitiba e cidades do estado de São Paulo e até o Mato Grosso; era largamente utilizada especialmente por quem tinha grandes negócios na área. Antonio José Varela complementa que algumas das linhas aéreas eram representadas pela Cruzeiro do Sul, Varig, Real, Vasp etc., afirmando que existiam 32 aeronaves com voos diretos para Curitiba e São Paulo, como reiterado pelo IBGE (1959, p. 380), afirmando que havia, em Paranavaí, “Um bem construído aeroporto serve ao município, onde diariamente aportam aeronaves das empresas Real, Vasp, Varig e Cruzeiro do Sul, em linha regular, bem como táxis-aéreos”.

No mesmo período, a cidade contava com “19 hotéis, e 12 pensões” (IBGE, 1959, p.380), destacando-se o Palace, Tóquio, Lorde, Belo Horizonte, Paraná e o Príncipe. As pensões também tinham grande representatividade, era o caso da Nossa Senhora Aparecida, São João, Terra Rica, Portuguesa, dentre outras. Esse tipo de serviço era uma expressão do elevado movimento de pessoas e comerciantes de diferentes atividades que atuavam em Paranavaí.

Já a assistência médico sanitária acontecia pela presença de 12 médicos, 11 dentistas e 8 farmacêuticos que prestavam assistência médico sanitária à população do município. Na cidade, ainda funcionavam os hospitais Santa Júlia, Santa Margarida, São João, São Lucas e um hospital do Estado; havia ainda um Posto Federal de Tracoma, um posto de Higiene e 8 farmácias (IBGE, 1959).

Ainda se faz interessante mostra que Paranavaí figurava como sede da Comarca da 2ª entrância e 18ª Secção Judiciária do Paraná, atendendo a 11 distritos judiciais, mostrando a importância deste município para a porção oeste do norte do Paraná.

A ocupação do município se fez principalmente a partir de paulistas, mineiros, catarinenses, gaúchos, paranaenses, nordestinos e imigrantes de segunda ou terceira geração, como é o caso dos japoneses e italianos.

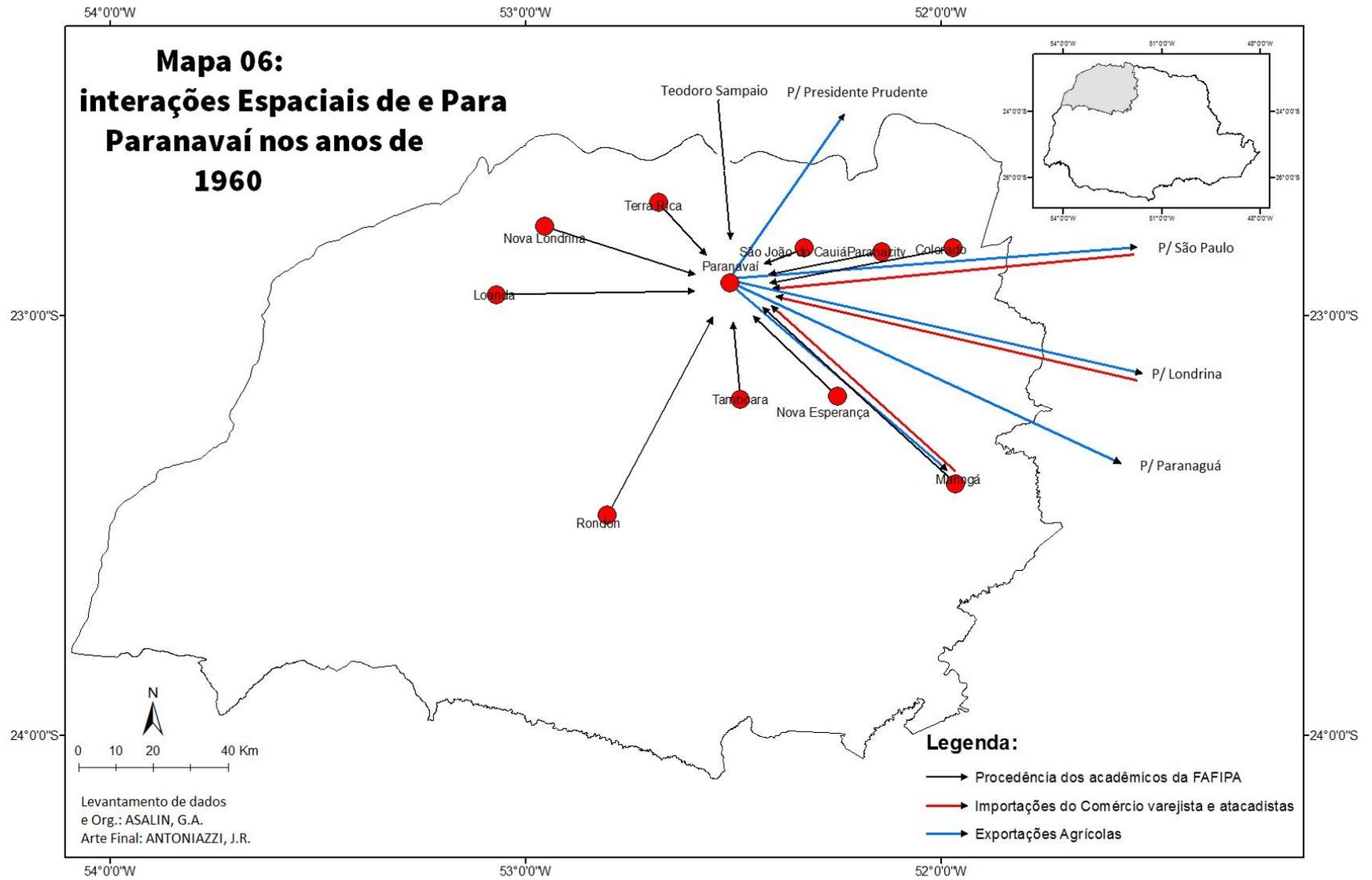
Se forem consideradas as cidades próximas, Paranaíba figurava como a principal cidade, apresentando uma população urbana de 25.028 habitantes (IBGE, 1960), um comércio regional de expressão, diante de maior e mais diversificada oferta de produtos. Questão importante vincula-se ao abastecimento de produtos, vendidos no atacado para as cidades vizinhas, a exemplo de Nova Aliança do Ivaí, que tinha seu comércio de secos e molhados dependente diretamente de empresas do ramo atacadistas instaladas em Paranaíba; o abastecimento das empresas instaladas em Paranaíba era feito por atacadistas de Maringá, Londrina e São Paulo, conforme mapa 6.

É importante ressaltar que o mapa 6, que mostra as interações, não apresenta intensidade, mas apenas direções dos fluxos, tal fato se justifica pela dificuldade de conseguir esses tipos de dados para o período.

Paranaíba apresentava interações espaciais amplas na porção oeste da rede de Maringá, demonstrando a sua importância enquanto um centro sub regional, destacando-se na coleta da produção agrícola; na distribuição de bens e serviços de implementos e produtos agrícolas no setor bancário e também no atacado. Nos serviços, destacavam-se o atendimento médico hospitalar e o ensino médio (IBGE, 1972). Ainda o mapa 6 demonstrava as interações espaciais estabelecidas tanto com os municípios mais próximos, que eram menores, como também com os maiores, no caso do comércio com Londrina, Maringá, Paranaguá; além de extrapolar fronteiras estaduais, no caso do comércio com Presidente Prudente e São Paulo.

As interações relacionadas à procura por curso superior referiam-se à Fundação Faculdade de Filosofia de Paranaíba – Fafipa. O professor Nelson Akiyoshi foi quem fez todo o levantamento exigido no período para a instalação da faculdade e, em 1966, conseguiram a permissão para o funcionamento da Fundação Faculdade de Filosofia de Paranaíba (ARIOCH, 2013). Na realidade, na década de 1960, quando a instituição iniciou suas atividades, ela era denominada de Fundação Faculdade de Filosofia.

As interações espaciais a partir da Fafipa demonstram a sua influência com estudantes de Alto Paraná, Tamboara, Maringá, Rondon e até em outros estados como é o caso de Teodoro Sampaio – SP.



Paranavaí caracterizava-se por uma dinâmica funcional pautada na distribuição de bens e serviços que atendiam tanto a sua população como a dos municípios vizinhos, oferecendo serviços de bancos, beneficiamento de grãos, apresentando um comércio regional significativo, com a maior e mais diversificada oferta de produtos, um ponto estratégico regional para o comércio atacadista. O expressivo número de hotéis e pousadas demonstrava a sua importância quanto ao elevado movimento de pessoas e comerciantes que atuavam em Paranavaí e nos centros locais sobre sua dependência.

Desse modo, Paranavaí tinha sua inserção na rede urbana de Maringá como um centro sub-regional, ofertando à população dos centros menores bens e serviços representados pelo comércio varejista, atacadista e serviços diversos, como a oferta de curso superior. Tratava-se de um centro com maior força regional diante dos equipamentos que oferecia, ou seja, quando se observavam as articulações feitas por este com os outros centros da porção oeste da rede urbana de Maringá, Paranavaí figurava como a mais importante cidade da rede naquele período.

2.3.2 NOVA ESPERANÇA

A incorporação e a gênese de Nova Esperança remete às ações de um único agente fundiário de renome nacional, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, que era a sucessora da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. A CMNP manteve os planos iniciais, assim como as ações para a implementação dos loteamentos rurais e urbanos.

A formação de Nova Esperança demonstra que antes mesmo da empresa colonizadora CMNP chegar à localidade que seria a cidade de Nova Esperança em 1947, [...] “a mesma já era conhecida por tropeiros e viajantes vindos de São Paulo e Mato Grosso com destino aos Campos de Guarapuava e Palmas, ao ocidente e sul do Paraná” (IBGE, 1959, p.336).

Ainda nas considerações de Ferreira (1996, p.465):

Esses viajantes fizeram as suas primeiras penetrações no sertão, onde hoje se localiza o município de Nova Esperança, por um ‘picadão’ através da mata virgem. Este caminho foi aberto a partir de 1926 [...] por determinação de uma empresa de levantamentos topográficos, que partiu de Presidente Prudente, [...] com destino ao posto de Taquaruçu, em Santo Inácio no Paraná. Esta empresa, que estava abrindo picadas que se destinavam aos Campos de Guarapuava, de uma hora para outra paralisou seus trabalhos.

A justificativa para a empresa ter abandonado a área, provavelmente, se vincula ao intervencionismo do governo paranaense diante das concessões de terras dadas à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

No registro de Ulisses Faria Bandeira, que participou da viagem inaugural da linha de ônibus da Viação Garcia, Londrina - Paranavaí em 1939 foi feita menção a apenas uma área aberta no caminho até Paranavaí, que caracterizou como a atual cidade de Nova Esperança. Nas palavras de Silva (1988, p. 62), “[...] a estrada era um túnel verde”, retratando a exuberância da mata – “Apenas no local denominado Capelinha – hoje Nova Esperança – havia uma área aberta de aproximadamente um alqueire, bem na encruzilhada da Estrada Inglesa que ligava aquela porção do Paraná ao estado de São Paulo (Porto Santo Inácio)”.

Assim, o acesso à Nova Esperança era facilitado pela estrada inglesa que permitia a passagem do povoamento do estado de São Paulo para ao Paraná, dessa maneira, a gênese de Nova Esperança foi precedida por algumas ações e acontecimentos, conforme as situações demonstradas anteriormente.

Em 1946, a companhia de Terras Norte do Paraná chegou ao povoado chamado de Capelinha, principiando as primeiras demarcações e medições de uma futura cidade. “A nova cidade deveria nascer cerca de 40 quilômetros além de Maringá, na direção da ‘Brasileira’, hoje a cidade de Paranavaí” (BARROS, 1978, p.16).

De acordo com a CMNP (1977, p. 253), “Depois de Londrina [...] a evolução, em 1947, atinge Maringá, centro geoeconômico da região, e prossegue ininterruptamente em todas as direções, promovendo um notável surto socioeconômico”, precedida pela criação de “Rolândia e Apucarana em 1943; Araongas e Mandaguari em 1947”; e depois Astorga, Jandaia do Sul, Marialva, Mandaguaçu e Nova Esperança, em 1951.

Pela Lei estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951, Nova Esperança foi elevado à categoria de sede municipal sem passar pelo estágio de distrito, embora a instalação oficial tenha acontecido apenas em 14 de dezembro de 1952 (FERREIRA, 1996). Nova Esperança passou por diversos desmembramentos, dando origem a vários municípios como Alto Paraná, Paranacity, Floraí e Cruzeiro do Sul (IBGE, 1959).

De modo geral, a CMNP procurava obedecer a dois critérios relacionados às cidades mais importantes, cuja instalação acompanhava a linha férrea ou as estradas de rodagem, e o outro era ter o cuidado de sempre ocupar o divisor de águas (REGO *et. al.*, 2004).

Como a ocupação de Nova Esperança não apresentava ferrovia nem previsão da instalação da mesma passou a ter uma disposição a nordeste da futura Rodovia 376. A

ocupação aconteceu predominantemente no divisor de águas do Ribeirão Anhumai, do Ribeirão do Diabo e do Ribeirão Caxangá.

A planta urbana de Nova Esperança, em sua maior parte, acompanhava as curvas de nível, mesmo porque entrevistados, como Gerson Zanusso e Tetsu Kamida, relataram problemas relacionados à erosão, ocorridos no perímetro urbano da cidade. Descreveram que, na década de 1950, muitas pessoas que tinham como destino a cidade de Nova Esperança se assustavam com a presença de uma grande erosão, na que seria a atual área central da cidade; era comum os recém-chegados buscarem Maringá ou Paranavaí, comprometendo um pouco o processo de desenvolvimento da cidade.

Ao analisar a figura 6, fragmento da carta topográfica de Nova Esperança (IBGE, 1972), onde há a projeção da planta urbana, é possível observar que a nascente da microbacia do Ribeirão Caxangá drena parte da área central da cidade.

Como afirma Cancean (2002, p.106):

[...] na nascente do Ribeirão Caxangá, após rápido desmatamento e ausência de práticas conservacionistas adequadas do uso do solo, teve início um processo erosivo linear. Este processo afetou sobremaneira aquela porção do sítio urbano de Nova Esperança, descaracterizando a cabeceira de drenagem desse ribeirão, cuja estrutura geológica – geomorfológica é constituída por arenitos que propiciou o surgimento de uma voçoroca.

Nesse contexto e levando em consideração a origem dos solos a partir da com a formação geológica do Arenito Caiuá, acompanhado de irregular desmatamento e consequentemente assoreamento do leito do ribeirão, têm-se aspectos para entender a formação e evolução dos vales e, em especial, o processo de erosão desencadeado no local.

Cancean (2002, p.107) complementa que, em entrevista com um morador antigo, o Sr. João Arboléia, tomou conhecimento de que “[...] próximo à nascente do Ribeirão Caxangá, uma imensa voçoroca teve início entre 1955 e 1960. Em 1962 a erosão chegava até os fundos da Estação Rodoviária, próximo à Avenida Brasil, parte central da cidade”.

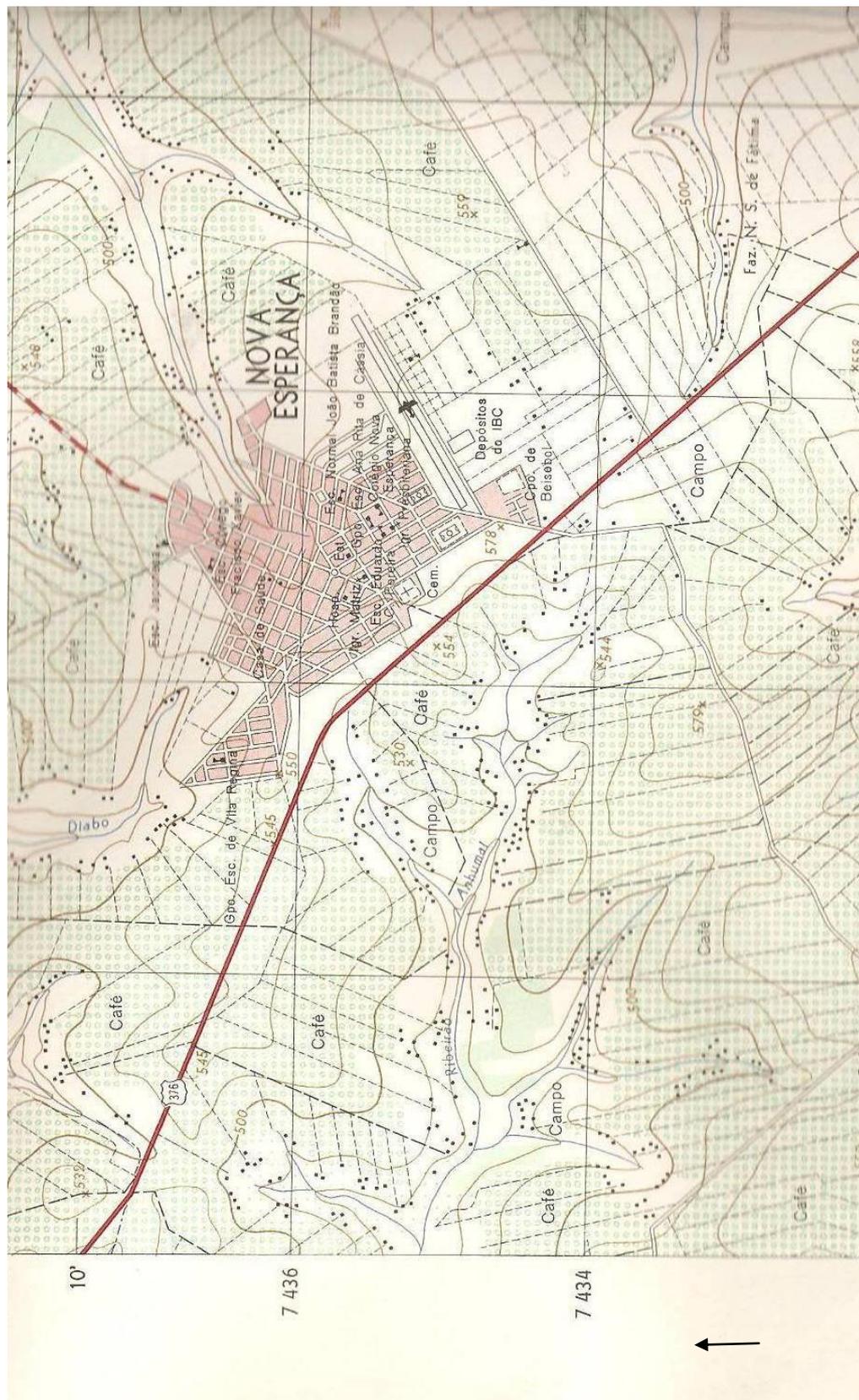


Figura 6: Desenho do perímetro urbano de Nova Esperança, 1972.

Fonte: IBGE, 1972

Adaptação carta topográfica Nova Esperança – folha SF-22-Y-D-1-2

Org.: ASALIN, G. A., 2013.

No que se refere às primeiras ocupações de Nova Esperança, a família do José Xavier de Barros é considerada uma das primeiras na localidade, pois transformaram uma casa abandonada na primeira hospedaria, objetivando atender as pessoas que por ali passavam. O morador pioneiro alega que as pessoas que ali transitavam eram do Mato Grosso ou do estado de São Paulo, que chegavam via Presidente Prudente, passando pelo Porto Taquaruçu (Santo Inácio).

Assim, Nova Esperança passou a representar um entroncamento rodoviário, tanto com articulações com o estado de São Paulo, Mato Grosso, como com ligações importantes com cidades do Paraná, como Paranavaí, Maringá e Londrina.

Ao adquirir um lote da Companhia de Terras, os novos proprietários, agora numa situação social diferente, pois passavam de assalariados a donos da terra, instalavam-se “[...] provisoriamente em um rancho, feitos com folhas de palmeira, [...] À derrubada da mata seguia-se a queima, a coveação e o plantio do café”. No arruamento do café “[...] plantava cereais, a volta do rancho plantava-se árvores frutíferas, a beira d’ água plantava-se capim para os animais” (CMNP, 1977, p. 124), além da criação de galinhas e suínos.

Para Fresca (2004 p.144), “as terras destinadas ao uso agrícola e objeto de loteamento pela Companhia seguiram a tendência estabelecida desde os anos 1920 [...] divisão de terras em pequenos lotes, predominando as áreas de até 50 hectares”. No censo agrícola de 1960 (IBGE), Nova Esperança apresentava 1.731 estabelecimentos rurais, com até menos de 100 hectares, cuja média dos lotes era de 24,5 hectares, considerados como pequenos estabelecimentos rurais. Em termos percentuais, representava 94,8% do total de estabelecimentos rurais, ocupando de 66,9% das terras de usos agropecuários do município, confirmando o predomínio absoluto e relativo da pequena propriedade rural.

Os médios estabelecimentos rurais, entre 100 a menos de 500 hectares, perfaziam 4,8% dos estabelecimentos, apresentando uma área total de 26%, enquanto os grandes estabelecimentos rurais, aqueles com 500hectares ou mais, eram representados por 0,32% dos estabelecimentos, abarcando uma área 6,8% do total.

A produção agrícola de Nova Esperança, em 1960, era de “algodão, amendoim, arroz, café, feijão, mamona, milho e soja” (EL-KHATIB, 1969, p. 198). De acordo com o censo agropecuário de 1960, as produções agrícolas mais representativas estavam relacionadas a arroz, feijão, milho, laranja, algodão e café. O arroz e o feijão apresentavam um volume de produção de 1.323 e 437 toneladas, respectivamente. O milho, em volume de produção, somava um total de 4.180 toneladas. É importante destacar que as três últimas culturas alimentícias eram cultivadas intercalares as do café.

A produção agrícola tinha no café o produto de maior destaque econômico, num total de 48.198 toneladas, ocupando uma área correspondente a 85,4% da área utilizada pela agricultura, permitindo Nova Esperança ocupar o segundo lugar na produção cafeeira da rede urbana de Maringá. Já a produção de laranja, com 82.426 centenas, deixava Nova Esperança no terceiro lugar na rede (IBGE 1960).

Os bovinos representavam um total de 9.520 cabeças, numa área de pastagens naturais e plantadas que somavam 7.845 hectares ou 12,36% das terras de utilizadas com atividades agropecuárias; contando ainda com mais de 68.000 aves, número não expressivo diante da produção de outros centros urbanos.

Para o (IBGE, 1959, p.337), “a indústria possui 59 estabelecimentos, sendo os ramos madeireiros e de produtos alimentícios os mais importantes”.

O fato de ter predomínio da pequena propriedade rural pode justificar o maior número de indústrias alimentícias, principalmente as máquinas de beneficiamento, pois não se tem notícias, em Nova Esperança, desses empreendimentos instalados no interior das fazendas. Destaque para as máquinas Noroeste e a Cafeeira Santista, que atuavam na compra e exportação de café e cereais, sendo que a última destacava-se também no beneficiamento do algodão; a Máquina Paulista Cafeeira Oiye Ltda. beneficiava café, atuando também na compra e venda de café e cereais. As máquinas São Paulo, São João - Irmãos Marin & Cia Ltda. praticavam o beneficiamento de arroz e café, além da última também trabalhar com moinho de fubá. Já a máquina Santa Rosa, como evidenciada, tinha sua matriz em Arapongas e filiais em Nova Esperança e Paranavaí, além de outras cidades.

Em 1951, quando Nova Esperança passou a ser município, a cidade apresentava 06 serrarias, 06 máquinas de beneficiar arroz, 02 debulhadeiras de milho, 02 fábricas de móveis, 05 oficinas mecânicas, 03 sorveterias, 28 casas de secos e molhados, 16 casas de tecidos, 22 bares, 04 barbearias, 02 tinturarias, 04 alfaiatarias, 01 fábrica de calçados, 01 funilaria, 03 restaurantes, 01 relojoaria, 02 casas especializadas em ferragens, 12 carros de aluguel, 42 caminhões de aluguel, 03 carros particular, 05 depósitos de tijolos e telhas, 01 fábrica de tubos, 06 compradores de cereais, 01 correio particular, 02 escritórios comerciais, 04 médicos, 02 dentistas e 01 engenheiro agrônomo (CÂMARA, 2010).

Nova Esperança apresentava “[...] 361 estabelecimento varejistas, 4 atacadistas, e 9 agências bancárias”, a exemplo do Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina, conforme figura 5, e “[...] mantêm esses estabelecimentos intercâmbio comercial com as praças de Maringá e Londrina - São Paulo - Santos” (IBGE, 1959, p.337).

Nova Esperança figurava como importante cidade da rede urbana de Maringá, além de apresentar um variado comércio com atuação regional. O comércio varejista e até mesmo o atacadista era abastecido por Maringá, Londrina e São Paulo; as mercadorias chegavam até a cidade por intermédio das rodovias. Com exceção das casas Pernambucanas e Casas Buri, as demais empresas relacionadas ao comércio do ramo representavam investimentos de proprietários locais, como era o caso do Bazar Popular, Paraíso das Sedas, Casa dos Retalhos de acordo com a figura 7, e a Casa Milaneza, empresa que existe até hoje na cidade.

O comércio era próspero no período, podendo se confirmar com a partir da afirmação de um dos entrevistados, destacando que, quando chegou à Nova Esperança, se seu pai tivesse investido em qualquer tipo de comércio teriam prosperado muito mais, pois tudo o que se colocava no mercado, durante a safra do café, tinha venda certa.



Figura 7: Avenida Principal de Nova Esperança- PR, década de 1950.

Fonte: LOPES, 2012.

A tabela 2 demonstra que Nova Esperança, em 1960, contava com uma população total de 43.094, situação relacionada predominantemente à chegada de novos habitantes; a população rural representava 76,85% da população total, enquanto a urbana representava 23,15% do total.

Tabela 2: Evolução da População Total, Urbana e Rural de Nova Esperança: 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Ano	População total	População urbana	%	População rural	%
1960	43.095	9.975	23,15	33.120	76,85
1970	29.379	13.810	57,2	15.569	42,8
1980	23.932	15.722	65,6	8.210	44,4
1991	24.189	17.941	74,1	6.248	35,9
2000	24.729	21.785	88	3.944	12
2010	26.615	24.323	91,3	2.292	8,7

Fonte: IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Org.: ASALIN G. A, 2013.

Entre 1960 e 1970, Nova Esperança passou a apresentar decréscimo da população total e da população rural, o que pode ser relacionado aos desmembramentos do município de Nova Esperança, criando os municípios de Alto Paraná em 1953; Paranacity em 1954; Florai em 1955, Cruzeiro do Sul em 1955; Atalaia em 1960; Uniflor em 1961 e Presidente Castelo Branco em 1964.

No contexto de influência regional, destaca-se o caso da rádio Nova Esperança, que, na década de 1960, tinha uma área de abrangência regional, cuja programação era transmitida para cidades como Uniflor, Maristela, São Carlos do Ivaí, Flórida, Paranacity, Alto Paraná, Novo Bilac, Atalaia, Cruzeiro do Sul, Castelo Branco, Lobato, Barão de Lucena e Florai. Isso projetava a cidade, que era um centro de zona (IBGE 1972), dinamizando suas atividades comerciais e prestadoras de serviços pelas propagandas, conforme demonstra a figura 8, num dia de movimentação da população na cidade.



Figura 8: Dia de comício, 1955, Avenida 14 de Dezembro, à esquerda Bar Central e a direita Bar Avenida. Nova Esperança- PR, 1955.

Fonte: BERA, 2012.

Além das empresas direcionadas para o comércio de tecidos, aviamentos e vestuário, o comércio de secos e molhados era o destaque, com empresas paulistas que instalaram filiais em Nova Esperança, o caso da J. Dias Irmãos Comércio e Importação. Outras empresas vendiam tanto no atacado como no varejo, como a Comercial São Simões Ltda., a Casa Tagawa com secos e molhados, alumínios, miudezas em geral.

A Casa Ferrarin de secos e molhados pertencia a João Ferrarin, que alega ter aprendido tudo sobre o ramo do comércio de secos e molhados enquanto era funcionário da “Casa Planeta” em Maringá. Ele reitera que foi para Nova Esperança, pois ouviu dizer sobre uma cidade que crescia dia a dia e que precisava de armazéns de secos e molhados (A REGIONAL, 2002).

Nova Esperança, em suas interações espaciais amplas na direção ao norte da cidade, na rede de Maringá, demonstrava a sua importância enquanto um centro de zona, tendo sua relevância na coleta da produção agrícola, na distribuição de bens e serviços de implementos e produtos agrícolas, no setor bancário e também no atacado. O mapa 6 confirmava as interações espaciais produzidas a partir dos fluxos existentes no período, diante das dificuldades de obter dados de intensidade. Essas se manifestavam tanto com os municípios mais próximos, que eram menores, como também com os maiores, caso do comércio como

Londrina, Maringá, Paranaguá; além de extrapolar fronteiras estaduais, a exemplo no caso do comércio com Presidente Prudente no estado de São Paulo e com a capital paulista.

De acordo com o Tetsu Kamida, muitas pessoas buscavam atendimento mecânico em sua empresa durante a década de 1960, o que mostra a área de influência de Nova Esperança, conforme mapa 7. Augusto Mitoshi Ueno, dono da farmácia mais antiga da cidade complementa ainda que as vendas na década de 1960 eram feitas tanto para a população rural e urbana de Nova Esperança, como para os municípios em seu entorno.

O sistema de transporte era fundamental para importação de bens e para manter o seu comércio ou a prestação de serviços. De modo geral, o comércio varejista adquiria produtos especialmente dos atacadistas de Maringá, Londrina e São Paulo, mercadorias que chegavam a partir do sistema rodoviário.

No que se refere à comercialização de seus produtos agropecuários, ainda se fazia essencial o sistema rodoviário, direcionando-os para Maringá, Londrina, Paranaguá e São Paulo. Ainda é interessante entender que, por predominar o pequeno produtor rural, este não agia como os fazendeiros, como esclarece Geiger (1963, p. 97):

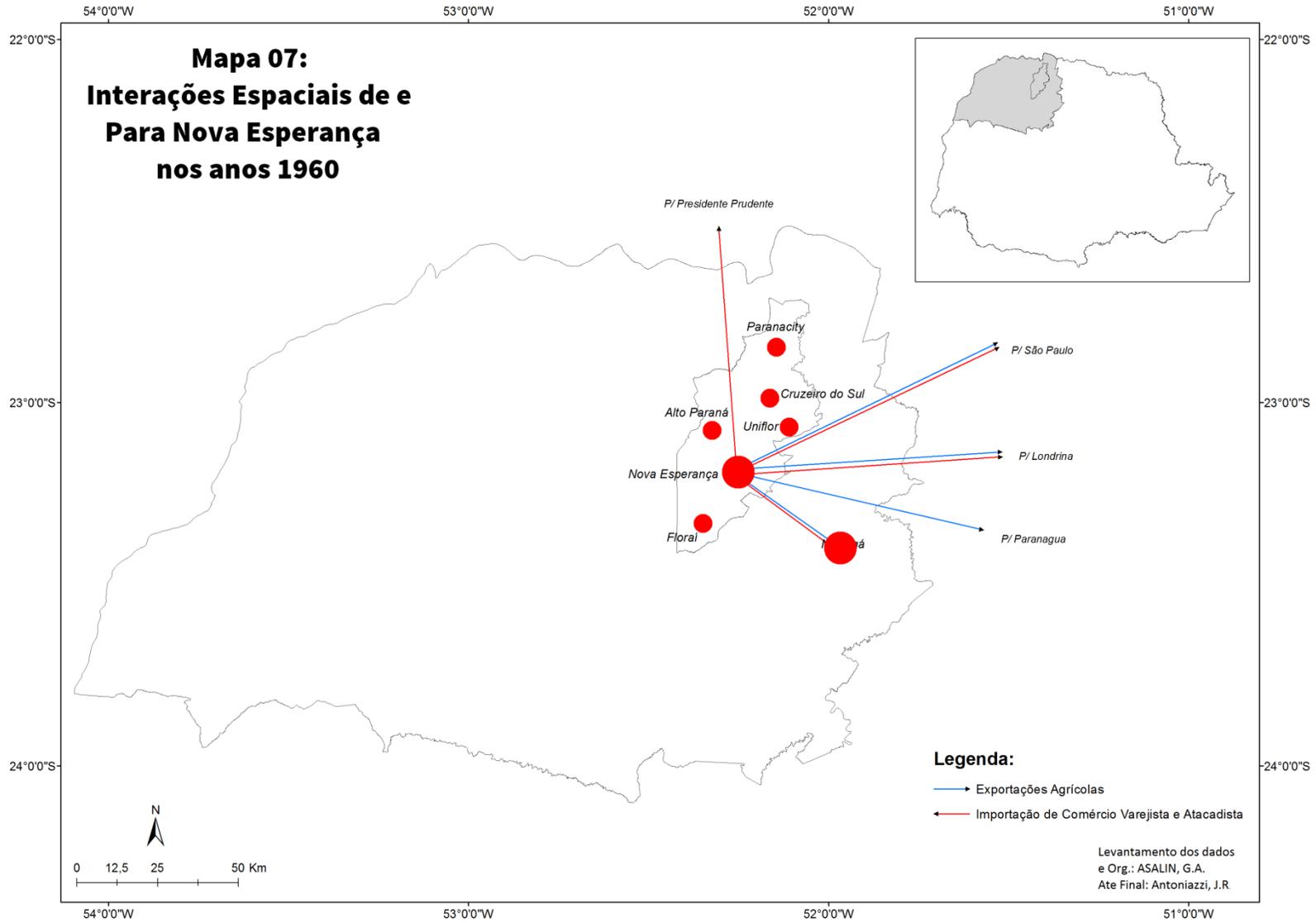
os pequenos produtores rurais terem que recorrer ao comércio da cidade mais próxima, não podendo manter relações pessoais com os grandes centros, como faziam os fazendeiros; os pequenos proprietários tinham que recorrer a terceiros para o beneficiamento dos produtos agrícolas e a localização destes estabelecimentos de beneficiamento nas cidades representava fator da evolução urbana.

Assim, as relações comerciais dos pequenos proprietários rurais com o centro urbano mais próximo de sua propriedade rural, caso de Nova Esperança, era um fator de fundamental importância para o desenvolvimento da cidade.

O município destacava-se ainda pela presença de 5 hotéis e uma pensão (IBGE, 1959), estabelecimentos utilizados pelos visitantes e viajantes que se locavam para Nova Esperança e arredores.

A assistência médico sanitária acontecia pela presença de 8 médicos, 4 dentistas e 2 farmacêuticos que prestavam assistência médico sanitária à população do município, havendo ainda duas casas de saúde e um posto de higiene, além de 5 farmácias (IBGE, 1959).

Apesar de todo o desenvolvimento de Nova Esperança, ainda eram marcantes as relações estabelecidas com outros centros urbanos da rede como relatado na revista *A Regional*.



[...] na cidade existe um aeroporto denominado Dr. Getúlio Vargas, [...] utilizado diariamente por aviões comerciais da Viação aérea São Paulo (Vasp) e Real Aerovias Nacional S. A. Além de taxis aéreos vindos de outros municípios. É comum as moças irem de avião a Londrina para compra de seus enxovais ou mesmo para simples compra de peças de vestuário (IBGE, 1959, p. 337).

Contudo, é possível perceber que a dinâmica urbana de Nova Esperança estava relacionada tanto ao atendimento local como de alguns municípios como Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Itaguagé, Jardim Olinda, Uniflor, Presidente Castelo Branco, Atalaia, dentre outros municípios, distritos ou povoados vizinhos. Com o predomínio absoluto e relativo da pequena produção rural, a cidade era ponto fundamental para presença do comércio e da prestação de serviços.

Em 1960, Nova Esperança figurava como uma cidade de pequena produção mercantil, com grande de número de pequenos produtores que geravam expressiva quantidade de produtos agrícolas, tendo como ponto central de comercialização a cidade, numa dinâmica que permitia um conjunto de atividades urbanas, voltadas ao comércio e à produção agropecuária de suas imediações.

A atração de Maringá nessa porção do norte do Paraná se fazia dentre outros municípios, por Nova Esperança (Keller, 1968). Figurando como um centro de zona na rede urbana de Maringá, Nova Esperança apresentava uma área de influência relativamente de pequena expressão, sua inserção na rede se dava especialmente como um ponto de coleta da produção agrícola, oferta de alguns tipos de bens econômicos e serviços, implementos e produtos agrícolas, serviços de banco e comércio atacadista.

2.3.3 NOVA ALIANÇA DO IVAÍ

A cidade de Nova Aliança do Ivaí teve sua gênese a partir da década de 1940 e difere de municípios vizinhos, pois “Enquanto Paranavaí e municípios vizinhos, tais como Nova Aliança do Ivaí, Santa Mônica [...] foram colonizados a partir da Colônia Paranavaí pertencente ao Estado, os demais municípios da região [...] surgiram da iniciativa privada” (ROMPATTO, 2012, p.6).

O nome inicial de Nova Aliança do Ivaí era Suruquá, menção a um córrego que drena parte dessa localidade, posteriormente passou a ser denominada de Guaritá, referência à madeira que leva este nome, cujo núcleo urbano cresceu e se desenvolveu com essa denominação.

Com formação do município de Paraíso do Norte, desmembrando de Paranavaí, o distrito de Guaritá passou a ser integrante do mesmo. Guaritá passou a ser denominado de Nova Aliança do Ivaí em 25 de julho de 1960, a partir da Lei Estadual nº 4.245, momento da criação com território desmembrado de Paraíso do Norte. A instalação oficial do município só aconteceu em 11 de novembro de 1961 (FERREIRA, 1996). Aparecido Valério, um dos entrevistados, cuja origem era da cidade Gália, estado de São Paulo, afirmou ter chegado a Nova Aliança em 1945 e que, durante o povoamento de Nova Aliança do Ivaí, além do predomínio de paulistas, havia os nordestinos, catarinenses, mineiros e gaúchos que se fixaram na localidade. Os nordestinos em sua maioria serviam como mão de obra nas grandes fazendas, muitos foram trazidos de pau-de-arara para a região, com destaque para as fazendas Ouro Branco, Belo Horizonte e São Benedito, que apresentavam colônias com esses migrantes.

Segundo Valter Alves, filho de um dos pioneiros, havia certa organização do espaço rural, com propriedades menores nos arredores da área urbana e, conforme se afastava os estabelecimentos aumentavam o tamanho.

O senhor Valter, que chegou há muito tempo em Nova Aliança vindo de São Borja, Rio Grande do Sul, relata que a vinda de sua família para Nova Aliança tem relação com o fato de seu pai, Aristeu Alves, ter a função, na década de 1940, de tropear gado. Em uma de suas viagens, foi convidado pelo capitão Telmo, homem reconhecidamente duro, autoritário, na Colônia de Paranavaí, a se instalar na área que hoje é conhecida como Nova Aliança do Ivaí. Ele destaca que o pai ganhou terras devolutas na área, coisa comum durante o governo de Vargas. Ele dava as terras, criando um fazendeiro, em troca gerava empregos e ocupava as terras.

Ferreira (1996, p.460) esclarece que “[...] em 1947 chegaram as primeiras famílias e se instalaram onde hoje se situa o município de Nova Aliança”. Com a chegada de mais famílias, em um pequeno tempo, a área tomou características de um pequeno povoado.

De acordo com a tabela 3, o município de Nova Aliança, em 1970, apresentava uma população total de 1.945 habitantes, com maior concentração da população no campo, 71% da população total, justificada pelo fato de ter sido ocupada a partir de atividades relacionadas à agricultura, com destaque à pequena propriedade rural, utilizando a mão de obra familiar, voltada especialmente a produção de café. Como afirma Aparecido Valério, o desenvolvimento da cultura do café pode ser utilizado para justificar a emancipação de Nova Aliança enquanto município.

Tabela 3: Evolução da População total, Urbana e Rural de Nova Aliança do Ivaí: 1970-2010.

Ano	População total	População urbana	%	População rural	%
1970	1.945	550	28,2	1395	71,8
1980	1.080	545	50,4	535	49,6
1991	1.206	766	63,5	440	36,5
2000	1.338	904	67,5	434	32,5
2010	1.431	1041	72,7	390	27,3

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Org.: ASALIN, G.A, 2013.

A planta urbana da cidade possui uma forma retangular, conforme figura 9, sem muito planejamento, tendo a Avenida Francisco Pires de Lemes como a principal da cidade, representando a continuação da rodovia PR 561, que atravessa a cidade no sentido norte-sul, ligando Paranaíba – Paraíso do Norte.

Na visão de José Batista e Aparecido Valério, atuais moradores, a cidade viveu período de maior prosperidade nos anos de 1950 e 1960 e contou com 37 casas comerciais, 3 farmácias, 2 cinemas, sorveteria e duas Máquinas de beneficiamento, mas não tinha banco, mostrando ligação direta para esse serviço com Paranaíba.



Figura 9: Vista aérea de Nova Aliança do Ivaí, saída para Paraíso do Norte. 2013.

Fonte: YURASSECK JR, 2013.

Aparecido Valério ainda afirmava, sobre as máquinas de beneficiamento, que uma localizava-se no perímetro urbano da cidade e a outra as margens da PR 561, caminho para Paranavaí, local denominado pelos moradores de distrito de Boa Esperança.

Como Nova Aliança do Ivaí não havia sido emancipado em 1960 serão apresentados os dados agrupados ao do município sede Paraíso do Norte, já que sua emancipação só aconteceu em 1961. Do ponto de vista da estrutura fundiária, 97,1% de imóveis rurais tinham menos de 100 hectares e ocupavam uma área de 70% das utilizadas para a agropecuária. As médias propriedades, entre 100 e menos que 500 hectares, perfaziam um total de 2,6% do número de estabelecimentos e uma área de 20,8% do total; as grandes propriedades rurais correspondiam a 9,2% da área ocupada e 0,2% dos estabelecimentos do município de Paraíso do Norte (IBGE 1960).

Assim, como em outros municípios da rede urbana de Maringá, o café foi o grande impulsionador do povoamento, de Nova Aliança do Ivaí, conforme (ARIOCH, 2013), Nova Aliança do Ivaí, juntamente com Paranavaí, Mirador, Paraíso do Norte e Tamboara em 1960, representavam 1/3 de toda a produção de café no noroeste, conforme registro do Instituto Brasileiro do Café – IBC.

Além do café, que ficou em torno de 15.074 toneladas, representando 82,8% da área ocupadas com culturas permanentes (IBGE, 1960), outras culturas se faziam presente, como atesta os entrevistados Valter Alves, Aparecido Valério, José Batista, relatando a produção de mandioca, arroz, algodão, cana-de-açúcar e a pecuária bovina.

Para o IBGE (1960), as produções agropecuárias não eram muito expressivas se comparadas à Nova Esperança e Paranavaí; para além do café que já foi demonstrado, havia destaque para as produções de arroz e feijão, que respectivamente representavam 988 e 565 toneladas. O milho totalizou 2.460 toneladas, ocupando uma área de 3.961ha; a produção de algodão foi de 3.870 toneladas, ocupando uma área 4.962 ha; ainda era destaque a criação de aves e o rebanho bovino de 15.800 cabeças, ocupando 16,9% da área disponibilizada para a agropecuária (IBGE, 1960). Reitera-se que estes dados são para o município de Paraíso do Norte, do qual o então distrito de Nova Aliança do Ivaí fazia parte.

Embora Nova Aliança tivesse se desmembrado de Paraíso do Norte, demonstrava grande articulação com Paranavaí, pois a única ligação que permite maior fluidez de Nova Aliança é a Rodovia PR 561. A rodovia segue de Paranavaí, sentido nordeste sudoeste, até o centro urbano de Nova Aliança.

É interessante frisar que Nova Aliança colocava-se como um centro local nos anos de 1960 e, mais próximo de Paraíso do Norte do que de Paranavaí, mas, diante das condições de melhor acesso a esta última cidade, enquanto um centro sub-regional (KELLER, 1968), ofertando muito mais bens e serviços, e grande influência regional, suas interações espaciais eram maiores com Paranavaí, conforme mapa 8.

Além das duas máquinas de beneficiamento, a cidade tinha muitas serrarias. De acordo com Aparecido Valério, havia um comércio expressivo de madeira na cidade, além do processo de fabricação de móveis.

O comércio foi muito importante, afirma Aparecido Valério, reiterando que, na década de 1960, havia lojas de tecido, a sorveteria Bragantina, que vivia cheia nos finais de semana, e a casa Ideal, uma das empresas que vendia secos e molhados que ainda permanece na cidade, pertencente ao senhor Fidelcino da Silva, hoje administrada pelo filho.

Os produtos comercializados por essas empresas tinham o abastecimento feito a partir do comércio atacadista instalado em Paranavaí, como a Lusitana, Dias Irmãos, J. Alves Veríssimo, que tinham ligação com Maringá e Londrina e que estavam conectadas a São Paulo, conforme pode ser observado no mapa 8.

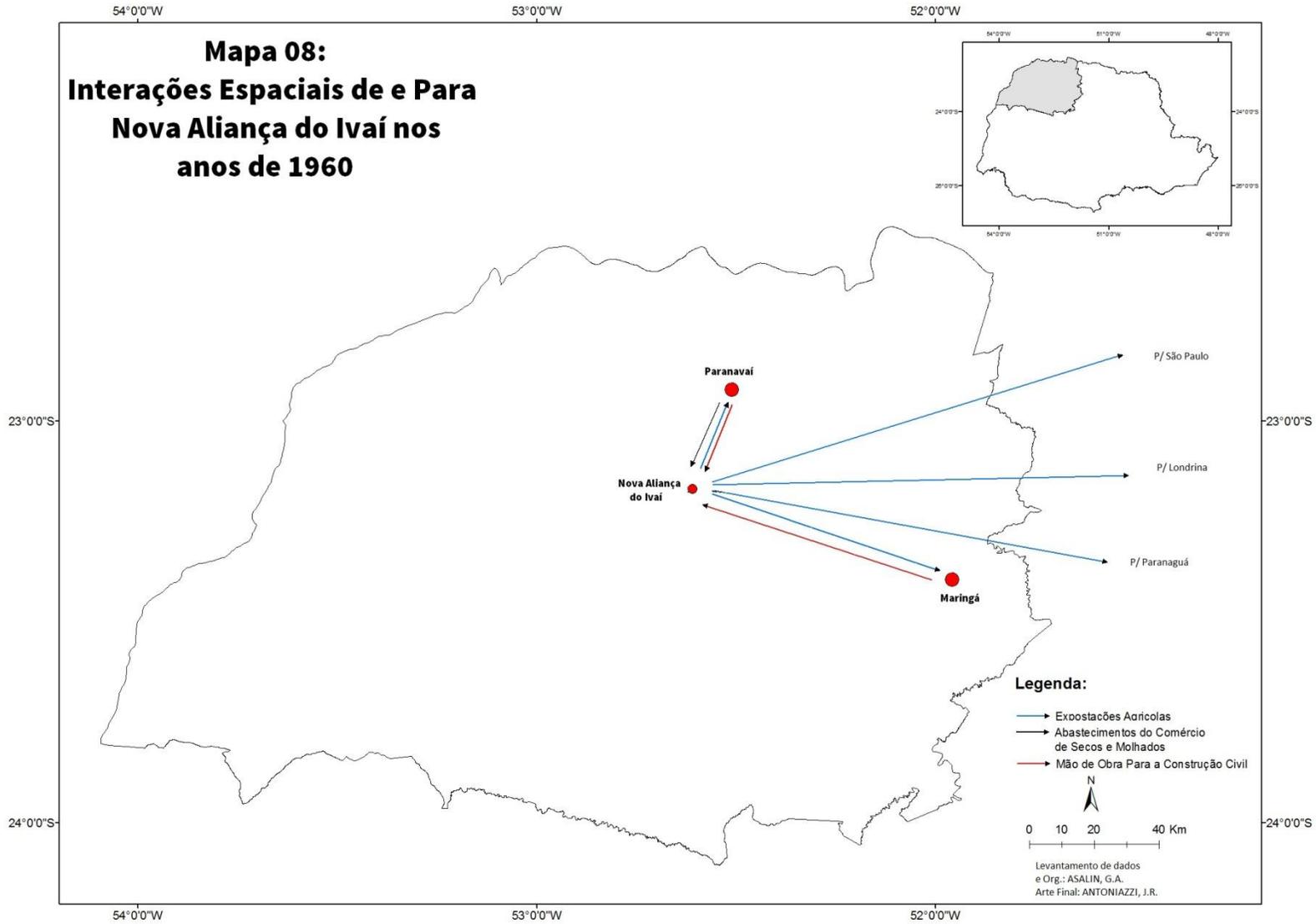
A produção de café era direcionada para São Paulo e porto de Paranaguá, mostrando a dependência e influência de São Paulo em relação à colonização da região, e a centralidade mantida durante a estruturação da rede urbana, de acordo com o mapa 8.

Em entrevistas, ficaram evidentes as ligações com Paranavaí, tanto que havia até a busca de mão de obra para a construção civil na cidade vizinha.

Assim, Nova Aliança do Ivaí teve sua gênese e inserção na rede urbana enquanto centro local, atendendo apenas a sua população com os bens e serviços essenciais, ou seja, por distribuir e ofertar bens econômicos e serviços muito elementares a cidade de Nova Aliança ocupa o menor escalão das cidades dentro de uma rede urbana, desse modo, figura como uma localidade com mais baixo nível hierárquico na rede.

Nesse contexto, Nova Aliança do Ivaí apresentava uma ampla dependência em relação a Paranavaí, cidade que ofertava melhor e maior gama de equipamentos, quer abastecendo o comércio de Nova Aliança quer prestando serviços, como os bancos em Paranavaí, já que o centro local não apresentava tal serviço.

A formação socioespacial com o predomínio da pequena propriedade rural e da pequena produção mercantil, que se realizou em Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí, foi fundamental para a dinâmica da produção rural e atividades urbanas, processos



estes que atenderam demandas das atividades rurais, especialmente como ponto de coleta da produção agrícola, além da oferta de transporte e alguns bens econômicos e serviços.

No caso de Paranavaí como um centro-sub-regional e Nova Esperança como um centro de zona (IBGE, 1972), verificou-se maior nível de oferta de bens e serviços, até mesmo com a ocorrência de comércio atacadista, atendendo também as cidades de suas áreas de influência.

A dinâmica urbana e correspondente inserção dos três centros na rede urbana de Maringá estava prestes a sofrer modificações estruturais. Assim, toda a gama de transformações sociais, originadas de movimento da própria sociedade, estava a caminho de processos em direção a novas funcionalidades.

3 AS TRANSFORMAÇÕES DA REDE URBANA DE MARINGÁ: 1970 - 2010

Objetivamos, neste capítulo, analisar processos gerais de transformações na dinâmica da sociedade, capazes de proporcionar alterações na rede urbana de Maringá, bem como mecanismos e formas pelas quais os processos se realizaram e as implicações na rede urbana. Nesta perspectiva, apresentam-se as funções exercidas pelo Estado buscando desenvolver as mais variadas condições, relacionadas com outra divisão territorial e internacional do trabalho.

Deste modo, discute-se inicialmente as estratégias estatais com a função de industrializar o Paraná, ações estas vinculadas ao plano federal, objetivando o desenvolvimento de infraestruturas voltadas à concretização de inúmeras transformações no estado paranaense; mudanças do quadro produtivo agropecuário que influenciaram na dinâmica populacional, assim como, as alterações gerais da rede urbana de Maringá.

Do início do século XX até o final da década de 1960, o café figurou como o principal produto de exportação do país e o mais importante na arrecadação de divisas, num mercado bastante oscilante e sensível aos problemas conjunturais e estruturais da economia mundial.

Neste contexto, podemos utilizar o recorte temporal para a prosperidade do café na rede urbana de Maringá desde o início do povoamento das cidades discutidas neste trabalho, Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí até o final dos anos 1960. Assim, o café esteve marcando sua presença na estruturação da rede, seja na instalação das pequenas propriedades para o plantio do mesmo, seja nos centros urbanos, apresentando condições para atender as necessidades do campo, através das máquinas de beneficiamento de café o sistema de transporte que tinha a função de escoar a produção a oferta de bens e serviços. A cafeicultura, portanto, marcou a formação socioespacial da rede urbana de Maringá, constituindo-se na principal atividade econômica da agricultura no período.

Na visão de Padis (1981, p.194), a cafeicultura no “[...] Paraná ganhou significado diferente do que teve em São Paulo, [...] as poupanças excedentes desnecessárias para os reinvestimentos na própria agricultura (cafeicultura) dirigiam-se para os investimentos industriais dentro do próprio Estado”. Assim, em razão desta situação São Paulo viveu após a Primeira Guerra Mundial um surto industrial, enquanto no estado paranaense isso não aconteceu, já que no período de desenvolvimento da cafeicultura, a produção industrial paulista praticamente supria a demanda por produtos industrializados.

Apesar de todo o desenvolvimento da cafeicultura, o estado não aproveitou o período da importante arrecadação de impostos de renda, gerados para implantar infraestrutura e realizar outros investimentos necessários para a continuidade de seu desenvolvimento, como a dinamização da produção industrial.

Neste sentido, Augusto (1978, p.40) esclarece que “[...] grande parte dos recursos gerados por esta atividade é absorvida pelo governo federal e orientada principalmente para os estados industrializados”. Ou seja, apesar do Paraná apresentar-se, no período, como o maior produtor de café no Brasil, não foram disponibilizados ao estado recursos que lhe propiciassem investimentos em elementos essenciais para o desenvolvimento econômico.

Augusto (1978, p. 56), ainda reitera que:

[...] a renda gerada pelo café era apropriada, de fato, em São Paulo, seja pela maior produtividade que apresentam os capitais quando investidos industrialmente e, portanto, sua maior rentabilidade – estando presente aqui o ‘confisco cambial’ realizado pelo governo federal e também pela reinversão da renda do café por empresários particulares, fora do estado (PR) –, seja no que refere a fonte dos produtos industrializados e consumidos no estado.

Assim, aparece uma dupla fonte de saída de renda paranaense, pelo consumo ou reinversão da renda proporcionada pela cafeicultura na indústria paulista. Levando-se em conta os fatos anteriormente discutidos era fundamental o estado criar condições de desenvolvimento para outras atividades produtoras como a indústria.

Nesta conjuntura, é importante destacar a década de 1960 para entender algumas transformações que aconteceram no Norte do Paraná, dinâmicas relacionadas à agropecuária, produção industrial, dinâmica demográfica e nas atividades relacionadas ao urbano. A década de 1960 caracterizou-se como um período de mudanças, diante de um conjunto de ações, na escala estadual para projetar o estado em outro patamar no cenário nacional (FRESCA, 2004).

Destaque para a gestão de Ney Braga, entre 1961-1965, cujos pilares de sua política econômica eram a industrialização e o planejamento. Assim, durante este período de administração do Paraná, havia uma relevante estratégia do Estado de desenvolver infraestrutura, em especial, voltadas a estradas, fornecimento de energia elétrica e financiamentos direcionados a atender a indústria, objetivando substituir as importações.

A implementação do planejamento no Paraná estava relacionada ao Estado assumir a função de agente do processo de desenvolvimento, imbuído da manutenção de seu dinamismo econômico, diminuição de desequilíbrios referentes ao desenvolvimento, almejando a

independência em relação a São Paulo, do ponto de vista da importação industrial, assim como, ampliar sua evidência em relação ao cenário nacional. Fresca, (2004) acrescenta que, o estado do Paraná não se apresentava integrado territorialmente, tanto que, no caso do Norte do estado, era muito mais fácil a articulação com a capital paulista do que com Curitiba. Como reitera Augusto (1978), para o governador Ney Braga, o Paraná necessitava de ser integrado, em razão da evasão de riquezas para São Paulo.

Deste modo, durante a Gestão de Ney Braga, ocorreu a criação de empresas estatais de fundamental importância para fomentar o desenvolvimento de infraestrutura em prol de colocar em prática uma política desenvolvimentista no Paraná. Entre as mais importantes de sua administração, pode-se destacar:

[...] a Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR – em 1962; Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR- em 1963, paralela ao Departamento de Água e Esgoto; Companhia de Telecomunicações do Paraná – TELEPAR – em 1963; Centro Eletrônico de Processamento de Dados – CELEPAR, em 1964; Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR em 1965 (AUGUSTO, 1978, p. 29).

Neste processo, Izepão; Tartaglia Filho (2009, p.47) acrescentam ainda que “[...] a construção da rodovia do café, ligando o norte ao sul, a expansão das atividades da COPEL, a construção das hidrelétricas Chopin I e Figueira II e a criação da CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná, entre outras”, foram importantes para direcionarem o desenvolvimento do Estado do Paraná.

O governo paranaense, movido pela política desenvolvimentista da época, tomou para si a função de fomentar a industrialização do estado, assumindo assim um novo papel, o de ser o atuante propulsor do processo de industrialização, tanto no que se refere ao financiamento, planejamento, como o estímulo ao investimento privado, até mesmo como um investidor em setores pouco atraentes para o capital privado naquele momento.

A CODEPAR, criada em 1962, tinha o objetivo de ser um órgão voltado ao planejamento, embora tenha se firmado como uma agência para viabilizar financiamentos à indústria por meio de capitais originários do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, que em 1968, durante o governo de Paulo Pimentel, foi transformado em Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP. É importante destacar que boa parte dos recursos transferidos para a implantação de infraestrutura do estado na década de 1960 era derivada da agricultura, atividade mais importante no período.

Na visão do estado, impossível seria fomentar a implantação de indústrias sem que houvesse suporte necessário a tal atividade. E com base nesse entendimento, que o estado assumiria a função econômica, no sentido de gerar condições à produção e reprodução do capital, é que foram criadas sociedades de economia mista (FRESCA, 2004, p. 171).

As transformações que aconteceram, sobretudo a partir da década de 1960, sejam nas políticas estaduais, na economia, nas técnicas, dentre outras, foram de suma importância para compreender as alterações na rede e nas cidades em estudo.

3.1 AGROPECUÁRIA

Principiadas na década de 1950, as modificações na agropecuária tomaram proporções maiores nas décadas de 1960 e 1970, conforme afirma Fresca (2004, p. 174), “[...] ocorria no Brasil uma série de alterações na política agropecuária vinculada, dentre outros, ao processo de industrialização e à nova dinâmica de inserção do país no comércio internacional”.

Nos anos iniciais da década de 1960, instalou-se sobre a cafeicultura uma crise sem paralelo em decorrência da supersafra interna, com especial a participação paranaense, atrelada à concorrência internacional, no caso, com as produções cafeeiras de países africanos e latino-americanos, resultando na queda abrupta dos preços no mercado internacional, que associados a outros fatores, acabaram por promover a intervenção do Estado brasileiro em adotar os programas de racionalização.

No que se refere à rede urbana de Maringá, como demonstra a tabela 4, de 1970 para 1980, a área ocupada pelo café teve um aumento de 3,2 vezes enquanto a produção foi 8 vezes maior que de 1970; de 1980 para 1996, o processo sofreu inversão, onde, a área ocupada pelo café reduziu cerca de 4 vezes enquanto a produção diminuiu 3,9 vezes. A tabela 4 caracteriza bem a diminuição tanto da área ocupada como da produção. Esta produção, então passou a ser realizada a partir do café adensado¹³, ocupando pequena área nos estabelecimentos.

Para tanto, o governo brasileiro fez uso de programas de racionalização da agricultura por intermédio do IBC/GERCA¹⁴. Para Stolcke (1986, p. 201), o “GERCA tinha três objetivos: eliminar os pés de café de baixo rendimento, destinar a terra liberada a outro uso, principalmente para culturas alimentares e matérias-primas industriais, e modernizar as

¹³ O adensamento de café é um sistema colocado em prática a partir da década de 1980, onde o espaçamento entre os pés passou a ser menor, aumentando o número de plantas por hectare (THOMAZIELL, 2001).

¹⁴ Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura- criado em 1961 com a política de erradicação de cafezais e diversificação de culturas.

plantações cafeeiras restantes”. No Paraná, o programa do GERCA reduziu os cafeeiros em 132.343 mil pés entre 1962 a 1967 (CANCIAN, 1981, p.132).

Tabela 4: Evolução da Produção e Área Ocupada Pelo Café no Paraná e nos Municípios da Rede Urbana de Maringá – 1970,1980 e 1995/96.

Localidade	1970		1980		1995/96	
	Produção (T)	Área ocupada (ha)	Produção (T)	Área ocupada (ha)	Produção (T)	Área ocupada (ha)
Paraná	116.900	360.896	367.914	617.322	153.839	134.954
Rede urbana	27.949	90.388	228.234	380.897	52.746	96.786

Fonte; IBGE, 1970/1980/1996.

Org. ASALIN, G. A. 2013

A atuação do GERCA se processou em três etapas: de 1962 a 1963, quando aconteceu um elevado percentual de erradicação dos pés de café; de 1964 a 1966; diante das mudanças político-econômicas, o número de pés de café erradicados foi menor; na última etapa, de agosto de 1966 a abril de 1967, quando a política do GERCA exigia que a erradicação do café fosse acompanhada obrigatoriamente da diversificação de culturas, mecanismo encontrado pelo grupo para conter o avanço das pastagens, atividade em ascensão nas áreas onde acontecia a eliminação dos cafezais.

Tudo sugere que os proprietários rurais, em busca de maior renda, direcionavam para atividades mais rentáveis no momento. “As pesquisas realizadas pela CODEPAR, para servir de roteiro à ação governamental de Ney Braga, mostram que a partir de 1955 começou uma nova etapa para a economia do norte do Paraná” (CANCIAN, 1981, p.105).

Nas escritas de Fresca (2004, p. 176):

O que há de novo na intervenção não é o fato de que, a partir de 1961 com a eliminação do sistema de taxas cambiais diferenciadas, ainda o cafeicultor arcasse com custos de sua manutenção e defesa, mas o fato do programa de erradicação subsidiada da cafeicultura e incentivo à substituição de culturas abrir caminhos para radicais transformações na agropecuária nacional, não só do ponto de vista da produção propriamente dita, mas também das relações sociais no campo.

Para Moro (1991), no conjunto da política oficial de redução da cafeicultura, estavam presentes as estruturas de estímulo para a diversificação de culturas em direção à modernização agrícola. O processo de modernização da agricultura abrangia alterações na base técnica da produção, representada pelo uso de máquinas, equipamentos, produtos químicos como fertilizantes, defensivos, ou seja, um novo modo de se produzir.

Assim, o programa de racionalização da agricultura afetou especialmente o Paraná e São Paulo, os grandes produtores de café no período, que foram acompanhados da introdução de culturas que exigiam a inclusão e o uso de máquinas e insumos, já produzidos no Brasil. Ao transformá-la numa agricultura moderna, mecanizada, com técnicas intensivas, se tinha uma nova maneira de produzir, compreendendo, basicamente a mudança da base técnica da produção agrícola.

É relevante entender que, no contexto do processo de industrialização nacional, após 1955, foram instalados os ramos das indústrias relacionadas à agricultura, para a produção de máquinas e insumos. Assim, à medida que o café foi sendo substituído por outras culturas, o Paraná passou a ter outro perfil no campo, fortalecendo o elo de agricultura/indústria, à medida que as novas culturas demandavam por insumos industrializados, máquinas e equipamentos.

Fleischfresser (1988, p.12), assegura que:

[...] a adição deste ‘modelo’ de modernização da agricultura brasileira teve seu início fortemente direcionado e estimulado pelo Estado, através de medidas de política econômica. Cabe esclarecer que os responsáveis pelas decisões política econômica foram influenciados e pressionados por elementos ideológicos econômicos. As ideias oriundas da Revolução Verde criaram a expectativa de superação do subdesenvolvimento através de transformações no setor agropecuário.

Na realidade, a agropecuária no Paraná era vista como certo obstáculo ao desenvolvimento econômico, onde a salvação estaria vinculada à assimilação de novas técnicas de produção, fundamentalmente químicas, de sementes adequadas à mesma e da introdução de máquinas no campo. Este conjunto de ações almejava dinamizar e aumentar a produção.

Até o primeiro quinquênio da década de 1950, faltavam no Brasil tanto os bens de consumo duráveis como os bens de capital. Neste contexto, reitera Fresca (2004), que, a partir de 1955, a indústria brasileira passou a viver a etapa da industrialização pesada, especialmente com a introdução de divisões industriais de bens intermediários e de capital sob a ação do Estado e de empresas internacionais.

Trintin (2006, p. 29) destaca que “[...] a rápida internacionalização do capital das economias avançadas foi liderada pelas indústrias de bens de consumo duráveis e bens de produção, que migraram para a periferia em busca de mercados isolados da competição” e para sua própria expansão. Foi nesse contexto que aconteceu a intervenção estatal com o

Plano de Metas, momento em que se buscava outra etapa do avanço da industrialização da economia brasileira, representando a primeira grande experiência efetiva de planejamento no país. O processo foi impulsionado pelo estado com a significativa função de criar condições gerais à produção para dar apoio à reprodução do capital no âmbito nacional. O Plano de Metas estimulou a fundação e a ampliação dos segmentos de indústrias voltadas ao setor automobilístico, material de transporte, papel, cimento, celulose, siderurgia, química, dentre outros.

Essa ocasião configurou como o momento no qual se adentrou a etapa da industrialização pesada, com a implantação de divisões industriais de bens intermediários e de capital sob a ação estatal e estrangeira.

A entrada do Brasil nos setores industriais mais dinâmicos aconteceu em uma conjuntura mundial tida como expansiva, embora, para o Brasil, a situação fosse um tanto difícil, diante das alterações na divisão internacional do trabalho, onde o país passaria da categoria de exportador de produtos primários para industrializados (FRESCA, 2004).

Neste processo de industrialização, aconteceu uma intensificação no que se refere à implantação de divisões industriais voltadas à agricultura, tanto para a produção de máquinas como de insumos.

Neste contexto, a partir da década de 1970, a intervenção do Estado foi em direção a colocar em prática o projeto de modernização da agricultura, buscando responder a necessidade de se criar mercado de consumo para a produção das indústrias de bens de capital voltadas ao setor, bem como fomentar os outros produtos distribuídos tanto ao mercado interno como externo.

No norte do Paraná, a modernização agrícola teve no binômio soja-trigo seu mais importante representante. O governo brasileiro, ao reestruturar sua política agrícola, deu prioridade às culturas de exportação e às de substituição de importações, a exemplo do trigo.

De modo geral, o aumento da produção de soja esteve articulado a um conjunto de fatores, entre os quais alguns considerados cruciais:

[...] a crescente internacionalização da economia da soja- conjugado com o fato de a soja brasileira ser colhida na entressafra dos maiores produtores mundiais; a política brasileira de incentivo à sua produção e exportação; a consolidação da indústria de processamento e da agroindustrial em geral; o baixo custo da força de trabalho e da terra, comparativamente aos maiores produtores mundiais; e no caso das regiões produtoras de trigo, a complementaridade existente ao nível de produção (insumos, tecnologia, sazonalidade) comercialização (ocupando praticamente a mesma estrutura montada para o trigo, como as cooperativas) e da política de incentivos a esses dois produtos (CORADINI; FREDERICO, 2009, p.28).

Para Fresca (2004), nos anos de 1970, o mercado externo tinha demanda por soja, fato que fez seus preços sofrerem alta. A procura pela soja tinha relação com ração animal feita a base de farinha do produto, largamente utilizada no mercado norte-americano e europeu, além do aumento no mercado interno a partir da ampliação do consumo de óleo vegetal derivado de soja.

Para Fleischfresser (1988), dois elementos foram cruciais para o sucesso da soja como produto representativo da modernização tecnológica no Paraná: primeiro, porque preexistiam sementes para o seu cultivo, além de ter a possibilidade de ser mecanizada em todas as suas fases de produção; segundo, por ser a soja um produto que conseguia articular três grandes interesses para seu cultivo: o das indústrias processadoras; o das indústrias de insumos químicos e mecânicos; e o do estado, por ter a capacidade de compor um produto com ampla anuência no mercado internacional.

No caso do Norte do Paraná, vale a pena destacar alguns fatores regionais que contribuíram de modo significativo para a expansão desta oleaginosa: um deles foi à articulação da economia regional com os portos; o outro é o fato do estado do Paraná apresentar disponibilidade de solos férteis em conjunto com a acumulação de capital, em especial, dentre os produtores de café.

Ao aproveitar a crescente procura pela soja no mercado mundial e de seus derivados, tinha-se a possibilidade de exportar e arrecadar divisas, que antes eram geradas pelas exportações de café. Assim, reitera Moro (1991), que era evidente a função do governo brasileiro em desenvolver a produção da soja e, por consequência, a do trigo.

Nesta conjuntura, o crescimento do número de empregos nas indústrias e o aumento da urbanização ampliaram a procura por produtos fornecidos pela agricultura, para o consumo alimentar interno e também matérias-primas para as indústrias, exigindo encaminhamentos em direção ao processo de modernização da agricultura.

Para MÜLLER (1989, p. 148), a modernização da agricultura é vista como:

Processo geral de mudança tecno-econômica e social das atividades agrárias e dos atores sociais aí engajados. Não só passa a predominar a racionalidade empresarial mas igualmente os padrões de consumo e as aspirações de vida urbana. Este processo mostra-se claro quando há a concomitância da industrialização da agricultura e de sua agroindustrialização.

Desta maneira, um moderno modo de produzir caracterizava-se como um processo que “[...] combinava insumos e serviços industriais com terra e trabalho” (MÜLLER, 1989, p.60).

“Se de um lado adentrava-se no domínio da estrutura industrial como cerne da acumulação nacional, por outro, este mesmo predomínio subordinava a agricultura à lógica de produção e reprodução do capital industrial” (FRESCA, 2004, p. 183). É importante entender que no conjunto do processo de industrialização do Brasil, após os anos de 1960, foram inseridos ramos industriais direcionados à produção de máquinas e insumos.

A modernização da base técnica agrícola tomou novas proporções e o processo assumiu maior dinamismo entre os anos 1960 e 1970, quando uma outra estrutura se desenvolveu, os complexos agroindustriais – CAI, que na visão de Müller (1989, p. 148), caracteriza-se como:

[...] as relações entre indústria e agricultura na fase em que a agricultura apresenta intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura, e para frente, com as agroindústrias. [...] forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo.

Na realidade, o CAI passou a ser a nova unidade de análise, a medida que o eixo da agricultura se deslocou para a indústria, sendo que a agricultura passou a ser um dos ramos industriais, assim, o complexo agroindustrial brasileiro passou a “[...] dar as grandes linhas do novo contexto na qual se situa a agricultura” (MÜLLER, 1989, p. 128).

Esta dependência da agricultura em relação a indústria provocou, num primeiro instante, “[...] na transformação da base produtiva propriamente dita, sob a forma de tecnificação e aumento do uso de insumos com impactos diretos na produtividade da terra e no trabalho, tornando-se menos dependente dos recursos naturais e da força de trabalho” (FRESCA 2004, p. 184). Como resultado destas combinações, aconteceu um aumento da produção agrícola, tanto de alimentos como de matéria-prima para a indústria.

Em nível federal, o Estado atuou como um grande articulador no processo de modernização da agricultura, tanto que uma série de políticas foi colocada em prática no conjunto do setor agrário, tendo impactos diferentes tanto no setor exportador como importador, afetando de forma heterogênea os mais variados perfis de produtores e regiões brasileiras.

Para Sorj (1998, p.68-69):

[...] o instrumento mais importante do período foi o crédito agrícola, que a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, estabeleceu que os bancos particulares deveriam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito agrícola, ou canalizá-los junto ao banco Central com juros de 7% ao ano. [...] A distribuição do crédito rural se dividiu de forma bastante equitativa entre crédito de custeio, comercialização e investimento. A característica central do crédito rural tem sido a de ser concedido a juros negativos, transformando-se dessa forma num mecanismo indireto de transferência de parte da massa de mais-valia controlada pelo Estado para o setor agrícola.

O crédito oferecido ao setor moderno da agricultura teve um amplo crescimento no período. Mas eles se apresentavam socialmente seletivos, pois eram canalizados especialmente para os grandes proprietários e para culturas voltadas à exportação, como a soja, cana-de-açúcar, dentre outros, em detrimento de culturas voltadas para o mercado interno, como trigo, feijão, etc.

Como reitera Sorj (1998, p. 71-72):

A política de crédito rural tem dois aspectos básicos. Por um lado visa modernizar as forças produtivas, e desse ponto de vista pode ser considerado como um crédito em conjunto do complexo agroindustrial, que, [...] se favorece mais do crédito rural do que o próprio setor agrícola. Por outro, trata de compensar a política de controle de preços sendo uma transferência de renda especialmente para os médios e grandes produtores que têm maiores condições de reagir contra essa política. Os produtores tradicionais, que são os menos favorecidos pelo crédito rural, por sua vez, tem poucas opções econômicas de modificar ou abandonar o tipo e o volume de produção.

A verdade é que a administração do crédito rural por parte do governo configurava-se como um hegemônico instrumento político que orientava a agricultura de acordo com os seus interesses econômicos. Por último, não podemos deixar de evidenciar que a política de crédito rural fortemente subsidiada favoreceu o desencadeamento de uma expressiva especulação fundiária no campo.

Ainda sobre a ação do estado estava a criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, encarregada do processo de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos a serem utilizados na agropecuária, desenvolvendo tecnologias, e informações técnicas científicas voltadas para a agricultura e pecuária brasileira.

O estado tinha a preocupação em solucionar “[...] os problemas de produção, comercialização, transporte, preços mínimos, armazenamento, crédito agrícola, em síntese racionalizar os incentivos a produção agrícola, que vinha ao encontro dos interesses dos produtores de unir-se em cooperativas” (CORADINI; FREDERICQ, 2009 p.66). Deste modo, o Estado delegava às cooperativas funções que caberiam a ele, levando em consideração a necessidade de se criar infraestrutura para a produção.

Para Fonseca; Serra (2005, p.6), “[...] a partir da década de 1940 é que o cooperativismo passa a ganhar força dentro no Paraná com iniciativa, em um primeiro momento, dos ervateiros e mais tarde com os produtores de café”. Assim, o contexto que levou ao surgimento das cooperativas no Paraná tem ligação com as elevadas safras de café, ou seja, como era grande a oferta do produto, os maquinistas e intermediadores que se propunham a comprar, pagavam preços irrisórios, que não cobriam nem os gastos com a produção.

Em busca de unir esforços, tanto do governo federal como estadual, para que acontecesse um melhor sistema e comercialização, o Paraná adotou o Projeto Integrado de Desenvolvimento de Cooperativas, sendo eles:

[...] o NORCOOP, que engloba as cooperativas da região Norte; o SULCOOP, Projeto Sul de Cooperativismo, que engloba as cooperativas da região Sul; O PIC, Projeto Iguazu de Cooperativismo, que engloba as Cooperativas da Região Oeste; A OCEPAR representa a extensão paranaense da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (SERRA, 1986, p.75).

Dentro do plano do NORCOOP, aconteceu uma ampla expansão que, “[...] datam de 1960 a 1970, por exemplo, as fundações das cooperativas de produtores rurais de Londrina, Maringá, Astorga, Campo Mourão, Apucarana, Rolândia e diversas outras (SERRA; AMBRIZI, 1984, p.35-36).

É a partir da década de 1970 que o cooperativismo no Paraná passou a viver um período de grande prosperidade, em função dos iniciais resultados da modernização agrícola, situação que estava relacionada a mudança da base técnica de plantio até as transformações das relações de trabalho no campo (FONSECA; SERRA, 2005). Deste modo, a medida que o

processo de modernização da agricultura do norte do Paraná se expandia, as cooperativas agropecuárias regionais disputavam com as empresas privadas à produção agrícola.

Concomitante à modernização e ao desenvolvimento da agricultura paranaense, as cooperativas agropecuárias, com ações estratégicas de agenciar e organizar a produção, se colocaram como instrumentos e agentes, como consequência e efeitos do processo. Para Moro (1991), elas manifestaram-se como os mais extraordinários agentes da estruturação do espaço rural.

No que se refere as relações sociais, o estado interviu por meio de medidas, como a criação de sistemas previdenciários, e leis trabalhistas ampliadas para os trabalhadores rurais, transformado de permanentes em temporários (FRESCA, 2004).

Ainda na visão da autora:

“[...] o bóia-fria teve seu custo de reprodução determinado ao nível do urbano. Avançou a proletarização no meio rural oriundo do acirramento do confronto das relações capital e trabalho, para o qual o Estado interveio sempre em favor [...] da reprodução do capital” (FRESCA, 2004, p.187).

Na realidade, o Estatuto do Trabalhador Rural, teve inexpressiva contribuição na fixação do trabalhador rural no campo, figurando como uma alavanca que motivou o processo de modernização do campo e proletarização do trabalhador rural.

Moro (1991) afirma que o processo de substituição de cultura e modernização agrícola no Norte do Paraná, sobretudo durante a década de 1970, foi acelerado pela ação conjunta do Estado, das cooperativas agropecuárias e das agroindustriais particulares. As articulações se faziam nos moldes do sistema capitalista.

No processo de modernização da agricultura paranaense, vários órgãos do aparelho estatal estiveram envolvidos, almejando a operacionalização dos programas constantes da política agrícola governamental. Destaca-se a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB – que articulada a outras estatais buscou colocar em prática os programas de desenvolvimento para o setor.

Ao IAPAR- Instituto Agronômico do Paraná coube a condução e execução das pesquisas agronômicas, à EMATER-PR – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, a difusão das inovações e orientação aos produtores rurais na sua condução; à CAFÉ do Paraná – Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, a prestação de serviços de moto-mecanização, de fomento agropecuário, de comércio e de apoio ao abastecimento alimentar; à CLASPAR- Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, a classificação dos produtos agrícolas em todas as fases da produção; à COPASA- Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, organizar o armazenamento da produção agrícola; à CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná, organizar o abastecimento de produtos hortigranjeiros às populações do Estado; ao ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, do Estado do Paraná, concentrar sua atuação na regularização fundiária nos assentamentos rurais, na preservação dos recursos naturais renováveis (MORO, 1991, p. 155).

Assim, no processo de modernização da agricultura paranaense, podemos destacar o sistema viário estadual, onde a Secretaria de Estados dos Transportes, na coordenação e execução do plano viário estadual, buscou priorizar e agilizar o escoamento da produção através dos corredores de exportação, a exemplo da rodovia do Café entre Paranaguá e Paranavaí; a melhoria no Porto de Paranaguá, buscando melhores condições para a exportação das produções agrícolas (PADIS, 1981), ou seja, o Porto de Paranaguá passou por uma série de readequações objetivando sua ampliação e reequipamento para receber a ampliação do movimento de exportação e importação de produtos ligados ao setor agrícola.

Conforme Fresca (2004), na década de 1970, teve continuidade o intervencionismo estatal em prol da industrialização, empreendimentos econômicos, dentre os quais, os relacionados às atividades agroindustriais, especialmente as indústrias processadoras de produtos agrícolas, como afirma [...] “refinação de óleos vegetais, preparação de rações animais, usina de açúcar e álcool, frigoríficos, indústrias de laticínio” (AUGUSTO, 1978, p. 78).

A ação do estado, tanto em nível nacional como o acontecido no Paraná, foi fundamental para os processos que culminaram na modernização da agricultura e, por consequência, objetivando a reprodução do capital. No período da década de 1960-1970, ocorreu a ampliação da dependência da agricultura à produção industrial.

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal desprestigiava o café, dificultando, inclusive, novos plantios, lançava mão de uma política de estímulo à aquisição de máquinas por parte dos proprietários rurais, oferecendo como vantagens pagamentos à base de safras e juros subsidiados. Evidente que tendo de um lado as lavouras destruídas e um mecanismo oficial voltado à erradicação das lavouras e de outro lado toda uma gama de estímulo para a mecanização das terras, os proprietários rurais acabaram mudando, em pouco mais de um ano, praticamente toda a paisagem regional. No lugar das lavouras de café, surgiram, basicamente, lavouras mecanizadas de soja e trigo e, em segundo plano, as pastagens, as lavouras de algodão e os canaviais (SERRA; AMBRIZI, 1984, p.36).

Assim, foi redefinida a participação da rede urbana de Maringá na divisão territorial do trabalho, onde, de acordo com Fresca (2004, p.191).

[...] A modernização gerou três setores principais, quanto a área ocupada, valor econômico gerado e volume de produção: o setor da soja-trigo, pecuarista e sucroalcooleiro, enquanto manteve-se o setor do café e um quinto se coloca em fase de consolidação, o da mandioca.

A soja, o trigo e a cana-de-açúcar passaram a predominar em volume e área de cultivo em 1970, conforme tabela 5.

Tabela 5: Evolução da produção e da área plantada do soja e trigo no Paraná e municípios que formam a rede urbana de Maringá, 1970, 1980, 1995/96

Área	Cultura	Produção 1970 - ton.	Área colhida 1970 - ha	Produção 1980 - ton.	Área colhida 1980 - ha	Produção 1996 - ton.	Área colhida 1996 - ha
Paraná	Soja	411.642	395.484	4.408.495	2.075.657	6.440.468	2.386.623
Rede Urbana	Soja	163.452	139.700	1.254.282	556.400	1.615.389	588.072
Paraná	Trigo	335.431	250.213	1.231.077	1.135.263	2.103.800	1.085.444
Rede Urbana	Trigo	205.359	28.831	346.929	331.598	558.016	282.660

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1995/96.

Org. ASALIN, G. A. 2013.

O trigo e a soja tiveram um crescimento de produção na rede urbana, como demonstra tabela 5, assim como a área colhida, especialmente no que se refere ao período de 1970 a 1980; interessante destacar que esta é a fase da transição da cafeicultura para o binômio soja-trigo. O salto da área voltada à produção da soja foi de cerca de 3 vezes, enquanto o trigo mais de 10 vezes no período (IBGE, 1970, 1980).

De 1980 para 1996, a soja aumentou sua área de produção em 5,6%, enquanto a sua produção teve um incremento de 28,7%; no caso do trigo, ocorreu expressivo aumento da produção, em torno de 68%, enquanto a área colhida teve uma redução de 14,7%. Tanto a situação da soja como a do trigo, demonstram um dos lados da modernização no campo, onde se produz mais com praticamente a mesma área (IBGE, 1980, 1996).

A soja, de fato, se transformou no principal produto diante da diversificação agrícola regional tanto incorporando uma grande área com vistas a sua expansão como também apresentou uma vertiginosa ampliação de sua produção no período considerado.

Para Coradini; Fredericq (2009, p.29), “[...] deve-se levar em consideração a internacionalização do complexo de processamento e comercialização da soja”. A hegemonia das grandes empresas transnacionais “[...] foi parcialmente esmaecida pelo ingresso de grandes empresas pertencentes a grupos nacionais e de cooperativas” num processo que, “acima de tudo tinha o ingresso de organizações de capital brasileiro no padrão de comportamento internacionalizado imposto à cadeia soja-oleaginosas pelas transnacionais, com incentivo de políticas estatais”.

“É nesse período que algumas cooperativas da área de estudo ingressaram no setor agroindustrial, transformando-se em grandes empresas e controlando enormes parcelas da produção via cooperados, a exemplo da COCAMAR e da COAMO” (FRESCA, 2004, p. 193).

A COCAMAR – Cooperativa Agroindustrial de Maringá iniciou suas atividades como cooperativa a partir da comercialização cafeeira no ano de 1963, apresentando-se hoje com proporções que equivale a uma grande empresa capitalista. Para Fonseca; Serra (2005), a COCAMAR foi criada mais para promover segurança junto aos agricultores diante da crise posta em relação a comercialização da grande produção de café, do que propriamente por ideais cooperativistas.

A ampliação da cultura da soja foi profundamente influenciada pela conjunção de três fatores: “as políticas agrícolas implementadas pelo governo federal; [...] comportamento dos preços da soja no mercado internacional; [...] crise da economia cafeeira no Estado” (TRINTIN, 2006, p. 77-78),

Quanto ao setor pecuarista nos municípios da rede urbana de Maringá, partes das terras liberadas pela cultura cafeeira foram incorporadas pelas pastagens. Uma forte presença desta situação aconteceu na porção oeste da rede, “[...] onde não havia possibilidades da expansão da soja e do trigo, principalmente em razão do tipo de solo, passaram a ser destinadas a pastagens em algumas microrregiões situadas na região, notadamente nas de Umuarama e Paranavaí” (TRINTIN, 1989, p. 142).

Assim, especialmente na porção oeste da rede, em 1970, as pastagens apresentavam forte predomínio na área ocupada; quanto a agricultura, ainda se fazia presente a cafeicultura, seguida pelas áreas, respectivamente, de milho e algodão. Portanto, a pecuária era a atividade

produtiva principal e sua expansão se dava sobre as terras liberadas a partir da erradicação de cafeeiros.

Para Alcântara (1987), desde o período da BRAVIACO, já se conhecia a pouca fertilidade do solo, assim como os problemas com a erosão que ampliavam o empobrecimento destas terras, confirmando que o café não teria grande evolução em Paranavaí.

É interessante destacar que os dados de 1960 mostram uma ampla produção de café na cidade de Paranavaí, situação que não se manteve ao longo das décadas subsequentes. Alcides Gonçalves, um dos entrevistados, que morou nas proximidades de Paranavaí, afirmou que a vocação de Paranavaí não era para o café, tanto que quando alguém ia para a localidade já se sabia que não desenvolveria tal cultura, pois ela não se adaptava muito bem ao solo derivado da formação geológica do arenito, mas era muito evidente o desenvolvimento da pecuária.

De acordo com a tabela 6, de 1960 para 1970, a produção do rebanho bovino teve um incremento de 4,6 vezes no campo polarizado pela rede urbana de Maringá, enquanto a produção estadual cresceu no mesmo período 2,7 vezes; de 1970 para 1980, o rebanho do estado cresceu 68%, enquanto o rebanho da rede urbana ampliou cerca de 75%. De 1980 para 2006, tanto o rebanho estadual como o da rede urbana sofreram redução, fato relacionado à importância de outras atividades agropecuárias desenvolvidas no Paraná.

Tabela 6: Efetivo bovino do estado do Paraná e rede urbana de Maringá, PR: 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Ano	1960	1970	1980	1996	2006
Paraná	1.685.698	4.692.677	7.893.313	9.900.885	9.118.107
Rede urbana de Maringá	459.454	2.132.118	3.746.054	3.299.372	2.606.122

Fonte: IBGE, 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. A. G., 2013.

Ainda se faz relevante destacar os rebanhos bovinos de Paranavaí, Umuarama, Querência do Norte, Loanda e Terra Rica, que juntos representavam cerca de 18% do rebanho da rede urbana de Maringá. Toda a rede em destaque detinha 28,5% do rebanho bovino de todo o estado do Paraná (IBGE, 2006).

De implantação muito rápida e a baixos custos, a pecuária foi implantada e transformada em atividade perene. As inovações biotecnológicas que também se aplicavam ao rebanho bovino muito contribuíram para melhorias e redução do tempo de reprodução do capital.

Contribuíram para tanto, o fato de que as inovações biotecnológicas também se aplicavam ao rebanho bovino, através da melhoria genética com inseminação artificial; transferências de embriões: desenvolvimento de novas raças via cruzamentos diversos, visando, entre outros objetivos, à redução do peso da carcaça e ao aumento da carne; novos tipos de rações com inserção de produtos químicos para diminuição do tempo de engorda, dentre outros avanços (FRESCA, 2004, p. 195).

Relacionada à pecuária de corte estão os frigoríficos, atividades industriais sem relação com as cooperativas. Vinculados à iniciativa privada, estão instalados adjacente aos maiores centros urbanos como Maringá, Cianorte, Umuarama, Paranavaí, Apucarana, Arapongas, entre outros menores (FRESCA, 2004).

A produção leiteira conta com importantes laticínios nos principais centros urbanos, tendo vínculos tanto com a iniciativa privada como com as cooperativas, sendo as últimas mais importantes em termos de utilização da produção leiteira na rede urbana, a exemplo das Cooperativas Laticínios Mandaguaçu Ltda., e a Cooperativas Laticínios Maringá, atuando com as produções desde o leite pasteurizado até os mais variados produtos derivados deste.

Sendo os maiores produtores Umuarama com 15.390.000 litros, Paranavaí 10.127.000, 9.563.000 Iporã, Colorado 7.103.000 (IBGE, 1980); Umuarama 11.539.766, Colorado 10.992.720, Santo Inácio 10.932.169 Paranavaí 10.077.841 litros(IBGE, 1995); Paranavaí 11.768 000 litros, Terra Rica 11.060.000, Colorado 10.260.000, Umuarama 9.607.000 (IBGE,2005).

O terceiro setor gerado pela modernização foi o sucroalcooleiro, que teve evolução positiva a partir da década de 1960, passando a ser um dos cultivos predominantes em vários municípios em sua porção oeste e norte.

Num contexto de crise mundial do petróleo na década de 1970, chamada por Rangel (1985, p. 61) de fase 'b' do 4º Kondratiev, foi colocado em prática o Programa Nacional do Álcool – Proálcool, implantado pelo governo federal em 1975, objetivando produzir álcool combustível para o mercado interno.

Conforme afirma Fresca (2004), aconteceu uma expansão da produção de cana-de-açúcar, assim como a quantidade de agroindústrias em vários municípios do Norte do Paraná, em especial os da porção a oeste que fazem parte da rede urbana de Maringá. As agroindústrias produtoras de álcool combustível sofreram ampla modernização, ou foram criadas já adaptadas aos novos padrões produtivos.

Maringá e Paiçandu apresentavam a maior produção de cana-de-açúcar na década de 1970 da rede de Maringá, sendo, respectivamente, 30.251, 49.101 toneladas. A situação de

expansão tanto da área de cultivo como da produção da cana-de-açúcar, conforme Tabela 7, tem relação, em um primeiro momento, com a usina criada em junho de 1961, dos irmãos Meneguetti em Maringá, o grupo Usaçucar.

Num segundo momento, a ampliação, tanto da produção, como da área de cultivo da cana-de-açúcar na rede urbana de Maringá, de acordo com a tabela 7, foi ao encontro da ampliação dos negócios do grupo, que iniciou sua fase de expansão em 1987, com a aquisição da unidade Paranacity, em 1989, com a obtenção da unidade de Tapejara e em 1993, a compra da unidade de Ivaté.

Tabela 7: Evolução da produção e da área plantada da cana-de-açúcar e rede urbana de Maringá: 1970, 1980, 1995/96.

Cultura	Produção 1970 - ton.	Produção 1980 - ton.	Produção 1996 - ton.	Área colhida 1970 - ha	Área colhida 1980 - ha	Área colhida 1996 - ha
Paraná	1.686.252	4.110.750	23.468.380	30.035	62.092	285.187
Rede urbana	195.205	941.461	14.245.854	10.667	12.203	166.254

Fonte: IBGE 1970,1980, 1995/96.

Org.: ASALIN, G.A., 2014.

Em continuidade ao processo de expansão, foram anexadas às unidades de São Tomé, em 2006, Terra Rica, 2007, Rondon, 2008, Cidade Gaúcha, em 2009 e Moreira Sales em 2013. Hoje, caracteriza-se como o maior grupo sucroenergético da região Sul do país, sendo a maior exportadora de açúcar VHP15 do país.

Bom Sucesso, Jacarezinho, Cidade Gaúcha e São Tomé figuram entre os maiores produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná, cuja produção era de 28.672.287 toneladas (IBGE, 2006). As duas últimas cidades são as líderes em produção na rede de Maringá detendo 36,4% de tudo o que estado produz.

O quinto setor agrícola refere-se a mandioca, que teve uma expansão em sua produção nas duas últimas décadas, fato relacionado a demanda crescente pelo produto e seus derivados, importância que o mercado vem tomando no período, como é retratado na sequência.

É relevante destacar que a prática do cultivo da mandioca teve seu desenvolvimento nesta parte do estado há 50 anos, como uma alternativa de renda para produtores rurais, de modo geral, a porção oeste da rede “[...] teve sua ocupação apoiada pela presença de imigrantes de Santa Catarina – de ascendência ítalo-germânica- que trouxeram consigo as

¹⁵Açúcar obtido por clarificação do caldo de cana-de-açúcar, sem uso de enxofre. Com grãos regulares e cor intensa, adequado para processos que exijam sabores e texturas característicos. Amplamente utilizado na indústria alimentícia como matéria prima para confeitos, panificados e produções de cereais matinais.

‘farinheiras’ – nome dado as instalações de caráter artesanal para o fabrico da farinha de mandioca” (FRESCA, 2004, p. 199).

Como discutido em capítulo anterior, a produção de mandioca da rede urbana de Maringá representava 19,8% da produção do estado do Paraná (IBGE, 1960); na década de 1970, ela apresentou uma queda na produção, passando a representar 9,79% da produção estadual; a partir de 1980, o crescimento do setor foi gradativamente tomando posições maiores diante da produção estadual, tanto que a rede urbana de Maringá, em 2006, já representava 64% de toda a produção paranaense. Ainda, é importante destacar a ampliação da área de cultivo da mandioca, tanto na rede de Maringá como na do estado do Paraná (IBGE, 1970, 1980, 1996, 2006).

Todo o contexto de ampliação da área de cultivo da mandioca, como o aumento da produção, foi ao encontro das novas possibilidades representadas pelo setor, como a ampliação do número de fecularias e farinheiras e diante da ampliação do mercado consumidor. Tratava-se de um mercado consolidado, especialmente no que se referia à indústria de fécula, cujo volume de produção era 50% maior do que a de farinha.

[...] Groxco salienta que o cultivo da mandioca tem se intensificado no Estado. Ivo Pierin Junior, vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (ABAM), destaca que o Noroeste paranaense concentra o maior número de fecularias. ‘só essa região representa por volta de 5% da produção nacional de mandioca e 45% da fécula brasileira’[...] são praticamente 50 fecularias instaladas na porção oeste do norte do Paraná (FÉCULA, 2011).

Várias empresas que operam nesse segmento produzem farinha de mandioca bem como fecularias, empresas que produzem o amido; as produtoras de máquinas e equipamentos, que elaboram toda uma linha de maquinário para as farinheiras e fecularias; e as produtoras de implementos agrícolas.

Paranavaí e municípios contíguos são destaque na produção, como relatado anteriormente, liderando em área como em volume de produção da raiz, como pela existência de unidades processadoras e produtores de máquinas e implementos agrícolas, de capital local e até mesmo internacional.

Em meados da década de oitenta, as formas de uso do solo no Norte do Paraná entraram numa etapa de maior e mais intensa diversificação, com a participação de outras culturas instigadas pelo mercado, pelo estado e pelas agroindústrias regionais, com destaque para aquelas instituídas pelas cooperativas (MORO, 1991).

Dentro desta diversificação de cultura, é importante destacar o desenvolvimento da citricultura, relacionada ao Programa PROCITROS da SEAB e a instalação das agroindústrias produtoras de suco a exemplo da COCAMAR¹⁶/CITROCOOP Citros Concentrado Ltda. em Paranaíba.

“A Citrocoop foi criada pelas cooperativas Cocamar, de Maringá, e Coopagra, de Nova Londrina, com a participação de capital do grupo Albertson International, da Flórida, Estados Unidos (PARANÁ, 1994, p.3). A CITROCOOP, foi à primeira indústria de suco a surgir no Paraná, representando a união dos produtores e municípios da porção oeste na rede urbana de Maringá.

Para MORO (1991), a concentração dos pomares na porção oeste da rede justifica-se, entre outros motivos, pelo fato da cultura permanente, contribuir para amenizar a erosão nos solos arenosos da região e para o sabor suave apresentado pelo suco dos frutos, diferente das características dos cultivados na terra roxa, que apresentam maior acidez.

Assim, a produção de suco ganhou destaque na rede urbana de Maringá a medida que a produção de laranja sofreu uma ampla evolução ao longo das décadas de 1970 a 2010. De 2005 para 2012, a produção da rede urbana de Maringá passou de 165.666 toneladas para 636.965 toneladas, ou seja, em menos de uma década o incremento da produção de Laranja foi de mais de 3,5 vezes. Paranaíba figurou na liderança da produção estadual (IBGE, 2006).

Em 2012, além de Paranaíba, é relevante destacar as produções de Alto Paraná e Guairaçá, que ocuparam, respectivamente, a segunda e a terceira posições estaduais no que se refere a produção desta fruta cítrica (IBGE, 2012).

Outro uso da terra que remete à década de 1980 é o desenvolvimento das lavouras de amoreiras, também presente na porção oeste da rede urbana, vincula-se ao amplo desenvolvimento da sericicultura regional, “estimulada pela implantação da agroindústria da fiação de seda, em Maringá, pela COCAMAR e em Umuarama, por um ‘pool’ de cooperativas – a COOPERSEDA” (MORO, 1991, p.292).

De forma generalizada, podemos dizer que o desenvolvimento da sericicultura na área em estudo teve seu primeiro momento de desenvolvimento no final da década de 1970 para o início da década de 1980. No final da década de 1980, a área em destaque detinha 76% da área cultivada com lavouras de amoreiras, do Norte do Paraná, localizadas especialmente em Paranaíba e áreas adjacentes (Moro, 1991).

¹⁶No início de 2012, a Cocamar vendeu sua unidade Fabril – Cocamar Cooperativa Agroindustrial de Paranaíba, voltada a produção de suco para Louis Dreyfus Commodities, empresa francesa que pretende aumentar em 10% sua produção de suco no Brasil.

O estado do Paraná é considerado o maior produtor de casulos verdes do Brasil, com cerca de 100 municípios, tendo maior expressão a região Norte do estado, tanto em número de produtores quanto em quantidade produzida. [...] O município de Nova Esperança é considerado o maior produtor de casulos verdes do Brasil (TSUKAMOTO, 2009, p. 6-11).

Embora a produção de casulos do bicho da seda tenha sido mais expressiva na década de 1980, quando o Paraná produzia 2770 toneladas, os dois municípios maiores produtores, desde aquele período eram Nova Esperança e Alto Paraná, que detinham 27% da produção estadual, na rede urbana de Maringá que produzia cerca de 56% dos casulos (IBGE, 1980). Permanecendo como os maiores produtores, Nova Esperança e Alto Paraná passaram a responder por 18,9% da produção estadual, numa rede urbana que detinha 44,5% da produção do Paraná (IBGE, 2012).

A reestruturação da política agrícola deu novo direcionamento ao uso da terra no que se referia às culturas permanentes, temporárias e pecuária, na rede urbana de Maringá a partir de 1960, quando a rede estava praticamente consolidada.

No Geral, ocorreu um aumento gradativo das culturas temporárias no período 1960 a 1996, com queda absoluta e relativa nas áreas destinadas a culturas permanentes. A medida que as culturas permanentes, sobretudo o café, sofriam um processo de substituição, por meio da política governamental de erradicação e diversificação das culturas, passou-se a configurar uma nova dinâmica de uso do solo na rede urbana de Maringá.

Neste contexto, de 1970 a 1980, os municípios da rede urbana apresentaram acréscimo de 5,7% no que se refere as culturas temporárias; entre 1980 e 1996 estas culturas tiveram um incremento de 15,3%; de 22,6% entre 1995/96 e 2006 (IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006).

De acordo com o IBGE, a área destinada às culturas permanentes diminuiu cerca de 30% entre 1970 e 1980. De 1980 para 1996, a redução ficou em torno de 4,5 vezes em relação a 1980.

O período de 1996 a 2006 era de incremento das áreas com as culturas temporárias e permanentes, a diminuição das áreas com as pastagens em 44,7%. A área destinada a cultura temporária ampliou de 3,2 vezes em relação a 1980, já a área relacionada as culturas permanentes teve um incremento de 22,6% no mesmo período com a cultura da laranja.

As pastagens cresceram de forma absoluta e relativa entre 1970 para 1980, com incremento de 52,19%; apresentou uma pequena queda de 1,4% no período de 1980 até 1996,

passando por uma forte redução de 44,7% no período de 1996 a 2006 (IBGE, 1970, 1980, 1995|96, 2006).

Outras culturas figuraram com destaque em alguns municípios da rede urbana de Maringá, como é o caso de Marialva, cidade vizinha a Maringá, que estava entre os maiores produtores do Brasil.

3.2 SETOR INDUSTRIAL

A investigação em torno dos caminhos que levaram ao processo de industrialização no Estado do Paraná após 1960, perpassaram um conjunto de transformações na agropecuária. O momento vivido pela industrialização no período foi atingido a partir de uma nova inserção territorial do trabalho em nível nacional (FRESCA, 2004).

A década de 1970 foi um marco temporal para relevantes transformações e estão relacionadas a dois movimentos distintos e que se complementam: relacionados diretamente ao momento de maior articulação da economia nacional, para os movimentos podem ser assim caracterizados:

O primeiro resultou da política de modernização e diversificação da agropecuária nacional, cabendo ao Sul do país papel relevante nesse processo. O segundo decorreu de um movimento mais geral da integração do mercado nacional, com conseqüente desconcentração da produção industrial (TRINTIN, 2006, p.88).

O fato de ser o Paraná um estado vizinho a São Paulo levou a um maior favorecimento em relação a maior integração nacional, ao mesmo tempo em que assumiu maior importância a política de atração de investimento imposta pelo governo estadual, em especial com a construção da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), criada em 1973, como “empresa municipal funcionando com recursos do Estado , do BNH, do BADEP e da própria prefeitura de Curitiba como instrumento a incentivar a instalação de unidades industriais” (FRESCA, 2004, p. 205). Neste contexto, a proximidade com o mercado paulista e o apoio político e financeiro do estado, foram de fundamental importância na atração de empresas industriais.

Na década de 1970, a indústria passou a frente da agricultura moderna que se instalou no estado. Embora a agricultura ainda apresentasse como um setor de crescimento de seus principais produtos, sua participação relativa na renda estadual diminuiu de 25,7% em

1970 para 18,53% em 1980. Na mesma ocasião, a renda interna da indústria passou de 16,6% em 1970 para 28,07% em 1980 (IBGE, 1970a, 1980).

Embora a participação das indústrias alimentares na produção do Produto Interno Bruto - PIB tenha tido um decréscimo de 1985 a 1989, passando de 25,9% para 18,4%, conforme a tabela 8, elas mantiveram-se como um importante segmento da economia paranaense.

Tabela 8: Distribuição do PIB, segundo os principais gêneros industriais, no Paraná- 1970, 1980, 1985, 1989, em %.

Gênero	1970	1980	1985	1989
Minerais não metálicos	7,2	7,7	5,0	5,6
Metalurgia	3,2	3,2	2,2	2,8
Mecânica	3,3	4,5	5,4	6,4
Material elétrico e de comunicação	0,5	3,6	4,4	6,
Material de transporte	1,8	2,1	4,0	7,2
Madeira	22,5	15,1	7,2	6,1
Mobiliário	3,9	3,7	1,9	2,5
Papel e papelão	5,2	6,1	6,1	7,3
Química	7,7	24,4	24,8	19,7
Têxtil	8,5	4,4	3,8	4,8
Produtos alimentares	23,7	16,1	25,9	18,4
Bebidas	3,0	1,	1,9	2,
Fumo	0,2	0,5	2,7	2,7
Outros	9,3	7,6	4,7	8,5

Fonte: IPARDES,1991, p.7.

Para o IparDES(1991), o setor industrial apresentou sensível melhoria da sua capacidade produtiva, ao mesmo tempo, modificações na infraestrutura com o surgimento de novos ramos no contexto das indústrias mecânicas, material elétrico e de comunicações, material de transporte, química e fumo e a diversificação dos gêneros clássicos (em especial madeira e produtos alimentares) mantendo sua natureza agroindustrial.

A diversificação da indústria pode ser confirmada “[...] através dos aumentos de participação dos gêneros fumo, bebidas, material elétrico e, sobretudo, química, que, em função da implantação de uma unidade da PETROBRÁS, passou de 7,7% em 1970 para 19,7% em 1989.

Como demonstra a tabela 9, ocorreu uma diminuição da participação dos grupos de beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares, abrindo espaço para grupos, que por suas propriedades, demandavam mais tecnologia e ou preparação, a exemplo dos óleos vegetais, tanto o bruto como o refinado, a maior articulação com o abate de animais, em especial a avicultura, com a instalação de empresas que articulavam o que era comum entre sistemas que atuavam integrados, da criação até os frigoríficos.

Tabela 8: Participação e taxa anual de crescimento do valor adicionado das indústrias agroalimentar, segundo grupos industriais – 1975-1983.

Grupo	Participação	
	1975	1983
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares	33,76	22,53
Beneficiamento de café, cereais e produtos afins	31,78	16,99
Moagem de trigo	1,87	1,77
Torrefação e moagem de café	2,81	1,91
Fabricação de café e mate solúvel	6,77	8,06
Fabricação e produtos de milho	1,30	1,86
Abate de animais	6,77	8,06
Fabricação de rações balanceadas	1,20	4,61
Resfriamento e preparação do leite e fabricação de produto do laticínios	2,25	2,84
Fabricação de produtos do laticínio	2,17	2,26
Fabricação de Açúcar	11,8	3,05
Fabricação de massas e biscoitos	1,54	1,75
Produtos de óleos vegetais em bruto e refinado	24,15	36,29
Refinação e preparação de óleos vegetais	7,27	22,31
Produções de óleos vegetais em bruto	16,88	13,98
Outros grupos	5,22	6,41
Total	100,00	100,00

Fonte: IPARDES, 1985.

É interessante destacar o acentuado desenvolvimento das cooperativas na fabricação de óleos vegetais em bruto, que chegaram a participar em 1983 com “mais de 1/4 do valor adicionado gerado pelo grupo” (IPARDES, 1985, p. 18).

Tanto a pecuária como seus derivados tiveram um crescimento ao longo da década de 1970, especialmente o grupo das carnes, da ração e leiteiro. No caso do setor de carnes, teve ampliação do abate de bovinos como da implantação do número de frigoríficos e agroindústrias avícolas. Parte de tal expansão esteve vinculada à exportação para várias unidades de federação, em especial para São Paulo (FRESCA 2004).

Entre 1975-83, os grupos de abate de animais e fabricação de rações balanceadas tiveram um crescimento de 11,32% e 20,30% respectivamente, chegando em 1983 a 12,67% do valor adicionado da indústria agroalimentar no estado.

O desempenho de abate de animais ficou a cargo da avicultura “[...] tendo em vista o significativo desenvolvimento desse segmento industrial, motivado pela implantação de empresas modernas operando com sistemas integrados, bem como pelo estímulo à exportação” (IPARDES, 1985, p. 11).

Juntamente com o crescimento do abate de animais, ocorreu o crescimento da indústria de rações balanceadas como confirma a tabela 9. “Esse grupo é um dos mais significativos exemplos da diversificação da indústria agroalimentar no Paraná, pois, de uma

participação de 1,20% no valor adicionado em 1975, passou a responder por 4,61% em 1983” (IPARDES, 1985, p.12).

O conjunto representado pelo grupo de resfriamento e preparação do leite e fabricação de produtos de laticínio, no período de 1975-1983, permaneceu estável. “[...] a fabricação de produtos de laticínio participava com 2,26% do valor adicionado da indústria agroalimentar. Nesses grupos o predomínio dos estabelecimentos cooperativados é notável, chegando a ser superior a 3/4 do valor adicionado do grupo” (IPARDES, 1985, p.13).

O grupo da moagem de trigo e fabricação de produto de milho, tiveram baixa participação no conjunto; o beneficiamento de café e cereais teve forte redução entre 1975 e 1983, passando de 31,78% para 16,99% no valor adicionado das indústrias agroalimentares.

Mas o destaque passou a ser tanto o café como o mate solúvel, que tiveram aumento de sua participação no valor adicionado da indústria agroalimentar passando de 6,77%, em 1975, para 8,06% em 1983.

Para Fresca (2004, p. 203) a expansão do setor “[...] deve-se, entre outros motivos, ao início da operação da Cia Iguaçu em Cornélio Procópio, [...] acrescida da atuação da Cia. Cacique de Café solúvel de Londrina [...] responsáveis pela concentração de café solúvel no Paraná”. É importante destacar que a Mate Leão, empresa, instalada na capital do estado desde o início do século XX, lançou, na década de 1970, o chá solúvel, influenciando também para que acontecesse a expansão do setor no período.

Para Fresca (2004, p. 204), “estas agroindústrias alimentares, que foram o setor mais dinâmico dos anos de 1970, estão concentradas nos municípios do norte do Paraná, em Ponta Grossa e na porção Sudoeste do Estado, tendo Cascavel e Toledo como principais cidades”.

No que se refere a fabricação de açúcar, é importante frisar que o grupo decresceu sua participação de 11,08% para 3,05%, no valor adicionado que pode ser explicado a partir do Programa Brasileiro de Álcool- PROÁLCOOL¹⁷, que estimulou maior produção de álcool em relação ao açúcar, não deixando de frisar que as unidades indústrias deste ramo são aptas a produzirem tanto o açúcar como o álcool.

Ao mesmo tempo em que ocorreram as mudanças estruturais na indústria paranaense a partir da década de 1970, também ocorreu uma concentração progressiva espacial da indústria. Com destaque para a região metropolitana de Curitiba e alguns poucos municípios com melhores condições estruturais e/ou serviços industriais, matéria-prima, mercado, etc.

¹⁷ Programa de substituição em larga escala dos derivados de petróleo. Desenvolvido para evitar a dependência externa de divisas quando dos choques dos preços de petróleo na década de 1970.

Neste contexto, o panorama da indústria paranaense modificou-se de forma expressiva na década de 1970, configurando-se modernos complexos agroindustriais CAI e um novo eixo fundamental do dinamismo relacionado a um embrião da indústria metalmeccânica na Região Metropolitana de Curitiba – RMC. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo de articulações interindustriais, cujas as maiores relações fossem com mercados externos e com São Paulo (IPARDES, 1982).

De acordo com o IPEA (1999, p. 9):

[...] a expansão industrial dos anos 70 introduz no estado a grande empresa moderna, com amplas escalas de produção e uso de tecnologias modernas, concorrendo nos planos nacional e internacional. Essa estrutura industrial é bastante concentrada, com as dezesseis maiores empresas do estado gerando um quarto do valor agregado da indústria.

Neste contexto, os capitais locais não conseguiram acompanhar o processo em tela, ocorrendo expansão e ganho de importância do capital de outros estados e internacional.

Para Fresca (2004), no final da década de 1970, o Paraná passou de exportador agrícola de gêneros alimentícios semielaborados para industrial, pautado na agroindústria alimentar, caracterizando uma nova inserção na divisão territorial do trabalho. Ainda apresentou capacidade de diversificação de sua estrutura produtiva industrial em percentuais crescentes.

A década de 1980, também considerada “década perdida”, foi assim denominada por causa das baixas taxas de crescimento, perda acentuada do ritmo de desenvolvimento nacional. Tal situação aconteceu especialmente porque os investimentos feitos pelo estado, capital privado nacional e internacional, que tinham acontecido durante o período do milagre brasileiro, levaram grande tempo para sua maturação, sobretudo, os investimentos estatais em infraestrutura (PASSOS, 2007).

Assim, o crescimento se manteve até o final da década de 1970. Já no começo de 1980, a ausência de novos investimentos voltados à produção conferiu novas situações de intensa inflação juntamente com a crescente elevação dos juros. A falta de políticas e atitudes em nível federal havia uma retirada de recursos por parte do governo que canalizada a mesma para pagar dívida, tudo isto fez com que o país entrasse em uma profunda recessão na metade dos anos 1980.

Objetivando descobrir novos rumos a favor do desenvolvimento, a partir do segundo quinquênio de 1980, foram colocados em prática vários planos, sobretudo o Plano Cruzado,

Plano Bresser, congelamento de preços, troca da moeda de Cruzeiro para Cruzado, Plano Verão, tudo em busca por estabilidade econômica e eliminação da inflação.

No final dos anos de 1970 e início dos 1980, observou-se a amadurecimento integral de consideráveis investimentos concretizados em empresas modernas e novas no Estado do Paraná.

[...] desdobrados em unidades de papel de imprensa (Ipacel, Pisa e Klabin), cigarros (Phillip Morris), micro e microcomputadores (Sid Informática) fertilizantes nitrogenados (Ultrafétil) e ônibus e caminhões (Volvo)-, o salto na produtividade agrícola, oportunizado pela implantação de programas de plantio direto e de manejo integrado e conservação dos solos, e os efeitos do plano Cruzado, lançado em 1986, na fabricação de refrigerantes e freezers e produtos siderúrgicos (OLIVEIRA, 1994, p.1).

No mesmo período, faz-se relevante destacar investimentos em infraestrutura, particularmente as obras de duplicação do trecho Curitiba - Ponta Grossa da PR 376, no eixo Londrina-Maringá, a duplicação da PR 444, entre Arapongas e Mandaguari, e a ligação Maringá - Foz do Iguaçu (Maringá- Campo Mourão- Cascavel), PR 317, BR 158, BR 369 e BR 277 (OLIVEIRA, 1994).

Na quarta Dualidade brasileira, o ciclo médio estava numa etapa descendente, ligado ao ciclo longo que vivia uma fase depressiva da economia, ocasionando a pior crise industrial de nossa história, ampliando o desemprego urbano (MAMIGONIAN, 1987). Atrelado a isto, o cenário dos anos 1980, gerava impotência ao Estado diante das dívidas internas e externas; as grandes empresas direcionavam-se para as exportações quando não se acomodavam aos ganhos operacionais gerados pelos altos juros. A taxa global de investimento desabou e a economia do país mergulhou no mais prolongado período de estagnação de sua história, alternando curtas fases de expansão, logo acompanhadas pela contração dos níveis de atividades de emprego (OLIVEIRA, 1994).

Para Fresca (2004, p. 207), “foi necessária mais uma vez a adoção de medidas que visassem a abertura de novas áreas de investimentos e retomada de crescimento, pois, se há setores ociosos, há setores que carecem de inversões”. O Brasil, praticamente durante toda a década de 1980, encontrava-se diante de uma instabilidade econômica, elevada inflação, desequilíbrio em suas contas públicas, atraso tecnológico e forte restrição do mercado externo.

A base da economia paranaense, no período, estava ancorada em seis vetores estreitamente articulados:

[...] o polo automobilístico; a modernização do agronegócio (com forte presença das cooperativas); a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papelero; a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul; o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais; e a retaguarda infraestrutural, sobretudo na área de ciência e tecnologia, e ainda na otimização do tripé transporte, energia e telecomunicações (SEBASTIANI, 2002, p.3).

Neste contexto, ainda no período da crise da década de 1980, quando era insuficiente a ação do Estado, com redução de seu poder de inversões, a transposição para a globalização, ocorrida na primeira etapa dos anos 1990, o Paraná, com seu aparato de infraestrutura, com aprimoramento das rodovias e incursões na parte ferroviária, buscou não vacilar diante da competitividade que predominava no momento (LOURENÇO, 2006).

A chegada de Collor ao poder, em 1990, deu início a uma política do estado menor, neoliberal, relacionada a interesses imperialistas norte-americanos. Dentre outras características, impôs a abertura do mercado interno, início das privatizações de estatais, facilitação do ingresso de capital internacional no país, ausência de investimentos na modernização de setores como infraestrutura e serviços públicos (RANGEL, 2005).

Os anos 1990 traduziram-se em um período de encolhimento da economia nacional, sob o governo Collor, exibindo em 1990 (FRESCA, 2004, p. 213), “[...] uma taxa negativa de crescimento do PIB de 4,3%, para recuperar-se no biênio seguinte em taxas mínimas. A partir de então, a economia recuperou relativamente sua dinâmica dentro do contexto de medidas institucionais com a instauração do Plano Real”.

Ainda é importante frisar as tentativas de controle da inflação, através de diversos planos econômicos que poucos resultados surtiram.

O prosseguimento deste processo neoliberal, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foi de recessão. O governo tentava fazer um controle artificial da inflação, criando uma estabilidade econômica forçada, com a retomada temporária do desenvolvimento industrial, fundamentalmente dos bens de consumo. Fernando Henrique Cardoso encerrou o seu mandato num panorama de elevação da taxa de inflação e juros altos no mercado financeiro.

Neste contexto, o norte do Paraná, foi uma das áreas de novos processos relacionados à produção industrial, que neste momento, embora apresentando patamares qualitativos superiores, não tem mais na produção agroindustrial seu único destaque (FRESCA, 2006).

Entre 1985 e 1998, a indústria paranaense ascendeu muito mais rápido do que a nacional, transformando o parque industrial paranaense no quarto mais importante do território brasileiro (TRINTIN, 2006). O processo em destaque se manifestou num momento

de desaceleração do desenvolvimento econômico, praticamente obrigando as empresas paranaenses a operarem num clima de incertezas.

A estrutura do parque industrial na Região Metropolitana de Curitiba não ficou restrita aos gêneros mais dinâmicos da indústria, mas apresentou gêneros industriais voltados à produção de confecções, papel, fumo, madeira, dentre outras indústrias dispersas pelo estado.

Desta maneira, na década de 1990, o Paraná entrou numa nova etapa de desenvolvimento.

[...] interpretada como uma economia que apresenta duas dinâmicas distintas: uma determinada pelo comportamento dos complexos agroindustriais, [...] e outra que está atrelada aos centros urbanos do país [...] entenda-se a Região Metropolitana de Curitiba (TRINTIN, 2006 p.103).

Assim, os complexos agroindustriais, liderados pelas cooperativas, apresentavam dependência do mercado externo, já que comercializavam principalmente commodities, e produziam farelo de soja, ração concentrada e, óleo de soja bruto, no caso da Região Metropolitana de Curitiba, com desenvolvimento de indústrias mais modernas e articuladas ao mercado interno brasileiro.

Cidades da rede urbana do norte do estado sofreram expansão de diversos segmentos indústrias. Como aconteceu em Loanda com metais sanitários, em Cianorte com o ramo de confecções, e em Terra Roxa com a moda bebê, indústrias de capital local, que aproveitaram o movimento para expandir grandes atividades, conquistando mercados regionais.

Com Luiz Inácio Lula da Silva no poder, (2003-2010), não houve modificações significativas no que se refere a políticas direcionadas à retomada do desenvolvimento do Brasil. Houve destaque em sua primeira gestão para as políticas públicas de distribuição de renda à exemplo do Programa Bolsa Família. A exceção foi o projeto das Parcerias Público Privadas, PPP, aprovado no final de 2005, objetivando o início de investimentos em infraestrutura e o início, em 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (FRESCA, 2008).

No bojo da modernização da agricultura brasileira e por rede urbana de Maringá temos a diversificação da produção, sendo uma de suas expressões a implantação de complexos agroindustriais, articulados ou não às cooperativas, mas dominados pela coerência da produção e reprodução do capital industrial.

Ainda se faz importante destacar, que no estado do Paraná, desenvolveram diversas políticas de apoio e execução dos Arranjos Produtivos Locais – APLs¹⁸. Nesses arranjos produtivos, a atividade principal, desenvolve-se em um espaço geográfico (um município ou um conjunto de municípios), apresenta identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, e instituições públicas ou privadas (ALBAGLI; BRITO, 2002).

Na rede urbana de Maringá, evidenciamos as APLs de Confeções em Cianorte, de fécula e mandioca em Paranavaí, moda bebê, em Terra Roxa, metais sanitários na cidade de Loanda, e de confeções e *software* em Maringá.

Assim, a grande importância da produção industrial dispersa por todo o norte do Estado, vinculada aos complexos agroindustriais, não pode ser compreendida sem destacar a presença dos abatedouros Mister Frango e , Avícola Felipe, da Amidos Pasquini em Nova Esperança, da produção sucroalcooleira com açúcar e álcool e da participação e produção da soja.

Na lógica do processo de modernização, nem todos os centros da rede urbana foram incorporados da mesma maneira, pois muitos foram deixados à margem do processo, à espera e outros processos que pudessem em algum momento, alçar suas potencialidades, gerando novas singularidades.

Neste contexto, alguns agentes locais tomaram, como desafio, estes locais, e, assim nasceram várias indústrias, dentro de um processo que não resultou da transferência de indústrias paulistas, mas de um desenvolvimento próprio que, em muitos casos, chegou a fazer oposição a alguns setores da indústria metropolitana paulista e curitibana.

Neste conjunto, podemos destacar algumas cidades da rede urbana de Maringá com um setor industrial numericamente expressivo, como é o caso de Maringá, Marialva, Paranavaí, Campo Mourão, Cianorte e Umuarama, dentre outros.

A expansão da produção industrial proporcionou até especializações produtivas em alguns ramos de alguns centros urbanos, com centralidades diversas. Como exemplifica Fresca (2008 p. 235, 236):

¹⁸ No geral, é um aglomerado de empresas de uma mesma área, com capacidades relacionadas ou afins, com portes variados, que apresentam uma especialização produtiva. São articuladas com atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (CASTRO, 2009).

Loanda, localizada na porção extremo Noroeste do Norte do Paraná é conhecida como a cidade dos metais sanitários, [...] Jaguapitã, localizada ao Norte de Londrina é a cidade das mesas para bilhar, [...] Apucarana, como a capital nacional do boné, [...] Araongas como a capital moveleira do Sul do país, [...] Cianorte, por sua vez, tornou-se a capital do vestuário, [...] Terra Roxa, tornou-se referência para a moda bebê; Paranaíba e Cianorte também são os locais de agroindústrias da mandioca; Campo Mourão reconhecidamente uma cidade de forte produção agroindustrial [...] via Coamo e suas coligadas.

Para Corrêa (1997), a produção industrial proporciona aos centros urbanos articulações espaciais muito complexas que os colocam nas mais variadas redes de obtenção de matéria-prima, comercialização da produção, e reinvestimentos do setor, podendo atingir o mercado nacional, e muitas vezes, até o internacional.

3.3 DINÂMICA DEMOGRÁFICA

As mudanças na dinâmica populacional aconteceram à medida que ocorreram alterações na estrutura produtiva do norte paranaense, especialmente depois de 1970. Tanto que até 1960, esta porção do estado do Paraná apresentou um amplo crescimento da sua população absoluta, fato relacionado tanto a alta taxa de natalidade como a do elevado contingente populacional que se deslocou para a área, com o avanço das frentes pioneiras.

Como demonstra o Quadro 4, o estado do Paraná, a partir da década de 1970, foi o que mais perdeu população no território brasileiro. Tal fato tem relação direta com as mudanças estruturais na economia rural e, com modificações profundas nas relações trabalhistas, resultando em intensos movimentos migratórios, ora relacionados com as novas fronteiras agrícolas internas, ora com as fronteiras externas e, num segundo momento, à busca pelo mercado de trabalho urbano (IPARDES, 1987a).

Assim, ao experimentar um conjunto de mudanças estruturais, de acentuado significado, ocorreu uma desestabilização das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, relacionados às atividades agrícolas. Parcela significativa dessa população rural se transferiu para os centros urbanos do próprio estado em busca de oportunidades de trabalho e obtenção de renda. Ocorreram, deste modo, a ampliação do grau de urbanização do estado e a tendência à concentração da população nos maiores centros urbanos, ao mesmo tempo em que aconteciam migrações para as áreas urbano-industrial do Sudeste, especialmente para São Paulo e regiões de fronteira agrícola do Norte e Centro Oeste do país.

Mesmo com todo o processo de urbanização dos municípios paranaenses com maior centralidade, pois representavam maior capacidade de ofertar bens e serviços, a perda populacional de 1970 para 1980 foi expressiva, e muitas pessoas da porção norte do Paraná passaram a fazer parte de um contingente populacional pioneiro no desenvolvimento de novos municípios nas regiões Norte e Centro Oeste do país, a exemplo de Sinop, Ariquemes e Rolim de Moura, dentre outros.

Estados	Saídas: migrações líquidas.
Paraná	706.318
Minas Gerais	570.345
Pernambuco	435.002
Bahia	356.582
Ceará	332.027
Paraíba	250.996
Piauí	136.446
Rio Grande do Sul	130.786
Maranhão	103.786
Alagoas	58.329
Rio Grande do Norte	45.329
Goiás	43.162
Sergipe	15.831
Espírito Santo	12.057
Santa Catarina	7.461

Quadro 4: Unidades de Federação que mais perderam população de 1970 para 1980.

Fonte: IBGE 1970/80

Org.: ASALIN, G. A. , 2013.

O Paraná, de receptor, passou a constituir uma das mais importantes áreas de repulsão de população do Brasil. Como destacado anteriormente, as modificações da base produtiva da agricultura, a partir dos anos 1960/1970, foram tão expressivas que alteraram a trajetória da população rural de décadas seguintes. Entre 1960 e 1970, a população rural do Paraná teve um acréscimo de 1.482.390 habitantes. Em apenas uma década, de 1970-80, o saldo migratório foi negativo, cerca de 1.267.786 pessoas (IBGE).

Para Fleischfresser (1988, p. 21)

o “movimento que eclodiu na década de 70, já se encontrava em estado latente a partir do segundo quinquênio dos anos 60, devido à erradicação dos cafezais. Só que nesse período, a população excedente dos cafezais localizados no Norte do Paraná se deslocava em direção às ainda existentes ‘fronteiras agrícolas’ no Estado. Entretanto, nos anos 70, quando gradativamente se esgota a fronteira agrícola, concomitante ao processo de intensificação no uso da moderna tecnologia (caracteristicamente poupadora de mão de obra) e a substituição de culturas, agora não mais somente o café mas também alimentares por soja e pecuária, verifica-se uma notável evasão da população residente no meio rural.

Assim, à medida que as fronteiras agrícolas se esgotaram e a base tecnológica sofria alterações de forma acentuada, se verificou uma evasão de grande proporção, atrelada a um processo de diferenciação social entre os produtores rurais, que não conseguindo se manter na área rural paranaense, tiveram que buscar novas possibilidades em outros estados.

O IPARDES (1983, p. 10), ao fazer referência ao estado do Paraná, afirma que “com relação ao crescimento rural, sua taxa foi superior a dos outros estados nas décadas de 40 e 50. Na década de 60, verifica-se ainda uma taxa de crescimento significativa, abaixo apenas do Mato Grosso”. Na década de 1970, é que a condição do estado se inverteu de maneira muito exacerbada, quando passou a apresentar o maior crescimento negativo da população total e rural.

Duas mudanças foram fundamentais no processo de esvaziamento populacional do Paraná: uma relacionada à reestruturação da produção agrícola em nível estadual, com a soja e o trigo assumindo papel relevante na eliminação de empregos no setor, em função da intensa mecanização destas culturas; a outra mudança tem relação com o processo de mudança da estrutura fundiária e a introdução de novas relações de trabalho.

De maneira diferente, houve a inclusão de inovações nas diferentes etapas do processo de produção que foi acompanhada de “[...] alterações na demanda por trabalho no meio rural. Essas alterações, ao tornarem desnecessária a manutenção da mão de obra permanente, propiciaram a dissolução de relações de trabalho como parceria, colonato, arrendamento, etc.” (IPARDES, 1987, p.7).

A busca por garantias de condições, para conseguir concorrer com os produtores rurais que se mostravam tecnificados, passou a apresentar estreita ligação com o aumento da produção ou ainda capacidade de endividamento.

De acordo com o IPARDES (1987a), a tecnificação, ao gerar uma ampliação da produção e produtividade rural, impulsionou um processo que levou à concentração de terras

e capital nas mãos de poucos, favorecendo uma ampla diferenciação socioeconômica entre os produtores, reforçando as desigualdades da estrutura agrária no Paraná e a manutenção do latifúndio, que tinha possibilidade de articular-se à estrutura da agroindústria, deixando grande parte dos produtores familiares à margem do processo.

As transformações em destaque resultaram, sobretudo, no êxodo rural, queda relevante da parceria, expansão do trabalho assalariado, expansão das taxas de emprego temporário e maior participação no conjunto da mão de obra rural do trabalho assalariado permanente ou temporário. Ainda podemos destacar a liberação de mão de obra a partir da mecanização agrícola.

“Se era inexorável que o processo de modernização da agricultura eliminasse pequenos proprietários e dispensasse trabalhadores rurais, não era inexorável o abandono desse excedente de mão de obra pelos poderes públicos” (OLIVEIRA, 1994, p.7). Deste modo, sem o mínimo apoio ou atenção, centenas de milhares de agricultores migraram do estado e, apesar dos baixos percentuais de crescimento da população, as acanhadas políticas sociais foram empecilho para que, por meio delas, diminuíssem as desigualdades e exclusão social.

Neste contexto, a rede urbana de Maringá tornou-se, a partir de 1970, uma área de repulsão populacional, população absoluta, fruto do ágil e intenso processo que modernização da agropecuária que aconteceu na rede urbana.

Com base nos dados que demonstram a população dos municípios da rede, têm-se algumas situações representativas da dinâmica demográfica. Entre 1970 e 1980, a grande maioria dos municípios da rede perdeu população total, mas teve aumento de sua população urbana.

Poucos foram os municípios que mantiveram ou ampliaram suas populações, apresentando ainda expressivas taxas de urbanização entre 1970-1980: Loanda, Marilena, Altônia, Barbosa Ferraz, dentre outros.

Em pequeno número, temos o grupo de municípios que tiveram amplo incremento populacional no período, como foi o caso de Maringá, Paiçandu, Paranavaí e Indianópolis, cujas taxas de urbanização também sofreram uma grande elevação, justificada pela atração exercida em relação a novas possibilidades no mercado de trabalho urbano.

A parcela da população que permaneceu nos municípios da rede se dirigiu para os maiores centros urbanos como Maringá e Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. A população que migrou da área em estudo direcionou-se para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, caracterizadas como as novas fronteiras agrícolas do país (IPARDES, 1987a).

Ainda se faz relevante destacar um importante contingente populacional que se direcionou para as maiores cidades do estado de São Paulo e, num segundo patamar, para a região metropolitana de Curitiba (FRESCA, 2004).

Alguns dados mostram com exatidão os traços básicos do perfil do Paraná no início da década de 1980.

Em primeiro lugar, o Estado passa a ser predominantemente urbano: dos 6,9 milhões de habitantes em 1970, 4,4 milhões viviam no campo; em 1980, esse número reduz-se para 3,1 milhões numa população de 7,6 milhões. Por outro lado, a taxa de crescimento demográfico sofreu queda significativa durante a década, para 0,97% anuais, índice não apenas muito inferior ao das três décadas anteriores, como bem inferior à taxa brasileira do período. O salto migratório negativo que essa taxa evidencia é confirmado pelo fato de que, em 1980, 1,1 milhão de pessoas no restante do país declaravam ter migrado do Paraná nos anos anteriores, contra apenas 396 mil residentes no Paraná vindos de outras unidades da Federação no mesmo período. O salto populacional negativo decorrente das migrações do período pode ser estimado em algo no entorno de 1,3 milhão (MAGALHÃES FILHO, 1993, p. 95-96).

No período de 1980 a 1991, ocorreu uma continuidade do crescimento demográfico negativo, com uma perda absoluta de 50.869 habitantes, diante da manutenção do processo de modernização agropecuária, da atração exercida pelas novas fronteiras agrícolas no Norte e Centro Oeste do país e da busca por emprego em cidades maiores diante da recessão econômica que o Brasil passava no período.

A rede urbana de Maringá ainda apresentou uma diminuição da população absoluta dos municípios, em especial, os que tinham pequena população, ao mesmo tempo as taxas de urbanização se ampliavam, sendo que Paranavaí, Maringá, Campo Mourão, Nova Esperança, Campo Mourão e Sarandi, dentre outros, apresentaram amplo incremento populacional urbano. Com o menor crescimento positivo no período, destaca-se Tapira, Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaíra e Nova Londrina, dentre outras.

De 1991 para 2000, o crescimento absoluto da população dos municípios da rede urbana de Maringá ficou negativo em 36.314 habitantes. Prosseguiu a diminuição da população total da maioria dos municípios, assim como a diminuição da população rural e o, aumento da urbana; a continuidade do crescimento de Maringá como a mais importante da rede urbana em estudo, seguida por Paranavaí, Mandaguari, Marialva, Sarandi e Nova Esperança, Campo Mourão, Cianorte, Umuarama.

No que se refere às cidades estudadas neste trabalho, verifica-se que Paranavaí e Nova Esperança ganharam população total. A primeira passou de 71.173, em 1991, para

75.663 em 2000. A segunda passou de 24.197 para 25.713 habitantes na década destacada. Se leva em conta o crescimento da população urbana, tanto Paranavaí como Nova Esperança tiveram um incremento populacional, ou seja, apresentaram-se, no período, como um centro de atração populacional pela oferta de empregos urbanos, pois a população urbana aumentou mais do que a diminuição da população rural em termos absolutos. No caso de Nova Aliança do Ivaí, ocorreu um pequeno incremento da população total e da população urbana, atrelada a uma diminuição, também muito pequena, da população rural.

De 2000 para 2010, fica evidente uma nova etapa de crescimento populacional, demonstrando que os municípios da rede tornaram-se mantenedores e/ou receptores populacionais.

Nessa situação, têm relevância os fluxos de retorno de parte da população, que nas décadas anteriores tiveram como destino outros estados e, mais recentemente, o afluxo de habitantes oriundos de outras áreas do Paraná e outros estados brasileiros.

Desde a década de 1990, é perceptível um papel relevante do processo de desconcentração industrial, assim como da expansão de atividades voltadas à prestação de serviços, como a telefonia, dentre outras, atraindo novos habitantes diante da demanda atrelada a algumas cidades.

Embora o estado do Paraná tenha tido um crescimento populacional de 1970 para 2010, a rede urbana de Maringá apresentou perda da população total de 1970 para 2000, de acordo com o gráfico 1, embora fique evidente a tendência ao crescimento da população total da mesma, com incremento, entre 2000 e 2010, de 7,8%, tendo o predomínio absoluto e relativo da população urbana, acompanhado do contínuo declínio da população rural.

Dentro da evolução da população no meio urbano temos um grupo de cidades que perderam população de 1980 para 2010, o caso das pequenas cidades como Alto Piquiri, Atalaia, Mariluz, Maria Helena, Iporã, dentre outras e outro conjunto que ganhou população na rede urbana, dentre elas Maringá, Cianorte, Colorado Paranavaí, Nova Esperança.

As pequenas cidades vivem um processo de perda populacional articulada ao crescimento de atividades agropecuárias – pastagens, desenvolvimento de culturas como a soja, trigo, mandioca, que não geram emprego, estimulando a transferência de população para as cidades maiores.

As cidades que ganharam população no período todo analisado, são especialmente as maiores da rede urbana, como Maringá, Paranavaí, Umuarama e Campo Mourão, motivadas especialmente pelas dinâmicas urbanas representadas por atividades diversificadas, situação que acontece na maioria das mesmas.

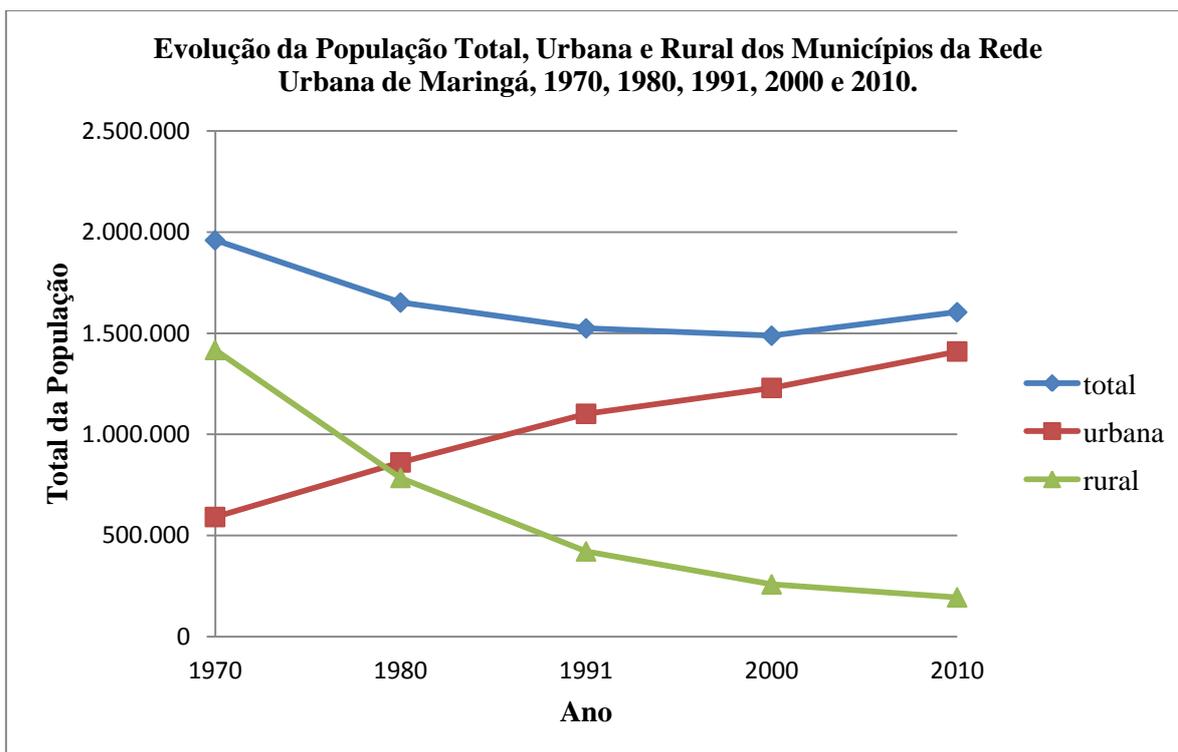


Gráfico 1: População Total, Urbana e Rural da Rede Urbana de Maringá, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Dentro deste contexto, o aglomerado urbano de Maringá, Sarandi e Paiçandu representavam, em 1970, apenas 2,03% da população estadual, passando a 3,94%, em 1996 e 4,55% em 2010. Na rede urbana de Maringá, representavam, em 2010, 30,8% da população total da mesma (IBGE, 2010).

3.4 ALTERAÇÕES NA REDE URBANA.

Desde a década de 1960, o IBGE desenvolve estudos em busca de compreender a rede urbana brasileira. Observamos que, em 1966, aconteceu à coleta de dados para o primeiro estudo batizado de “Divisão do Brasil em Regiões funcionais urbanas”, já os estudos que sucederam a este foram denominados de REGIC- Regiões de Influência das Cidades. O que os estudos apresentam em comum é o fato de demonstrar os fluxos ocorridos entres o centros urbanos nacionais, apresentando os patamares hierárquicos e as áreas de abrangência de suas centralidades (IBGE, 1972; 1987; 2000; 2008).

Em outras palavras, o IBGE, a partir das regiões de influência das cidades, gera possibilidade de estudar a rede urbana brasileira, assim como desenvolver um quadro nacional, onde é possível demonstrar as situações de mudanças e permanências registradas no conjugado de centros urbanos em suas hierarquias em lugares centrais e suas relativas áreas de influência.

Neste contexto, o IBGE elaborou estudos sobre a rede urbana em 1966 (IBGE, 1972), já discutidos neste trabalho, em 1978 (IBGE, 1987), 1993 (IBGE, 2000) e 2007 (IBGE, 2008). Todas as pesquisas foram realizadas a partir da oferta de bens e serviços pelas cidades mensurando o volume e a origem da procura, tendo elementos para entender a diferenciação entre as localidades centrais e os níveis hierárquicos dos centros.

Foram observados os fluxos de consumidores das diferentes hierarquias urbanas para delimitar as regiões de influência das cidades brasileiras, levando em conta a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de serviços e bens.

Os estudos realizados em 1978, lançados em 1987, foram coordenados por Roberto Lobato Azevedo Corrêa. A base teórico-metodológica utilizada foi a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1966), que caracteriza as centralidades urbanas como fruto das funções da distribuição de bens econômicos e serviços para a população.

Para Christaller (1966), bens e serviços distribuem-se de forma ampla, apontando presença em um grande número de cidades e atendendo áreas mais próximas a este; ao mesmo tempo, têm-se aqueles que ofertam produtos e serviços menos frequentes, com alcance espacial maior, tendendo a ser em número menor, apresentam-se em posição hierárquica urbana mais elevada.

A operacionalização e seus resultados foram originados a partir de um questionário aplicado em 1.416 cidades a partir da pesquisa de 76 bens e serviços. O IBGE levou em conta apenas as sedes de municípios que apresentaram o mínimo de funções centrais que permitissem aos mesmos exercerem centralidade que extrapolassem o município.

De acordo com (IBGE, 1987, p. 22), o Brasil passou a apresentar “[...] além de duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, 11 cidades que desempenham o papel de metrópoles regionais: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia”. A este quadro adicionaram-se, também, os níveis hierárquicos de Centro Sub-Metropolitano, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e município Subordinado (IBGE, 1987).

O estado do Paraná, segundo o Regic 1987, com dados de 1978, apresentava apenas Curitiba como metrópole, e Londrina como centro submetropolitano, somado as 8 capitais regionais.

No caso do Norte do Paraná, a maior centralidade era exercida por Londrina, que figurava como um centro submetropolitano. A cidade de Maringá, era classificada como capital regional (IBGE, 1987), juntamente com Umuarama e Paranavaí. As três capitais regionais apresentavam-se qualitativamente e quantitativamente distintas.

Apesar de Maringá figurar juntamente com Paranavaí e Umuarama como capital regional, as diferenças da primeira em relação as duas últimas cidades eram imensas, a começar pela maior população apresentada por Maringá 168.239, enquanto Paranavaí detinha 65.290 e Umuarama 100.545 (IBGE,1980).

Outros fatores importantes de serem evidenciados é o fato de Maringá apresentar sede de empresas de grande porte, caso da Cocamar, que tinha unidades de produção em Paranavaí e Umuarama, mostrando que sua dinâmica se diferenciava das demais.

Maringá ainda apresentava-se como um entroncamento rodoviário que permite ampla ligação tanto com o interior do estado, como com Curitiba, São Paulo e Mato Grosso. Maringá, ainda, como capital regional, diferenciava-se das demais capitais regionais do norte do estado, a partir de uma expressiva atividade comercial do varejo e atacado, tanto que, para Fresca (2004), Maringá oferecia um setor comercial bastante forte, inclusive sendo responsável pelo abastecimento de cidades como Paranavaí, Cianorte, Campo Mourão, dentre outras.

Assim, justificamos nossa opção por dar continuidade aos nossos estudos tendo Maringá como a principal cidade da rede urbana da porção oeste do norte do Paraná, figurando como cabeça de rede e dando nome a mesma.

Deste modo, a configuração da rede urbana de Maringá teve acréscimo de 11 municípios em relação ao estudo de 1966¹⁹, somando 96 municípios na rede (IBGE, 1987) e respectivas sedes urbanas. É importante ainda entender que vilas, povoados e distritos, diante do relativo aumento da população absoluta e política imposta pela administração estadual, ascenderam à condição de municípios na rede urbana de Maringá, a exemplo de Mariluz, Moreira Sales, Presidente Castelo Branco, Boa Esperança e Francisco Alves, fazendo com que a rede urbana, em 1978, apresentasse ampliação no que se refere ao número de cidades.

¹⁹ Apesar da tentativa de comparação, há diferenças metodológicas da pesquisa feita em 1966 para a de 1978, a última se baseia em uma maior gama de atividades ou funções centrais, cerca de seis vezes a mais. A pesquisa de 1966 não apresentou uma prévia caracterização a respeito das atividades levadas em consideração.

O mapa 9 apresenta a rede urbana de Maringá em 1978, podendo-se ratificar a importância do sistema de transporte na localização dos centros urbanos.

[...] o transporte figura como o norteador da localização dos centros na rede urbana. O arranjo espacial da rede de centros é influenciado pelo modo como se verifica a distribuição espacial da produção e população, a qual é influenciada pelas condições naturais específicas de cada região e pelo modo como foram e são avaliadas e utilizadas pelo homem. É influenciada também, pela acumulação de arranjos espaciais pretéritos dos centros urbanos e pelas novas localizações que emergem no presente. As possibilidades de arranjos espaciais das redes de localidades centrais tornam-se, então, múltiplas (IBGE, 1987, p12).

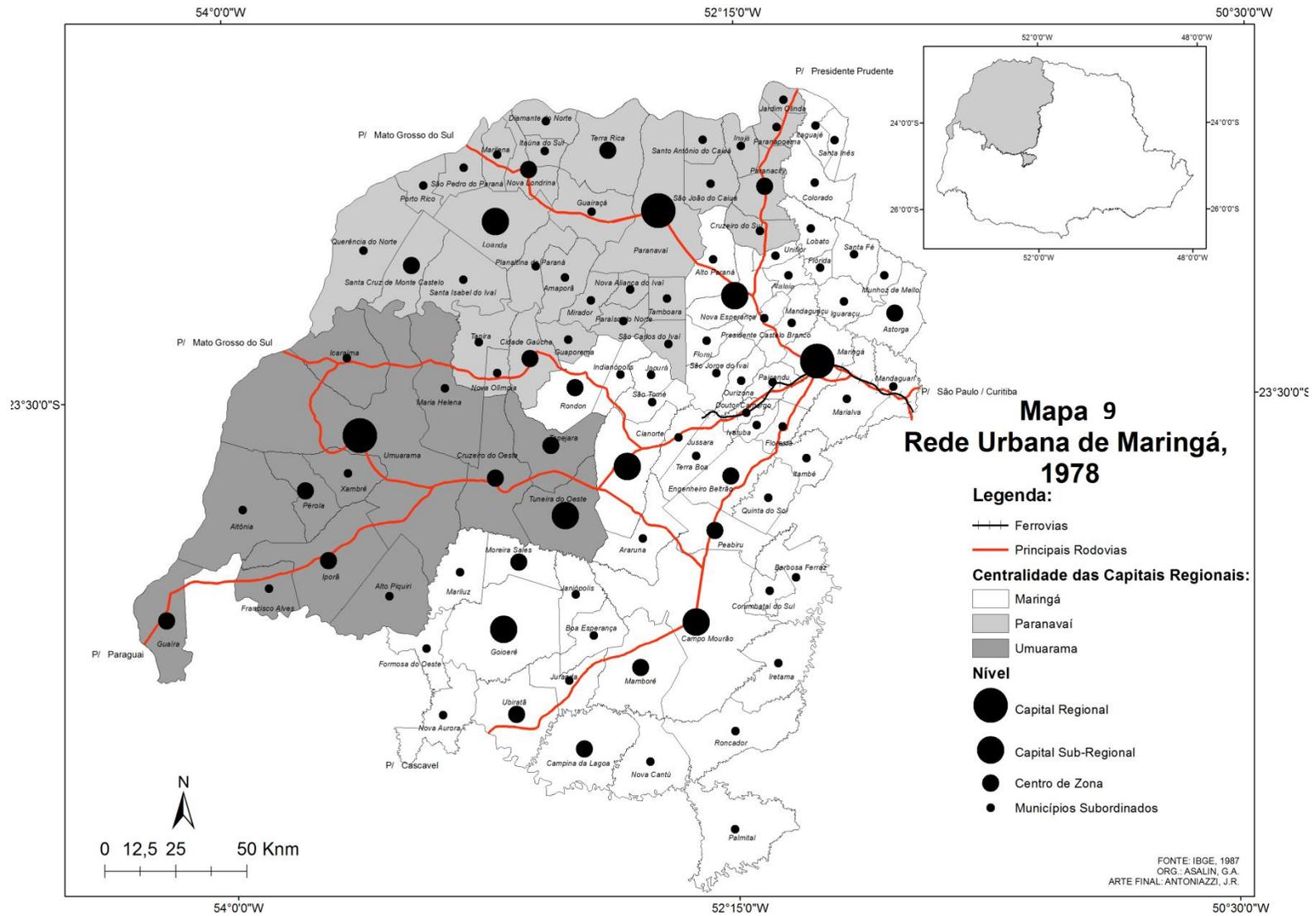
Nesta pesquisa, foi estabelecida para Umuarama e Paranavaí, a hierarquia de capital regional, justificadas na medida em que ambas passaram a apresentar maior população total e, ampliação da oferta de bens e serviços. Assim, tanto Paranavaí como Umuarama eram, em termos populacionais, menores do que Maringá (IBGE, 1970, 1980), tinham menor área de atuação, mas, nas porções extremas da rede, elas eram as mais importantes cidades. Mas, mesmo apresentando as mesmas centralidades (IBGE, 1978), já eram nítidas as diferenças entre as mesmas em favor de Maringá.

Na rede, ainda era possível observar uma diversidade de padrões locacionais, caracterizando-se por um padrão espacial complexo, expresso na medida em que se tinha, além das 3 capitais regionais, 4 centros sub-regionais: Nova Esperança, Campo Mourão, Cianorte e Loanda; 18 centros de zona e 71 cidades caracterizados como centros locais.

No Regic de 1966, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa, Formosa do Oeste e Guaíra, apareciam tanto sobre a influência de Maringá como de Cascavel; já em 1978, as três primeiras cidades passaram para a região de influência de Cascavel (IBGE, 1972, 1987).

Nova Aurora esteve sobre o domínio da região de influência de Cascavel em 1966, este centro urbano, assim como Francisco Alves, ficou sobre a centralidade exercida tanto por Maringá quanto por Cascavel em 1978.

Campina da Lagoa, apesar de ter sido desmembrado de Campo Mourão e integrar a região de influência de Maringá em 1966, passou a inserir-se na rede urbana de Cascavel em 1978.

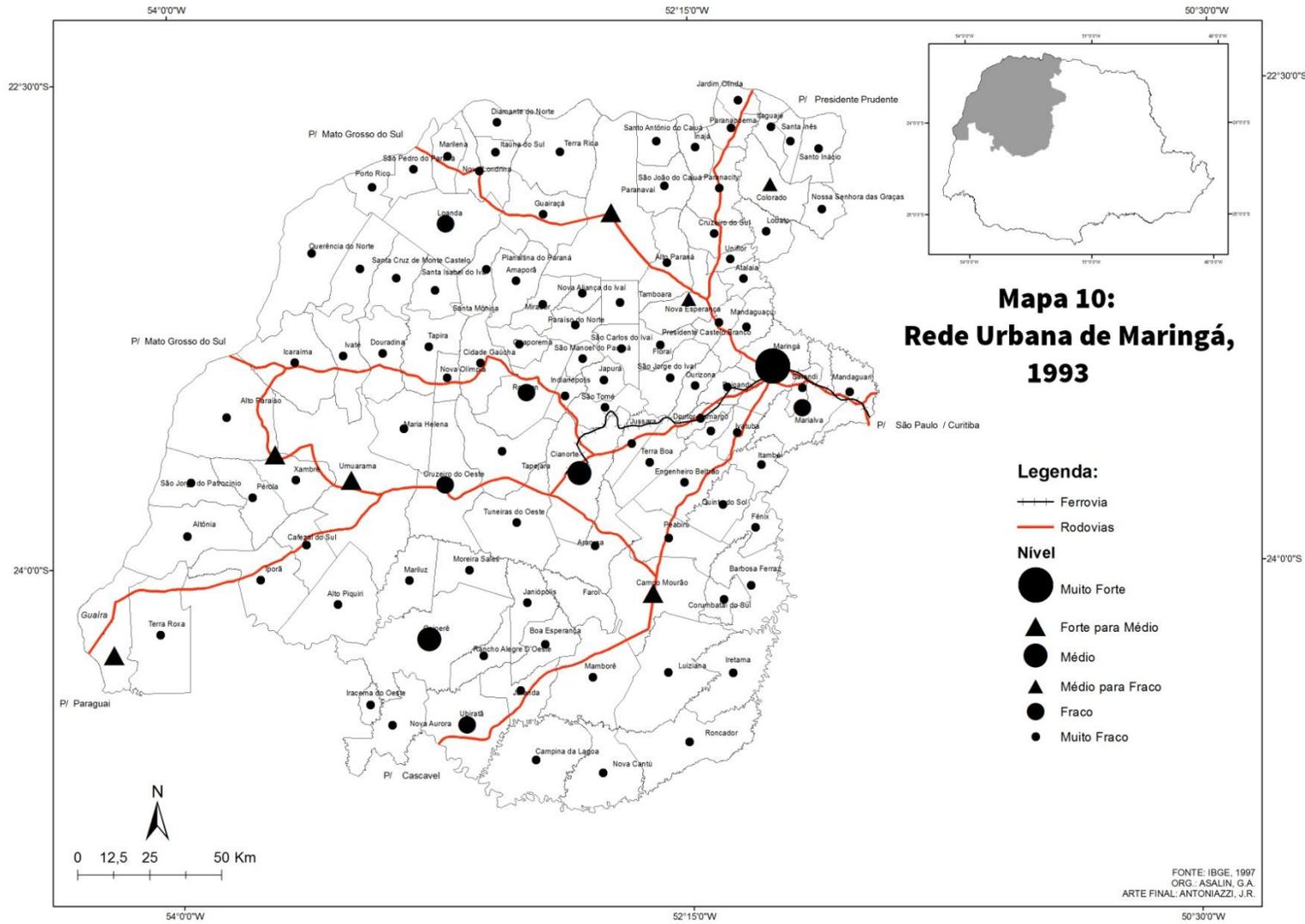


Santa Fé, Astorga e Munhoz de Melo ficaram tanto sobre a centralidade da rede de Maringá em 1978, quanto de Londrina. O caso de Palmital, similar, pois o centro urbano, em 1978, aparecia na rede urbana de Maringá e subordinado também à centralidade de Guarapuava.

Em relação ao Regic de 1993, publicado em 2000, conforme mapa 10, também foram levados em consideração a Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966) bem como os acréscimos a esta, realizados por Corrêa (1982) para a pesquisa onde a oferta de bens e serviços definiu a hierarquia entre as localidades centrais (IBGE, 2000).

A partir destes pressupostos teóricos, procurou-se definir uma gama de funções centrais que permitisse determinar os diferentes patamares de centralidade das cidades brasileiras, utilizando informações dos censos demográficos, do comércio e de serviços referentes a 1985.

De acordo com o IBGE(2000b) foram levadas em conta 46 funções centrais (bens e serviços), sendo 14 delas de baixa complexidade e presentes nas cidades de mais baixa hierarquia; 30 apresentavam fluxos de média a alta complexidade e 2, fluxos referentes à procura de serviços de informação.



A pesquisa desenvolvida em 1993 seguiu uma outra forma de classificação, mas que apresentava ampla correlação com as anteriormente estabelecidas, uma classificação originada a partir dos níveis de centralidade. Assim, foram determinados oito níveis de centralidade como demonstrados no quadro 5.

Níveis hierárquicos/centralidade	Número de cidades	Padrões de cidades
Máximo	9	Metropolitano
Muito forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para médio	108	Predominantemente de Centro Sub-Regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub- Regional
Médio para fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona (ou centro local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)
Muito Fraco	3.733	Municípios Subordinados

Quadro 5: Níveis de Centralidade/Hierarquia dos Centros Urbanos Brasileiros.

Fonte: IBGE, 2000, p. 25.

Dentro desta nova classificação, percebemos que no Paraná, apenas Curitiba mostrava-se no patamar mais elevado de centralidade com padrão Metropolitano, seguida por Londrina e Maringá, com centralidades muito fortes ou padrões submetropolitanos.

Do Regic de 1978 para 1993, ocorreram poucas alterações na rede urbana de Maringá, a cidade em destaque passou a apresentar centralidade muito forte, seguida por três centros urbanos de centralidade forte para média, os casos de Campo Mourão, Umuarama e Paranavaí. É importante frisar que, embora haja neste Regic maior vínculo (aparente) de Paranavaí e Londrina, na realidade, a cidade de Paranavaí também se inseria na rede urbana de Maringá.

A grande ligação de Paranavaí com Maringá pode ser percebida a partir da maior proximidade com Maringá do que com Londrina; a ligação direta, a partir da BR 376, com a cidade que está a pouco mais que 70 quilômetros de Maringá; a dependência em relação ao comércio varejista e atacadista; a questão da circulação do coletivo metropolitano da linha de ônibus da Viação Garcia, “o amarelinho”, que circula de Maringá para Nova Esperança e desta cidade para Paranavaí há praticamente 16 anos.

Na discussão sobre as novas centralidades, o Regic de 1993 apresentava duas centralidades de influência média, representadas por Cianorte e Goio-erê; três, de nível médio para fraco, situações de Colorado, Guaíra e Nova Esperança; quatro fracos ou centro de zona, caso de Ubitatã, Marialva, Rondon, Loanda e 95 de centralidade muito fraca, ou caracterizada como de municípios subordinados.

A pesquisa de 2007, retoma a concepção dos primeiros estudos (IBGE, 1972, 1987), no que se refere a classificação dos centros quanto ao nível de centralidade e a determinação de suas áreas de influência, assim como os fluxos desenvolvidos, mas dando prioridade a função de gestão do território, levando em conta que Centro de Gestão do território é “aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta e indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nelas sediadas” (CORRÊA, 1995, p.83).

Em decorrência dos estudos do REGIC de 2008, aconteceu uma subdivisão dos municípios brasileiros em sete níveis hierárquicos: MetrÓpole, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centro Local (IBGE, 2008).

As metrÓpoles se apresentam divididas em três subníveis de acordo com extensão territorial e a intensidade das relações, a Grande MetrÓpole Nacional São Paulo, as MetrÓpoles nacionais Rio de Janeiro e Brasília e as MetrÓpoles Manaus, Belém, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador, num conjunto de 12 cidades.

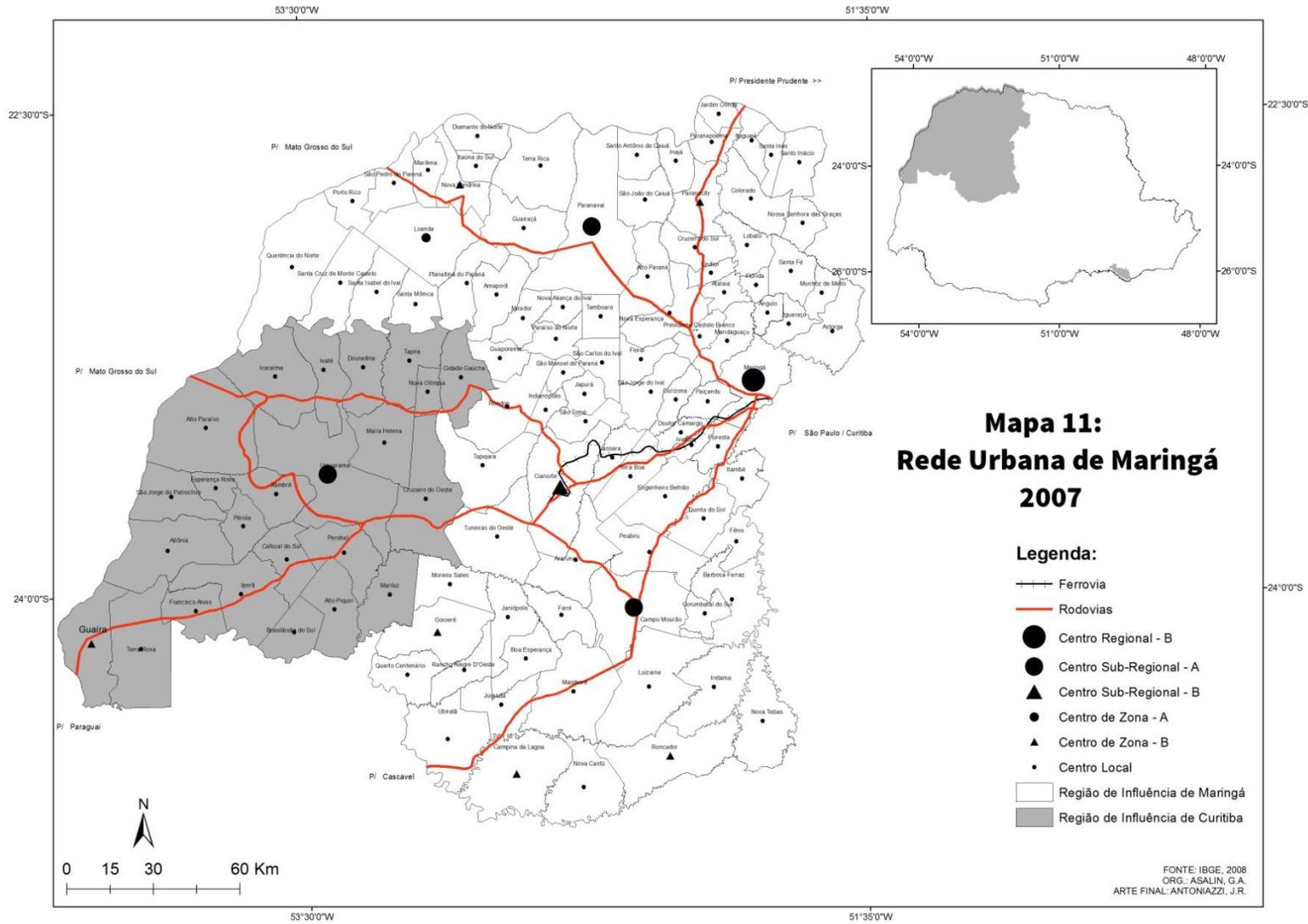
No Paraná, como demonstrado anteriormente, Curitiba apresenta-se como uma metrÓpole; Londrina, Cascavel e Maringá são consideradas como capitais regionais B. Dentro deste contexto, Maringá permanecia como cabeça de rede, conforme mapa 11²⁰.

De acordo com a representação, temos na rede urbana de Maringá, uma capital regional B, dando nome à rede; dois centros sub regionais A, caso de Campo Mourão e Paranaíba; Cianorte caracteriza-se como um Centro Sub Regional B; Loanda como Centro de Zona A; Nova Londrina, Roncador, Goio-erê, Campina da Lagoa e Paranacity são caracterizados como Centros de Zona B, somados aos 80 centros locais.

Situação importante de ser destacada é a ausência das cidades de Marialva e Sarandi no Regic de 2007, que em 1993, apareciam na rede urbana de Maringá com centralidades fraca e muito fraca, respectivamente.

Outra situação a ser destacada é o fato de Umuarama ter sido retirada da região de influência de Maringá, passando para área de influência de Curitiba, situação refutável, a medida que visualizamos a centralidade de Maringá em relação a esta Capital Sub-Regional A.

²⁰ Pelo REGIC 2008, Apucarana está sobre a centralidade tanto de Maringá como de Londrina, nesse trabalho ela não aparecerá sobre a centralidade de Maringá, mas de Londrina. Embora oficialmente Apucarana esteja fora da Região Metropolitana de Londrina- RML, do ponto de vista real, as articulações com Londrina são intensas e muito fortes, a exemplo do fluxo diário nas linhas metropolitanas que trafegam entre Apucarana e Rolândia, e Rolândia e Londrina que é de 4 mil pessoas (FRESCA, 2012).



A justificativa para tal situação começa pelo caso do Aeroporto Regional Orlando de Carvalho de Umuarama que, segundo informações obtidas no mesmo, não apresenta nenhum voo de companhias aéreas comerciais, sendo utilizado apenas por aeronaves pequenas de particulares. Assim, a maior parte dos consumidores deste serviço deslocam-se para o Aeroporto Regional Silvio Name, em Maringá, que vem ofertando 4 voos diários, de acordo com informações da funcionária Juliana Rebelo, pelas companhias aéreas Gol, Trip e Azul. Segundo Vanio Pressinoti, morador de Umuarama, a preferência pelos voos que partem de Maringá e não de Cascavel, cidade que está, praticamente, à mesma distância de Umuarama, é a frequência de voos, que é muito menor.

Há, também, as situações de professores de Maringá que trabalham nas instituições de ensino superior em Umuarama, destacado por Eliane Maria Haji, professora que mora em Maringá e trabalha em Umuarama. Outro caso são as instituições de ensino superior de Maringá, que atraem estudantes da cidade de Umuarama. Embora Cascavel conte com IES, ofertando graduação, mestrado e doutorado, a diversidade ofertada por Maringá é maior.

Entrevistas realizadas em Umuarama comprovam que há uma procura por bens e serviços mais sofisticados em Maringá, a exemplo de confecções, especialmente pelas pessoas de maior poder aquisitivo, que têm condições de deslocamento para comprar nos shopping centers. Ainda se fez referência ao setor imobiliário de Maringá que exerce um forte atrativo a consumidores e investidores de maior poder aquisitivo, como é o caso de empresários de Umuarama. Vilma Aparecida, residente em Umuarama, colocou a situação de compra por uma pessoa de Umuarama, de um apartamento em Maringá onde o custo final ficou em torno de quatrocentos mil reais e, antes da obra ser entregue, o imóvel já valia mais de seiscentos mil reais, situação que não acontece em Umuarama e nem em Cascavel.

Embora os entrevistados, durante o mês de dezembro de 2013, Vilma, Eliane, Vanio, demonstrem uma nova dinâmica, no que se refere a novos investimentos em Umuarama, observa-se certo grau de articulação econômica da cidade em relação a Maringá, situação que não foi levada em consideração pelo IBGE (2008), ao colocar Umuarama diretamente sobre a região de influência de Curitiba. Isso porque o IBGE deu peso acentuado no momento de estabelecer a área de influência na gestão pública federal e estadual. Obviamente que a gestão pública estadual e federal tem sua maior concentração nas capitais dos estados, implicando que a totalidade dos municípios devam resolver suas questões administrativas em Curitiba. Mas, a partir deste elemento, justificar e definir a posição de Umuarama diretamente ligada a Curitiba é mascarar a realidade, empiricamente observável através de alguns fatos anteriormente colocados.

Ainda requer atenção o fato da cidade de Nova Esperança, ter passado de uma centralidade média para fraca no Regic de 2000, para um centro local em 2008. Embora apresente uma população total e urbana superior à média exigida para ser um centro local, e vinte quatro relações empresariais com Maringá (REGIC, 2008), a cidade ainda oferece alguns serviços para seus habitantes e cidades mais próximas, a exemplo da instituição de ensino superior, bancos, posto do INSS que atendem a população local e a dos municípios de Floráí, Castelo Branco, Uniflor e Alto Paraná.

Diante do contexto retratado, e das redes e fluxos territoriais, assuntos que requerem um acompanhamento constante dado à velocidade que a circulação da informação vem impondo à geografia do Brasil e do mundo, o IBGE lançou, em 2014, outro estudo que retrata a gestão do território.

Para o (IBGE, 2014), a publicação vem abordando os estudos da rede e fluxos do território a partir das dimensões imateriais, tendo, de um lado, informações que vêm do Estado a partir dos organismos públicos desenvolvidos para prover a população, levantar informações e recolher tributos; de outro, as empresas privadas trabalhando no mercado ao desenvolver suas estratégias. O estudo desenvolvido buscou entender como as mais variadas regiões e cidades se articulam pela gestão do território, assim como, quais são os centros de maior aptidão de comando e domínio do país.

as análises enfocam, inicialmente, as instituições públicas – mediadoras da gestão do Estado – vistas a partir das relações entre as agências, unidades de atendimento, gerências regionais, superintendências e sedes do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; do Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria da Receita Federal; da Justiça Federal; dos Tribunais Regionais Eleitorais; dos Tribunais Regionais do Trabalho; e do próprio IBGE. [...] Do lado do Mercado e da gestão empresarial, enfoca-se a relação entre as sedes e filiais das empresas, desde que localizadas em municípios diferentes. A gestão territorial constitui a síntese geográfica das redes e fluxos representativos do Estado e do mercado, fornecendo, assim, um quadro de referência atualizado do posicionamento relativo das cidades na rede urbana brasileira (IBGE, 2014, p. 10-11).

Neste contexto, Fresca (2014) enfatiza que um dos serviços superiores mais importante está centrado na gestão pública federal, a partir da presença de regionais ou superintendência de órgãos públicos federais. Os órgãos em destaque evidenciam serviços encontrados em cidades que caracterizam elevada complexidade em relação ao número populacional, área de atuação e funcionalidade, ao mesmo tempo em que mostram a aptidão de gestão por uma cidade na dimensão pública.

Assim, utilizando o estudo da gestão do território (IBGE, 2014), ainda buscaremos demonstrar a importância da centralidade de Maringá para a porção oeste da rede urbana do Norte do Paraná, inclusive, justificando a permanência de Umuarama sobre tal centralidade.

Deste modo, enfatizando os serviços superiores baseados na gestão pública federal, na rede urbana de Maringá, ocorre apenas uma Gerência Executiva do INSS, que está instalada na cidade que dá nome à rede. Deste modo, a mesma, apresenta ampla centralidade no que se refere aos serviços superiores voltados a gestão pública federal, situação que pode ser percebida pela dependência dos municípios que apresentam as agências do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS nas cidades da rede de Colorado, Paranaíba, Loanda, Cianorte, Umuarama, Campo Mourão e Goio-erê, e respectivos municípios que procuram atendimento nestas cidades.

No caso do Ministério do Trabalho e Emprego, Maringá apresenta Gerência Regional enquanto Paranaíba, Cianorte, Umuarama e Campo Mourão oferecem agência da regional. Já, a justiça do Trabalho está presente na rede urbana de Maringá a partir das varas do trabalho nas principais cidades formadoras da rede.

Ainda em Maringá, evidenciamos a ocorrência da Delegacia da Receita Federal enquanto os outros municípios importantes da rede oferecem Agência da Receita Federal, o caso de Paranaíba, Cianorte, Umuarama e Campo Mourão. A Delegacia de Polícia Federal ocorre apenas nas cidades de Maringá e Guaíra desta rede urbana.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE- apresenta apenas agências e a Justiça Eleitoral somente Zona Eleitoral nos principais municípios da rede urbana de Maringá. A Justiça Federal, dispõe de Subseção Judiciária em Maringá, Paranaíba, Umuarama, Campo Mourão e Guaíra.

Com estas evidências, procuramos demonstrar a importância da centralidade de Maringá diante da rede urbana que compõe a porção oeste do norte do Paraná, justificando inclusive o uso Maringá como cabeça de rede neste trabalho.

O Regic (2008), embora enfoque o referencial teórico da distribuição de bens e serviços, dá prioridade ao referencial dos centros de gestão do território, seguindo esta linha o estudo enfatiza que são pouquíssimas as cidades que exercem a função de centros de gestão do território.

Para Casaril (2014), os resultados do Regic (2008) delimitaram um número em 1082 centros de gestão, sendo 906 centros de gestão federal e 724 centros de gestão empresarial, sendo que o estudo identificou 711 sedes de municípios como centros de gestão do território, que para o autor é apenas aparência, pois é uma leitura quantitativa.

Neste contexto, e em busca de desenvolver um trabalho que priorize a centralidade de uma dada localidade pela importância da distribuição de bens e serviços e suas funções centrais oferecidas, vamos optar neste trabalho por usar o Regic 2000, estudo que manteve sua base na Teoria de Christaller (1966).

Para se compreender a rede e as cidades em estudos, a partir de 1970 até a década de 2010, foi necessário entender a inserção das mesmas na divisão territorial do trabalho, assim como, as transformações que ocorreram, quer nas políticas estaduais, nos aspectos demográficos, na economia, e nas técnicas, dentre outros.

A partir dos anos de 1960-1970 ocorreram transformações na agropecuária dos municípios da rede urbana de Maringá em direção à modernização dolorosa (GRAZIANO, 1982). A partir de então, os municípios da rede passaram a se inserir em outra divisão territorial do trabalho. Como referido anteriormente, diz respeito a novas participações da rede urbana na Divisão Territorial do Trabalho e modernização da agricultura: novos cultivos, relações sociais para o assalariamento maior, concentração de terras, inserção da produção aos complexos agroindustriais, pecuária de corte, soja-trigo, cana-de-açúcar, laranja e mandioca. Além de participarem também da divisão internacional do trabalho - DIT, com as exportações de suco de laranja, soja, frango, carne bovina, etc.

Quanto ao processo de industrialização dos municípios da rede urbana, este tem vínculos estreitos com as transformações na agropecuária, também articulado a uma nova inserção na divisão territorial e internacional do trabalho. Um processo que se desenvolveu a partir da pequena produção mercantil presente na cidade, iniciada por agentes locais, possibilitou ampliação das atividades urbanas. Na realidade, a industrialização realizada na rede urbana não resultou de transferências de empresas de outros lugares, mas da própria cidade que, em alguns setores, conseguiu competir com a indústria paulista similar. Neste contexto, algumas cidades se destacaram como Maringá, Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Loanda e Terra Roxa; destas, as três últimas se especializaram em alguns tipos de produções: produções como de metais para sanitários, indústria de confecções e moda bebê, respectivamente (FRESCA, 2004).

No bojo das transformações acima referidas, ocorreram mudanças na dinâmica demográfica da rede de Maringá, especialmente a partir de 1970, com aumento da população urbana, perdas consideráveis da população absoluta, para outras regiões do país, e em outras situações, para as maiores cidades da rede como: Maringá, Paranavaí, Cianorte Umuarama. A rede urbana se complexificou à medida que aconteceram diferentes inserções na divisão territorial do trabalho, gerando funcionalidades heterogêneas entre os centros urbanos,

singularidades estas que, em uma de suas realizações possibilitou diversas interações espaciais e inserção em diferentes redes.

A rede urbana de Maringá apresentou outras modificações, relacionados ao desenvolvimento técnico científico informacional (SANTOS, 1994a) como a ampliação das produções industriais em Paranaíba, Loanda, Nova Esperança, Nova Aliança do Ivaí, Terra Roxa, etc., assim como, as novas formas do comércio e dos serviços.

4. OUTRAS CENTRALIDADES DE PARANAÍ, NOVA ESPERANÇA E NOVA ALIANÇA DO IVAÍ.

Com a origem relacionada ao período cafeeiro, as cidades de Paranaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí passaram a fazer parte de uma rede urbana hierarquizada no tipo *christalleriano*, apresentando funções centrais relativas àquela hierarquia. Nos dias de hoje, esses núcleos inserem-se de modo diferente na rede urbana de Maringá. Pretende-se neste capítulo compreender os caminhos pelos quais cada um dos núcleos urbanos passou, as transformações em sua funcionalidade, assim como, sua atual inserção na rede urbana, a qual, funcionalmente, apresenta alto grau de complexidade.

4.1 PARANAÍ

Uma das peculiaridades de Paranaí está no fato de que, a partir de sucessivos desmembramentos deu origem a maior parte dos municípios na porção oeste do norte do Paraná, como destacado na tabela 1. No período de 1950 a 1970, a sua porção territorial reduziu mais de seis vezes. A partir da década de 1970, diante das alterações de toda a dinâmica econômica, a cidade de Paranaí apresentou o maior incremento demográfico urbano desta porção do estado. Dentre os municípios estudados, Paranaí alterou fortemente sua funcionalidade, com a nova inserção na divisão territorial do trabalho.

Se há cinco décadas Paranaí figurava como um município da frente pioneira, numa economia baseada nas atividades agropecuárias, com destaque para o café, gêneros alimentícios e a pecuária com seu grande rebanho bovino, nos dias de hoje a situação é outra. A agropecuária figura como o setor de menor importância econômica em valores obtidos, geração de empregos e arrecadação municipal, de modo que o setor de destaque passou a ser o terciário e o secundário (IBGE, 2007).

Começaremos pela estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Paranaí, conforme tabela 10, a qual representa que entre 1970 a 1995/96 houve continuidade da concentração de terra. A concentração é perceptível especialmente a partir da área dos pequenos estabelecimentos rurais, aqueles com até menos de 100 ha, que representavam respectivamente, no referido período a maioria numérica, embora suas áreas ocupadas diminuíssem cerca de 8%. Em contrapartida, no mesmo período, houve ampliação para os grandes estabelecimentos, os que abarcam mais de 500 ha, em termos de área, finalizando

com cerca de 50%, sendo que o número de estabelecimentos também cresceu em torno de 2,4 vezes.

Tabela 9: Evolução da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Paranavaí: 1970,1980, 1995/96, 2006, %.

Ano	Est. com menos que 50 ha		Est. com 50 a menos de 100 ha		Est. com 100 a menos de 200 ha		Est. com 200 a menos de 500 ha		Est. com mais de 500 ha	
	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área
1970	77,6	19,3	6,9	8,2	3,9	9,5	3,2	18	1,7	44,5
1980	68,2	11,95	13,6	9,68	8,4	11,7	5,3	16,2	3,86	35,44
1995/96	66,73	10,42	14,2	8,85	7,93	9,9	7	18,32	4,55	52,44
2006	76,84	13,29	7,76	7,19	4,87	8,99	7,8	38,29	2,54	32,26

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Já em 2006 verificou-se a diminuição tanto do número quanto da área dos grandes estabelecimentos rurais. Quando somados com os médios estabelecimentos, aqueles que apresentam entre 100 e menos de 500 ha soma-se um total de 15,21% abarcando aproximadamente 80% da área total, refletindo a continuidade de uma estrutura dimensional em que é reforçada a concentração de terras.

Além da concentração da propriedade, também sofreram alterações a utilização das terras. De acordo com a tabela 11, entre 1970 a 1995/96 fica evidente a diminuição das áreas utilizadas com as lavouras permanentes e temporárias, atrelada ao gradativo aumento das terras utilizadas com pastagens. Entre 1995/96 a 2006, à medida que as pastagens reduziram em área, as culturas temporárias tiveram um incremento de praticamente 13,43%, vinculadas à ampliação das áreas relacionadas à cultura da mandioca, utilizada especialmente para a reforma dos pastos e da área utilizada para a cultura da cana-de-açúcar. No caso das culturas permanentes, a laranja tem figurado como o mais importante produto, apresentando ampliação da área de cultivo.

Tabela 10: Evolução do uso da terra em Paranavaí: 1970, 1980,1995/96, 2006,%.

Ano	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias*	Pastagens
1970	14,09	7,3	58,5
1980	10,8	4,9	75
1995/96-	9,02	4,5	77,55
2006	10,32	17,93	69,03

*Inclusas nestas lavouras, as terras em descanso e produtivas não utilizadas.

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Quando levamos em consideração as culturas permanentes, como o café, especialmente entre 1980 a 1995/96, esta sofreu forte redução tanto em produção como em área de cultivo, passando de 10.277 para 1.230 hectares respectivamente. A justificativa para tal situação está relacionada às fortes e sucessivas geadas; à formação geológica do Arenito Caiuá; às oscilações constantes dos preços no mercado externo; ao processo de erradicação levado a efeito pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC, os quais influenciaram para que a passagem do ciclo cafeeiro sobre os solos originados a partir do Arenito Caiuá fosse rápida.

Como atesta Cancian (1981), na década de 1960 já havia uma combinação da cultura do café com as pastagens em Paranavaí e arredores e à medida que o café foi sendo erradicado, a pecuária passou a ter maior importância e extensão, tanto que o rebanho deste município figura entre os maiores do estado.

De acordo com a tabela 12, de 1970 a 1995/96 o desenvolvimento da pecuária é visualizado pelo aumento gradativo da área de pastagem e do rebanho bovino. O rebanho passou de 98.775 para 134.827 cabeças, um aumento de 36%. A partir de 1995/96, a tendência foi à diminuição tanto do rebanho bovino como da área de pastagem do município.

Tabela 11: Evolução do rebanho bovino e área ocupada pela pastagem- Paranavaí-PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Ano	Número de cabeças	Área de pastagem ha
1970	98.775	66.076
1980	146.744	88.942
1995/96	134.827	101.461
2006	129.208	86.992

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

De acordo com a agência do IBGE de Paranavaí, em entrevista, Albertino Franzoni afirmou que a tendência tem sido a redução do rebanho bovino do município à medida que a cana-de-açúcar aumenta sua área de produção. A estimativa é que a pastagem fique com uma área em torno de 65.000 hectares e o rebanho em 118.681 cabeças (IBGE, 2013/14).

Para Araujo (2000) embora a pecuária predomine nesta região, a atividade está em decadência diante da degradação das pastagens e do solo. Dentre os motivos relacionados à diminuição do rebanho pode-se destacar, conforme tabela 11, tanto a ampliação das áreas de culturas permanentes, com a ampliação das áreas de cultivo de laranja, quanto o aumento das áreas destinadas às culturas temporárias, caso da ampliação da cultura da cana-de-açúcar e da mandioca.

Segundo entrevista realizada com o pecuarista Elias de Souza Júnior, atualmente metade da sua propriedade, ou seja, 30 hectares estão arrendados, e serão devolvidas em 2014, com o pasto pronto; ainda que não seja tão lucrativa propicia a vantagem da reforma do pasto.

Quando perguntamos da questão da cana-de-açúcar, alega-se que o plantio não é vantajoso, é preciso uma combinação de áreas amplas com períodos longos de arrendamento e não dispondo desta combinação, dá preferência por arrendar terras para quem cultiva a mandioca.

O entrevistado, pequeno criador de gado no município de Paranavaí, com uma propriedade de aproximadamente 60 ha, cria uma média de 240 cabeças de vacas da raça Nelore. À medida que as fêmeas criam e os filhotes são desmamados, os machos são vendidos imediatamente.

O pecuarista ainda afirmou que as matrizes iniciais de seu rebanho foram compradas em Paraíso do Norte e Tamboara e seus principais consumidores estão em Paranavaí e Alto Paraná. Quanto ao melhoramento genético é feito por um contratado, especialmente no que se refere à troca de reprodutores, para manter a qualidade do rebanho.

Outro entrevistado, Ivan Cruz, é criador de vacas leiteiras, cuja preferência é pela raça Girolando, a compra dos seus animais aconteceu a partir de fazendeiros da própria região de Paranavaí e de Umuarama. Afirmou que [...] “há fazendeiros que só produzem os animais para venda, outros como eu só os cria para a produção de leite e há aqueles que produzem para o corte”, denotando a divisão do trabalho no ambiente da pecuária.

O entrevistado ainda destacou que embora Paranavaí tenha um rebanho bovino expressivo, no momento não possui laticínio e o único abatedouro é o municipal que tem capacidade de abate para 100 cabeças/dia. Segundo o mesmo, buscam muito os serviços do frigorífico de Colorado, o VPR do Brasil Importação, Exportação e Frigorífico, uma empresa que industrializa a carne a partir de seus cortes especializados, atendendo tanto o mercado consumidor nacional como o internacional e o Três Fronteiras em Loanda, que trabalha com abate, preparação e conservação de carne.

O rebanho tem em torno de 120 animais, numa produção leiteira com aproximadamente 350 litros/dia, sendo negociado com o Laticínio Rancho Aliança do município de Nova Aliança do Ivaí, um dos mais próximos de Paranavaí. A coleta é feita a cada dois dias, num sistema de leite resfriado e o laticínio efetua pagamento a cada 30 dias.

Ainda nos esclarecimentos de Ivan Cruz, quanto ao melhoramento genético da região, destaca-se o trabalho feito pela EMATER e embora não use a inseminação artificial, a prefeitura tem uma parceria com os pequenos produtores dando assistência neste campo.

Paranavaí apresentou um número de 393 inseminações artificiais e ou transferências de embriões em vacas nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 bovinos, ocupando a terceira posição no estado (IBGE, 2006).

Verifica-se, pelo exposto dos pecuaristas que, no que tange à produção leiteira, aquisição de matrizes e comércio do produto, o município de Paranavaí possui uma relação local e regional. Ou seja, nota-se que as relações estabelecidas não extrapolam os limites da região norte do estado, mantendo laços com os próprios produtos e beneficiadores do setor.

A análise da dinâmica funcional de Paranavaí no final do século XX e início do século XXI, no que se refere à sua nova inserção na rede urbana de Maringá, passam também pelo entendimento da agroindústria da mandioca e da laranja.

O desenvolvimento dos laranjais no estado do Paraná tem ligação direta com a liberação do plantio na década de 1980, após vinte anos de interdição devido às doenças das culturas. Os primeiros laranjais paranaenses foram plantados em 1987, diante da nova política estadual (COSTA, 2011).

Para Moro (1991) variadas razões justificaram a escolha da citricultura para esta porção do norte do Paraná: primeiro por tratar-se de uma cultura permanente, contribuindo para amenizar a erosão dos solos arenosos que predominam e a vantajosa diferença na acidez dos frutos aí cultivados em relação à produção em áreas da terra roxa.

O aumento da produção de laranja da porção oeste do norte do Paraná estimulou o desenvolvimento da agroindústria relacionada a subprodutos desta fruta. Neste contexto, teve origem a Paraná Citrus S. A., empresa construída em Paranavaí no ano de 1990, em parceria com a Cocamar, iniciou o processamento da fruta a partir de 1994.

No final de 1990, quando a Paraná Citrus encontrava dificuldades para continuar operando, o Fundo de Desenvolvimento do Estado (FDE) realizou aporte de recursos, tornando-se sócio do empreendimento com 34% de participação. Esta é uma nítida interferência do estado na economia regional, numa situação em que se apresenta como grande industrial.

Em 2005, uma nova dinâmica se processou na Paraná Citrus, e de acordo com o Cocamar (2005), o FDE formalizou a venda para a Cocamar de sua participação de capital na Paraná Citrus S. A., com isso a cooperativa de Maringá passou a deter 100% do controle da fábrica.

Sobre o controle da Cocamar, a Paraná Citrus S.A., atuou na região de Paranavaí durante 7 anos, produzindo o suco concentrado e congelado de laranja na cidade, utilizando matéria-prima de vários produtores regionais.

Em 2012, a cooperativa maringaense deixou de atuar no controle da produção do suco de laranja da Paraná Citrus S. A., com a venda da empresa para a Louis Dreyfus²¹.

Como forma de manter vínculos no setor, a Cocamar não incluiu na venda a operação de processamento e envase de sucos prontos para beber, que vende com sua marca no comércio varejista. Deste modo a empresa francesa continuará a fornecer uma parte da sua produção de suco para a cooperativa de Maringá

Com o investimento da gigante francesa fora do estado de São Paulo, ocorreu uma ampliação de sua produção em 10%. A Louis Dreyfus, conforme figura 10, passou a atuar em parceria com os 200 cooperados da Cocamar, cuja produção era cerca de 30 mil toneladas de suco por ano.



Figura 10: Vista parcial da entrada da Louis Dreyfus, Paranavaí- PR, 2015.

Fonte: ASALIN, G.A., 2015.

²¹ Uma das empresas líderes mundiais do setor agrícola, com mais de 160 anos no mercado de *commodities* e escritórios em 55 países. No Brasil, está presente há 70 anos, com mais de 50 unidades e 30 mil colaboradores. Sediada em São Paulo, tem cinco fábricas processadoras de oleaginosas, três de sucos, oito unidades de fertilizantes, mais de 30 armazéns e cerca de 30 mil hectares de fazendas de laranjas (CARDOSO, 2012).

O foco da empresa francesa é a exportação, especialmente para a Europa. Uma das alterações do sistema de exportação é que ela passou a acontecer pelo Porto de Santos, onde a *Louis Dreyfus* opera terminal próprio “O granel é uma opção mais competitiva, com menor custo de frete em relação ao tambor que vai por contêiner, diz o diretor da divisão de citrus da *Louis Dreyfus* do Brasil, Henrique Freitas” (RIOS, 2012).

Segundo Henrique Freitas, o solo e o clima do Noroeste do Paraná representam uma combinação perfeita para a região se firmar como uma grande produtora de cítricos, apresentando uma elevada produtividade nos pomares, com uma média de 800 caixas por hectare, superior ao interior de São Paulo que é de 700 caixas.

Em 2014, a *Louis Dreyfus* contava com cem funcionários com salários entre R\$1.000,00 e R\$1.500,00. A empresa é uma agroindústria que funciona produzindo suco concentrado durante praticamente 9 meses no ano, nos outros três meses os funcionários trabalham na manutenção dos equipamentos, mas ela não deixa de exportar o suco concentrado que foi armazenado durante o período de safra.

É importante demonstrar que a Cocamar tem diminuído sua ação em Paranavaí, com a venda da unidade produtora de suco e fechamento da Tecelagem Paranavaí Ltda. - Textilpar onde atuava como animadora do projeto. A cooperativa mantém uma unidade junto à BR 376, com infraestrutura voltada especialmente ao recebimento de grãos e laranja com o apoio à integração da lavoura e pecuária.

Outra empresa que merece ser destacada é a Citri Agroindústria S/A, de acordo com a figura 11, de capital local, foi criada em 2000, através dos irmãos José Antonio, José Gilberto Pratinha e o primo Paulo Pratinha. Teve sua origem com a comercialização de mudas para a citricultura, mas em 2010 a empresa já figurava entre as maiores produtoras individuais de laranja do Paraná, com uma área de 2,6 mil hectares voltados ao plantio.

Além da laranja a empresa produz derivados da fruta, como suco concentrado, óleo essencial de laranja e suco pasteurizado. Em conjunto com outros produtores e sócios minoritários da empresa, a Citri produz 12 mil toneladas de suco concentrado de laranja por ano, e em 2010 o faturamento da empresa foi de R\$39 milhões (COSTA, 2011).

De acordo com Gilberto Pratinha, a empresa possui 120 funcionários e sua produção está voltada especialmente para o mercado externo em forma de suco concentrado, além da comercialização de outros subprodutos, ratificando a inserção de Paranavaí na rede global de comercialização de *commodities*.



Figura 11: Vista parcial da entrada da Citri Agroindustrial S.A, Paranavaí- PR, 2015.

Fonte: ASALIN, G. A., 2015.

Neste contexto e de acordo com a tabela 13, a produção e área de plantio têm passado por aumento em Paranavaí, tanto que de 1995/96 para 2012 a produção cresceu mais de 15 vezes, numa área de colheita que ampliou 4,5 vezes. Segundo (IBGE, 2013/14) a estimativa para a safra é de 182.500 toneladas e área destinada à colheita é de 4.000 hectares.

Tabela 12: Evolução da produção e área de plantio da Laranja em Paranavaí-PR: 1995/96, 2006, 2012.

Ano	Tonelada	Área - ha
1995/96	11.710*	753
2006	30.542	1.643
2012	182.500	3.650

Fonte: IBGE, 1995/96, 2006, 2012. * no censo de 1995/96 a laranja era contada por mil unidades, considerando cada 5 unidades igual a 1 kg, obtivemos a produção em toneladas.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

José Gilberto Pratinha é um empresário que atua como produtor e comerciante de mudas de laranja, cooperado da CM3 Cooperativa Agroindustrial de Paranavaí, relacionada à produção de fécula de mandioca, atua na produção de suco concentrado na Citri, e nos últimos

anos tem se dedicado, juntamente com mais dois sócios na pasteurização de suco de laranja, na empresa Prat's.

O entrevistado relata que há mais de cinquenta anos a família trabalha com a produção de laranja; veio de Olímpia, interior do estado de São Paulo; chegaram ao município de Paranavaí por volta de 1990, com o propósito inicial de produzir mudas de laranja. Um ano mais tarde, passaram também a produzir laranja e mantêm o viveiro até hoje, as mudas abastecem o mercado da citricultura. A média de comercialização das mesmas é de aproximadamente dois milhões delas por ano. As variedades das mudas resultaram de estudos em parceria com Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR que potencializaram a produção da fruta. Neste contexto, a família Pratinha detém a produção de mudas na porção oeste do norte do Paraná.

Ainda relacionada à agroindústria ligada à produção de suco de laranja destacamos a Prat's, que diferente das outras empresas do ramo evidenciadas neste trabalho, produz para o mercado interno. O suco desenvolvido pela Prat's sofre um processo de pasteurização, e mantido sobre refrigeração tem validade de vinte um dias.

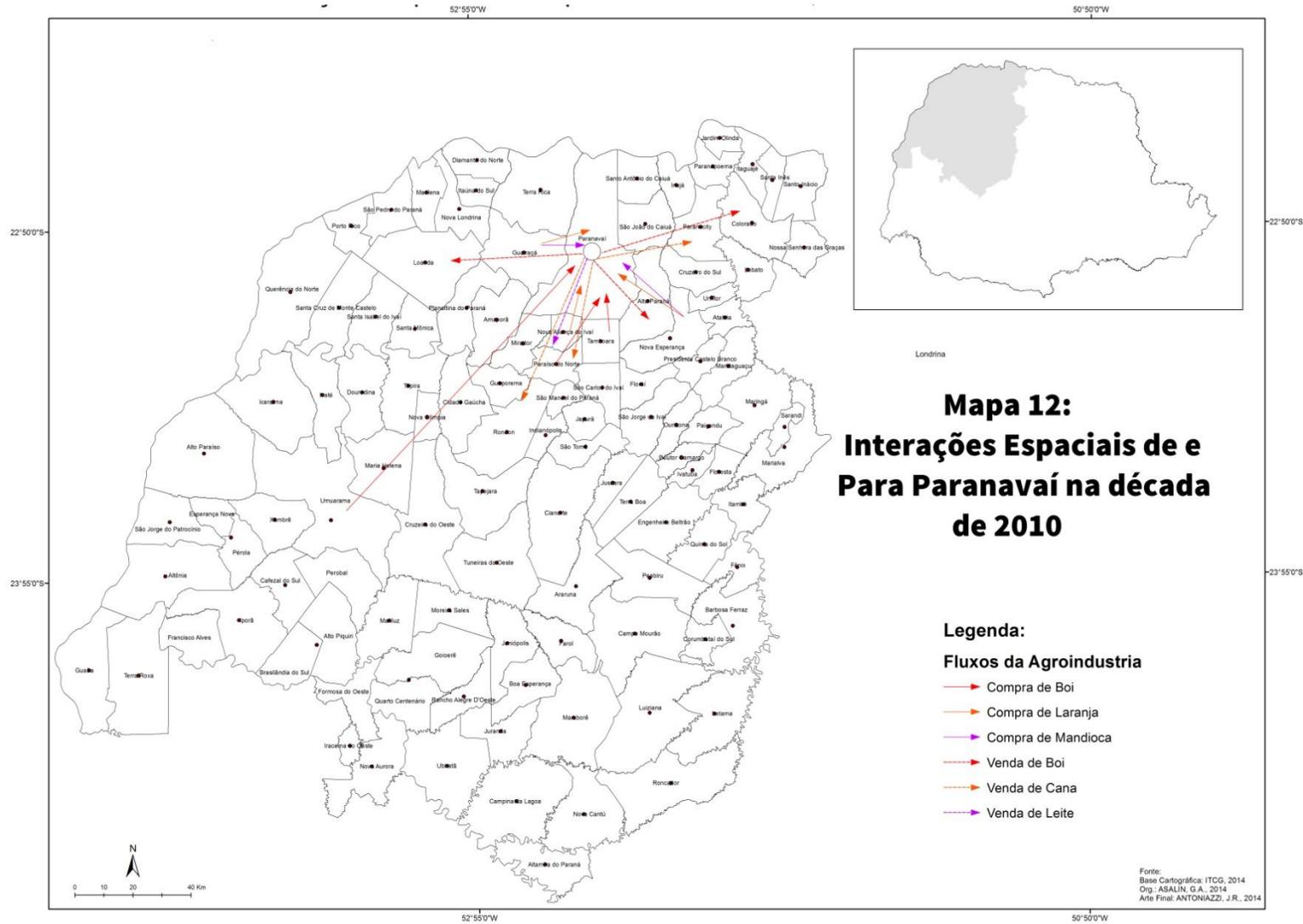
A empresa de capital local investiu em tecnologia para controlar a qualidade da matéria-prima que industrializa, pois de acordo com Pratinha [...] “a laranja tem o momento certo para ser colhida”, ainda acrescenta [...] “controlamos os laranjais dos nossos fornecedores, pois necessitamos de quantidade certa de acidez e açúcar natural nos frutos”, tudo em busca de assimilar um mercado consumidor em ascensão no Brasil.

A empresa compra laranja produzida especialmente em Paranavaí e Guairaçá, conforme mapa 12. Faz contrato com os produtores e controla a produção, ao ponto de ter exatamente o dia e hora que é melhor para se efetivar a colheita do fruto. Ainda afirma Pratinha [...] “a combinação de solo, técnica e clima fazem da laranja da região uma das melhores do Brasil”.

A capacidade da empresa é de 50.000 litros/dia e, segundo previsão, em outubro de 2014, a partir de novas tecnologias implantadas, caracterizadas por um novo maquinário, a empresa aumentará a capacidade de produção, num incremento de 100.000 litros/dia, embora pretendam manter a produção em torno de 120.000 litros/dia.

A Prat's tem em média 70 funcionários, mas as fazendas de posse do entrevistado empregam em torno de 300 funcionários²² que são trazidos do estado de Sergipe para colher

²² Os trabalhadores vivem em alojamentos em uma das fazendas onde colhem as laranjas, trabalham a semana toda com folga na segunda-feira (PRATINHA, 2014).



laranja, “eles trabalham 9 meses no ano, e ganham por produção, em média de R\$ 1.800,00 por mês”.

A empresa de suco pasteurizado tem filial em Maringá, além dos distribuidores²³ em vários municípios do estado do Paraná, e já atingiu o mercado de consumo dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e a partir de agosto de 2014 a previsão era atingir o mercado goiano.

Além do suco, Gilberto Pratinha destacou a produção de óleo de laranja, produto que a empresa exporta especialmente para países europeus, do Oriente Médio e Japão. O óleo é usado na indústria de perfume e farmacêutica e cada caixa de laranja (40 kg), produz em média de 200gm de óleo; o bagaço da laranja é outro subproduto da indústria de suco, misturado a outros ingredientes, torna-se ração para o gado.

É relevante notar que Paranavaí, no que concerne à laranja, assume uma dimensão muito interessante na configuração da rede urbana de Maringá. Afinal, no que condiz à empresa Prat's, o papel entre as cidades de Paranavaí e Maringá se alternam, de modo que a matriz da empresa se faz presente em Paranavaí, onde há concentração da gestão e de capital empresarial, enquanto Maringá fica com uma das filiais e se comporta como mercado consumidor. Além disso, o óleo e o suco concentrado de laranja ratificam que este setor insere Paranavaí numa rede que extrapola os limites nacionais, captando recursos e requerendo a inserção de novas tecnologias, geração de emprego e aumento da renda e poder de consumo.

Dos cultivos temporários, o arroz, feijão e o algodão perderam importância, tanto em área cultivada como em produção, mantendo-se a mandioca e ganhando evidência a cana-de-açúcar. A última cultura passou a ser um cultivo de destaque a partir da primeira década do século XXI, conforme a tabela¹⁴, especialmente com a instalação de uma das mais modernas unidades do grupo USAÇUCAR, no município de Terra Rica em 2007.

A produção de cana-de-açúcar de Paranavaí é direcionada para as unidades da USAÇUCAR de Rondon, Paranacity e Terra Rica, além de atender também a Cooperativa Agrícola Regional de Produtos de Cana – COOPCANA²⁴.

²³ Como é um produto perecível a Prat's vende a partir do distribuidor.

²⁴ Fundada em 12 de setembro de 1979 em Paraíso do Norte, a COOPCANA possui 128 associados (COOPCANA, 2012).

Tabela 13: Evolução da produção e área de cultivo da cana-de-açúcar- Paranavaí – PR: 1995/96, 2000, 2006, 2012.

Ano	Produção – ton.	Área colhida- ha
1995/96	610	7
2000	1.598	23
2006	23.323	655
2012	710.397	11.717

Fonte: IBGE, 1995/96, 2000, 2006, 2012.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Tanto a área como a produção da cana-de-açúcar tem expandido e conforme a tabela 14, de 1995/96 para 2012 a área colhida expandiu 1.673 vezes e a produção aproximadamente 1164 vezes. A perspectiva da safra de 2013/2014 era de 1.097.569 toneladas para uma área colhida de 16.148 hectares (IBGE, 2013/14).

Especialmente com o arrendamento de terras nas médias e grandes propriedades, o cultivo da cana-de-açúcar em Paranavaí, com um território de aproximadamente 122.227ha (IBGE, 2013/14) e disponibilidade de períodos longos de cultivo, figura como importante ganho de renda sobre a terra.

Outra produção de destaque é a mandioca que cresceu a patamares consideráveis, de acordo com a tabela 15. A área colhida cresceu 4,85 vezes e a produção mais de 11 vezes no período de 1970 para 2006, podendo oscilar, área colhida e conseqüentemente a produção. A estimativa é que a safra de 2013/14 seja de 158.600 toneladas numa área colhida de 6.910hectares (IBGE, 2013/ 2014).

Tabela 14: Evolução da produção e área de cultivo da mandioca - Paranavaí - PR, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

Ano	Produção - ton.	Área colhida – ha
1970	13.097	1.318
1980	24.579	1.443
1985	47.230	2.661
1995/96	88.500	4.600
2006	154.802	6.360

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Quando destacamos a produção de mandioca não podemos deixar de frisar que é comum o “casamento” desta cultura com a laranja, isto é, enquanto os pés de laranja estão em formação à área disponível entre as plantas é utilizada para cultura da mandioca que tem tempo menor de desenvolvimento. O êxito desta parceria pode ser evidenciado com o nascimento da CM3-Cooperativa Agroindustrial, empresa que tem sua origem relacionada à trajetória de desenvolvimento da Citri, destacada anteriormente neste trabalho. Criada em

Paranavaí em 2005, a CM 3 nasceu com função inicial de reduzir custos de produção e compra de insumos com tributação diferenciada, dando início a uma nova atividade no ramo da produção de mandioca.

Com a evolução da cooperativa passou-se ao processamento da mandioca, pois muitos dos seus cooperados aproveitam da área e geração de receita, enquanto os pés de laranja são novos, almejando a redução dos custos do pomar. O “casamento” das culturas deu tão certo que contribuiu para que Paranavaí conquistasse o título de “Terra da Mandioca”, já que 60% da produção nacional de fécula²⁵ vêm da região, que colhe anualmente 400 mil toneladas da raiz (COSTA, 2011).

De acordo com Gilberto Pratinha a CM 3, possui uma indústria de fécula e amido modificado de mandioca junto a BR 376/ km 85, uma das principais produtoras de fécula de Paranavaí, a cooperativa que conta com mais de 60 cooperados, emprega em torno de 70 funcionários diretamente e mais de 800 indiretamente. A produção de fécula em torno de 25mil toneladas ano, dando prioridade ao beneficiamento da matéria- prima dos associados, objetivando articular produtor - indústria - cliente, atendendo preferencialmente o estados de São Paulo e região Nordeste do Brasil.

Neste contexto a cooperativa é uma das estratégias criadas pelos produtores de mandioca para se manter neste tipo de produção, pois na última década do século XX havia uma prática de grandes empresas, de manter uma política de garantia de preços em Paranavaí. Deste modo, garantia-se o recebimento de matéria- prima e os preços mais compensadores aos produtores de mandioca, chegando a alguns casos a triplicar ou quadruplicar o valor estabelecido pelo Governo Federal (ARAUJO, 2000).

Com essa política, ocorreu o desaparecimento de um grande número de pequenas farinheiras²⁶ do mercado regional, já que os pequenos produtores davam preferência em fornecer a matéria prima às maiores empresas no ramo de fecularia. Assim, um número expressivo de pequenas empresas não conseguiram competir, fechando suas portas em Paranavaí.

As farinheiras tiveram sua instalação ao mesmo tempo em que aconteceu o processo de ocupação do município, mais especificamente no distrito de Graciosa, localizado a 15 quilômetros da área central de Paranavaí. O distrito surgiu nos anos de 1950, a partir de

²⁵Fécula: subproduto da mandioca com propriedades espessantes na gelatinização, liga, estabilizante na retenção de líquidos e na engomagem, é utilizada no setor alimentício para a fabricação de balas de goma, cremes, tortas, geleias, conservas de frutas, tapioca, salsichas, dentre outros. Também é utilizado para dar corpo, colar e dar resistência ao papel e ao papelão (IPARDES, 2006).

²⁶ Empresas produtoras de farinha de mandioca (branca ou torrada) (IPARDES, 2006, p.9).

migrantes vindos de Santa Catarina e de predominância germânica, e ao mesmo tempo em que desenvolviam a produção cafeeira, também plantavam a mandioca.

Das agroindústrias existentes em Paranavaí, as unidades de maior expressão, são representadas pelas Amidos Bankhardt, Amidos Paranaense, Cassava, Farinheira Pioneira, Farinheira Centenário, Farinheira Dois Irmãos, Farinheira Mandelícia, Farinheira S/A, Viana & Cia Ltda., Podium Alimentos, General Mills, INDEMIL, CM3.

Neste contexto, ainda destacamos as agroindústrias que produzem derivados de mandioca, INDEMIL e Yoki, ambas situadas no distrito de Graciosa. Até 2012 as duas empresas faziam parte de um mesmo grupo, situação que passou por modificações diante da venda da YOKI para um grupo Norte Americano. A partir de então a General Mills do Brasil, com matriz nos Estados Unidos, mas especificamente na cidade Mineápolis no Estado do Minnesota, comprou a Yoki.

Isto denota que qualquer produção que interessa ao capital, seja local, regional, nacional ou internacional tem estado sobre olhares de investidores mundiais, estando, portanto, inserida na dinâmica global por meio de sua capacidade produtora.

Segundo a unidade de Paranavaí da General Mills, conforme figura 12, só trabalha com derivados de mandioca, além de envasar glicose de milho. Segundo entrevistada Raquel Brizola, a empresa emprega diretamente 420 funcionários e indiretamente mais 100, a maioria dos trabalhadores são de Paranavaí e cidades vizinhas, e os vencimentos ficam em torno de R\$ 800,00 a R\$ 900,00/mês.

A Nova Agrícola Indemil é a coligada, encarregada da administração da produção de matéria-prima da General Mills. A produção de mandioca acontece em terras arrendadas, com todo o controle, garantindo assim, o abastecimento da agroindústria. Há situações em que compram a matéria-prima direto de pequenos produtores rurais, a partir dos contratos de fornecimento.

A planta da empresa sofreu alteração na medida em que ocorreu a separação da Yoki em relação à INDEMIL; foi na realidade uma adequação de infraestrutura da planta industrial para manter a produção. A empresa beneficia em torno de 5.200 toneladas de mandioca por mês, cerca de 190 toneladas/dia; o comércio dos seus produtos é feito via representantes para todo o território nacional.



Figura 12: Vista parcial da entrada da General Mills, Paranavaí- PR, 2015.

Fonte: ASALIN, G. A., 2015

Ainda, vinculada à agroindústria da mandioca, um processo chamou a atenção, que para Santos (1985) é uma categoria que permite entender o verdadeiro movimento da totalidade. Para o autor o processo pode ser compreendido a partir de uma “[...] ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando nos conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 1985, p.50).

Neste contexto, se faz relevante contar a iniciativa de João Marques sobrinho. Natural de Diamante, município da Paraíba, veio morar no Distrito de Guairaçá, em Paranavaí. Nesta ocasião, em 1984, migrou sozinho, já que havia morado no Distrito entre 1979 e 1981 com seus pais.

Aos quinze anos, João passou a trabalhar como aprendiz na INDEMIL, onde prosperou profissionalmente ao ponto de ser apoiado por Genésio Feuser, diretor da empresa no período, a fazer um curso intensivo na Fundação Tupy de Joinville- SC. Anos após, retornou a Graciosa, agora, formado em técnico em Mecânica e projetista de máquinas especialmente plantadeira de mandioca, máquinas para fecularias e farinheiras.

Numa nova situação, João iniciou uma pequena fabriquetta de painéis de alumínio, passando a vender para consumidores de Paranavaí e região. Com o sucesso das vendas de painéis, conseguiu acumular um capital inicial que somado à ajuda do amigo Genésio Feuser,

conseguiu adquirir os equipamentos necessários para iniciar a fabricação de máquinas para o plantio de mandioca e de peças para farinheiras e fecularias. Nascia assim a Marquesfund.

A Marquesfund, instalada em Guairaçá, figura como a “segunda maior indústria brasileira na produção de equipamentos e peças para farinheiras e fecularias” (NOSSA, 2013, p. 58). Em 2014, a empresa consolidada oferecia um catálogo com 500 itens de produtos fabricados dentro da mais avançada tecnologia, com máquinas industriais para fecularias, passando pelas plantadeiras de mandioca e afoador de solo, criações que têm à frente os processos iniciados por João Marques Sobrinho. A Marquesfund é reconhecida em todo o Brasil por grandes empresas do ramo, como parceira e cliente.

No que se refere ao setor secundário, conforme o quadro 6, em 2012 o segmento em Paranaíba tinha em sua composição 390 empresas, gerando um total de 5.051 empregos, detendo 13,3% do total de empresas no município, enquanto a geração de emprego era de 18,7% do total.

Neste contexto, há expressividade das fábricas de derivados de mandioca, biscoitos e bolachas, assim como, as indústrias relacionadas à produção de alimentos na geração de empregos. São mais de 1200 empregos representando 25% do setor.

Ainda tratando das empresas que produzem e vendem produtos voltados à agropecuária, temos a Beckhauser. De origem alemã, o casal Érica e Arcângelo Beckhauser, que chegaram em 1960 no município de Paranaíba, deram início as atividades de uma empresa em 1969 cujas atividades estavam voltadas à marcenaria e carpintaria com o nome de Beckhauser. De início, produzindo carrocerias e armários de cozinha, em 1970, diante do desenvolvimento da pecuária tanto na região como no país, foram desafiados, a partir de uma encomenda, a desenvolver no segmento o primeiro tronco²⁷, buscando soluções para a segurança do homem e do animal.

A primeira evolução da empresa aconteceu em 1972, com o desenvolvimento de um produto para a proteção do homem contra coices dos animais; e em 1979, começou a trabalhar com uma linha de produção para que os produtos fossem montados diretamente nas fazendas; em 1990, passou a produzir suas próprias balanças mecânicas; em 1997, lançou o tronco trapézio conjugado com a balança eletrônica; em 2002 aconteceu a inauguração de sua filial em Gurupi- TO; em 2013, iniciou as atividades na nova sede da filial.

²⁷ Tronco: instalação para facilitar o manejo de gado, sobretudo no que se refere à pulverização, vacinação, marcação de animais.

Atividades	Número de estabelecimentos	Número de trabalhadores
Fabricação de Farinha de Mandioca de Amido e Féculas de Vegetais	20	517
Fabricação de Biscoitos e Bolachas	1	106
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool et.	16	758
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos.	50	908
Indústria de Calçados.	0	20
Fabricação de Artefatos de Trefilados	3	116
Fabricação de Outros Produtos Elaborados de Metal.	5	79
Indúst. Quím., Prod. Farm., Veter., Perf., Sabões, Velas e Mat. Plásticos.	18	123
Fabricação de Estruturas Metálicas, Esquadrias e Artefatos de Metal.	16	222
Fabricação de Rações Balanceadas Para Animais	2	114
Fabricação de Art. Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Estruque.	13	288
Indústria de Madeira e Mobiliário.	22	162
Construção Civil (Sondagens Fundação, Movimentações de Terra, Acabamento, Demolição e Edificações).	194	975
Fab. de Pneumátic. e de Câmara de ar Recondicionamento de Pneumático	6	283
Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Agricultura, Avicultura e Obtenção de Produtos Animais.	4	38
Fabricação de Máqu. e Equip. p/ as Indúst. Alimentar, de Bebida e Fumo.	5	47
Manutenção e Reparo de Tratores e de Máquinas e Equipamentos para Agricultura, Avicultura e Obtenção de Produtos Animais.	5	19
Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos de uso Específico	4	62
Lapidação de Pedras Preciosas e Semipreciosas, Fabricação de Artefatos de Ourivesaria e Joalheria.	6	214
Total	390	5.051

Quadro 6: Principais atividades voltadas à indústria, número de estabelecimentos e trabalhadores de Paranavaí: 2012.

Fonte: BRASIL, 2012

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

A empresa atua hoje no setor pecuário da América do Sul, colocando no mercado produtos para a contenção de animais, a linha Manual a exemplo do Tronco Parede Móvel ou o apartador manual; a linha Eletrônica, representada pelos troncos hidráulicos e o apartador automático; a linha Industrial, como o Box de contenção para atordoamento e degola; e ainda a linha de Controle, como é o caso das balanças de pesagem eletrônica e as barras de pesagem e gradil.

A empresa possui mais de 100 representantes que comercializam em todas as regiões brasileiras, além de ter representação em Assunción no Paraguai, mantendo na fábrica de Paranavaí em torno de 70 funcionários.

A família Beckhauser tem reinvestido parte dos lucros em Paranavaí, a exemplo da parceria que fizeram em um novo loteamento na cidade.

Foi lançado no sábado, dia 26, o loteamento Parque dos Ipês, em Paranavaí. O empreendimento, situado no Jardim São Jorge, é uma parceria entre a Construtora Monte Cristo e a família Beckhauser. São 523 lotes com infraestrutura completa, disponíveis para venda [...] (NOVO, 2014, p.7).

Dentro da dinâmica dos negócios voltados à pecuária, a Beckhauser inaugurou em novembro de 2012 um Centro Experimental de Manejo Racional e Produtivo - CEM, no município de Guairaçá, vizinho de Paranavaí, objetivando a partir de sua fazenda modelo, o treinamento e formação para o desenvolvimento da pecuária, pesquisa, ensino, estudos universitários, necessidades dos fazendeiros, dos sindicatos e de muitos outros parceiros do setor.

Verificamos que a dinâmica e funcionalidade do setor agropecuário levou Paranavaí a outra inserção na rede urbana, de modo que não se restringe mais à Maringá, mas possui papel ativo na rede urbana nacional com interações espaciais na escala internacional.

Conforme o quadro 7, Tanto no setor terciário como no secundário fica visível o atendimento às demandas da agropecuária.

Nome das empresas	Nome das empresas
Paranagril	Sopasto Produtos Agropecuários,
Agro Industrial e Comércio Yamamoto	Petro Pneus Recapagem de Pneus Agrícolas
Agropecuária Arcoverde	Recauchutagem de Pneus Agrícolas Paraná
Dionísio de Assis Dal Pra	Casa Nogara
Comercial Agrícola de Paranavaí	Arroba Nutrição Animal
Agropecuária Rancho	Marquesfund
Paraná Peças para tratores	Casa Castilhos
Agrocel Empresas do Brasil	Casa da Ordenha
Revenda distribuidora de rações Agrária	Troncos Progresso
Morena revendedora de motosserra	Fertilizantes Hering S/A
Ivo Agrícola- recapagem de pneus agrícolas	Agrocete – Ind. e Com. de Prod. Agropecuários.
Tratorbras Comércio de peças para trator	Plante Bem Fertilizantes S/A.
Granel multimarcas Agrícola	Vipal
Agricase equipamentos agrícolas	Solomar concessionária John Deere
Agriparaná	Revendedora Massey Ferguson

Quadro 7: Principais empresas que atuam no ramo agropecuário em Paranavaí- PR, 2014

Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Org.: ASALIN, G.A., 2014.

Estas são algumas das empresas que atuam com a agropecuária, mediante venda de insumos, sementes, fertilizantes, rações animais, peças para tratores, pneus agrícolas, equipamentos agrícolas, tratores, colheitadeiras, equipamentos para ordenhas, equipamentos para pecuária, equipamentos para fecularias. Tanto que de acordo com o quadro 6, Paranavaí coloca-se como uma cidade que mantém relações diretas com a agroindústria, demonstrando

forte relação com este setor. Inclusive algumas produções polarizadas pelo município da rede urbana, atendendo inclusive outras regiões do país.

Neste contexto, a cidade:

Torna-se o 'lócus' da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às suas demandas cada vez mais presentes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas (SANTOS, 1994, p. 56).

Embora o texto de Milton, que retrata a regulação do campo, esteja articulado a pequenas cidades, nós o utilizamos como forma de explicitar que as cidades com forte ligação com a agropecuária se dão em diferentes escalas. Neste contexto, Paranavaí foi capaz de se adaptar as exigências do campo, englobando, além do município, outras localidades adjacentes, como destacado anteriormente, passando da oferta de insumos, maquinários, implementos, sementes, até serviços e crédito especializado.

Ainda nesta conjuntura, Paranavaí é uma cidade que tem neste setor os maiores consumidores, principalmente de laranja e mandioca, representados por empresas transnacionais como a General Mills e a *Louis Dreyfus*, as quais mostram que esta cidade regula as atividades do campo, articulando com lógicas do capital internacional.

Outra atividade que se mostra importante é a criação de frangos em Paranavaí que conta com 447 estabelecimentos rurais (IBGE, 2006), numa atividade que teve um crescimento muito importante, especialmente no final do século XX e primeiras décadas do século XXI, conforme a tabela 16. De 1980 para 2006 o número de animais teve um incremento de mais de seis vezes, com a perspectiva de que praticamente dobre o número de frangos de 2006 para 2013/14 (IBGE, 2013/14).

Tabela 15: Evolução da produção de frangos em Paranavaí, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Ano	Quantidade de frangos
1970	115.991
1980	132.135
1995/96	321.935
2006	816.000
2013/14	1.500.000

Fonte: IBGE 1970, 1980, 1995/96, 2006.

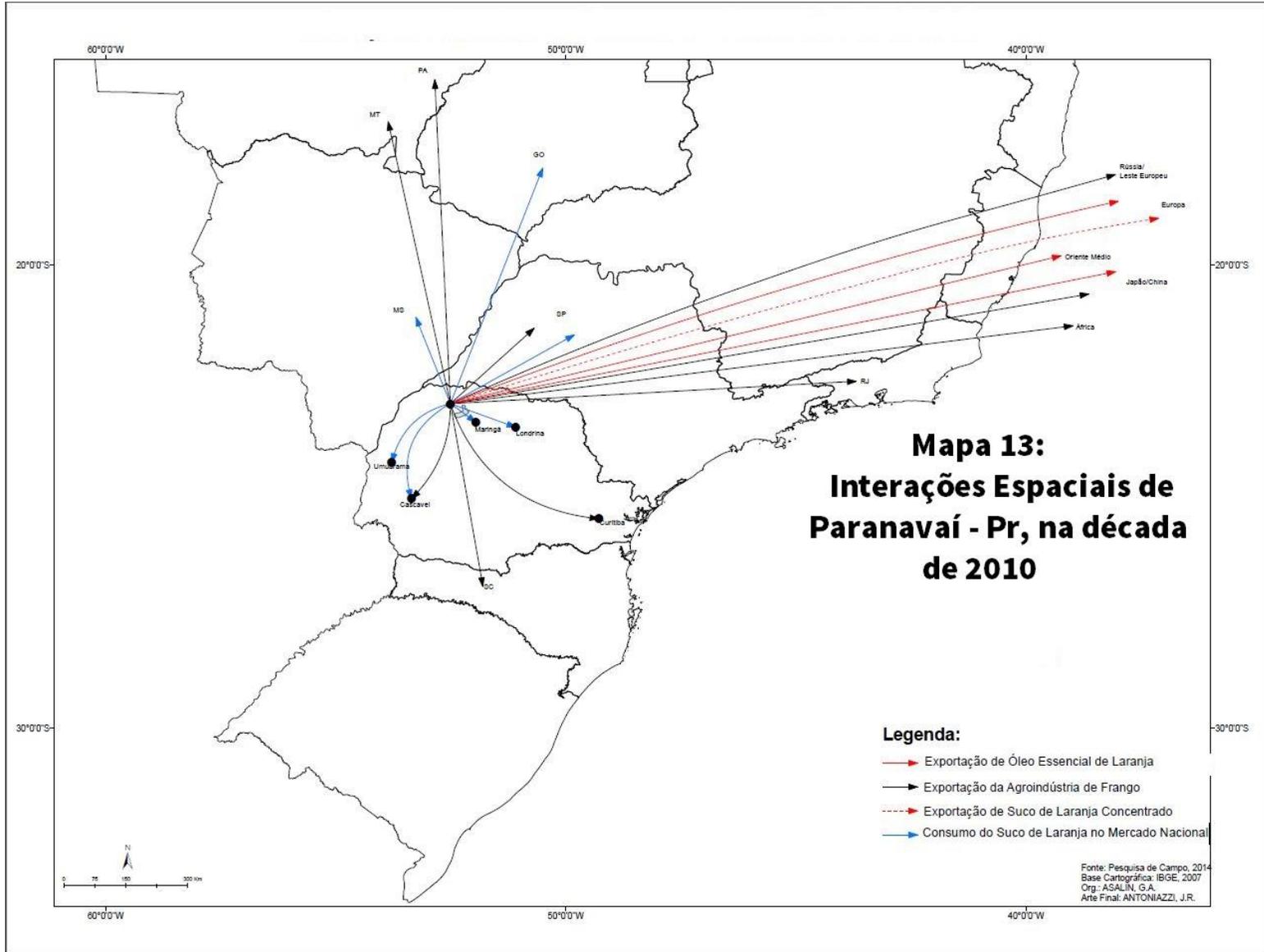
Org.: ASALIN, G. A. 2014.

Desde 1995, a Avícola Felipe que teve origem em Paranavaí, a qual atua com a marca Mister Frango, vinha desenvolvendo um trabalho de abate de aves integrados aos produtores. Em 1997, a empresa passou por um processo de reestruturação que culminou com

a transformação da Avícola Felipe Ltda. em Avícola Felipe S.A, como estratégia para obter novos investimentos na forma de participação acionária do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. Com o desenvolvimento e os resultados obtidos, a empresa pôde então efetuar a recompra das ações do FDE, honrando o acordo firmado com o mesmo.

Novamente fica evidente a influência do estado, desenvolvendo ações de um agente que tem seus interesses na manutenção de algumas empresas. É notório que as ações do estado enquanto formas legitimadas de poder não atuam sem interesses previamente estabelecidos. Na busca incessante de reprodução do capitalismo é que suas ações buscam garantir a hegemonia da classe dominante em detrimento das outras.

Neste contexto, em 2003, a Avícola Felipe já distribuía seus produtos para todo o Brasil, exportando para Japão, Rússia, Hong Kong e países do leste europeu e África, com previsão de expansão do mercado de consumo para os mercados do Oriente Médio e outras partes da Europa, conforme mapa 13.



Em dezembro de 2011, a Frangos Canção, abatedouro de Maringá, responsável por 5% da produção de frangos do Paraná, comprou a empresa paranavaense Avícola Felipe, criando assim o grupo GTfoods, reunindo quatro marcas da empresa, Frangos Canção, Gold Frango, a Mister Frango e Bellaves, que contam com uma estrutura verticalizada de 26 unidades, de acordo com a figura 13.

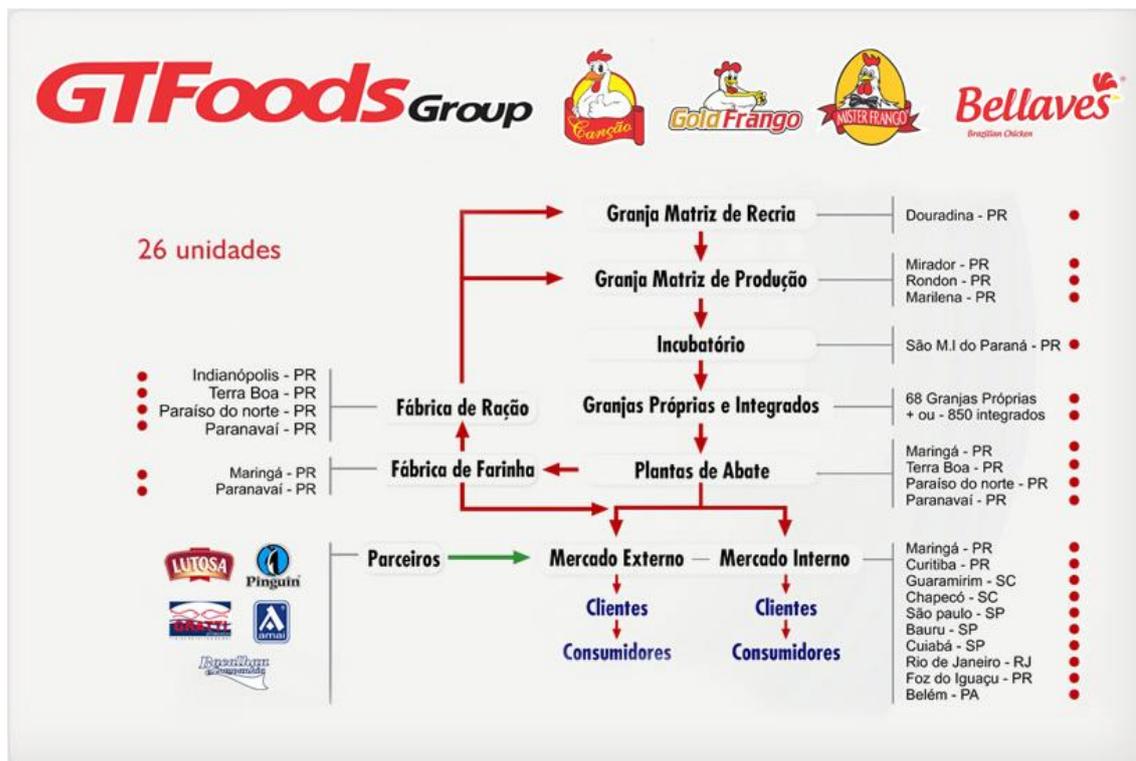


Figura 13: Unidades e estrutura da GTFoods Group

A recria de matrizes está localizada em Douradina, formada por 5 núcleos com capacidade para 280.000 matrizes, neste local os pintainhos são criados até a fase adulta, quando os galos e galinhas são enviados para os núcleos de produção de ovos. Já a produção de ovos acontece nas unidades de Mirador, Rondon e Marilena, onde o grupo possui 10 núcleos com capacidade para 540.000 matrizes, é onde acontece a produção de ovos férteis, que são enviados às incubadoras.

Em São Manoel do Paraná, o Grupo tem a capacidade de produzir 10.000.000 de pintainhos por mês, após o nascimento, os pintainhos são encaminhados às granjas de criação de frango de corte. O Grupo ainda conta com 68 granjas próprias, além de adotar o sistema de integração em parceria com produtores rurais de mais de 30 municípios do Paraná.

A renda bimestral proporcionada pela avicultura também faz diferença no campo. Mauro Dias Lima é produtor integrado em Paranavaí desde 1999. Ele começou com um

aviário e este ano acaba de concluir o sexto. “É uma atividade que exige trabalho e dedicação, mas também muito lucrativa, com um retorno muito bom”, destaca. Lima ainda conta que o diferencial é ser um integrado do Grupo GTFoods (AVÍCOLA, 2014, p. 3).

É a lógica do capital eliminando a concorrência mediante a aquisição de outras unidades em direção ao controle da produção e comercialização, levando a caracterização de um oligopólio²⁸.

Em entrevista, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Paranavaí, Carlos Henrique Scarabelli esclarece que:

É também a indústria que mais emprega em nosso município. São cerca de 2 mil empregos diretos. E especula-se que sejam criados ainda outros 2 mil indiretamente. Mais do que contribuir para o desenvolvimento do nosso município, os reflexos da atividade chegam a outras 20 localidades da região (AVÍCOLA, 2014, p. 3).

O gerente de Recursos Humanos do Grupo, Osni Mantelli, informa que há ótima expectativa de criação de novos postos de trabalho, prevê que haverá mais 500 contratações até 2017, esperando chegar em 2019 a 1500 novas colocações.

Segundo um dos sócios-proprietários a empresa é a terceira maior na produção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS de Paranavaí. Atualmente, 130 mil aves são abatidas por dia, figurando como a segunda maior unidade em volume de abate do Grupo GTFoods. Hoje há 41 aviários produzindo frangos só em Paranavaí, e até o final do ano serão 48, totalizando quase 1,4 milhões de aves para o abate (AVÍCOLA, 2014).

A média do salário inicial no Grupo é de R\$1.250,00, com alimentação transporte, assistência média e de enfermagem, além de outros benefícios como prêmios por produtividade e assiduidade. A empresa tem funcionários de várias cidades adjacentes a Paranavaí, inclusive emprega hoje 72 haitianos.

Nota-se, pelo exposto, que no setor avícola, Paranavaí possui uma complexa relação na rede urbana. Afinal, hoje o setor está diretamente vinculado ao capital maringense, representado pelos Frangos Canção, mas também possui outros abatedouros locais que exportam frangos para diversos países. Somado a isto, a complexidade deste setor na rede se imbrica quando, para receber pintainhos, o município o faz a partir de municípios de sua hinterlândia. Porém, isto denota que há uma produção setORIZADA, de modo que as atividades

²⁸ Estrutura de mercado de concorrência imperfeita, caracterizado por um mercado dominado por um número reduzido de empresas produtoras, onde os bens produzidos podem ser homogêneos ou apresentar algumas diferenças. A concorrência acontece mais em nível de qualidade, o serviço pós-venda, a fidelização ou imagem e em menor proporção a questão dos preços (PINHO; VASCONCELLOS, 2005).

mais rentáveis permanecem nas maiores cidades à exemplo de Paranavaí, onde a produção com maior valor agregado é mais representativa que nas cidades fornecedoras de matrizes e pintainhos.

Paranavaí passou de 1960, de relativa diversidade da agropecuária para a posição de grande produtor de laranja, ampliando ainda mais a produção de mandioca e a pecuária bovina. Possui várias agroindústrias relacionadas à produção de farinha de mandioca e fécula, empresas voltadas à produção de suco de laranja concentrado, assim como, o suco pasteurizado e o modificado. Possui uma avícola que faz parte de um grupo inserido na lógica de produção e reprodução do capital numa fase atual de concentração e centralização do capital, onde decisões são emanadas de outros centros urbanos.

A cidade de Paranavaí ainda é capaz de oferecer toda uma gama multivariada de produtos destinados à produção agropecuária, assim como serviços agrônômicos, veterinários, e um Centro Experimental de Manejo Racional e Produtivo relacionado a Beckhauser, empresa paranavaense, objetivando treinamento, formação que proporcione a prosperidade da pecuária, pesquisa e ensino, ou seja, buscando suprir as demandas do setor.

Deste modo, para compreender as atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços é necessária a visão desta produção agropecuária.

No ramo de bebidas, destaca-se a Refrigerantes Garoto, uma empresa dos irmãos Ferracini que, da condição de pequena indústria de refrigerantes em 1960, evoluiu a condição de uma empresa de expressão na rede urbana de Maringá. A empresa, de capital local, teve no ano de sua criação a instalação da primeira máquina semiautomática produzindo 7.200 garrafas de refrigerantes/dia.

Em 1992, a empresa começou um novo plano de expansão e com a nova máquina automática, passaram a produzir 28.000 garrafas dia, atendendo todo o Noroeste do Paraná, com distribuição própria. Em 2012, houve nova expansão da empresa com a ampliação da produção para 100.000 garrafas/dia com aproximadamente 3 milhões de litros por mês, aumentando o mercado de consumo para outras áreas do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, figurando entre as mais importantes empresas do ramo instaladas no Paraná. A empresa tem aproximadamente 160 funcionários. Em seu portfólio de produtos estão: refrigerantes de baixa caloria, água com e sem gás, refrigerantes de diversos sabores nas embalagens retornáveis de 200 ml, 300 ml e 600 ml e nas embalagens PET de 250 ml, 500 ml, 600 ml e 2 litros e energéticos.

A Garoto Refrigerantes, depois de 5 décadas continua criando estratégias para se manter no mercado, evoluindo tecnologicamente, desenvolvendo melhoria e diversificação do

mix, investindo em novas embalagens, a exemplo da garrafinha de refrigerante garotinho-PET 250 ml, projeto focando no mercado infantil.

Ainda retratando o setor secundário da economia, de acordo com o quadro 6, a indústria da construção civil detêm 19,3% da geração de empregos neste setor, o qual ocupa a segunda posição na composição do valor adicionado do município. A dinâmica do setor pode ser visualizada a partir da afirmação do gerente da Caixa Econômica Federal Eduardo Miqueleto, em “2012 o número de financiamentos aumentou 30%” passando “[...] de 2.287 em 2011 para 2887 em 2012. [...] o crédito imobiliário deverá se tornar a principal modalidade de crédito concedido a pessoas físicas, já no primeiro semestre de 2013” (SILVA, 2013a, p.3).

Neste contexto, o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, do governo federal, tem contribuído de forma significativa para a expansão do setor, para o aumento de crédito imobiliário.

Lançado em março/2009 O Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU objetiva promover a construção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00. Os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR é um programa gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal.

Na construção civil tem-se a Engepec Engenharia e Obras Ltda. empresa fundada em 2005 na cidade de Paranavaí, sobre a direção de José Carlos Pequeto Mendes. São inúmeros os empreendimentos desenvolvidos, dentre outros destacando em Paranavaí, o Edifício Meridian, Vitória Garden conforme figura 14, Edifício Barcelona. Em São Pedro do Paraná o Edifício Ilha Grande, em Porto São José²⁹, a 100 quilômetros de Paranavaí, todos os apartamentos com vista para o Rio Paraná.

²⁹ Distrito pertencente à cidade de São Pedro do Paraná-PR, onde há grande desenvolvimento do turismo diante da praia artificial desenvolvida na margem esquerda do rio Paraná. Há várias atividades como pesca, passeios pelas ilhas, dentre outros (PORTAL LOANDA, 2014).



Figura 14: Vista parcial do Edifício Victoria Garden, em construção- Paranavaí- PR, 2014.
(dois apartamentos por andar – área privada 164m² – estimativa de preço final na entrega R\$1.000.000,00)
Fonte: ENGEPEC, 2014.

Outra situação que demonstra o quanto o setor tem dinamizado a cidade são os dados fornecidos pelo Prefeito Rogério Lorenzetti, durante a Feira de Imóveis de Paranavaí 2014 “Em 2009, a arrecadação de Impostos sobre Transação de Bens Imóveis (ITBI) em Paranavaí representou aproximadamente R\$1,2 milhão. Quatro anos depois, o valor subiu para R\$ 5 milhões, um aumento de quase 400%”[...] (SILVA, 2014 p. 5).

Arelado à construção civil, o setor imobiliário vem se desenvolvendo, influenciado inclusive pela instalação de uma unidade do campus do Instituto Federal do Paraná - IFPR. Como destaca (PRAXEDES, JR., 2010), a procura por terrenos em loteamento urbanos de Paranavaí é visivelmente grande. O eminente interesse está relacionado ao crescente aumento no valor dos terrenos.

Corretores locais afirmam que iniciativas como a construção do Centro Cívico no Jardim São Vicente e a instalação do IFPR contribuíram para que novos loteamentos fossem criados nas regiões próximas.

Outra indústria de destaque diante da sua área de influência em território nacional e internacional é a Belatriz Artefatos de Metais LTDA. Fundada por Darly Pedro Molossi, a Belatriz teve seu projeto inicial na cidade de Maringá, em 1992 ela foi transferida para a cidade de Paranavaí, onde permanece até hoje.

A empresa sofreu várias mudanças em Paranavaí e a última foi para a sua sede própria, num prédio de 4.000 m² de área construída, projetada para a fabricação de joias em Prata 925 e folheados em ouro e ródio, fazendo uso de matéria-prima originada no território nacional como internacional.

Com aproximadamente 220 funcionários, apresentando rendimento médio de R\$1.500,00, a Belatriz vende para todos os estados brasileiros e mais 40 países, sendo que a comercialização de seus produtos é feita via internet e através de representantes comerciais.

Outro caso imprescindível para entender da dinâmica e complexidade da inserção de Paranavaí na rede urbana de Maringá é a Felber, empresa fundada por Jerônimo Felber, que em 1955 veio para região atraído pela expressiva propaganda representada pelo cultivo do café, assim, deu início a fabricação de móveis, a Móveis São Jerônimo, naquele período ainda de maneira artesanal.

Em 1988, os filhos Milton e Hélio Felber fundaram a Móveis Felber Ltda. e por muito tempo ficaram restritos a produção de móveis residenciais. Mas em 1992 iniciaram trabalhos voltados a produção de móveis para bancos, no caso o extinto Banestado. Em 2000, a empresa passou a participar de licitações para o suprimento de mobiliários do Banco do Brasil, hoje o seu principal cliente. De capital local a Felber atualmente é especializada neste tipo de mobiliário e conta com 56 funcionários que ganham em média de R\$1.442,00/mês.

As vendas ocorrem através de licitações do governo e a empresa participa dos pregões eletrônicos do Banco do Brasil. Os lotes de mobiliários, em cada disputa virtual, são divididos em lotes sul e norte³⁰, visando atender a todas as agências/prédios/escritórios do banco em território nacional.

Até 1998 a sede da empresa estava em um barracão de madeira que, diante da demanda de trabalho e número de funcionários insuficiente, ocorreu a construção da nova sede em outro endereço. Esta nova sede, conforme figura 15, já sofreu alterações em sua planta, na medida em que busca novos padrões de layout, novas máquinas, pintura eletrostática, dentre outras.

³⁰ O norte e o sul mencionados representam apenas uma linha imaginária que divide e ao mesmo tempo engloba todos os estados brasileiros.



Figura 15: Vista da fachada da Móveis Felber Ltda., Paranavaí-PR, 2015.

Fonte: ASALIN, G.A., 2015.

Uma das políticas desenvolvidas pela prefeitura objetivando a instalação de novas empresas no município é a concessão de terrenos, cedidos a título de incentivos fiscais, para a instalação dos novos empreendimentos. As concessões são feitas por dez anos, podendo ser prorrogadas por igual período, e as duas principais exigências feitas em contrato é que a empresa favorecida tenha produção e geração de emprego.

Ao mesmo tempo em que ocorreu o desenvolvimento desta densidade produtiva, aconteceu o progresso geral da circulação, situação fundamental para a articulação entre produção, distribuição e consumo. As infraestruturas relacionadas ao transporte, comunicação e informação evoluíram, comportando maior fluidez e flexibilidade na circulação de pessoas e de bens materiais e imateriais, a exemplo da rodovia do Café, BR 376, inaugurada em 1965, ligando os municípios do noroeste do estado ao Porto de Paranaguá.

E neste contexto a facilidade para as exportações, tanto que de acordo com o quadro 8, a balança comercial de Paranavaí apresentou-se superavitária ao longo do período analisado, ou seja, as exportações superaram em valor as importações. Vale evidenciar que tanto em 2006 como 2013 o saldo positivo sofreu redução diante da queda das exportações.

Ano	Exportação US\$ FOB(A) %	Importação US\$ FOB(B) %	Saldo US\$ FOB (A)-(B)
2000	17.720.350	276.877	17.443.473
2002	22.198.451	20.205	22.178.246
2004	58.380.726	5.393	58.375.333
2006	36.830.254	149.776	36.680.478
2008	60.283.955	1.494.942	58.789.013
2010	61.205.964	2.220.627	58.985.337
2012	71.053.687	4.197.537	66.856.150
2013	33.913.031	3.713.616	30.199.415

Quadro 8: Principais produtos exportados por Paranavaí- PR: 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2013.

Fonte: SECEX, MDIC 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2013.

Org.: ASALIN, G. A. 2014.

Ao ressaltamos 2006, verificamos que a porção oeste do norte do Paraná sofreu com a instabilidade econômica relacionada em especial às condições desfavoráveis no setor agropecuário, com o boicote da venda da carne bovina paranaense devido à febre aftosa (ASALIN, 2008). De acordo com Orlando Pessuti, vice- governador no período, quatro municípios estavam sobre suspeita de ter animais com febre aftosa, Maringá, Grandes Rios, Amaporã e Loanda (FAEP, 2006).

Tendo na lista Amaporã e Loanda, que vendiam bois para o Margem³¹, bastou para que o embargo europeu, em relação à carne exportada da região, acontecesse e influenciasse na balança comercial paranavaense. Deste modo, de 2005 para 2006, ocorreu uma redução de US\$32.272.652, especialmente em relação à venda para o mercado internacional de pedaços de miudezas comestíveis de galos/galinhas e carne desossadas de bovinos, congeladas (SECEX/MDIC, 2005, 2006).

O caso da queda de mais de 50% das exportações de Paranavaí de 2012 para 2013, de acordo com o quadro 6, tem ligação, dentre outros fatores, com a crise internacional que diminuiu as exportações brasileiras, resultado das demandas de desaquecimento no mercado externo. De acordo com o governo, ocorreu uma queda de 86% do saldo positivo da balança comercial brasileira no período (MARTELLO, 2014).

São 30 países que receberam exportações originadas em Paranavaí. Os principais fluxos das exportações realizadas pelo centro de Paranavaí reforçam que estas exportações foram realizadas principalmente pelas agroindústrias.

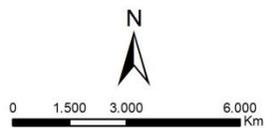
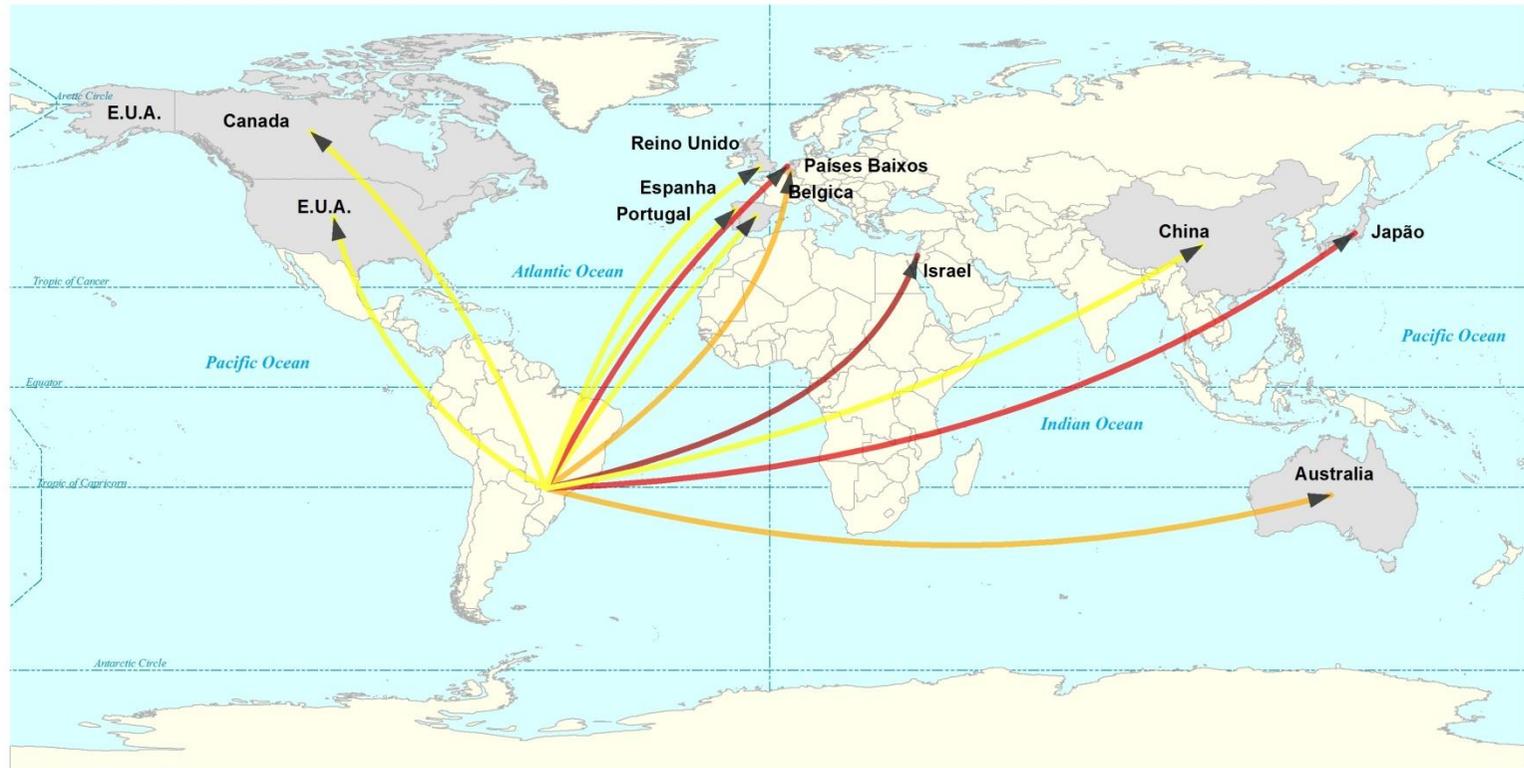
³¹ Unidade de frigorífico do Grupo Margem que encerrou suas atividade em Paranavaí em 2008.

Ao observarmos o mapa 14, nota-se que os fluxos que partem de Paranavaí têm participação expressiva de Israel com 39,71% das exportações do período, seguido dos países europeus com mais de 22%, a exemplo da Bélgica, Países Baixos, Espanha, Portugal, Reino Unido, outro destaque fica para o Japão e China com mais de 12%.

Em 2013, 71% das exportações feitas por Paranavaí estavam relacionadas a venda de sumos de frutas ou de produtos hortícolas e 12,9% relacionadas a venda de óleos essenciais (SECEX/MDIC, 2013), são produtos da agroindústria de laranja como os casos da Louis Dreyfus, Citri Agroindústria S.A, principais empresas exportadoras do centro urbano. Em menor escala, podemos evidenciar as exportações de Bijuterias; amidos e féculas; couros e peles curtidas ou em crosta, de bovinos; couros preparados após curtimento e secagem; torneiras e válvulas; artefatos de joalherias e suas partes, etc.

A compreensão e ao mesmo tempo a complexidade das atividades urbanas passam pela ampliação do setor terciário da economia, relacionado ao consumo local e regional de bens e serviços. O consumo abarca desde os produtos básicos até aqueles sofisticados, perpassando pelos supermercados, *shopping center*, ruas comerciais até a prestação de serviços especializados na educação, saúde e lazer.

Mapa 14: Principais países que receberam exportações de Paranavaí - Pr, de Jan. á Nov., 2013, %



- Legenda:**
Expostações de Paranavaí
- Acima de 30 %
 - Entre 10 - 29,90 %
 - Entre 5 - 9,9 %
 - Entre 1 - 4,9 %

Fonte: SECEX, 2013
Base Cartográfica: IBGE, 2014
Org. ASALIN, G.A.
Arte Final: ANTONIAZZI, J.R.

O quadro 9 apresenta as principais atividades relacionadas ao total de estabelecimentos e trabalho do comércio. O comércio varejista e atacadista de Paranavaí, atividade com o maior número de estabelecimentos e que mais empregam no setor, correspondiam a 21,69% dos mesmos em 2012. Trata-se de um comércio com predomínio de pequenas e médias empresas, mas com representatividade e abrangência regional e nacional.

Atividades	Número de estabelecimentos	Número de trabalhadores
Comércio a Varejo e por Atacado de Veículos Automotores	97	516
Manutenção e Reparação de Veículos Automotores	70	288
Comércio a Varejo e por Atacado de motocicletas e acessórios para as mesmas e para Veículos Automotores.	115	622
Comércio e Varejo de Combustíveis	28	250
Comércio Atac. de Matérias Primas Agrí. e Prod. Semiacabados.	4	21
Comércio Atacadista de Cereais Beneficiados e Leguminosas, Farinhas, Amidos e Féculas.	1	16
Comércio Atacadista de Bebidas.	6	273
Com. Atac. de Madeira, Mat. de Cons., Ferragens e Ferramentas.	7	105
Comércio varejista com Predomínio de Prod. Alimentícios.	73	1.135
Comércio Varejista de Tecidos, Artigos de Armarinhos, Vestuário e complementos.	165	724
Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Artigos Médicos e Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos.	62	308
Comércio Varejista de Móveis, Artigos de Iluminação e Outros Artigos para Residências.	54	448
Comércio Varejista de Material de Construção, Ferragens e Ferramentas manuais.	119	837
Comér. Varej. de outros Prod. não Especificados Anteriormente	128	580
Total	929	5.850

Quadro 9: Principais atividades voltadas ao comércio, número de estabelecimentos e trabalhadores de Paranavaí-PR: 2012.

Fonte: BRASIL, 2012

Org.: ASALIN, G. A., 2014

O setor do comércio contabilizava estabelecimentos em Paranavaí que vão ao encontro de suprir as necessidades da população residente no município e cidades próximas. Destaque são as lojas de móveis e eletrodomésticos, representadas no município principalmente pelas filiais das redes nacionais e regionais como a Daron Móveis, Magazine Luíza, Móveis Romera, Valdar Móveis, Lojas MM, Móveis Colombo, BJ Santos e Pernambucanas. Constata-se que em torno de 40 a 50% das vendas são feitas para consumidores de municípios da área de influência de Paranavaí, especialmente das cidades menores, como Tamboara, Guairaçá, Nova Aliança, Amaporã. Além das lojas deste segmento há que se destacar aquelas de outros ramos como O Boticário, Água de Cheiro, Carmem Steffens, Hering, Lojas Mil, Mini Preço, Jorrovi, Casa Ajita, Audithorium, entre outras.

É relevante demonstrar que estas lojas demandam investimentos de relativo montante, e escolhem cidades com potencial de consumo para se estabelecer. Paranavaí concentra significativos investimentos de capital no terciário, portanto, sendo um polo de investimentos que emana poder de influência sobre cidades de sua área de influência, as quais não conseguem captar os mesmos tipos de investimentos devido ao menor potencial de consumo de sua população. Este tipo de ação do capital que privilegia Paranavaí ratifica o papel de cidade polo, o que se desdobra em empregos e aquecimento da economia local frente à regional, concentrando captação de recursos que em parte voltam a ser investidos no incremento da própria cidade.

A este respeito, há ainda um número grande de estabelecimentos similares aos anteriores mas de capital local que também assume importante papel na economia paranavaense. São inúmeras lojas, de diversos setores como as Loja Império, Disne Importados, Relojoaria Eska, Glevis, dentre outras.

O destaque ficará para as lojas Glevis, empresa originada a partir de Mohamad Soumaille, libanês que na década de 1960 chegou a Paranavaí e investiu em uma pequena loja na cidade, inicialmente comercializando roupas e tecidos.

Com o passar do tempo a empresa prosperou e Mohamad passou a investir na cidade, seja no crescimento e ampliação de sua loja, como no investimento para a abertura de novos segmentos de lojas, em especial no setor de decoração, formando assim o que ele chama de Grupo Glevis, num processo de expansão e diversificação das atividades.

A partir de 2008 o filho de Mohamad, Khalil Soumaille Neto, passou a ser o diretor do Grupo Glevis. Em 2014, o Grupo era composto por lojas de calçados, roupas masculinas e femininas, moda infantil e atuando também nas vendas de móveis e decorações com a Glevis Decor, conforme figura 16, instalada junto a Rodovia 376. A família Soumaille é proprietária também do Shopping Cidade em Paranavaí.

O diretor confirma que no conjunto vem gerando uma média de 100 empregos. Ainda esclarece que de forma geral 80% das vendas são feitas para consumidores de outros municípios, no caso dos móveis. Trabalha com estoque, e ganha ao atender com maior rapidez. O Grupo reinveste em Paranavaí, mantendo casa, propriedade rural e outros negócios no município. Vale destacar que as Lojas do Grupo Glevis recebem, inclusive, consumidores de Maringá, Cianorte, estado de São Paulo, que buscam aqueles estabelecimentos comerciais devido o preço, qualidade e compromisso assumidos.



Figura 16: Vista parcial da fachada da Glevis Decor – BR 376, Paranaíba- PR, 2014.

Fonte: GLEVIS, 2014.

A cidade de Paranaíba possui um comércio dinâmico, havendo ainda um conjunto de atividades voltadas para a população local e regional, tanto da população rural como urbana, movimentando a área central da cidade, de acordo com a figura 17.



Figura 17: Visão parcial do comércio no cruzamento das Ruas Getúlio Vargas esquina com Souza Neves, na área central de Paranaíba, 2012.

Fonte: Silva, 2012.

Neste contexto, os supermercados representam um dos mais expressivos mecanismos de comercialização de produtos industrializados. A cidade de Paranaíba conta, dentre outros, com supermercados Cidade Canção, Guguy, Ricato, Nipon, São Jorge, Mampei, Kochi, Fuzizaki, Boa Compra, Central, sendo que os dois primeiros são de maior porte e conta ainda

com o Hipermercado Muffato. Juntos, as lojas da Cidade Canção, Guguy e o hipermercado³² Muffato, empregam aproximadamente seiscentas pessoas. O setor tem uma média de 30 a 40% de consumidores originados das cidades vizinhas a Paranavaí.

A rede paranaense de Supermercados Cidade Canção, de acordo com as informações fornecidas por um subgerente de Paranavaí, possui duas lojas, uma no Jardim Ouro Branco e outra no centro, as duas lojas já sofreram ampliação, no caso da loja centro só do estacionamento. A rede de supermercado em Paranavaí computa uma média de 250 funcionários, com salário em torno de R\$ 1.010, 00.

A logística para trazer mercadoria para as lojas é feita pelo centro de distribuição – CD em Jandaia do Sul, mas a previsão é que em pouco tempo ele será transferido para a cidade de Paiçandu, tentando facilitar a distribuição dos produtos. Pouca coisa é comprada pelas lojas e estão relacionados aos produtos hortifrutigranjeiros. A maioria destes produtos é adquirida direto da Central de Abastecimento - CEASA de São Paulo, em cargas fechadas para abastecer as lojas e menor frequência em Maringá e Londrina.

No caso do Super Muffato, conforme figura 18, inaugurado em setembro de 2011, é o primeiro hipermercado instalado na cidade de Paranavaí e região. Segundo o diretor, Ederson Muffato, Paranavaí figura como uma cidade estratégica para a expansão dos negócios da rede Muffato, pois pretendem estar presentes nos principais centros comerciais do estado (INAUGURAÇÃO, 2011).

Segundo o gerente, em 2014 o empreendimento conta com aproximadamente 211 colaboradores diretos, cujos salários estão em torno de R\$1.000,00. O CD da empresa fica em Cambé e desenvolveram logística para abastecer as lojas, mesmo porque o fato de ter lojas em Maringá, facilita a abertura de loja em Paranavaí. Afirmam que é comum a aquisição pela loja de produtos perecíveis, hortifrutigranjeiros, queijos e embutidos, os chamados itens de geladeira. Outro produto que costumam comprar loja a loja, devido a logística é o papel higiênico, diante do grande volume para o transporte e o grande consumo, são produtos que ocupam muito espaço, tanto no CD como nos caminhões, justificando a compra pela loja.

³² O hipermercado apresenta variedade de produtos a serem comercializados (além dos que ocorrem nos supermercados, há o comércio de eletrodomésticos, produtos para jardinagem, roupas, informática, etc.), maior tamanho - área superior a 5.000 m² (BNDES,2007).



Figura 18: Vista parcial da entrada do Super Muffato de Paranavaí, 2015.

Fonte: ASALIN, G. A., 2015.

O Hiper Muffato conta com 16.000m² de área construída e com 600 vagas de estacionamento rotativo, uma galeria comercial de 17 lojas, distribuídas em dois pavimentos (INAUGURAÇÃO, 2011). Este tipo de empreendimento colaborou para que população consumidora de cidades vizinhas, que muitas vezes se dirigia-se à Maringá para conciliar consumo e lazer, agora o faz em direção a Paranavaí. Afinal, o hipermercado oferece um ambiente que proporciona lazer e fazendo deste um espaço de consumo ao mesmo tempo em que a população o consome. Fato semelhante é o que acontece com o Shopping Cidade de Paranavaí, afinal, estes dois estabelecimentos são os maiores responsáveis pela atração de população de cidades vizinhas para Paranavaí na relação consumo-lazer, inserindo Paranavaí numa outra divisão territorial do trabalho e com funcionalidade mais importante na porção oeste da rede urbana de Maringá.

Já o Guguy Supermercados, segundo seu gerente comercial, Renato Chang teve sua criação vinculada ao fato dos donos terem morado, trabalhado e acumulado capital, durante 4 anos no Japão. Ao voltarem ao Brasil, um deles resolveu trabalhar no setor, aprender como funcionava a dinâmica de um comércio deste tipo e na sequência abriu o seu próprio negócio. Iniciou na década de 1990 com uma mercearia e que mais tarde criou o primeiro supermercado da rede com o nome Guguy, a loja no Jardim Santos Dumont.

Assim, a empresa de capital local, desde 1997 vem ampliando seus negócios na cidade de Paranavaí, primeiro com a inauguração de uma nova loja no centro em 2005 e a mais recente delas, inaugurada em 2011 no Distrito de Sumaré de Paranavaí. As lojas empregam em torno de 200 funcionários, com a média de vencimentos em torno de R\$ 1.200,00.

Além do supermercado, a partir do final de 2011, a empresa inaugurou um restaurante no piso superior da unidade centro, numa região da cidade que não apresenta muitos empreendimentos deste segmento. Todas as lojas do Supermercados Guguy tiveram ampliação de seu espaço físico em 2014, mostrando a dinamicidade da cidade neste setor.

Em 2014, a empresa comprava parte dos seus produtos diretamente das indústrias, e em atacadistas como Campeão, Atacadão, Destro, Maxx, dentre outros, e que estão nas cidades de Mandaguaçu, Maringá, Cascavel e Londrina. As compras são direcionadas para as lojas, pois a empresa não dispõe de CD, embora em torno de 20 a 30% das mercadorias são entregues na unidade do centro e depois distribuídas. O setor do hortifrutigranjeiro é comprado no CEASA de Maringá, e também de alguns pequenos produtores regionais de Paranavaí, Nova Esperança, Nova Aliança do Ivaí, Maringá e Colorado.

Há reinvestimentos de capital por parte dos donos do Supermercado Guguy na cidade, através da ampliação dos negócios, adquirindo imóveis, principalmente aquisição de terrenos para instalar novas lojas a serem contempladas no projeto de expansão da empresa.

O caso das concessionárias de veículos, o percentual de vendas para consumidores de outros municípios varia muito. Segundo o supervisor de vendas da Fiat Fipal, Diego Ruiz, na empresa tem em torno de 60% de suas vendas regionais, pois contam com vendedores em Loanda e Nova Esperança. Já o gerente de vendas, Sérgio Luiz Bernardino, da Paranaivel - Ford, afirma que as vendas ficam entre 80 e 85% para as cidades adjacentes a Paranavaí; a Pirâmide, revendedora da Volkswagen, de acordo com a secretária de vendas, Renata Benedi, esclarece que este número em torno de 30% dos consumidores são de fora, afirmando que já foi superior quando a empresa não tinha loja em Loanda. Este setor é muito pujante e, assim como os demais, marca o papel de Paranavaí na rede urbana regional.

De acordo com a tabela 17, os serviços respondem por 56,4% do valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades, além de ser o maior gerador de empregos dos ramos de atividades.

Tabela 16: Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos Segundo os Ramos de Atividades, Paranavaí- PR: 2011.

Ramos de atividades	Valor (R\$. 1000,00)
Agropecuária	85.631
Indústria	737.076
Serviços	1.068.489

Fonte: IBGE, Ipardes, 2011.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Os serviços são expressivos em número, conforme quadro 10, com ampla área de atuação, englobando os municípios vizinhos, com destaque para o setor médico hospitalar, ensino superior, os serviços bancários com 9 agências entre privadas e estatais. Há ainda um grande número de empresas de transporte de cargas, mostrando que o setor apresenta-se dinâmico diante das necessidades da demanda regional. Os serviços em Paranavaí apresentam a maior expressividade na geração de empregos. É importante ainda destacar que 45% do setor de serviços está relacionado à administração pública em geral.

No que tange ao setor de desenvolvimento tecnológico, Paranavaí conta com várias instituições dedicadas à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, articuladas com setores agropecuário e do agronegócio por figurarem como atividades importantes no município. A pesquisa no setor é desenvolvida pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) que apresenta uma estação experimental em Paranavaí, a Rede Internacional para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro /Universidade Federal do Paraná (RIDESZ/UFPR) e o Centro Tecnológico da Mandioca (CETEM).

Há também envolvimento e reforço da P&D do município a partir das Instituições de Ensino Superior (IES) em programas que envolvem especialmente os cursos de pós-graduação, como é o caso da Universidade do Estado do Paraná -UNESPAR – campus Paranavaí, Universidade Paranaense – UNIPAR, o Instituto Federal do Paraná – IFPR, e a Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná – FATECIE, o ensino superior será discutido posteriormente.

Atividades	Número de estabelecimentos	Número de trabalhadores
Reparos e Manutenção. de Maq. e Aparelhos Eletrodomésticos	7	20
Reparos de Outros Objetos Pessoais e Domésticos	6	15
Estabelecimentos Hoteleiros	11	105
Restaurantes e Estabelec. de Bebidas, com Serviços completos	56	280
Lanchonetes, Cantinas	63	223
Fornecimento de Comida Preparada	7	32
Outros Serviços de Alimentação	3	11
Transporte Rodoviário de Passageiros	19	155
Transporte.Rodoviários de Cargas, em geral	106	442
Atividades de Correio Nacional	2	57
Bancos Múltiplos (com carteira comercial), Caixas econômicas.	9	233
Telecomunicações	5	42
Planos de Saúde	1	64
Administração Pública em geral	5	2.934
Educação Básica	6	252
Educação Superior e Pós-Graduação	5	362
Atividades de Atendimento Hospitalar	5	555
Atividade. Ambulatorial, Serv. de Complementação Diagnóstica ou Terapêutica e outras Atividades Relacionadas à Saúde.	131	398
Atividades Jurídicas	24	129
Atividades de Contabilidade e Auditoria	30	218
Atividades de Investigação, Vigilância e Segurança.	9	156
Total	501	6.450

Quadro 10: Principais atividades voltadas ao serviços, número de estabelecimentos e trabalhadores de Paranavaí-PR: 2012.

Fonte: BRASIL, 2012

Org.: ASALIN, G. A., 2014

O setor financeiro, representado por sete bancos, tanto privados e estatais, é de suma importância para o fornecimento de créditos. Estes créditos podem estar relacionados tanto ao setor agropecuário, como industrial ou da prestação de serviço, conforme o quadro 11. Paranavaí apresenta agências da Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander, computando mais de 300 empregos.

Período (Mês/ano)	Operações de Crédito	Financiamentos rurais à agricultura custeio/investimentos	Financiamentos rurais à pecuária custeio/investimentos	Financiamentos Imobiliários	Depósito de Poupança
1/ 2000	53.695.514,00	8.653.167,00	8.898.342,00	11.532.738,00	38.107.436,00
1/ 2010	318.807.397,00	47.487.330,00	52.249.819,00	44.440.201,00	148.111.960,00

Quadro 11: Principais operações bancárias de Paranavaí-PR: 1/2000 a 1/2010.

Fonte: BRASIL, 2014.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Ainda neste segmento, o cooperativismo de crédito apresentou expansão através do Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil - SICCOOB, tendo a primeira agência do Noroeste inaugurada em Paranavaí em 5 de setembro de 2003, com 256 cooperados, somando R\$400.000,00, “objetivando fugir das exageradas taxas de juros cobradas pelo mercado financeiro convencional” (RIBEIRO, 2013, p.21).

Em 2011, com a aprovação do Banco Central, o SICCOOB se transformou em Livre Admissão, podendo aceitar como cooperados pessoas jurídicas e pessoas físicas residentes na sua área de atuação. Assim passou a ser denominado de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná – SICCOOB Noroeste do Paraná (RIBEIRO, 2013). Com as transformações ocorridas no período, em 2013 a referida Instituição contava com 3.647 associados, com três postos de atendimento no município, apresentando uma média mensal de depósitos R\$ 45.052.953,00 e de empréstimos R\$ 41.022.548,00.

Em termos regionais, o Sicoob tem três postos de atendimento – PA’s em Paranavaí e um em cada uma das cidades: Nova Esperança, Rondon, São Carlos do Ivaí, Terra Rica, Loanda, Alto Paraná e Nova Londrina, sendo que no último município o PA foi inaugurado em 2014. É importante salientar que estes municípios pertencem à área de influência de Paranavaí.

Também relacionado ao setor terciário destaca-se os serviços oferecidos pelos hotéis, que de acordo com o quadro 5 são onze no total, mas o destaque fica a cargo de quatro deles: o Grande Hotel, Hotel Elite, Estação das Palmeiras e o Shelton, conforme figura 19.

Dos quatros hotéis em destaque o Shelton foi o último empreendimento do ramo inaugurado na cidade de Paranavaí, ele passou a funcionar a partir de 27 de novembro de 2011, seu dono é Francisco Sergio Domingues um investidor local, que vendo o crescimento de Paranavaí e as novas necessidades do ramo resolveu investir na cidade.

O Hotel apresenta capacidade para 145 hóspedes, nível quatro estrelas, e numa localização de muita acessibilidade junto à Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, PR 218.

Na mesma via, PR 218, está instalado o Hotel Estação das Palmeiras, empreendimento inaugurado em 2008, também representando investimento do capital local, tem capacidade para aproximadamente 50 hóspedes.

O caso do Grande Hotel, há tempos vem sofrendo reformas e ampliação, sendo um dos hotéis, diante da localização, na Avenida Getúlio Vargas, no centro da cidade, muito procurado por pessoas que vêm para a região. “O Grande Hotel de Paranavaí foi adquirido

pela família Pillonetto no ano de 1982 e administrado por esta desde então. [...] 85% de seus hóspedes [...] vêm a cidade para negócios” (BOCATO; GRACIANO, 2013, p. 169).



Figura 19: Vista da fachada do Shelton Hotel, Paranavaí – PR, 2015.

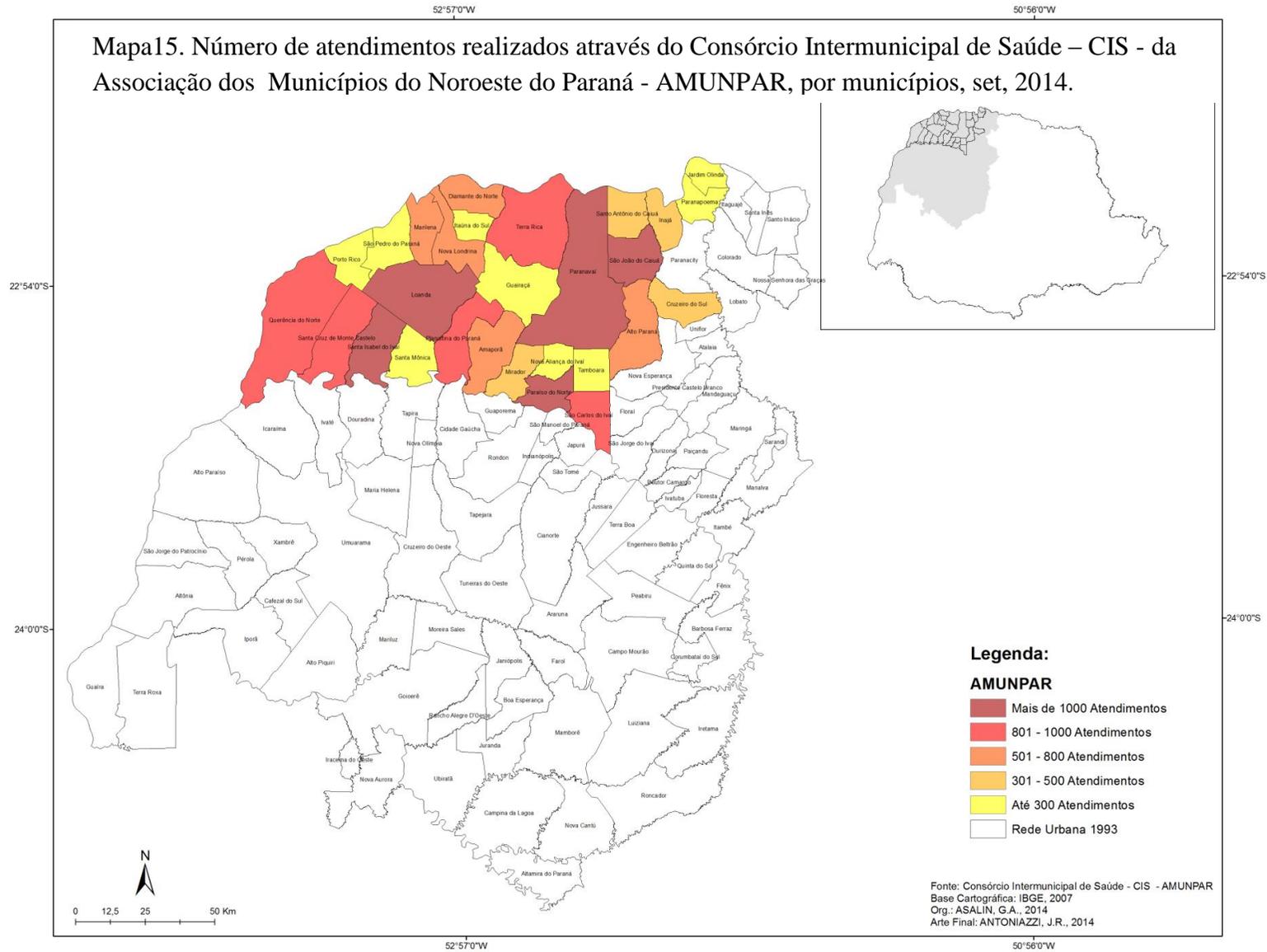
Fonte: ASALIN, G. A. 2015

Tanto a inauguração do Shelton Hotel, do Estação das Palmeiras, assim como, a ampliação do Grande Hotel demonstram o desenvolvimento do setor, comprovando mais uma funcionalidade de Paranavaí relacionada à prestação de serviços. Além disso, torna-se interessante mencionar que acaba sendo local de encontro de empresários e viajantes, onde trocam experiências e legitimam Paranavaí como a cidade polo mais importante da porção oeste do norte do Paraná.

No que concerne ao setor de saúde, Cleusa Garbin, encarregada da Divisão Técnica do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS- Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná - AMUNPAR informou que ele foi criado em 1993 e figura como uma associação entre 28 municípios do Noroeste do estado que fazem parte da 14º Regional de Saúde, de acordo com o mapa 15, são eles: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Jardim Alegre, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, nova

Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranaíba, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antonio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara e Terra Rica.

Mapa15. Número de atendimentos realizados através do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS - da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná - AMUNPAR, por municípios, set, 2014.



O CIS AMUNPAR gerencia os serviços de saúde ambulatoriais especializados nas áreas de consultas médicas, terapias, exames complementares e outros serviços, atendendo uma população de 261.000 habitantes.

Cleusa Garbin complementa que o CIS é composto das unidades executivas: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I Loanda, Centro Regional de Especialidades – CRE Loanda, Hemonúcleo Regional, Casa do Aguardo, Centro Regional de Especialidades- CRE todos em Paranavaí atuando diretamente em atendimentos próprios. Conforme o quadro 12, foram mais de 154 mil atendimentos em 2013 desde consultas à exames.

Tipo de atendimento	Quantidade
Consultas	51.689
RX	12.090
Exames laboratoriais	46.730
Atendimento odontológico	9.630
Fisioterapia	8.050 seções
Endoscopia	8.904
Atendimentos CAPS Loanda.	16.955

Quadro 12: Atendimentos próprios feitos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde- AMUNPAR, nas unidades executoras de Loanda e Paranavaí: 2013.

Fonte: CIS- AMUNPAR (2013).

Org.: ASALIN, G.A., 2014.

Os serviços credenciados a terceiros, conforme quadro 13, estão relacionados principalmente com o atendimento realizados em outros municípios, devido à falta de oferta diante da demanda do município polo. As cidades mais requisitadas são Cianorte, Maringá, Sarandi e Araçongas.

Tipo de atendimento	Quantidade
Tomografia	2126
Ressonância Magnética	544
Exames cardiológicos (Holter, Mapa, teste hergométrico, Ecocardiograma c/Doppler)	1207
Cintilografia	159
Estudo Urodinâmico	160
Otorrinolaringologista	955
Oftalmologista	1038
Radiografia panorâmica	1772
Eletroneuromiografia	654

Quadro 13: Atendimentos terceirizados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR: 2013.

Fonte: CIS – AMUNPAR, 2013.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Na tentativa de quantificar alguns dados pelos municípios, foram repassados pelo CIS os atendimentos feitos, durante o mês de setembro de 2014, somando 21.061 atendimentos, de acordo com o quadro 14 e o mapa 14.

Cidades	População absoluta	Atendimentos	Cidades	População absoluta	Atendimentos
Alto Paraná	13.662	605	Paranapoema	2.791	285
Amaporã	5.444	699	Paranavaí	81.595	4787
Cruzeiro do Sul	4.563	449	Planaltina do Paraná	4.095	807
Diamante do Norte	5.524	590	Porto Rico	2.531	299
Guairaçá	6.194	105	Querência do Norte	11.749	806
Inajá	2.988	393	Santa Cruz do Monte Castelo	8.093	903
Itaúna do Sul	3.588	253	Santa Isabel do Ivaí	8.755	1125
Jardim Olinda	1.409	244	Santa Mônica	3.547	298
Loanda	21.211	1702	Santo Antônio do Caiuá	2.732	410
Marilena	6.854	512	São Carlos do Ivaí	6.352	906
Mirador	2.327	440	São João do Caiuá	5.909	1169
N. Aliança do Ivaí	1.433	255	São Pedro do Paraná	10.164	131
Nova Londrina	13.069	585	Tamboara	4.664	276
Paraíso do Norte	11.781	1161	Terra Rica	15.791	866

Quadro 14: Total de atendimentos realizados através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação do Municípios do Noroeste Paranaense por município, set. 2014.

Fonte: CIS-AMUNPAR, 2014.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Situação que chama a atenção é o fato de alguns dos municípios, com pequenas populações totais, terem número elevado de atendimentos pelo CIS, caso de Inajá, Jardim Olinda, Porto Rico e Nova Aliança do Ivaí, ocorrência que pode estar relacionada com a falta de serviços de saúde, como a ausência de hospitais, clínicas, insuficiência de médicos nas unidades básicas de saúde. Este último elemento vincula-se, em geral, às dificuldades que as prefeituras de pequenas cidades, especialmente as mais afastadas de Paranavaí, têm de atrair profissionais da área de saúde.

Embora tenha apresentado um número elevado de atendimentos per capita no mês de setembro, Nova Aliança do Ivaí, uma das cidades estudadas neste trabalho, está a aproximadamente 15 quilômetros de Paranavaí e não tem problemas em atrair profissionais da saúde, que atendem esporadicamente na Unidade Básica de Saúde - UBS, o que acontece às vezes no município é a falta de demanda para algumas especialidades, já aconteceu de ser o dia do pediatra atender e não ter pacientes.

Mesmo com toda a organização apresentada, a exemplo da reunião dos municípios para solucionar os problemas voltados à saúde, há pessoas que não conseguem atendimento, e muitas vezes ficam à mercê dos políticos, na chamada “troca de favores”. Cleusa Garbin inclusive reclamou do que chama de atendimento primário³³, “é comum médicos não tocarem no paciente e encaminharem-no para o consórcio a fim de fazerem baterias e mais baterias de exames, onerando os cofres públicos”.

Por outro lado, ao percorrer as imediações do ponto de atendimento da 14ª Regional de Saúde em Paranavaí, encontramos pessoas que saíram de casa às 4 horas da manhã, seu retorno só acontecerá no final da tarde, pois o fato de virem de ônibus, vans, etc., que transporta várias pessoas, não permite que se vá embora até o último ser atendido.

O que se percebe é que as antigas filas presenciais foram substituídas pelas filas virtuais. Há casos de espera por seis meses de atendimento, pois eles só podem ser passados para o consórcio a partir da autorização do gestor, e a espera pode ultrapassar seis meses. No caso de cirurgias, as autorizações podem acontecer entre um ano e um ano e meio, mostrando que há um funil neste atendimento.

Paranavaí conta hoje com quatro principais hospitais, Hospital Municipal, Hospital Regional do Noroeste, Hospital e Maternidade São Lucas e a Hospital Santa Casa de Paranavaí, o mais importante no atendimento de Paranavaí e municípios vizinhos. Uma situação que chamou a atenção é o fato de o Hospital Regional estar instalado ao lado da Santa Casa, não há separação do atendimento de um em relação ao outro.

Ainda é interessante frisar que a Santa Casa de Paranavaí tornou-se o responsável pelas obras, do que era para ser o Hospital Regional ao concluir o processo de licitação das obras de adaptação e conclusão do prédio que abrigará a nova unidade da Santa Casa, conforme a figura 20. Serão investidos na obra R\$ 9,5 milhões para retomar a construção e acabamento do prédio.

Quando pronto, o Hospital contará com a unidade Morumbi, com 120 leitos, dos quais 10 de UTI, bloco cirúrgico com três salas, serviços de imagem e estrutura de hotelaria. Segundo o Presidente da Santa Casa, a Instituição está operando no seu limite e esta nova unidade hospitalar vai ajudar muito Paranavaí e região (SANTA, 2014).

³³ Oferece em geral serviços externos, como os ambulatórios, nas áreas de promoção da saúde e prevenção de doenças, atuando basicamente através de três estabelecimentos: postos de saúde, centros de saúde e unidades mistas, considerados todos de serviços simples (ALMEIDA, 2005).

A ampliação das demandas vem criando um amplo processo de expansão quer pelo Consórcio de saúde da AMUNPAR, ou pelas novas possibilidades de ampliação de leitos com a inauguração da nova unidade do Hospital Santa Casa de Paranavaí.



Figura 20: Vista parcial do prédio onde será o Hospital Santa Casa, sede II em Paranavaí-Pr, 2015.

Fonte: ASALIN, G. A., 2015.

Paranavaí vem atendendo parcela das demandas da população, porém, para algumas especialidades há relativa dependência de maiores centros. O que agrava a situação não é a relação oferta/demanda da população de Paranavaí, mas sim quando esta relação acontece para com a população da AMUNPAR. Afinal, os demais municípios não oferecem serviços suficientes para sua população, o que acaba aumentando a procura na cidade polo. Isto gera um desconforto, pois, o número de oferta acaba sendo insuficiente para toda a população.

Ainda no que se refere à prestação de serviços, tem-se o transporte coletivo metropolitano, justificado pelo intenso fluxo de pessoas de Paranavaí e Nova Esperança, pela linha de ônibus chamada popularmente de Amarelinho, controlada pela Viação Garcia³⁴ que acontece entre as cidades pela Rodovia BR 376. A quantidade de passageiros que utilizou essa linha metropolitana, foi obtida junto à empresa e o Departamento de Estrada e Rodagens do Paraná - DER, mostrando que de junho de 2013 a maio de 2014, um total anual de 516.201

³⁴ A viação Garcia é uma empresa de transporte rodoviário interestadual e metropolitano, com sede em Londrina- PR.

passageiros se deslocaram neste percurso de ida e volta, perfazendo uma média diária de 2.150 transportados (DER-PR, 2014).

Estes números informam implicitamente que a cidade de Paranavaí, e em segunda intensidade Nova Esperança, acabam exercendo grande influência para a mobilidade de trabalhadores e consumidores de bens e serviços das cidades atendidas pela linha. Importa mencionar que, embora a linha seja entre estas duas cidades, ela também atende as cidades de Alto Paraná, Distrito de Sumaré dentre outras.

A implantação da linha Metropolitana Paranavaí - Nova Esperança se concretizou em março de 1999. São 18 horários disponíveis de ida e volta de Paranavaí para Nova Esperança e vice-versa de segunda a sábado, conforme quadro 15.

Paranavaí - Nova Esperança	04:50	05:30	06:10*	07:05	07:55	08:50	10:10	11:05	12:10
	13:15	14:20	15:25	16:35	17:30	18:45	20:05	21:15	23:10
Nova Esperança -Paranavaí	06:00	06:45	07:20*	08:15	09:05	10:00	11:20	12:15	13:15
	14:20	15:30	16:30	17:40	18:20	19:00	20:00	21:10	00:25

Quadro 15: Horários Transporte Metropolitano ida e volta- Paranavaí/Nova Esperança pela Viação Garcia 2014 **horários suprimidos aos domingos e feriados*

Fonte: Viação Garcia (2014).

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Relacionado à funcionalidade de Paranavaí no quesito educação, temos na cidade a sede do Núcleo Regional de Educação - NRE, da rede estadual de ensino fundamental e médio. São 21 municípios de abrangência deste NRE, somando 46 unidades escolares, sendo 11 delas no município sede.

Na soma o NRE de Paranavaí, entre o ensino fundamental e médio, somava um total de 9.356 alunos matriculados na rede pública. Ao todo, são gerados cerca de 800 empregos pela Secretaria de Estado da Educação - SEED Regional (SEED, 2014).

Já as instituições que ofertam curso superior são representadas pela Universidade do Estado do Paraná - UNESPAR - Campus Paranavaí, o Instituto Federal do Paraná IFPR, a Universidade do Estado do Paraná - UNIPAR, a Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná – FATECIE, sendo as duas primeiras públicas (estadual e federal) e as demais de origem privada, conforme figura 21.



Vista da entrada FATECIE



Vista da fachada da UNIPAR



Vista parcial do IFPR



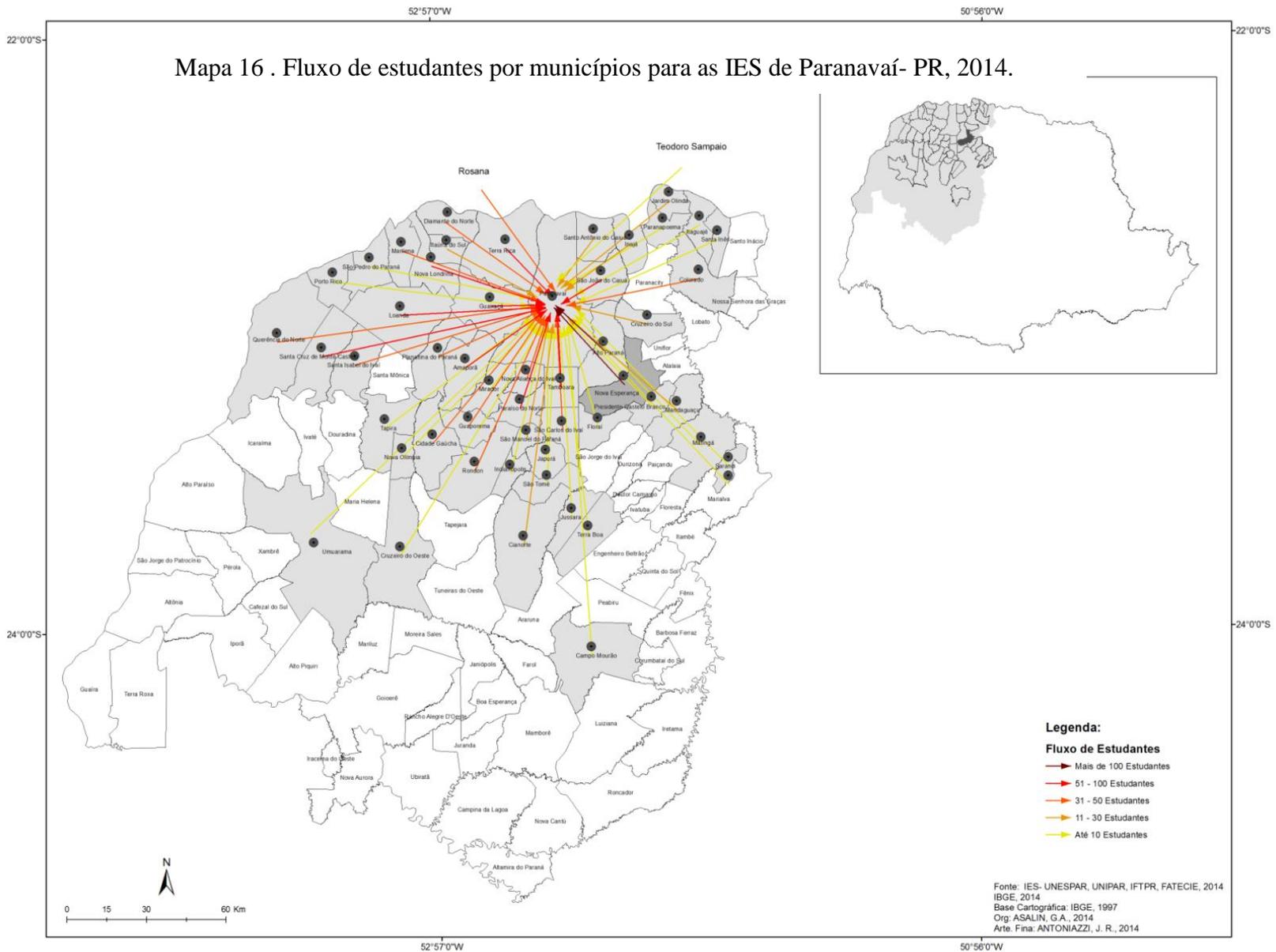
Vista Parcial UNESPAR- Campus Paranavaí.

Figura 21: Vista parcial das Instituições de cursos superiores de Paranavaí- PR, 2015.

Fonte: ASALIN, G. A., 2015.

A partir da Faculdade de Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA, fundada na década de 1960, juntamente com os Campi de Campo Mourão, União da Vitória, Paranaguá, Apucarana, e mais três campi em Curitiba, gerou-se a Universidade do Estado do Paraná - UNESPAR em 2011. Na verdade foi uma estratégia do estado para transformar as antigas faculdades estaduais em uma universidade.

O Campus de Paranavaí da UNESPAR oferece 12 cursos de graduação: Administração, Ciências, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Geografia, História, Letras com habilitação em inglês, Matemática, Pedagogia e Serviço Social. Os cursos contabilizavam em 2014 cerca de 2.100 alunos matriculados, em sua maioria, oriundos de cidades da rede urbana de Maringá, conforme mapa 16, especialmente advindos de Nova Esperança, Alto Paraná, Loanda, Tamboara, Paraíso do Norte e Querência do Norte. Na pós-graduação *stricto sensu* o campus oferece em torno de 12 vagas por ano, para o Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar.



O IFPR foi criado com a Lei 11.892 de 30 de dezembro de 2008, assim como, todos os Institutos Federais do país. Mas, o campus Paranavaí começou a funcionar em 2010, e em 2014 apresentava um total de 352 alunos, regulares; 150 alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC/MULHERES MIL e mais 50 alunos Ensino à Distância - EAD. Em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, oferta ainda dois cursos superiores: o Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Química, tendo predomínio de alunos de Paranavaí, Tamboara, Nova Londrina e Nova Aliança do Ivaí. Está em fase de acabamento outro prédio, com previsão para ser inaugurado em 2015, o mesmo acomodará a administração do Instituto, liberando salas que serão utilizadas para instalar novos cursos.

A FATECIE passou a funcionar em 2008, possui 6 cursos de graduação; Processos Gerenciais, Marketing, Gestão Ambiental, Administração e Ciências Contábeis, apresentando uma média de 408 alunos, a maioria de Paranavaí e cidades próximas, com destaque quantitativo para Nova Esperança, Planaltina do Paraná, Amaporã e Alto Paraná, conforme o mapa 15.

O campus da UNIPAR de Paranavaí foi inaugurada em 1993, ofertando os cursos de Engenharia Civil, Administração, Sistema de Informações, Arquitetura e Urbanismo, Estética e Cosmética, Direito e Farmácia, totalizava em 2014, 1.505 alunos matriculados, de Paranavaí e principalmente dos municípios de Loanda, Nova Londrina, Guaporema, Paraíso do Norte e Rosana, de acordo com o mapa 15.

Faz-se interessante destacar que independente do número de habitantes, as cidades que dão condições, quer com ônibus, vans particulares ou em partes subsidiadas pela prefeitura, apresentam o maior número de estudantes, se deslocando para Paranavaí. Este é o caso dos estudantes de Itaúna do Sul, Santo Antônio do Caiuá e, Tamboara, onde a prefeitura fornece o ônibus; já para Alto Paraná e Inajá parte do custo de transporte é pago pela prefeitura e o restante pelos alunos. Os alunos que vem de Querência do Norte, Colorado, Nova Esperança, Loanda, Nova Londrina, Guaporema, Paraíso do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo, dentre outros, pagam mensalmente para empresas particulares transportá-los até Paranavaí. E há situações onde os alunos gastam praticamente o que seria a mensalidade de uma instituição particular, como é o caso do acadêmicos que vêm de Colorado: os contratos de transporte para o ano de 2015 já foram fechados a R\$ 300,00 por mês.

Conforme o quadro 16, as IES em conjunto somaram, em 2014, 4.053 alunos estudando em Paranavaí, sendo 2.445 alunos da cidade e 1.608 advindos das cidades de sua hinterlândia, ou seja, 39% são de fora de Paranavaí. Atraídos por possibilidades, através de

cursos superiores, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, Pós- Graduação *lato sensu* e Pós- Graduação *stricto sensu*, a cidade de Paranavaí reforça sua importância na rede urbana de Maringá, no que tange a oferta de bens e serviços.

Cidades	Total	Cidades	Total	Cidades	Total
Alto Paraná	111	Jussara	4	Querência do Norte	46
Amaporã	54	Loanda	78	Rondon	33
Campo Mourão	1	Mandaguaçu	11	S. Cruz do Monte Castelo	59
Cianorte	13	Marialva	1	Santa Inês	3
Cidade Gaucha	48	Marilena	46	Santa Isabel do Ivaí	39
Colorado	41	Maringá	5	Sto. Antonio do Caiuá	30
Cruzeiro do Oeste	1	Mirador	10	Sarandi	1
Cruzeiro do Sul	24	Nova Aliança do Ivaí	31	São Carlos do Ivaí	36
Diamante do Norte	40	Nova Esperança	127	São João do Caiuá	65
Floraí	3	Nova Londrina	91	São Manoel. do Paraná	18
Guairaçá	58	Nova Olímpia	2	São Pedro do Paraná	1
Guaporema	43	Paranapoema	2	São Tomé	2
Inajá	20	Paranavaí	2445	Tamboara	52
Indianópolis	9	Paraíso do Norte	74	Tapira	1
Itaguajé	3	Planaltina do Paraná	44	Teodoro Sampaio	1
Itaúna do Sul.	20	Porto Rico	3	Terra Boa	1
Japurá	3	Presidente Cast. Bco.	3	Terra Rica	98
Jardim Olinda	14	Rosana	34	Umuarama	3
Total Geral = 4.053					

Quadro 16: Procedência dos alunos das IES que oferecem curso superior em Paranavaí-Pr, 2014.

Fonte: UNESPAR, FATECIE, UNIPAR, IFPR, 2014.

Org.: ASALIN, G. A, 2014.

O fato de duas das instituições terem começado a funcionar há menos de 10 anos, atrelado a implementação de novos cursos, tem gerado novas contratações de professores e servidores, com média salarial acima da local, favorecendo e estimulando o desenvolvimento econômico.

Paranavaí se apresenta como um centro oferecendo uma gama importante de bens e serviços no setor hoteleiro, nos bancos e instituições financeiras, no transporte, na saúde e na educação, que atende suas necessidades locais e adjacentes.

4.2 NOVA ESPERANÇA

Estando praticamente a mesma distância de Maringá e Paranavaí, Nova Esperança coloca-se no contexto da rede urbana de Maringá, entre uma cidade grande e uma média,

cujo povoamento foi conduzido diretamente pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Se há meio século, Nova Esperança era um município da frente pioneira, com uma dinâmica econômica pautada nas atividades agrícolas, onde se destacava a produção de café, dos gêneros alimentícios e das matérias-primas, na atualidade vive situação diferente. Hoje bovinos, cana-de-açúcar, laranja, mandioca, soja e bicho-da-seda figuram como os principais produtos e criações da agropecuária.

Em relação à estrutura dimensional, em 1960 havia 94,7% do número de estabelecimentos rurais considerados pequenos, aqueles com até menos de 100 ha, abarcando 66,8% da área utilizada com agropecuária de Nova Esperança. A estrutura fundiária do município foi alterada, pois na medida em que houve modernização da agricultura, ocorreram processos em direção à concentração fundiária conforme a tabela 18.

Tabela 17: Evolução da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Nova Esperança - PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006, %.

Ano	Est. com menos de 50 ha		Est. com 50 a menos de 100 ha		Est. com 100 a menos de 200 ha		Est. com 200 a menos de 500 ha		Est. com mais de 500 ha	
	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área
1970	93,4	59,3	3,5	11,8	1,9	11,8	0,8	12,7	0,11	4,2
1980	86,8	42	7,1	16,8	3,6	16,4	2,1	19,1	0,23	5,5
1995/96	86	32,32	7,05	14,47	3,82	14,45	2,72	22,4	0,42	16,33
2006	84,86	30,64	6,95	13,54	5,58	20,30	1,86	15,50	X	X

Os dados das unidades territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caractere X.

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: Asalin, G. A., 2014.

Os estabelecimentos rurais pequenos diminuíram em área ocupada e número de 1970 para 2006, quando representavam 91,81% do total e 44,18% da área. Na contrapartida, os médios, aqueles entre 100 e menos de 500 ha e os grandes estabelecimentos rurais, os que apresentam mais 500 ha, aumentaram tanto em número quanto em área ocupada no período 1970 -1995/96. No entanto, em 2006, os estabelecimentos considerados grandes não se fazem presentes na estrutura dimensional dos estabelecimentos de Nova Esperança, isto porque dentro dos critérios do IBGE, quando o número de estabelecimentos rurais de determinada dimensão não somar no mínimo três unidades, eles não são informados para evitar identificação dos donos. Mas podemos determinar pelos dados da tabela que eles representam 0,75% dos estabelecimentos rurais e 20,12% da área ocupada. Mas aqueles entre 200 a menos de 500 ha, tiveram suas áreas ampliadas entre 1970-1995/96, por apresentarem redução em 2006.

A classe que mais apresentou crescimento foi a dos estabelecimentos com área entre 100 e menos de 200 ha em todo período, conforme tabela 18. Verifica-se que estes passaram de 1,9% para 5,58% em termos de estabelecimentos rurais, enquanto sua área passou de 11,85 para 20,3%.

Os dados sobre o uso da terra em Nova Esperança, conforme tabela 19, deixa evidente a sucessiva redução das terras utilizadas com as lavouras permanentes até 1995/96, inclusive com redução das amoreiras, em favor do aumento gradativo das terras com uso para cultivos temporários. De 1970 até 1995/96 crescimento da área ocupada com pastagens ampliou e em 2006 diminuiu.

Tabela 18: Evolução do uso da terra em Nova Esperança-PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006, %.

Ano	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias*	Pastagens
1970	54,97	11,17	33,84
1980	21,69	17,05	61,3
1995/96	4,47	15,12	71,45
2006	6,25	27,47	63,55

*Inclusa nestas lavouras as terras em descanso e produtivas não utilizadas.

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: Asalin, G. A., 2014.

As pastagens diminuíram sua área em 11,84% de 1995/96 para 2006, as culturas temporárias ampliaram suas áreas de colheita em 12,35%. As culturas permanentes reduziram até 1995/96 com pequeno acréscimo desta última data até 2006. A soja aumentou tanto a produção como a área colhida de 1970 para 1980. A cana-de-açúcar e a mandioca são as culturas temporárias de destaque no município de Nova Esperança

A diminuição da área de pastagem foi acompanhada pela diminuição do rebanho bovino, o mesmo reduziu cerca de 7.300 cabeças no período de 1995/96 - 2006, conforme tabela 20.

Em entrevista, Rodney Garcia, pecuarista em Nova Esperança, revelou praticar pecuária de corte com animais da raça Anelorada, cuja origem remete a vários municípios do Paraná como: São Carlos do Ivaí, Paranavaí, Bom Sucesso, Nova Esperança e cidades nas imediações de Guaíra.

Com uma propriedade de 287 hectares em Nova Esperança e outra de 96 no município de Presidente Castelo Branco, possui 1.200 animais numa área de 383 hectares. Já foi proprietário de um frigorífico no município.

Tabela 19: Evolução do rebanho bovino e área ocupada por pastagem em Nova Esperança – PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Ano	Número de cabeças	Área de pastagem (ha)
1970	19.862	11.493
1980	39.972	21.736
1995/96	37.125	29.776
2006	26.067	18.690

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Com o encerramento das atividades de seu frigorífico³⁵, os animais são negociados por telefone ou pessoalmente, em especial com o frigorífico de Colorado, o VPR do Brasil Importação, Exportação e Frigorífico. O boi é vendido em pé, mas sabe que a indústria frigorífica em destaque comercializa carne, miúdos, ossos e couro, dizendo que tudo destes animais é aproveitado.

De acordo com a tabela 21, é importante o crescimento tanto da área como da produção de laranja em Nova Esperança, justificando o aumento do uso da terra com as lavouras permanentes de 1995/96 para 2006, a estimativa ainda é de crescimento, tanto da produção em torno de 55.000 toneladas, como da área de 1.465 hectares (IBGE, 2013/14).

Tabela 20: Evolução da produção e área de cultivo da laranja em Nova Esperança – PR: 1980 1985 1995/96 2006.

Ano	Produção - ton.	Área colhida - ha
1980	10	1
1985	1.011	26
1995/96	4.861	326
2006	25.600	800

Fonte: IBGE, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

* no censo de 1995/96 a laranja era contada por mil unidades, considerando cada 5 unidades igual a 1kg, obtivemos a produção em toneladas.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

O gradativo aumento, tanto da área, como da produção da laranja em Nova Esperança, vai ao encontro de fornecer matéria-prima às indústrias de suco instaladas em Paranaíba, conforme empresária Ivonete Razente, que também é produtora de laranja no município, afirmando que as laranjas são direcionadas para a *Louis Dreyfus*.

Dentre as culturas temporárias, ocorreu contínua diminuição da área ocupada e volume de produção para o arroz, feijão, algodão, amendoim. O milho também foi uma cultura que perdeu área e produção, entre 1970 a 2006, enquanto a expansão da cana-de-açúcar passou a ser relevante a partir de 1995/96.

³⁵ Este frigorífico funcionou entre fevereiro de 2010 e junho de 2014, encerrou suas atividades por calote de fornecedores (GARCIA, 2014).

A cana-de-açúcar, conforme a tabela 22, apresentou um crescimento muito grande de 1980 para 2006, tanto no que se refere a produção, que cresceu mais de 106 vezes como em área, a qual ampliou mais de 74 vezes. A previsão de safra, de acordo com o IBGE 2013/14, é ainda maior, em torno de 573.718 toneladas para uma área de 7.829 hectares, uma tendência nos municípios da rede urbana de Maringá que estão sobre a influência das unidades do Grupo USAÇUCAR.

Para este Grupo, Nova Esperança destina uma área de colheita de 150 hectares para a unidade de Paranacity e 4.361 para a de Iguatemi (Maringá). Os outros 3.318 hectares são assimilados e industrializados pela COOPCANA (IBGE, 2013/14).

Tabela 21: Evolução da produção e área de cultivo da cana-de-açúcar em Nova Esperança, PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Ano	Produção – ton.	Área colhida ha
1970	10	1
1980	2.319	46
1995/96	176.832	1.632
2006	247.277	3.421

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

De acordo com a dinâmica atual do setor produtivo, percebemos que a nova divisão territorial do trabalho efetivada em Nova Esperança, num primeiro momento apresenta a funcionalidade de fornecedora de matéria-prima para agroindústria de outros municípios da rede urbana, como é o caso da cana-de-açúcar, bovinos e laranja, com empresas que mantêm relações em nível nacional e internacional.

A maior evidência relacionada à agricultura moderna está representada na produção da soja. No período de 1970 para 1980, a área colhida da oleaginosa cresceu mais de 61,8% enquanto a quantidade produzida teve um acréscimo de 46, 96%. Já entre 1980 e 2006 ocorreu praticamente a manutenção tanto da área colhida como da produção, conforme indica a tabela 23.

Segundo Casagrande (2012), os solos que predominam em Nova Esperança são quase que totalmente originados do Arenito da Formação Caiuá, com pequeno destaque para os solos desenvolvidos a partir do Basalto, mostrando que o município encontra-se numa área de contato entre o Basalto e Arenito, sendo pequenas manchas de solos do tipo Terra Roxa. Deste modo, apesar das características pedológicas, a área de contato entre as duas formações garante condições à produção da soja, tanto que a estimativa é de aumento da produção,

ficando em 7.007 toneladas e a área colhida em 3.185 hectares para a safra (IBGE, 2013/2014).

Tabela 22: Evolução da produção e área de cultivo da soja em Nova Esperança, PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Ano	Produção - ton.	Área colhida - ha
1970	1.191	822
1980	3.125	1.550
1995/96	3.200	1.200
2006	3.059	1.332

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

A mandioca foi outro produto que teve evolução na produção e área colhida, conforme tabela 24, especialmente de 1995/96 para 2006, cujo crescimento da produção superou os 43% e a área colhida ampliou em 47,9% no período.

A estimativa é que a produção fique em torno de 100.400 toneladas e a área colhida 5.020 hectares (IBGE, 2013/14), não deixando de salientar que esta ampliação de produção vai ao encontro da presença em Nova Esperança da Amidos Pasquini.

Tabela 23: Evolução da produção e área de cultivo da mandioca em Nova Esperança, PR: 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

Ano	Produção – ton.	Área colhida- ha
1970	6	1
1980	180	28
1985	3.842	341
1995/96	5.399	449
2006	12.293	936

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Fundada em 1990 pelos irmãos José Eduardo Pasquini e José Anísio Pasquini. A Amidos Pasquini Brasil teve início a partir da produção de farinha de mandioca no município de Nova Esperança. Em 2001, passou a produzir em sua segunda unidade junto a PR 463, amido e fécula de mandioca, conta com uma área de mais de 5.000 m² de construção, onde está instalado todo o seu parque industrial e o sistema de tratamento de efluentes.

No final de 2014 a capacidade de produção instalada era 100 toneladas de amido por dia, onde eram industrializados 400 toneladas de mandioca; a empresa produz 30% da mandioca utilizada no seu processo de industrialização, garantindo a segurança de não faltar matéria-prima para ser processada.

Outro meio de produção relacionado à agropecuária é a fiação de seda, iniciada em 1989, era uma das atividades desenvolvidas pela COCAMAR, motivada pela grande produção do bicho-da-seda que acontecia na porção oeste do norte do Paraná. A forte concorrência chinesa, atrelada a desvalorização do dólar frente ao Real, levou a Cocamar, a suspender a industrialização dos casulos de seda, fechando acordo comercial com a Fiação de seda BRATAC S.A.

A origem da BRATAC tem relação com os imigrantes japoneses, que fundaram na cidade paulista de Bastos a primeira unidade da empresa. Em sua evolução inaugurou a segunda fábrica em Londrina- Paraná e a terceira em Duartina no estado de São Paulo.

A empresa produz todo o melhoramento genético, com capacidade de aperfeiçoamento de raças, desenvolvido no Instituto de sementagem, seleciona as crisálidas, depois fazem o acasalamento de raças japonesas e chinesas, com matrizes de alta pureza. No setor de incubação, onde permanecem os ovos que poderão produzir novas larvas, com a eclosão controlada, as recém-nascidas são levadas aos campos de criação que ocorrem em municípios do estado do Paraná e de São Paulo. A empresa ainda fornece assistência técnica, insumos para desinfecções dos barracões e as mudas para o plantio das amoreiras.

Com a transferência de atividades para a BRATAC de Londrina, a sericultura de Nova Esperança passou a enviar para esta empresa a matéria-prima dos seus cooperados, assim como receber assistência da mesma.

Neste contexto, em 2006 a Cocamar deixou o setor para focar na produção de grãos, tanto que no ano de 2007, a cooperativa inaugurou em Nova Esperança um entreposto de recebimento de produtos agrícolas e comercialização de insumos agropecuários, junto à BR 376, conta com moegas para a recepção de grãos, armazém de insumos com 650m² e um escritório administrativo.

Um dos produtores entrevistados assegura que trabalha desde os seus 20 anos com o bicho-da-seda, nos últimos tempos diminuiu muito a produção de Nova Esperança, primeiro por conta dos preços que reduziram radicalmente, pois a atividade tem relação direta com o trabalho familiar, situação que os seus descendentes não assimilaram, porque a criação requer cuidado diário. Justifica sua permanência na produção por ter a sorte de contar com dois ajudantes contratados. A falta de incentivos tem levado muitos produtores de amora a substituírem a cultura que alimenta as larvas do bicho da seda pela cana-de-açúcar. O

entrevistado produz em 3 barracões respectivamente com 14 caixas³⁶, 4 e o último com 3 caixas.

O conjunto de fatores destacados anteriormente, relacionados à suspensão do beneficiamento dos casulos de seda pela Cocamar, podem ser utilizados para justificar a diminuição da produção a partir de 1995. O município de Nova Esperança, de acordo com o IBGE, passou de 26% a representar 14,2% da produção de bicho-da-seda do estado do Paraná no período de 1990 para 2012, conforme tabela 25.

Tabela 24: Evolução da criação do bicho-da-seda no estado do Paraná e no município de Nova Esperança, PR: 1980, 1985, 1990, 1995, 2006, 2012.

Ano	Produção – Paraná - Ton.	Nova Esperança - Ton.
1980	2.770	544
1985	4.638	1.535
1990	10.562	2.750
1995	12.737	2.442
2006	6.935	892
2012	2.463	352

Fonte: IBGE, 1980, 1985, 1990, 1995, 2006, 2012.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Observa-se que tanto Nova Esperança como o estado do Paraná, diminuíram a produção de bicho-da-seda a partir de 1995, uma redução de 5 vezes para o estado e de aproximadamente 7 vezes para o município. Em 1995, a produção de amora ocupava 5.066ha dos 5.519 dedicados a culturas permanentes, apresentando gradativa redução ficando em 1.959ha (IBGE 2009/10).

Apesar de toda a queda na produção, somam-se 361 produtores no município do qual, saem anualmente 380 toneladas de casulos. A produtividade média do Paraná é de 442kg de casulos verdes por hectare durante o ano. Mas, produtores em Nova Esperança e região tem conseguido triplicar esse volume graças a um manejo adequado da criação do bicho-da-seda. Em 2013, Nova Esperança respondia por 15% da produção de casulos verdes do estado, tanto que o município é conhecido como a Capital Nacional do Bicho-da-seda (PÁDUA, 2013).

Para o técnico da EMATER, Osvaldo de Pádua, o ganho na produção de casulos é resultado do uso de novas variedades de amoreiras, bem como da correção e fertilização do solo com adubo orgânico e máquinas e equipamentos mais adequados que evitam danos às amoreiras, e aumentam a produção da massa verde. Ainda contribui para o aumento da

³⁶ Cada caixa abriga 33.000 larvas do bicho-da-seda.

produtividade o manejo das instalações que evita o aparecimento e proliferação de doenças entre as lagartas.

Um projeto desenvolvido pela Universidade Estadual de Maringá, estimulou a criação da Cooperativa Artisans Brasil, formada por agricultores do município de Nova Esperança, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Maringá. A partir do projeto Seda Justa, desenvolvido desde 2006, tem ocorrido o fomento e aumento de renda dos produtores de casulo do município por meio da atividade artesanal.

Na Vila Rural Esperança, 78 das 127 famílias dedicam-se à criação do bicho-da-seda se favorecendo por participarem da cooperativa, conseguindo agregar valor ao produto, onde as mulheres desta comunidade, conforme figura 22, tricotam fios 100% de seda, grossos como fios de lã, que tem conseguido, a partir da cooperativa exportar seus produtos, como cachecol, lenços e echarpes para a França (ACESSÓRIOS, 2013).



Figura 22: Vista parcial da área de trabalho de Alice Liberato Gargaro, na Vila Rural Esperança na produção artesanal relacionada ao bicho da seda em Nova Esperança, PR, 2014.
Fonte: FERNANDES, 2013.

O técnico da Emater ainda faz uma analogia, mostrando que a produção do bicho-da-seda é mais lucrativa do que outras atividades agropecuárias, ao utilizar como parâmetro um dos maiores produtores da região. Daniel de França, um grande produtor:

obteve uma renda de R\$ 19.366,06 em um hectare com bicho-da-seda. Neste cálculo foi levada em conta a produtividade de 1.383,29 kg/ha e o valor de R\$ 14 por quilo de casulo. Para ter a mesma renda com outras atividades seria necessário que o agricultor conseguisse produzir 21.517 litros de leite em um hectare. Quando comparado à produção de mandioca seria preciso produzir 51 toneladas de mandioca industrial. Com a soja, a produção só empata com os casulos se chegar a 349 sacas por hectare, milho 1.163 sacas, laranja 2384 caixas, e no caso da cana-de-açúcar é necessário colher 349 toneladas em um hectare para chegar ao lucro do bicho da seda. Os números revelam que a sericicultura é uma alternativa real para o agricultor que deseja melhorar o rendimento da sua propriedade rural na região (PÁDUA, 2013).

Embora seja uma alternativa interessante para melhorar a renda, especialmente do pequeno produtor, a criação do bicho da seda é de muita sensibilidade, pois um desconhecido não pode passar perto dos barracões que já muda a rotina e interfere na produção. Outro fator que tem chamado a atenção dos produtores é o agrotóxico utilizado nos laranjais, em algumas situações tem atingido as amoreiras que servem de comida para o bicho-da-seda, que morrem facilmente.

Vale a pena frisar que a criação do bicho da seda é um oportunidade de renda muito importante para o pequeno produtor rural. Há situações em Nova Esperança onde os produtores tem renda a cada 25 dias, e em média durante 10 meses no ano, além de outras produções.

Conforme a tabela 26, a agropecuária responde por 15% do valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades. Assim de setor mais importante da economia nos anos de 1960, passou a representar o setor de menor importância econômica em valores obtidos, arrecadação municipal e geração de empregos.

Tabela 25: Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades em Nova Esperança- PR: 2011.

Ramos de atividades	Valor (R\$1.000,00)
Agropecuária	52.821
Indústria	59.545
Serviços	235.806
Total	348.172

Fonte: IBGE, IPARDES, 2011.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Apesar da pequena participação da agropecuária no valor adicionado bruto a preços básicos de acordo com os ramos de atividades, Nova Esperança se insere na rede como produtora de matéria-prima para unidades agropecuárias em suas imediações, mas também produzindo e fornecendo matéria-prima para a agroindústria de mandioca local. No caso do

bicho-da-seda, além de fornecer matéria-prima para a Bratac, alguns pequenos produtores já conseguem colocar no mercado externo o subproduto da seda a partir da Cooperativa Artisans.

A Nova Esperança, do século XXI, tem predomínio da produção de mandioca, laranja, Cana-de-açúcar, com representatividade ainda para a pecuária bovina e a criação do bicho da seda. Deste modo, a pequena produção mercantil que predominou durante a inserção de Nova Esperança na rede urbana sofreu alteração.

A sericicultura em sua fase atual no município teve sua produção em outro patamar. Isto porque, a pequena produção mercantil, agora ampliada, envolve além da criação do bicho da seda, o processo de fiação, tecelagem, tingimento e produção de peças para vestimenta.

As produções da atualidade representadas pela laranja e cana-de-açúcar servem especialmente a agroindústria de outros municípios, como é o caso da laranja que atende as indústrias de suco de Paranaíba e a cana-de-açúcar que atende as usinas do Grupo USAÇUCAR e COOPCANA. A mandioca serve principalmente a agroindústria local, a Amidos Pasquini.

Com vistas a entender as atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços é preciso a visão desta produção agropecuária, com estreitas ligações com o núcleo urbano onde estão inseridas.

Ainda merece destaque na geração de empregos, de acordo com o quadro 17, a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos detendo 23% do número de empresas, oferecendo mais de 34% de empregos no setor, representada especialmente pela: Radade, Dyork Jeans, Fido Dio, Multi- Brasil, Anderson.

Outro grupo de indústrias de relevância na cidade de Nova Esperança é o de alimentícios, de bebida e de álcool, o grupo apreende 12,2% das empresas e 25,8% dos empregos no segmento. Dentre as firmas destacam-se a Bolamel, Guritos Indústria e Comercio de alimentos, Katu Produtos Alimentícios e a Amidos Pasquini.

A Radade é uma empresa de capital local, que teve seu início no fundo de quintal, onde seu proprietário, com suas habilidades em serigrafia, desenvolvia artes para brindes em geral, atendendo a conhecidos. No ano de 1986, o proprietário Pedro Evangelista dos Santos, natural de Inajá, montou uma pequena fábrica de brindes promocionais em Nova Esperança, denominada Radade brindes (confeccionavam chaveiros, canetas, calendários, portas-caneta, adesivos; além de camisetas e bonés promocionais, confeccionados sobre encomenda).

Em 1994, em busca de diferencial, notou o crescente interesse pela música country e sertaneja no Brasil, viu a possibilidade de fabricar bonés da linha country, um segmento

pouco explorado no país, já que havia apenas marcas estrangeiras. Diante da concorrência com as fábricas de bonés promocionais de Apucarana, a empresa passou então a atuar em um novo nicho de mercado.

Ao produzir o diferencial tornou-se conhecido nacionalmente, ficando neste segmento de mercado durante dois anos, mudando até o nome da empresa de Radade Brindes para Radade Country. Com o tempo a empresa se especializou em produções de roupas e acessórios para os seguidores de estilo country.

Atividades	Número de estabelecimentos	Número de trabalhadores
Fabricação de farinha de mandioca de amido e féculas de vegetais	4	44
Fabricação de biscoitos e bolachas	1	114
Fabricação de massas alimentícias	5	29
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool et.	9	175
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos.	36	476
Indústria de calçados.	5	20
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica.	5	23
Indústria Quím., prod. farm., veter., perf., sabões, velas e mat. plásticos.	2	17
Metalurgia de outros metais não ferrosos e suas ligas	1	12
Fabricação de estruturas metálicas, esquadrias e artefatos de metal	10	104
Fabricação de rações balanceadas para animais	4	18
Fabricação de Art. Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Estruque	8	68
Indústria de madeira e mobiliário.	6	36
Construção civil.	53	240
Fabricação de artefatos de couro e calçados	6	22
Total	155	1.398

Quadro 17: Principais atividades voltadas a indústria, número de estabelecimentos e trabalhadores de Nova Esperança-PR: 2012.

Fonte: BRASIL, 2012.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Em 2014, a empresa, consolidada no mercado, produzia principalmente calças, camisas, camisetas, jaquetas e os bonés, tanto modelos femininos como masculinos. A marca atende o mercado consumidor brasileiro, com revenda nos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pará, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de ter chegado também no mercado internacional, pois revendem nos Estados Unidos, conforme mapa 17. Tanto no Brasil como no exterior a marca se projeta a partir dos Rodeios, Pedro Radade afirma que sua marca é conhecida no Canadá, Estados Unidos, Austrália e Japão.



A estratégia utilizada pelo empresário para ampliar o consumo de seus produtos é a participação em Rodeios nacionais e internacionais, mecanismo usado para a valorização da marca projetando-a em parcerias, patrocinando as roupas usadas principalmente pelos locutores, peões e pessoas envolvidas nos eventos de Rodeios.

A empresa ampliou seu parque de bordado em 2014 ao adquirir uma nova máquina Barudan, conseguindo assim aumentar a produção. A Radade vem gerando 120 empregos diretos e indiretos, pois trabalha com produções em facções nas cidades de Atalaia, Alto Paraná, Paranavaí e São Jorge do Ivaí.

Embora as exportações de Nova Esperança não sejam tão expressivas o setor de confecções responde por 69,23% dos principais produtos exportados, num total de US\$ 61.793,00 (SECEX, 2014).

Outra empresa do ramo, é a MULTI-BRASIL Indústria e Comércio Ltda. - Anderson, uma empresa fundada em 1970 por Anísia Kaibara Yuki que iniciou suas atividades no município a partir de uma escola de corte e costura, especializada na produção de uniformes profissionais, esportivos, produção de bolsas e mochilas. O empreendimento conta hoje com duas unidades em Nova Esperança, a matriz e a filial, além de outra unidade no Mato Grosso do Sul no município de Três Lagoas.

Ao longo desses anos a MULTI-BRASIL vem evoluindo, tendo clientes tanto da iniciativa estatal como privada, a exemplo do Exército Brasileiro, a fundação Bradesco, Sadia, GTFoods, Parmalat, entre outros. Também já firmou parcerias com marcas internacionais, como a Speedo e Adidas, sobretudo para produção de camisetas e agasalhos, não forneceram dados sobre o número de funcionários, mercado consumidor ou origem da matéria-prima.

A MRG Metalúrgica Rio Grande, é uma empresa Nova Esperancense cujo início nos remete a Edgar Moser que veio de Indaial-SC, em busca de novas oportunidades em terras paranaenses na década de 1950. E hoje, junto com a segunda geração da administração emprega 130 funcionários diretos, recebendo uma média de R\$1.050,00.

A matéria prima utilizada pela empresa é originada principalmente de Minas Gerais e do estado de São Paulo, para a produção de portas e janelas de aço. Atendem o mercado consumidor do Paraná, Mato Grosso do Sul e do estado de São Paulo. Num processo que demonstra que a produção de Nova Esperança está atendendo o mercado de consumo de estados vizinhos ao Paraná, se inserindo na rede urbana de modo a ampliar sua funcionalidade.

A família Moser tem outros investimentos na cidade de Nova Esperança, a exemplo das indústrias de confecções Fido Dio sobre a direção de Dulce Moser Chaves e a Dyork Jeans, sobre o comando de Edgar Moser Junior.

Outra iniciativa do setor secundário é representada pela Visoeste. Que segundo entrevistada, Gisele Vicentin, secretária financeira, a origem da empresa tem relação com Sergio Gomes Luis, natural de Lobato, veio com a família para Nova Esperança, trabalhando como contador.

Em 1999, Sérgio, ainda como contador, adquiriu uma empresa que produzia luminosos em Nova Esperança. À medida que a empresa passou a se desenvolver, os negócios expandiram e a produção de luminosos se diversificou e passou a atender outras demandas, agora relacionadas a mobiliários padronizados para unidades lotéricas. Numa empresa que possui cerca de 70 funcionários com um renda em torno de R\$ 1.500,00.

À medida que a empresa foi evoluindo, mudando de localidade e ampliando sua planta novos produtos foram projetados, como: sinalizações internas e externas, carenagens para autoatendimento, toldos em policarbonato, para agências bancárias, do INSS, correios e outras. Para as casas lotéricas, desenvolveram móveis, conforme figura 23, móveis de padronização simples, fachadas e painéis luminosos, display em acrílico e sinalização interna.

Ainda de acordo com Giseli, a maior parte da matéria-prima consumida na Visoest são originadas de várias localidades como: chapas de aço e acrílico em São Paulo; tinta em Maringá e nos últimos anos o vidro da China. Para a entrevistada a compra de vidros da China tem gerado muitos problemas para empresa, primeiro porque os últimos vidros importados estão parados a dois meses no Porto de Paranaguá, ainda reitera que a importação de vidros tem gerando uma situação de antidumping³⁷, há previsão do pagamento de uma multa de 75% do valor da mercadoria importada mais a taxa de 100% de impostos sobre o valor do produto.

³⁷ Dumping é a prática comercial de um país que exporta produtos a preços inferiores ao dos mercado interno com o objetivo de prejudicar o concorrente. Quando investigações confirmam a prática, a importação dos produtos em questão, do país originário do dumping pode ser sobretaxada (BRANCO, 2014)



Figura 23: Fachada de móveis produzidos pela Visoest para Agências lotéricas, Nova Esperança, PR, 2014.

Fonte: VISOET, 2014.

Diante da situação, a secretária financeira afirmou que não pretendem mais trazer os vidros chineses, pois são muitos os transtornos em relação à produção. Este contexto demonstra os mecanismos de defesa que muitas vezes são necessários de serem colocados em prática para valorizar a produção de matéria-prima nacional e por consequência manter o emprego de muitos trabalhadores, gerar divisas e o próprio desenvolvimento econômico.

O único produto que a Visoest comercializa diretamente com o consumidor, são os mobiliários para as casas lotéricas, os demais são vendidos por licitações que acontecem periodicamente. Quando são contemplados produzem o mobiliário solicitado para muitas empresas. As últimas licitações que ganharam deram a possibilidade de atenderem os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Acre, Amazonas, Roraima, Rio Grande do Norte, Sergipe, Amapá e Pará.

Os lucros da empresa são reinvestidos no setor e na compra de propriedades rurais, tanto que o dono possui fazendas em Nova Esperança e Floraí, além de imóveis na cidade sede de sua empresa e em Maringá.

O Grupo Razente também demonstrou importância no município de Nova Esperança, segundo Ivonete Razente, a origem do mesmo nos remete a Francisco José Razente, estudante que saiu de Nova Esperança para fazer o curso de Engenharia Civil na Universidade Federal

do Paraná. Ao retornar à cidade, no início dos anos de 1980, passou a prestar assistência as prefeituras de cidades vizinhas como Atalaia, Cruzeiro do Sul e Paracity, de onde surgiu o capital inicial para abrir um pequeno escritório para desenvolver projetos de engenharia.

A entrevistada ainda afirma que em 1983 em seu próprio prédio, passou a desenvolver seus trabalhos na construtora Razente, uma portinha acoplada ao depósito de construção que levava o mesmo nome, começava assim a criação do que é hoje o Grupo Razente.

A construtora Razente, chamada pela entrevistada de empresa mãe, pois dela se deu origem a todos os negócios do Grupo, é hoje uma incorporadora³⁸, a exemplo das ações para a venda de alguns de seus empreendimentos, o caso do Residencial Porto Clube, em Porto Rico³⁹, conforme figura 24, cujo custo final em 2014 ficava em média de R\$280.000,00, a empresa propõe o pagamento de R\$ 60.000,00 até a entrega da obra e o restante, a ser pago com a entrega da chave.

Como incorporadora a empresa tem financiado imóveis em até 50 meses, corrigidos pelo índice da poupança, em cronogramas de entrega que geralmente não ultrapassam os 18 meses. Além do empreendimento em Porto Rico, também apresentam obras em Nova Esperança, tendo como exemplo o Residencial Araguaia e em Maringá o edifício Belo Monte.

O Grupo é composto pela Construtora Razente Ltda., Razente Materiais para Construção, Razente Imóveis, Pré Moldados Razente, Razente Concretos, Perfuratriz Razente, Marmoraria Razente e da empresa de Natucor Tintas, dentre outros negócios. As empresas destacadas mostram a estratégia da construtora em depender o mínimo possível de serviços terceirizados, facilitando a ampliação dos negócios e tendo maior margem de lucro e poder de negociação no mercado.

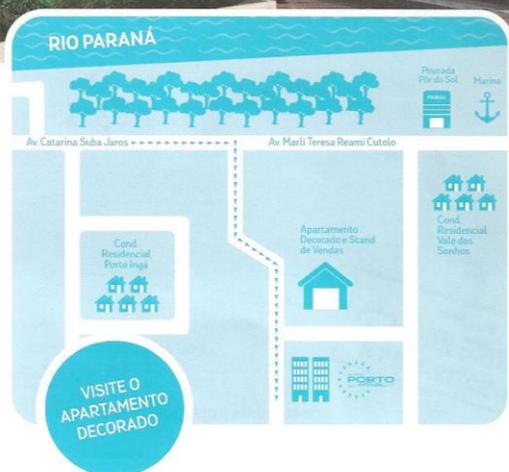
A empresa de Pré Moldados, que surgiu a partir da aquisição em 1990 de infraestrutura da antiga empresa falida em Nova Esperança, a Indulajes, de acordo com Ivonete, compraram tudo por “preço de banana”. Hoje ela atua no mercado com fechamento de barracões com placas, estruturas pré-moldadas para obras com até 4 pavimentos, lajes pré-fabricadas, postes e palanques. Já a Natucor Tintas surgiu da sociedade entre Francisco

³⁸ Empresas que executam a “incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído são definidos na incorporação, assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades” (CORRÊA, 1999, P. 19-20)

³⁹ Município que conta com aproximadamente 28 km de margem do Rio Paraná, sendo uma extensão de 1.500m favoráveis ao desenvolvimento do turismo, com as praias de água doce, práticas de esportes aquáticos, passeios de barcos, lanchas e pescas. Há amplo investimento do setor imobiliário, com loteamentos, condomínios de luxo, etc.



Ideal para o lazer. Perfeito para viver.



VOCÊ NO PONTO MAIS ALTO DE PORTO RICO.

Com vista privilegiada para o Rio Paraná, a apenas 300m de sua margem, o Residencial Porto Clube é um empreendimento repleto de exclusividade com estrutura completa, planejada para oferecer o máximo de conforto, lazer e privacidade para você e toda sua família.

- **Dias e horários de funcionamento:** de terça-feira a domingo, das 9h às 19h.
- **Endereço:** Rua das Palmeiras esquina com Travessa das Acácias - Loteamento Colina Verde - Porto Rico/PR.

Figura 24: Folder com propaganda do empreendimento da incorporadora Razente em Porto Rico- PR, 2014.

Fonte: RAZENTE, 2014.

Razente, Valdir Gazola e Antonio Marcos Montanha, que passaram a produzir tintas na cidade de Nova Esperança.

Há muitos investimentos do grupo no município, dentre eles a fazenda que produz laranja e cria gado na região. Entre a marmoraria, a construtora, a empresa de pré-moldados, produção de concreto e a produção de tintas, geram 161 empregos, com salários definidos pelo sindicato.

Quanto às principais matérias-primas utilizadas, tentam comprar o máximo possível nas indústrias, o caso dos produtos químicos para a produção de tintas e ferro em São Paulo, granito no Espírito Santo, Cerâmicas e louças em Santa Catarina.

O entendimento do comércio varejista e atacadista de Nova Esperança vão ao encontro do quadro 18, eles apresentam o maior número de estabelecimentos no município, detendo 86% da geração de empregos do setor. Juntamente com os serviços, conforme a tabela 26, apresentam o maior Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades.

Atividades	Número de estabelecimentos	Número de trabalhadores
Comércio a Varejo e por Atacado de Veículos Automotores	2	21
Manutenção e Reparação de Veículos Automotores	23	61
Comércio a Varejo e por Atacado de motocicletas e acessórios para as mesmas e para Veículos Automotores.	32	126
Comércio e Varejo de Combustíveis	8	51
Comércio Atac.de Matérias Primas Agrícola e Prod. Semiacabados.	2	6
Comércio Atacadista .de Cereais Beneficiados e Leguminosas, Farinhas, Amidos e Féculas.	2	14
Comércio Atacadista de Bebidas.	2	81
Comércio varejista com Predomínio de Prod. Alimentícios	21	257
ComércioVarejista de Tecidos, Artefatos de Armarinhos, Vestuário. e complementos	56	159
Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Artigos Médicos e Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos.	25	75
Comércio Varejista de Móveis, Artigos de Iluminação e Outros Artigos para Residências.	18	94
Comércio Varejista de Material de Construção, Ferragens e Ferramentas manuais	33	161
Comércio Var. de outros Prod. não Especificados Anteriormente	33	107
Total	257	1.213

Quadro 18: Principais atividades voltadas ao comércio, número de estabelecimentos e trabalhadores de Nova Esperança-PR: 2012.

Fonte: BRASIL, 2012

Org.: ASALIN, G. A., 2014

Buscando caracterizar a dinâmica do setor, nota-se que o município apresenta filiais das redes varejistas de eletrodomésticos, móveis, perfumes, artigos diversos, como a loja virtual do Magazine Luiza, Mânica Móveis e Eletro, loja virtual da Salfer, Darom Móveis, Arua Móveis, Valdar Móveis, lojas Mil, Cacau Show, O Boticário, concessionária da

Volkswagen - Servopa, Pontal- filial de Paranaíba, Chevrolet, além dos vendedores da Fiat da empresa Fipal de Paranaíba que atuam na cidade.

Nas concessionárias Servopa e Pontal cerca de 30% das vendas são para as cidades vizinhas a Nova Esperança, com destaque para Uniflor, Paranacity, Cruzeiro do Sul, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Floraí, Alto Paranaíba, São Carlos do Ivaí, Tamboara e Flórida.

Os principais supermercados de Nova Esperança são o Popular, Mulati, Supermix, 100% mais, Aquários, Big Bem, Moraes, Carmona, Zetti, Ferrarin, Mercado Maringá, Martins, Filho, Gazola, Camilo, Rede Plus. O destaque fica para os maiores, o caso do Supermercados Camilo e o Gazola.

O Supermercado Gazola pertence a uma família de Nova Esperança, integrante da Rede Bom Dia. A proposta inicial da rede era formar uma associação de compras chamada de UNISUPER que surgiu a partir de um grupo de supermercadistas da região Noroeste do estado em busca de expansão para poder sobreviver diante da concorrência com as grandes redes. Em 2004, nasceu a bandeira Bom dia, com a padronização das lojas, marketing, da distribuição de mercadorias e toda estratégia para fortalecer a marca.

O Supermercado possui 85 funcionários, com vencimentos em torno de R\$900,00. A loja atende Nova Esperança e cidades vizinhas como Uniflor, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Floraí, Alto Paranaíba, Atalaia, Cruzeiro do Sul, Florida; em torno de 30% dos consumidores vem das cidades vizinhas de Nova Esperança.

A família Gazola possui outros empreendimentos na cidade de Nova Esperança como a Construtora Gazola Pasquini, o Depósito de Construção Gazola, Loja de confecções Gazola, Posto de medicamentos Gazola, dentre outros.

Outro Supermercado de destaque no município é o Camilo, uma rede de atuação regional, pertencente a um grupo que atua neste ramo há mais de 30 anos. A loja de Nova Esperança foi inaugurada em 2006, mas em 2013 foi transferida para a sede própria, conciliando tamanho e localização em um prédio com 4.600 m², com estacionamento para 100 carros, sendo 80 vagas no subsolo e mais 20 na frente da loja (COSTA, 2012).

Como os Supermercados Camilo e o Campeão Atacado são do mesmo Grupo, o CD da loja de Nova Esperança está em Mandaguaçu, junto ao Atacado da empresa. A unidade do supermercado compra localmente o hortifrutí, e emprega cerca de 80 funcionários com vencimentos em torno de R\$ 900,00/mês.

Neste segmento é interessante destacar a Rede Plus- Associação de Supermercados do Noroeste do Paraná - Assunor, que teve origem há 10 anos em Nova Esperança, objetivando estruturar uma rede voltada ao cooperativismo para melhor concorrer no mercado

De acordo com Rogério Sartur, gerente comercial da rede, a associação tem o seu CD instalado em barracões do antigo IBC, sublocados pela prefeitura, embora o gerente, destaque que a previsão de inauguração das instalações próprias será em 2015, junto à BR 376. A associação busca investir em um espaço maior, objetivando inclusive comprar frios, já que a nova sede contará com câmaras frias, ampliando os negócios da Rede.

A Rede Plus está presente em 40 municípios do Noroeste do estado, representadas por 68 lojas. A Assunor realiza compras conjuntas em grandes quantidades, proporcionando ao associado maior poder de barganha e acesso a grandes fornecedores, disponíveis até então, através de empresas atacadistas.

A importância do comércio varejista de Nova Esperança, que envolve além dos supermercados um rol variados de outros gêneros, pode ser mais bem compreendida a partir do raio de atuação do setor. O comércio atende desde a população local, como os municípios do entorno. Parte da população de Uniflor, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Inajá, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Floraí, Paranacity, São Carlos do Ivaí, Flórida e Tambora.

Os serviços representam outro segmento do setor terciário que, de acordo com o quadro 19, têm nas atividades da administração pública em geral a maior geração de empregos.

Atividades	Número de estabelecimentos	Número de trabalhadores
Reparos e Manutenção. de Maq. e Aparelhos Eletrodomésticos	1	6
Reparos de Outros Objetos Pessoais e Domésticos	1	2
Estabelecimentos Hoteleiros	4	21
Restaurantes e Estabeleci. de Bebidas, com Serviços completos	13	42
Lanchonetes, Cantinas e Fornecimento de comida preparada	18	48
Transporte Rodoviário de Passageiros	11	7
Transporte.Rodoviários de Cargas, em geral	27	79
Atividades de Correio Nacional	1	13
Telecomunicações	3	20
Administração Pública em geral	3	866
Educação Básica	9	59
Atividades de Atendimento Hospitalar	3	19
Atividade. Ambulatorial, Serv. de Complementação Diagnóstica ou Terapêutica e outras Atividades Relacionadas a Saúde.	23	31
Atividades Jurídicas	5	22
Atividades de Contabilidade e Auditoria	7	57
Atividades de Investigação, Vigilância e Segurança	1	34
Bancos múltip.(com carteira comercial) e Caixas Econômicas.	5	68
Total	130	1.326

Quadro 19: Principais atividades voltadas aos serviços, número de estabelecimentos e trabalhadores de Nova Esperança-PR: 2012.

Fonte: BRASIL, 2012.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Embora não apareçam, nos dados oficiais, que não há ocorrência de curso superior em Nova Esperança, eles acontecem e são representados na cidade pela Faculdade do Noroeste Paranaense- FANP. A FANP foi implantada a partir de um grupo de empreendedores, com destaque para Marlene Meneguetti Afonso e Renir Garcia. Começou a funcionar em maio de 1997, tendo como mantenedora o Centro de Ensino Superior de Nova Esperança S/A Ltda. – CESUNE, com o curso de Administração com habilitação em Gestão de Negócios; na sequência foram liberados os cursos de Administração, Serviço Social, Pedagogia; a partir de 2011 passou a ofertar vagas também no curso de Ciências Contábeis.

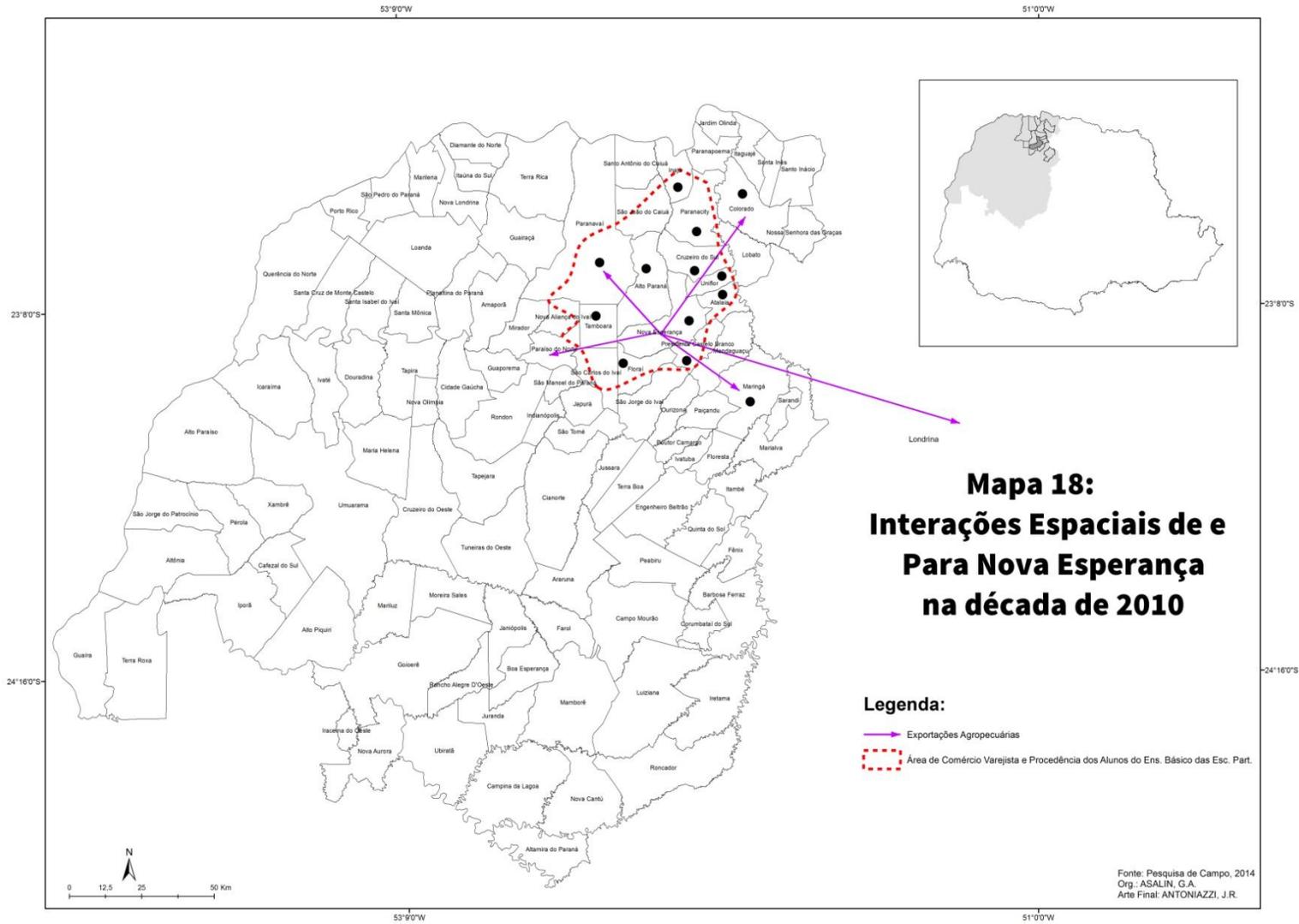
Em 2012 a FANP foi vendida para o Grupo União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo - UNIESP, conforme figura 25, mantendo os cursos já oferecidos e com previsão de colocar à disposição 29 cursos de Ensino a Distância – EAD - de pós-graduação *latu sensu*, com previsão de abertura de mais seis nesta modalidade.



Figura 25: Fachada da Faculdade do Noroeste Paranaense FANP/UNIESP em Nova Esperança, PR: 2014.

Fonte: ASALIN, G. A., 2014.

A IES possui um total de 316 alunos, de acordo com o quadro 20, sendo 52% das cidades próximas a Nova Esperança, conforme mapa 18, atendendo a municípios que estão num raio de 60km de distância da cidade, de acordo com o quadro 20.



Cidade	Nº de alunos	Cidade	Nº de alunos
Alto Paraná	31	Itaguajé	7
Atalaia	21	Jardim Olinda	4
Colorado	17	Nova Esperança	150
Cruzeiro do Sul	18	Paranacity	19
Floraí	10	Paranavaí	11
Florida	2	Presidente Castelo Branco	7
Inajá	8	Uniflor	11
Total = 316			

Quadro 20: Número de alunos matriculados na Faculdade Noroeste Paranaense – FANP em Nova Esperança- PR, 2014.

Fonte: FANP, 2014.

Org.: ASALIN, G. A. 2014.

No que se refere às escolas de ensino básico o destaque fica para duas instituições particulares, o Colégio Sagrado Coração de Jesus e a Escola Sabidinho Supremus, que atendem os alunos locais e da região conforme o quadro 21. Cerca de 18% dos alunos tem como moradia as cidades vizinhas a Nova Esperança, as mesmas estão num raio de até 50Km da cidade, conforme quadro 17.

A Escola Sabidinho Supremus, fundada por duas professoras, Claudia Cristina Donini Ardegue e Patrícia Yamoto, professoras da rede pública de ensino, estão no ramo há mais de vinte dois anos, atendendo em 2014, uma média de 404 alunos.

Cidades	Número de alunos
Alto Paraná	43
Atalaia	22
Cruzeiro	18
Floraí	25
Inajá	2
Nova Esperança	1018
Presidente Castelo Branco	52
Paranacity	47
Paranavaí.	2
Uniflor	25
TOTAL	1.254

Quadro 21: Número de alunos matriculados nas principais escolas particulares de Nova Esperança, 2014.

Fonte: Colégio Coração de Jesus; Escola Sabidinho Supremus, 2014.

Org.: ASALIN, G.A., 2014.

Já o Colégio Sagrado Coração de Jesus, integrado à Rede de mesmo nome, atende na cidade 800 alunos; destes 208 são dos municípios de suas imediações. A escola está há 60 anos em Nova Esperança, apresenta em torno de 76 funcionários. O prédio sofreu várias ampliações, como a construção do Ginásio em 2000, ampliação do prédio com mais salas de

aula em 2004, cobertura da quadra de esportes em 2009 e a construção de um novo bloco de ensino em 2011. Os salários são pagos conforme definição do sindicato.

Nova Esperança foi o último município até o presente a ser integrado à Região Metropolitana de Maringá - RMM (PARANÁ, 2012). Criada em 1998 a RMM inicialmente era formada por Mandaguari, Marialva, Sarandi, Paiçandu, Mandaguaçu, Ângulo, Iguaraçu; em 2002 foram incorporados o município de Floresta, posteriormente foram inclusos os municípios de Doutor Camargo, Ivatuba; Ourizona, São Jorge do Ivaí, Floraí, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Flórida, Lobato, Santa Fé, Munhoz de Mello em fevereiro de 2010 (VERCEZI, 2012).

A incorporação de outros municípios à RMM objetiva atender a diversos interesses políticos, especialmente no que se refere à ampliação de bases eleitorais dos deputados estaduais à medida que a inclusão dos mesmos permite a aquisição de mais recursos, dentre outros para saúde, educação, habitação, infraestrutura.

Neste contexto, o fluxo de pessoas de Nova Esperança - Maringá, pela linha de ônibus Metropolitano da Viação Garcia acontece diariamente pela Rodovia BR 376. Numa linha que funciona desde outubro de 1998. Junto à empresa e ao Departamento de Estrada e Rodagens do Paraná - DER, foram obtidos dados que mostram que de junho de 2013 a maio de 2014, um total de 1.158.241 passageiros se deslocaram neste percurso, numa média 4.826 passageiros/dia (DER – PR, 2014).

São 32 horários disponíveis de segunda a sábado, ida e volta de Maringá para Nova Esperança, conforme quadro 22. Insuficientes, conforme figura 26, os usuários reclamaram da superlotação, de não conseguirem adentrar aos ônibus, ou do mesmo não parar no ponto; ainda afirmaram que nem o DER ou a polícia Federal Rodoviária fiscalizam (CARVALHO, 2011).

Maringá	04:10	05:25	06:30	07:20	07:50*	08:35	09:15*	09:55	10:40	11:20	12:00
	12:40	13:20	14:00	14:30	14:55*	15:20	15:40	15:55*	16:15	16:35*	16:55*
	17:10	17:20*	17:30	17:50	18:10	18:40*	19:10	20:20	22:10	23:15	
Nova Esperança	05:30	05:31*	05:50*	05:51*	06:10	06:11*	06:30	06:31*	06:50*	07:10	07:25*
	08:00	08:25*	08:55	09:40	10:15	10:55	11:30	12:05	12:30*	13:00	13:30
	14:35	15:30	16:30	17:00	17:50	18:45	20:00	21:20	22:30	00:25	

Quadro 22: Horário Transporte Metropolitano ida e volta - Maringá/ Nova Esperança pela Viação Garcia- 2014. *Horários suprimidos aos domingos e feriados

Fonte: Viação Garcia (2014).

Organização: ASALIN, G. A, 2014.

Os números indicam que a cidade de Maringá, e em segunda magnitude Nova Esperança, apresentam grande influência no fluxo de trabalhadores e consumidores de bens e serviços em cidades por onde passa a linha de ônibus. Não esquecendo que no trajeto de Nova Esperança para Maringá, são atendidas as cidades de Presidente Castelo Branco, Mandaguaçu e o Distrito maringaense de Iguatemi.

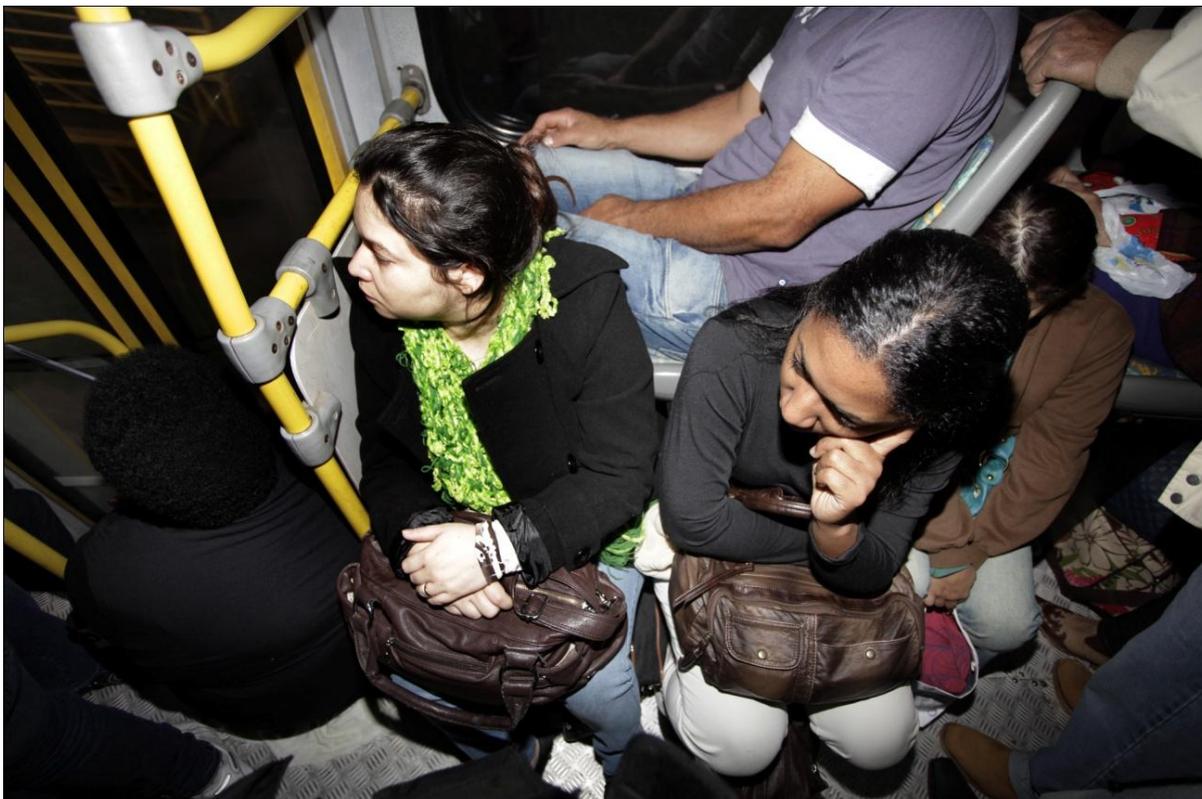


Figura 26: Viagem em ônibus (Amarelinho) metropolitano - Nova Esperança/Maringá.
Fonte: MARÇAL, D., 2011.

O setor relacionado aos serviços bancários são representados por 5 agências e uma unidade do SICOOB Noroeste do Paraná. Inaugurado em Nova Esperança no dia 4 de outubro de 2011, o SICOOB atende as demandas a partir de um posto de atendimento, com o capital inicial de 74 associados do município. A evolução da cooperativa de crédito é observada pelo aumento do número de associados que em 2014 somavam 1.090, com uma média mensal de empréstimos no valor de R\$10.836.997,00 e depósitos R\$8.807.391,00 no ano de 2013.

Nova Esperança conta com as agências bancárias, do Banco do Brasil, Caixa Econômica, HSBC, Bradesco, Itaú Unibanco, cujas serviços oferecidos, conforme quadro 23, mostram uma ampliação de operações de crédito, depósitos em poupança e financiamentos dos mais variados tipos.

Período (Mês/ano)	Operações de crédito	Financiamentos rurais à agricultura-custeio/investimento	Financiamentos rurais à pecuária-custeio/investimento	Financiamentos imobiliários	Depósito de Poupança
1/ 2000	26.242.811,00	10.414.848,00	2.536.011,00	5.061.471,00	13.394.436,00
1/ 2010	141.111.110,00	35.350.151,00	15.248.123,00	19.046.960,00	53.609.046,00

Quadro 23: Principais operações bancárias de Nova Esperança– 1/2000 a 1/2010.

Fonte: BRASIL, 2014.

Org.: ASALIN, G.A. 2014.

As operações de crédito indicam um crescimento de mais de 5 vezes na década, demonstrando que neste período os mais variados setores da economia tiveram a disposição crédito para investir em negócios variados em Nova Esperança. Em 2010, 35,8% das operações de crédito tinham relação com financiamentos rurais.

Os depósitos em poupança cresceram mais de 4 vezes no período destacado, e apesar de ter menor rentabilidade, a aplicação é a mais procurada pelo pequeno investidor, é simples, por exigir menor limite mínimo de depósito, ser uma das mais tradicionais incorporadas à cultura do brasileiro, permitindo saque a qualquer momento.

Assim, os serviços também extrapolam ao atendimento local, como é o caso da oferta de curso superior e ensino básico, que atendem cidades que estão em um raio de até 60 km de Nova Esperança. Os serviços bancários, que diante da maior gama de agências, também ofertam a região inúmeras possibilidades de operações. O caso do transporte metropolitano que assegura a fluidez de pessoas tanto para Maringá, como para Paranavaí e cidades que se encontram neste percurso esta infraestrutura possibilita o deslocamento de pessoas para estudos, trabalho, consumo, ou seja, por busca de bens e serviços mais especializados e que não estão disponíveis em uma cidade com a funcionalidade de Nova Esperança.

4.3 NOVA ALIANÇA

Em 2012 em uma primeira visita à Prefeitura Municipal de Nova Aliança do Ivaí, o então assessor jurídico Edson Jacinto da Silva, declarava com angústia o fato de que o município tinha perdido a posição de menor população do Estado do Paraná. Com base no Censo de 2010, Nova Aliança do Ivaí apresentava 1.431 habitantes, destes, 72,7% vivendo no urbano.

Segundo IBGE (2014a) as estimativas são que o Paraná apresente 5 municípios com população de até 2.000 habitantes. Dos quais dois estão entre os 25 menos populosos do Brasil, é o caso de Jardim Olinda 15ª posição e Nova Aliança do Ivaí na 21ª colocação, ambos

pertencentes à rede urbana de Maringá. Neste contexto, tendo restrita complexidade funcional, estima-se que Nova Aliança do Ivaí apresente população de 1.509 habitantes (IBGE, 2014a), ou seja, para alguns moradores é uma lástima ter perdido a posição de último município em termos populacionais.

Entender a agropecuária de Nova Aliança do Ivaí é fundamental para entender o presente momento, pois o mesmo ainda tem a sua economia baseada na agropecuária. A participação da agropecuária na geração de emprego é de 28,9% (BRASIL, 2012), e de acordo com a tabela 27, o valor adicionado bruto a preços básicos da agropecuária corresponde a mais de 55%, e demonstra o papel de Nova Aliança do Ivaí na divisão territorial do trabalho especialmente como fornecedora de matéria-prima e de mão de obra para a agroindústria.

Tabela 26: Valor adicionado bruto a preços básicos segundo os ramos de atividades em Nova Aliança do Ivaí- PR: 2011.

Ramos de atividades	Valor (R\$1.000,00)
Agropecuária	15.010
Indústria	1.231
Serviços	10.955
Total	27.196

Fonte: IPARDES, 2012.

Neste contexto, começamos pela estrutura fundiária conforme tabela 28. O número de pequenos estabelecimentos rurais, aqueles com até menos de 100 ha, assim como sua área, reduziram de 1970 para 1980; mas entre 1995/96 e 2006 tanto o número como a área destes imóveis apresentam pequeno aumento.

Tabela 27: Evolução da estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais em Nova Aliança do Ivaí, PR: 1970,1980,1995/96, 2006, %.

Ano	Est. com até menos que 50 ha		Est. com 50 a menos de 100 ha		Est. com 100 a menos de 200 ha		Est. com 200 a menos de 500 ha		Est. com mais de 500 ha	
	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área	N.	Área
1970	75,0	16,05	13,1	16	5	10,8	3	15,9	3	41,1
1980	63,2	5,8	17,6	7	17,6	12,8	23,5	34,9	7,3	39,1
1995/96	43,52	5,44	19,44	12,54	18,52	23,20	16,67	42,75	1,86	11,33
2006	58,59	8,43	19,11	12,49	11,46	15,3%	10,19	35,17	X	X

Os dados das unidades territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caracter X.

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

Este pequeno aumento tanto do número de imóveis como das áreas ocupadas dos pequenos estabelecimentos rurais pode ser justificado, segundo o Secretário de Agricultura

Wanderlei Alves da Silva, dentre outros motivos pelo acesso à terra acontecido por 28 famílias em Nova Aliança do Ivaí. A instalação destas famílias ainda tem relação com o Programa Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra, Programa que prevê 20 anos para pagar o imóvel rural adquirido, com carência de três anos para começar a pagar.

Na realidade as condições já mudaram, pois no Portal Brasil (2014) a lei sofreu alteração a partir do dia 16 de maio de 2014. De acordo com a publicação no Diário Oficial da União, o fundo financia a compra de imóveis rurais com prazo de amortização de até 35 anos, incluída carência de até 36 meses. A nova lei limita os juros praticados pelo Banco da Terra em 12% ao ano, podendo ter redutores percentuais de até 50% sobre as parcelas da amortização do principal e encargos financeiros durante o período de predominância da operação.

Neste contexto, é plausível afirmar que tanto o aumento da área como do número de pequenos estabelecimentos rurais está relacionado às novas famílias que tiveram acesso à terra em Nova Aliança do Ivaí a partir do Programa do governo federal, mesmo porque, trata-se de um município com uma área territorial em torno de 132,012 km², ou seja, muito pequena, qualquer alteração, por menor que seja, gera modificações.

Já o aumento da área e número dos estabelecimentos rurais médios de 1970 para 1980 tem relação com as áreas liberadas pela cafeicultura, tendência de crescimento que se manteve até 1995/96, desta última data até 2006 os médios estabelecimentos rurais diminuíram em número e área.

É importante entender que 0,65% do número de estabelecimentos rurais com mais de 500 ha ocupavam uma área de 28,61%. Como já discutido em outra parte deste trabalho, o IBGE não divulga dados de menos de três imóveis rurais, ficando assim, uma lacuna nos dados fornecidos pelo Instituto. A qual nos permite concluir que de 1995/96 para 2006 as áreas dos médios somadas aos grandes estabelecimentos rurais passaram de 77 para 79%, enquanto o número dos imóveis diminuiu em 14% no mesmo período, demonstrando que permanece a estrutura fundiária injusta.

Diante da permanência da concentração da propriedade, alterações também aconteceram em relação ao uso da terra, conforme a tabela 29. As culturas permanentes diminuíram de 1970 para 1995/96, situação que se inverte a partir desta data, quando aconteceu um aumento de mais de 6 vezes neste tipo de uso. As culturas temporárias diminuíram no período de 1970 para 1980, mas voltaram a crescer de 1980 para 2006, apresentando um incremento de mais de 3 vezes.

As áreas de pastagens sofreram diminuição em todo o período, 1995/96 para 2006, quando parte dos pastos foram ocupadas pelas culturas permanentes, no caso a laranja, e em especial, das culturas temporárias como a cana-de-açúcar e mandioca, como veremos na sequência. Mesmo com esta tendência ainda há predominância do uso de pastagens em mais de 70%.

Tabela 28: Evolução do uso da terra em Nova Aliança do Ivaí, PR: 1970,1980,1995/96,2006,%.

Ano	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias*	Pastagens
1970	4,09	4,97	88,45
1980	1,72	3,67	86,30
1995/96-	1,25	8,55	80,33
2006	8,46	12,35	73,46

*Inclusas nestas lavouras, as terras em descanso e produtivas não utilizadas

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

A laranja evoluiu em produção e área de colheita em Nova Aliança do Ivaí a partir de 1995/96, quando apresentava uma área de colheita de 59 hectares e uma produção de 1.405 toneladas; em 2006 a produção já era de 1776 toneladas e a área de 131 hectares. A previsão de safra para 2013/14 é de 3.600 toneladas com área de 100 hectares (IBGE, 2013/2014).

Embora tenha aumentado a produção, a laranja tem deixado de ser um cultivo atrativo. De acordo com o Secretário de Agricultura, os preços pagos pela indústria de suco não são os melhores, levando muitos produtores a arrancarem seus laranjais para arrendar terras para a produção de cana-de-açúcar.

De acordo com Wanderlei Alves da Silva, atualmente há apenas duas propriedades que produzem laranja no município, a mais importante é a propriedade de Jandira, que destina os melhores produtos para os supermercados da região de Paranaíba, o caso do Supermercados Guguy e o Cidade Canção, o restante vende para a indústria de suco, estratégia para continuar a trabalhar com a produção de laranja.

As culturas temporárias como arroz, feijão, algodão e amendoim, produtos que fizeram parte no período do predomínio da pequena produção mercantil agrícola, não aparecem mais no censo de 1995/96 do município. Nos dias atuais, o destaque fica para a cana-de-açúcar para as agroindústrias sucroalcooleiras de São Tomé e Paraíso do Norte; já a mandioca é direcionada para as agroindústrias de Paranaíba.

Neste contexto, as culturas temporárias praticamente se mantiveram no mesmo patamar de 1970 a 1995/96, mas a medida que a cana-de-açúcar foi introduzida, a cultura temporária tomou novas dimensões no município, inclusive ocupando área dos pastos, que de

1995/96 tiveram uma redução de mais de 1.000 hectares, situação comprovada pela entrevista com o Secretário de Agricultura do município, Vanderlei Alves da Silva.

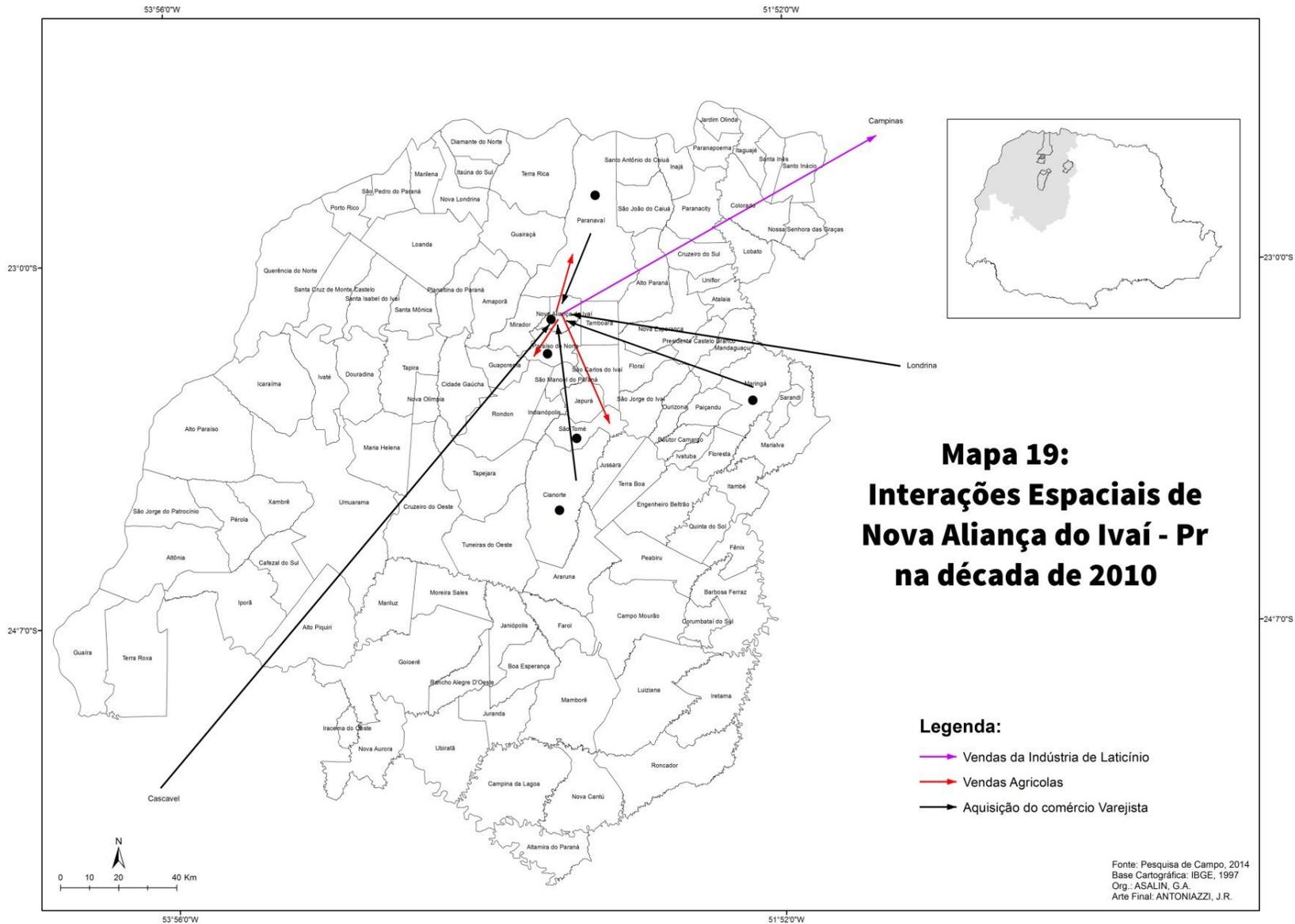
A área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar vem ampliando consideravelmente no município, de 1995/96 para 2006 a área colhida cresceu mais de 5 vezes, passando de 53 hectares para 267 e a produção mais de 24 vezes, de 865 toneladas para 18.996.

A estimativa ainda é que ela cresça mais e fique em torno de 3.090 hectares, com uma produção de 252.321 toneladas (IBGE, 2013/14). Grande parte da área colhida da cana-de-açúcar em Nova Aliança do Ivaí, um total de 2.385 é distribuída para a COOPCANA e o restante, 705 hectares para o Grupo USAÇUCAR, unidade São Tomé, conforme mapa 19.

Vanderlei Alves da Silva fala que um dos benefícios da cana-de-açúcar para Nova Aliança do Ivaí é a geração de emprego, a usina emprega uma média de 80 pessoas, confirmando que saem dois ônibus de trabalhadores, um com cortadores de cana e outro com tratoristas, este último grupo chega a ganhar R\$ 2.500,00 para manusear as máquinas que colhem cana na região.

Esta é uma situação que faz com que parte da mão de obra de Nova Aliança do Ivaí por não ter oportunidade de emprego na própria cidade, se desloque diariamente para trabalhar nos canaviais de municípios próximos como boia-fria. Apesar de a situação ser refutável e da monocultura da cana-de-açúcar com todos os problemas que origina, especialmente em uma pequena cidade, ainda pode ser vista como possibilidade de geração de emprego, conforme o próprio Secretário da Agricultura admite, como um mecanismo para manter a população no município, mesmo que esta força de trabalho seja explorada, com baixa renda.

A mandioca apresentou evolução positiva em produção e área colhida no município, conforme tabela 30, com 4,5 vezes o aumento da produção e 2,1 vezes o da área de cultivo de 1995/96 para 2006. A previsão de safra é de 27.400 toneladas para uma área de 1.280 hectares em Nova Aliança do Ivaí (IBGE, 2013/14).



Assim, como outros municípios da rede urbana de Maringá, Nova Aliança do Ivaí também figura como produtora de matéria-prima para a agroindústria de Paranaíba. A maior parte da mandioca produzida no município vai para a fecularia Podium, de Ivo Pierin e para as fecularias do Distrito de Graciosa

Tabela 29: Evolução da produção e área de cultivo da mandioca em Nova Aliança do Ivaí, PR: 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Ano	Produção - ton.	Área colhida – ha
1970	55	8
1980	65	7
1995/96	1260	122
2006	5.726	268

Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1995/96, 2006.

Org.: ASALIN. G. A., 2014.

Apesar de a mandioca ser uma cultura praticada predominantemente em pequenas propriedades no município, o Secretário da Agricultura tem verificado que parte da mão de obra utilizada neste cultivo tem sido dispensada, pois o agrotóxico tem substituído a enxada, isto é, no momento do plantio da mandioca passa-se o produto, permitindo o desenvolvimento da planta sem interferência do mato, que fica protegida por 90 dias e as máquinas eliminam um número expressivo de pessoas que trabalhavam na colheita.

A medida que a área com culturas temporárias vem sofrendo acréscimo, verifica-se a diminuição das pastagens e do rebanho bovino de Nova Aliança do Ivaí, que passou de 17.039 cabeças em 1995/96 para 12.910 em 2006. A tendência é de continuar a diminuir o rebanho e segundo o IBGE, tanto que a estimativa é de 11.542 cabeças (IBGE, 2013/14).

Assim, Nova Aliança permanece como base da sua economia no setor primário de. Agora com o predomínio das pastagens e culturas de mandioca, cana-de-açúcar e laranja, voltadas especialmente para as agroindústrias de municípios vizinhos.

Em Nova Aliança do Ivaí há o laticínio Rancho Aliança, formado por dois sócios, naturais do estado de Minas Gerais, mas que começaram a trabalhar no ramo, comercializando produtos de laticínio em Curitiba. Segundo José Tarcísio Caixeta, um dos sócios a partir da compra de um laticínio em Nova Aliança do Ivaí, montou o seu próprio empreendimento, o Laticínio Rancho Aliança.

O início das atividades do laticínio começou com a vinda de um dos sócios para Nova Aliança do Ivaí em 2003, período em que adquiriram a planta de um laticínio desativado, começaram a produzir muçarela. Enquanto um deles ficava no laticínio, o outro

ficou responsável pela venda de toda a produção na cidade de Campinas-SP, de acordo com o mapa 18, localidade da filial da empresa.

De acordo com José Tarcísio, a presença do laticínio em Nova Aliança é justificada pelo fato de se ter nas imediações do município uma grande quantidade de produtores de leite⁴⁰.

A produção do laticínio é principalmente de queijos de diferentes formas. A empresa produz queijo muçarela, parmesão ralado, requeijão cremoso, queijo coalho, queijo minas. Possui caminhões próprios, mas por não conseguir dar conta de fazer a coleta diariamente, terceiriza parte da mesma; emprega 40 funcionários com uma média de vencimentos em torno de R\$ 1.200,00.

As indústrias de confecções, de acordo com a tabela 30, estão em terceiro lugar na geração de emprego em Nova Aliança do Ivaí. Destaque para a RH Confecções, criada em 2006 no município, a partir da iniciativa da empresária Isabela Galvão, que separou sociedade em Tamboara, migrando para Nova Aliança em busca de mão de obra.

Deste modo, a empresa que funciona na cidade há quase 8 anos adquire matéria-prima em Cianorte, Maringá e São Paulo; dependendo do período, atua como facção para Renner, Marisa entre outras lojas de departamento. Contava em 2014 com 35 funcionários recebendo em torno de R\$ 910,00. O barracão onde a empresa funciona foi cedido pela prefeitura.

A Bella Confecções, cuja proprietária é Tereza Higina, a partir de empréstimos e financiamentos, conseguiu o capital inicial que deu origem a empresa, além da ajuda da prefeitura que doou as primeiras máquinas de costura para começar a produção.

A instalação em Nova Aliança vai ao encontro do fato da proprietária e família sempre terem morado no mesmo local, dispondo assim de mão de obra para ser utilizada na indústria. A empresa é prestadora de serviços, de mão de obra, denominada de facção, montam as peças e às entregam as contratantes, que fazem o acabamento final para a venda dos produtos. Contam hoje com 30 funcionários, que recebem uma média de R\$ 900,00, como as outras empresas, ainda esperam da prefeitura apoio para a aquisição de um outro barracão para ampliar a produção.

A Bella Confecções produz para as mais variadas empresas, no período da entrevista estavam confeccionando para Dyork, de Nova Esperança e para outras do estado de São Paulo.

⁴⁰A produção de leite no município de Nova Aliança do Ivaí era de 1.439.540 litros em 1995/96 e de 2.112.000 litros em 2006 (IBGE, 1995/96, 2006).

Outra empresa do município, conforme a figura 27, é a Lavanderia Nova Aliança Ltda., funciona desde dezembro de 2007, de acordo com Valmir Machado, o gerente, a mesma tem sua origem relacionada a dois empresários, um da cidade de Astorga e outro de Paranavaí. Atualmente ela só presta serviços para a marca BIVIK⁴¹ de São Paulo.



Figura 27: Vista parcial da fachada e do interior da Lavanderia Nova Aliança, no município de Nova Aliança do Ivaí - PR, 2015.

Fonte: ASALIN, G. A., 2015.

A lavanderia funciona 24 horas por dia, fecha no sábado ao meio dia e volta a funcionar no domingo à noite. Possui 38 funcionários com vencimentos em torno de R\$ 1.000, 00. Em algumas situações, a lavanderia tem usado a mão de obra da população local e dos alagoanos, que vieram para trabalhar no corte de cana e mudaram o foco profissional, trabalhando na preparação⁴² das roupas que irão para a lavanderia.

A empresa não investiu na construção de barracão, ele é emprestado pela prefeitura, assim não sofreu ampliação, mas o gerente declara que já foram compradas várias máquinas para ampliar a produção e agregar valor ao serviço, tanto que na atualidade lavam uma média de 4.000 peças por dia. Adquirem os produtos químicos para as lavagens em lojas de Maringá e Cianorte, conforme o mapa 18.

A prefeitura de Nova Aliança do Ivaí está sempre presente na maior parte dos empreendimentos voltados à produção, ora doando máquinas, cedendo barracões ou até mesmo terrenos. Para justificar a manutenção das mesmas na cidade, as empresas representam geração de empregos e impostos, assim como, estratégia para que a perda populacional

⁴¹ Empresa que atua a mais de 27 anos na produção e comercialização de jeans, cuja sede localiza-se no Brás - São Paulo, seu proprietário é Antoine Khoury de família libanesa (BATISTA JUNIOR, 2014).

⁴² Segundo informações, há algumas lavagens do jeans que requer que se amarrem partes da peça para se obter o resultado; o mesmo ocorre com a situação de lixar o jeans para rasgar, dentre outras técnicas ligadas ao ramo, tudo para dar o efeito solicitado pelo cliente.

não volte a acontecer como nos anos de 1970, conforme tabela 3, período onde o município perdeu mais de 55% de sua população absoluta. Deste modo, o poder público, na figura da prefeitura municipal, assimila o encargo de gerir benefícios a manutenção das poucas empresas instaladas nesta localidade.

Outro setor, de pequena representatividade mas de muita importância é o comércio de alimentos, desempenhado no município por duas lojas. O mais antigo mercadinho de Nova Aliança do Ivaí é o Ideal, herança de Fidelcino da Silva, que na época em que o café prosperou, montou um armazém de secos e molhados que levou este nome.

A empresa funciona até os dias de hoje no mesmo prédio, que pouco sofreu alteração em relação ao original, administrado hoje pelo dono, Hédio da Silva, filho de Fidelcino. O outro mercadinho na cidade é o Caracu. Em ambos, a maior parte dos produtos são adquiridos diretamente ou indiretamente no comércio de Maringá, Paranavaí, Cianorte, Cascavel e no caso do hortifrutigranjeiro no próprio município ou nos vizinhos a ele.

A presença de apenas dois mercadinhos é para atender uma população que não consegue ir a Paranavaí com frequência, mesmo porque as pessoas que não possuem carro o fazem a partir de caronas pois o município é atendido por uma única linha de ônibus, a da Viação Real, em quatro horários: às 7 horas e 30 minutos, às 11, 13 e 18 horas, um serviço oferecido de segunda a sábado. Isto quer dizer que aos domingos a única possibilidade de deslocamento para Paranavaí é de carro próprio ou de carona.

Para discutirmos Nova Aliança na rede urbana de Maringá cabe ainda apresentarmos o que entendemos por pequenas cidades e cidades locais.

De acordo com Fresca (2010, p.3)

A denominação centro local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil - termo este difundido a partir dos estudos sobre redes urbanas tendo na teoria das localidades centrais seu referencial analítico - considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços. A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo este considerado como o elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia.

Na concepção de Santos, a cidade local pode ser entendida a partir de uma dimensão mínima

[...] a partir da qual as aglomerações deixam de servir as necessidades das atividades primárias, para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especializações do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função que implica uma vida de relações (SANTOS, 1982, p.70-71).

Se esta complexidade mínima não está presente, de acordo com Santos (1982, p.70) estaríamos lidando com ‘pseudocidades’ ou ‘cidades da subsistência’.

Assim, o ponto de vista destacado acima permite entender a dimensão mínima

[...] a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade, e no caso, dos centros locais. Mas isto remete a complexidade das condições e elementos para considerar outras cidades como sendo pequenas. A partir do nível mínimo de atividades [...] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais (FRESCA, 2010, p.77).

É possível encontrar neste grupo de cidades desde aquelas com complexidade de atividades, com limite mínimo de complexidade, até as que possuem funções urbanas mais complexas, refletindo inclusive, diferenças do ponto de vista populacional, despontando realidades muito distintas (FRESCA, 2009).

Assim, queremos acreditar que a caracterização de uma cidade considerada pequena, se faça muito mais pela inserção em uma dada área, região ou rede urbana (CORRÊA, 1994). É preciso compreender o contexto socioeconômico de sua inserção como o ponto central de sua caracterização, buscando evitar erros e igualar cidades – com populações idênticas – que em essência são diferentes.

Corrêa (2011) aponta várias características das pequenas cidades que estão na confluência do urbano e do rural, das quais algumas se aproximam de Nova Aliança do Ivaí. Destaque para o fato de o município estar integrado ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro, complexo relacionado ainda com a mandioca e suco de laranja; forte concentração fundiária; o núcleo urbano foi refuncionalizado a partir do processo de modernização da agricultura, onde ocorreu perda de funções anteriores, colocando-se atualmente como um núcleo de povoamento mais próximo do agrário do que urbano;

caracteriza-se ainda por ser local de existência e reprodução de uma força de trabalho, particularmente os boias-frias que atuam no complexo sucroalcooleiro.

Nova Aliança do Ivaí, enquanto pequena cidade, oferta alguns produtos e serviços considerados inadiáveis como:

a) A presença de uma UBS na Avenida Francisco Pires de Lemes, a principal da cidade, ofertando médico pediatra todas as terças e sextas-feiras; clínico geral e ginecologista todos os dias exceto na sexta-feira; farmácia; atendimento para fisioterapia e dentistas; apenas um médico mora na cidade, os demais residem em Paranaíba. A UBS ainda executa todo o trabalho de encaminhamento de pacientes indicados pelos médicos, para o atendimento mais especializado, a partir de parceria com o CIS- AMUNPAR.

b) A educação é atendida a partir de um Centro Municipal de Educação Infantil- CMEI, uma escola municipal de ensino fundamental e outra estadual que oferece ensino fundamental e médio. Neste sentido, de acordo com levantamentos de campo no município, cerca de 30% dos professores da rede pública de ensino são de outras cidades, deslocando-se diariamente para realização de suas atividades.

c) A cidade apresenta uma agência do Bradesco direcionada ao relacionamento com o cliente, conforme figura 28, cumprindo um dos mecanismos fundamentais da inserção da mesma na rede bancária nacional, este banco ainda tem na loja Mary Cosméticos um Bradesco Expresso, isto é, um serviço de correspondente bancário que permite ao estabelecimento comercial oferecer serviços como recebimento de contas, boletos bancários, tributos, entre outros.

d) A agência do correio é outro serviço que insere a pequena cidade em outro mecanismo de articulação nacional, os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é muito procurado pela população, especialmente no processo de comercialização e consumo que se realiza via internet, cujos produtos são entregues pelo correio. Segundo o encarregado da agência, Alex da Silva, o procedimento dos clientes da cidade tem sido de procurar os produtos adquiridos na agência, antes mesmo da entrega destes em suas residências. Reitera o encarregado dos Correios que a importância da agência vincula-se ainda ao fato de haver uma parceria firmada com o Banco do Brasil, desde 2012, permitindo que a mesma tenha a presença do Banco Postal, isto é, o Banco do Brasil oferece abertura de conta mais (conta corrente atrelada à poupança), cartão de crédito, empréstimos, pagamentos de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e recebimento de contas, dentro da agência do correio. Assim, fica evidente os mecanismos que parte da população de Nova Aliança do Ivaí utiliza para suprir algumas necessidades que a pequena cidade não tem capacidade para oferecer em termos de bens e serviços.



Figura 28: Vista parcial da agência de relacionamento do Bradesco em Nova Aliança do Ivaí – PR, 2014.

Fonte: ASALIN, G. A, 2015.

Os moradores do município têm acesso a dois bancos, para diversos procedimentos, rompendo com a imposição de terem que se deslocar para Paranavaí. Acrescente-se ainda que as duas modalidades de oferta de serviços bancários – agência de relacionamento e Bradesco Expresso, além do banco postal do Banco do Brasil, que inserem Nova Aliança do Ivaí nas redes técnicas. Em outras palavras, por menor que seja a cidade e pouco complexa do ponto de vista de suas atividades urbanas, a presença dos serviços bancários permitem que Nova Aliança do Ivaí possa estar inserida em outras redes, além da rede urbana de Maringá.

e) A internet ofertada no município é de um mega, com a possibilidade de se acessar via rádio pela empresa Fornet, por R\$65,00/mês, ou pela Oi, por R\$69,00, plano mais básico incluindo também ligações locais. A introdução da teleinformática facilita o movimento e o jogo de interações, é uma das formas de inserção da pequena cidade em outras redes. E neste contexto, a rede urbana tornou-se mais complexa, caracterizada por diferentes inclusões na divisão territorial do trabalho com diferenciação entre os centros urbanos levando em conta a funcionalidade (FRESCA, 2004).

f) A cidade é atendida por dois padres que se deslocam de Paranavaí para rezar missas e atender a comunidade do município, eles se revezam no atendimento entre Nova Aliança do Ivaí e Mirador, município vizinho.

g) No que se refere ao lazer a única situação colocada pelos moradores é a cachoeira que é considerada o símbolo da cidade, a mesma está em um sítio a aproximadamente 1 km da área urbana, e após as melhorias feitas na estrada que dá acesso a mesma, tem atraído muitas pessoas das cidades vizinhas, que segundo elas tem gerado muitos problemas, como lixo, som alto, etc.

h) O município apresenta uma delegacia, e três policiais que revezam o plantão na mesma, destes, dois moram em Nova Aliança do Ivaí, o outro vem de Paranavaí.

As relações entre o urbano e o rural se fazem também por serem esses núcleos focos de atividades políticas. Ao mesmo tempo em que a Prefeitura Municipal atua no controle do território, dado pela legislação federal, figura diretamente na geração de empregos, conforme o quadro 24, pois o setor público de Nova Aliança do Ivaí, com apenas dois estabelecimentos é o grande gerador de empregos, que neste caso corresponde a cerca de 40% do total, embora os recursos ou receita tributária não representem a principal fonte de receita.

Nesta conjuntura, o orçamento municipal garante em parte, a vida da população através da oferta de serviços inadiáveis; garante ainda a oferta de empregos; possibilita o desenvolvimento de projetos em diversas áreas de sua atuação e ainda a busca de variados tipos de recursos junto ao governo estadual e federal para implantação de infraestrutura e equipamentos coletivos, etc.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos.	3	58
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico.	2	28
Construção civil	2	6
Comércio varejista	2	-
Admin. de imóveis, valores móbil., ser. técnicos profis., aux. Ativid. econôm.	1	1
Transporte e comunicação	3	2
Serv. de alojamento, alimentação, reparo, manut., radiodifusão e Televisão	2	5
Administração pública direta e indireta	2	121
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca.	29	90
Total	46	311

Quadro 24: Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas em nova Aliança do Ivaí, 2012.

Fonte: BRASIL, 2012.

Org.: ASALIN, G. A., 2014.

As principais transferências da União para os municípios e Nova Aliança do Ivaí, conforme o quadro 17, para os municípios estão relacionadas com o Fundo de Participação dos Municípios – FPM; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Diante da pequena participação de Nova Aliança do Ivaí nas receitas tributárias, os repasses federais e estaduais (ICMS e IPVA) são fontes vitais para este município, que não consegue gerar receita interna suficiente para se manter, assim, o FPM, representa, conforme quadro 25, mais de 92% dos recursos para o município no período, são duas as principais formas de repasse de verbas para as pequenas cidades ⁴³.

Período- mês – Dez.- ano	Fundo de Participação Municipal - FPM	Imposto Territorial Rural- ITR	Imposto sobre Circ. de Merc. e Prestação de Serviços - ICMS (LC 87/96)	Fundo de Manut. Des. do Ens. F. e Val. Ens. Mag. - FUNDEF	Fundo de Manut. e De- sen. da Educ. e Valor. dos Pro- fis. da Educa. - FUNDEB	Auxílio Financeiro para Fomento das Export. -FEX	TOTAL
1996	83.069,21	473,96	322,58				83.865,21
2000	118.633,15	595,46	568,19	7.933,70			127.730,50
2005	319.980,79	720,75	1.392,30	16.595,88		2.844,87	341.534,59
2010	651.694,25	2.206,82	838,22		35.636,02	1.815,91	692.191,22
2013	788.788,49	2.380,63	714,91		64.380,25		856.264,28

Quadro 25: Principais transferências da União para o município de Nova Aliança do Ivaí, 1996, 2000, 2005, 2010, 2013, R\$.

Fonte: Tesouro Nacional, 1996, 2000, 2005, 2010, 2013.

Org.: ASALIN, G. A., 2014

Ainda é comum o poder público, na figura da Prefeitura Municipal, o encargo não só de gerir as políticas, mas também de outras variadas formas de prestação de serviços a população que, muitas vezes seriam de encargo das esferas federal, estadual ou até mesmo de iniciativa privada, como a doação de terrenos para instalação de empresas, locação barracões para instalar indústrias, manutenção da rodovia que atravessa a cidade, dentre outros. Assim, a prefeitura tenta adicionar elementos e atividades que gerem empregos na pequena cidade, embora poucos tributos ao município, mas mantêm as pessoas no lugar, evitando maior esvaziamento demográfico.

No entanto, há muitas carências a começar pelo asfalto da cidade que está restrito a Avenida Francisco Pires de Lemos, conforme figura 29, e algumas ruas secundárias, somando média de 50% do perímetro urbano pavimentado. A referida Avenida é a continuação da rodovia PR 561, que atravessa o município, com saída para Paraíso do Norte, a partir deste ponto não mais pavimentada. Conforme Aparecido Valério, pioneiro entrevistado, ela deveria ser pavimentada até a cidade de Paraíso do Norte, mas embora tenha vindo verba para a execução da obra, nunca foi executada.

⁴³O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de Nova Aliança do Ivaí foi de R\$ 931, 39 (IPARDES, 2012).



Figura 29: Vista parcial da Avenida Francisco Pires de Lemos em Nova Aliança do Ivaí, PR, 2015.

Fonte: ASALIN, G.A., 2015.

Do ponto de vista de necessidades inadiáveis que não são atendidas na cidade, é perceptível a falta de uma farmácia, que segundo levantamentos de campo, funcionou na cidade até agosto de 2014, encerrando suas atividades por força da Lei 13.021/2014 (BRASIL, 2014). Esta lei determina que todo estabelecimento farmacêutico deve ter a presença do profissional (AUDIÊNCIA, 2014).

Outra atividade comercial não presente na cidade é o posto de gasolina, que encerrou há muitos anos seu funcionamento por não conseguir manter-se mediante a baixa demanda por seus produtos. Tanto com relação à presença da farmácia como o posto de gasolina, não se justificam na pequena cidade de Nova Aliança do Ivaí, pois não há o número mínimo de consumidores para manter a atividade comercial.

Neste contexto, o fato de Paranaíba estar distante 15 quilômetros de Nova Aliança do Ivaí, faz com que muitos bens e serviços não sejam encontrados na pequena cidade. Deste modo, os moradores quando necessitam de remédios que não são ofertados pela UBS, quando precisam abastecer seus veículos, ou necessitam de bens e serviços mais sofisticados, deslocam-se até Paranaíba.

Durante os levantamentos de campo na cidade observou-se pouco movimento nas ruas, tanto de carros como de pessoas, muitos idosos circulando ou sentados em cadeiras nas calçadas e ruas, além das crianças.

Certos estabelecimentos comerciais fecham suas portas em algumas horas do dia pois, seu atendimento é mantido apenas pelo proprietário. Este ao precisar efetuar entregas ou serviços bancários, etc. fecham seus estabelecimentos. A justificativa para a situação é o fato de que não conseguem manter a empresa se tiver funcionários.

Situação atípica, que se verificou em Nova Aliança do Ivaí é o número de eleitores serem maior do que a população total, Segundo o (IPARDES/TSE,2012) são 1.536 eleitores para uma população de 1509 habitantes (IBGE, 2014a). Isto revela estratégia de alguns políticos para se manter no poder. Em entrevista, confirmou-se ser comum o recebimento de benefícios por parte das pessoas que moram em Paranavaí e outras cidades, mas que mantêm o título de eleitor em Nova Aliança do Ivaí; há casos até de pagamento de festa de aniversário para eleitores, facilidade em conseguir consultas médicas e outros privilégios.

Com as informações e análises deste capítulo procuramos entender os caminhos que cada um dos núcleos urbanos passou, mostrando a dinâmica em suas funcionalidades, e as inserções na rede.

As informações elencadas demonstram a importância que Paranavaí e Nova Esperança alcançaram nos últimos anos na rede urbana de Maringá. Aquela que em outros momentos tinha sua economia baseada na pequena produção mercantil para atender sua população e cidades vizinhas, agora apresenta uma oferta de bens e serviços que extrapola limites de outrora. Na realidade, a inserção das cidades ganhou expressividade econômica, ampliando sua área de atuação, que em algumas situações extrapola o local e o regional, passando a atender o nacional e, em alguns casos o internacional.

Parte do desenvolvimento da funcionalidade de Paranavaí tem início com a pequena produção mercantil, tanto rural como urbana, gerando condições para que os processos gerassem singularidades. Quando verificou-se a origem das farinheiras criadas ainda no período que a rede urbana estava sendo estruturada, ou o exemplo da Marquesfund, criada a partir do capital acumulado por João Marques Sobrinho na produção de panelas, dando condições para desenvolver uma das maiores indústrias de máquinas para a produção de mandioca e fecularias do Brasil, fica claro o papel da pequena produção mercantil.

A centralidade de Paranavaí, como centro regional, e como a mais importante cidade do oeste do norte do Paraná, passou por transformações tornando-se uma cidade que regula o que é feito no campo, mediante oferta de financiamentos necessários à produção; transporte; agroindústria; comércio voltado a agropecuária, etc.

A produção agroindustrial diante do estabelecimento de fluxos de produção agrícola gera exportação de produtos industrializados em direção ao mercado regional, nacional e

internacional. Com múltiplos papéis que desempenha, Paranavaí se inseriu também na oferta de bens e serviços a sua população e de sua hinterlândia. Em 1997, o IBGE a considerava como de centralidade de forte para médio, ou seja, um centro Sub-regional, em 2008 ela permaneceu como centro sub-regional A.

Neste contexto, caracterizada como um centro de zona (IBGE, 1997), e com menor oferta de bens e serviços do que Paranavaí, Nova Esperança também se insere na rede com ampliação de seus papéis, e o fato de estar a meio caminho de Maringá e Paranavaí, limita sua centralidade, mas atende também uma gama de municípios de sua hinterlândia. Se em 1999 era avaliada pelo IBGE como um centro de zona, em 2008 o IBGE a considerou como centro local. Ora, diante das análises efetuadas e de sua complexidade funcional, não é possível entendê-la como um centro local, lembrando que o Regic de 2008 centrou sua atenção na questão administrativa, ou seja, dá prioridade ao referencial da função de gestão do território.

Nova Aliança do Ivaí, em todo o período analisado, nunca extrapolou a centralidade de um centro local, ofertando bens e serviços básicos, justificados pela proximidade de Paranavaí e pela renda gerada no município, drenada para esta cidade vizinha. Sua inserção na rede a partir do início do século XXI permanece vinculada à agropecuária, como fornecedora de matéria-prima e mão de obra para a agroindústria de municípios vizinhos.

Nova Aliança do Ivaí não apresentou significativo processo de desenvolvimento atrelado ao capital local ou regional, apenas empresas que mantêm sua presença mediante a ajuda do poder público e baixos salários. Assim, Nova Aliança do Ivaí uma pequena cidade, que está no limite do urbano e rural (CÔRREA, 2011), mas coloca-se capaz de ofertar o básico das demandas da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisou-se as transformações na inserção de três centros de centralidades distintas na rede urbana de Maringá: Paranaíba, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí. Transformações estas sob a ótica das alterações funcionais e modos de inserção destas na rede, nos anos de 1960 até momento atual.

No processo de estruturação da rede urbana de Maringá, a partir da formação socioespacial, com base na pequena propriedade e produção mercantil, foi marcante a presença das empresas colonizadoras que comandaram a incorporação de terras à produção agropecuária, combinando com a criação de cidades através de loteamentos e dotação de certa infraestrutura que garantissem fluxos. O sucesso do empreendimento estava relacionado com aprofundamento da mercantilização da terra e a possibilidade de acesso à mesma por uma parcela de trabalhadores de distintas origens que realizaram um acúmulo de recursos monetários para aquisição de terras.

A rede urbana de Maringá calcada no predomínio da formação socioespacial da pequena propriedade rural é mais do que a estrutura fundiária que predominou inicialmente, sendo marcada pela produção agropecuária voltada ao mercado, intensa demanda de força de trabalho, gerando uma ocupação com elevada densidade demográfica, constituídas basicamente por pequenos e médios proprietários rurais.

Foi preciso compreender a rede urbana de Maringá e as cidades em estudos na década de 1960, momento do primeiro corte temporal, justificado pelo fato de ser o momento em que a mesma tinha sido estruturada. O estudo sobre os três centros urbanos da rede nos anos de 1960, figura como uma etapa importante para entender a rede na qual estão inseridos.

Naquele momento, Paranaíba se apresentava como centro sub-regional, Nova Esperança como centro de zona e Nova Aliança do Ivaí enquanto centro local, inseridas na rede urbana do norte do Paraná que se caracterizava como sendo do tipo *christalleriano*.

As cidades foram localizadas ao longo dos eixos de transporte, ou seja, o sistema era orientador fundamental para a fixação das cidades, pois a circulação era etapa muito importante para a pequena produção mercantil. Vários núcleos urbanos se faziam presentes na condição de vilas, distritos etc., que futuramente seriam elevados a condição de sedes municipais.

A complexidade demonstrada pela rede urbana estava relacionada à divisão territorial do trabalho no período, exibindo elevada população relativa, níveis de rendas variados, originando uma diversidade de padrões locacionais, onde o padrão espacial era

complexo. A complexidade é expressa na rede de Maringá à medida que era possível verificar todos os níveis de centros, da capital regional, Maringá, seguida pelos centros sub-regionais, centros de zona e os centros locais.

Naquele contexto, as cidades colocavam-se como locais de distribuição de bens e serviços como condição necessária e fundamental que garantia sua existência. Caracterizavam-se fundamentalmente pelo atendimento de demandas da produção agropecuária, desempenhando atividades de comercialização e beneficiamento de produção rural, transporte, sistema bancário, além daquelas que atendiam necessidades imediatas de suas populações e suas áreas de influência.

Embora Paranavaí, Nova Esperança e Nova Aliança do Ivaí estivessem inseridos na formação social da pequena propriedade, elas se colocavam distintamente na rede pelo fato de Paranavaí ser capaz, mediante atuação de diversos agentes econômicos, de atender demandas, ofertar produtos para atividades tanto do urbano quanto do rural, prestar serviços mais complexos no Noroeste do Estado, Nova Esperança por sua vez com espaço de influência de pequena expressão, também tinha suas funções que em algumas situações extrapolavam o local e Nova Aliança, ofertando apenas o mais básico dos centros urbanos, com ampla dependência, especialmente de Paranavaí.

Paranavaí, nos anos de 1960, era o centro sub-regional mais bem equipado e de maior força regional (KELLER, 1968) colocava-se com papel expressivo na rede pelo fato de ser a mais importante cidade da porção oeste do norte do Paraná, ofertando à população dos centros menores bens e serviços representados pelo comércio varejista, atacadista e serviços diversos, como a oferta de curso superior, serviços de bancos, beneficiamento de grãos, apresentando um comércio regional significativo, com a maior e mais diversificada oferta de produtos, um ponto estratégico regional para o comércio atacadista.

Nova Esperança por sua vez apresentava-se como um centro de zona (IBGE, 1972), com uma área de influência relativamente de pequena expressão, sua inserção na rede se dava especialmente como um ponto de coleta da produção agrícola, oferta de alguns tipos de bens econômicos e serviços, implementos e produtos agrícolas, serviços de banco e comércio atacadista. Na contrapartida, Nova Aliança do Ivaí era muito pequena em termos populacionais e suas atividades comerciais e varejistas eram pouco complexas, atendendo apenas a sua população com os bens e serviços essenciais, ou seja, por distribuir e ofertar bens econômicos e serviços muito elementares, assim apresentava uma ampla dependência em relação a Paranavaí, cidade que oferecia melhor e maior gama de equipamentos, quer

abastecendo o comércio de Nova Aliança quer prestando serviços, como os bancos em Paranavaí, já que o centro local não apresentava tal serviço.

Vinculado às combinações geográficas, o predomínio de topografia suave favoreceu o desenvolvimento de atividades agrícolas mecanizadas, enquanto o predomínio de solos originados a partir do arenito apresentou suscetibilidade à erosão. Assim, do ponto de vista agrícola, há algumas restrições em relação ao desenvolvimento de determinados tipos de produtos agrícolas na porção oeste do norte do Paraná.

O sistema de transporte rodoviário, especialmente a partir da pavimentação da rodovia BR 376, nos anos de 1960, agilizou e modernizou a circulação material da produção e pessoas, possibilitando às cidades a se tornarem um elo mais forte entre os fluxos.

A estruturação da rede urbana possibilitou interações espaciais em sua grande maioria com os centros da porção noroeste e central do norte do Paraná, além de alguns produtos comercializados com a capital do estado e a cidade de São Paulo. Não perdendo de vista que o abastecimento do comércio instalado na rede urbana era oriundo de atacadistas do estado de São Paulo, Maringá e Londrina.

Com as transformações relacionadas à agropecuária, a partir dos anos de 1970, ocorreu a acentuação da concentração fundiária, introdução de outros cultivos como milho, soja, expansão da pecuária bovina e área ocupada por pastagens plantadas, expansão da área ocupada pela mandioca, etc.; perda populacional total entre 1970 e 1980 municípios da rede, embora a população urbana tenha aumentado da rede. A Parcela da população que permaneceu nos municípios da rede dirigiu-se para as cidades de maior porte como Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama e Maringá. Parte da população migrou para Curitiba, São Paulo e para novas fronteiras agrícolas nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Articulado a estes processos, destaca-se a intervenção do Estado na modernização da agricultura iniciada a partir do final da década de 1960, quando foram expandidos os ramos industriais direcionados à produção de máquinas e insumos, o desenvolvimento dos complexos agroindustriais e a própria criação da EMBRAPA. Essa modernização favoreceu a expansão do cooperativismo, desde então, como foi o caso da Cocamar de Maringá, uma das maiores cooperativas do país, que contribuiu para que a cidade mantenha relações com os outros centros da rede a partir dos seus cooperados e entrepostos instalados, além das relações estabelecidas com o mercado externo, a exemplo da parceria desta cooperativa com a *Louis Dreyfus* em Paranavaí.

Nesse contexto, a rede urbana de Maringá, pela ótica do setor produtivo e à medida que se amplia a divisão territorial do trabalho, torna-se mais complexa. Por isso, os estudos

sobre rede urbana caracterizam-se como dinâmicos, estando constantemente em transformação, ou seja, a rede está em constante modificação.

Diante deste quadro, Paranavaí evidenciou um salto qualitativo em sua participação na divisão territorial do trabalho, ora produzindo matéria prima para a agroindústria, como é o caso da laranja, mandioca e cana-de-açúcar ora na medida em que foi capaz de desenvolver serviços de apoio à agropecuária, sobretudo, com o comércio voltado ao setor. O sistema de transporte, as agroindústrias, ou seja, uma cidade que regula o que é feito no campo cada vez mais moderno pela ótica da produção, mediante ampliação de ciência e tecnologias, atendendo tanto o local como o regional.

Mantendo-se como um centro Sub-regional (IBGE, 1997/2008), sua produção agroindustrial se desenvolveu especialmente da mandioca e da citricultura, demonstrando aprimoramento de sua funcionalidade e ampliação da área de influência, participando da divisão territorial e internacional do trabalho, com exportações de suco de laranja, frango e óleos essenciais.

O papel da pequena produção mercantil demonstra o quanto o capital local de Paranavaí foi importante, pois a partir do mesmo é que teve origem parte dos industriais, comerciantes e prestadores de serviços. Seu comércio tem desde os empreendimentos locais até as empresas de atuação regional e nacional, fazendo da cidade um importante polo no noroeste do estado, que atende sua hinterlândia. As últimas décadas foram marcadas pela ampliação e aperfeiçoamento de alguns serviços, a exemplo da oferta de cursos superiores, de pós-graduação, de serviços de saúde pelo CIS – AMUNPAR que tem como sede a cidade de Paranavaí.

O estudo da Região de Influência das Cidades (IBGE, 2008) considerou Nova Esperança com centralidade do nível local. Diante dos estudos realizados, verificou-se que o município oferta bens e serviços a um conjunto de municípios em seu entorno, demonstrando que sua funcionalidade é mais ampla do que foi estabelecida pelo IBGE, bem como sua área de influência. Neste sentido, vale frisar que os estudos realizados pelo IBGE são fundamentais para compreensão do quadro geral da rede urbana brasileira. No entanto, quando realizam-se pesquisas diretas sobre várias cidades de diferentes centralidades, verifica-se que as mesmas apresentam outras atividades comerciais e prestadoras de serviços muito mais amplas que aqueles atribuídos a uma dada centralidade. Evidente que este último Regic (IBGE, 2008) apresentou mudanças em sua metodologia, ao incluir os elementos que permitissem entender a gestão das cidades a partir do capital e empresas, bem como dos serviços públicos federais. Neste caso, uma cidade, considerada centro local, é aquela que apenas oferta bens e serviços

básicos e não apresenta maior importância do ponto de vista da gestão do capital e de serviços federais.

Nova Esperança se insere atualmente na rede urbana a partir de sua produção agropecuária vinculada à agroindústria sucroalcooleira, à citricultura e mandioca. No que se refere à produção industrial, a cidade apresenta empresas que comercializam seus produtos em todo o país, bem como encontrou nicho de mercado para produção de mercadorias produzidas a partir da seda na escala internacional.

No caso do comércio Nova Esperança atende a população local e das cidades de seus arredores, com supermercados, lojas de rede de consumo regional e nacional, concessionárias de veículos. Diante da análise efetuada confirma-se a sua complexidade funcional, pois apresenta uma centralidade que extrapola a de um centro local, pois oferta bens e serviços a uma população e um grupo de municípios e seus arredores.

A importância de Paranavaí como principal cidade da porção oeste da rede, fez com que filiais de redes nacionais se instalassem na cidade em busca de potencializar seus negócios já que se trata de um ponto estratégico na rede urbana de Maringá, atendendo mercado consumidor na porção extremo noroeste.

Os alcances espaciais da rede ampliaram-se ainda mais, especialmente no que se refere ao setor agroindustrial e industrial de Paranavaí, assim como o industrial de Nova Esperança, à medida que as interações espaciais ocorreram diretamente com os centros locais (de menor nível hierárquico da rede), com a cidade mais importante da rede, com outras redes e até mesmo com o mercado externo.

No caso de Nova Aliança do Ivaí, enquanto um centro local, não se observa o desenvolvimento de outras atividades urbanas como a presença de serviços especializados, um comércio varejista mais diversificado. Do ponto de vista de necessidades inadiáveis, a cidade atende algumas delas, enquanto outras são supridas em Paranavaí.

A manutenção da população e de algumas empresas em Nova Aliança se dá a partir de políticas inerentes à administração pública, a exemplo da doação de máquinas, terrenos e até pagamento de aluguel para motivar empresas a permanecerem no município.

Nova Aliança do Ivaí tem na agricultura um segmento muito relevante para a geração de empregos, sendo também o responsável pelo maior valor adicionado bruto a preços básicos segundo a atividade. Parcela da população de Nova Aliança do Ivaí atua como mão de obra para agroindústrias sucroalcooleira em cidade vizinha.

Paranavaí e Nova Esperança ampliaram e diversificaram suas atividades no decorrer dos anos 1990 e, na atualidade os alcances de suas interações espaciais se ampliaram ainda

mais. Sobretudo com a exportação estabelecida com países da Europa, Oriente Médio, Japão, China, Paraguai e Estados Unidos, significando a inserção destes municípios na divisão territorial nacional e internacional e em outras redes. Parte do desenvolvimento da funcionalidade de Paranaíba e Nova Esperança tem início da pequena produção mercantil, tanto no rural como no urbano. São inúmeras empresas criadas a partir de capitais locais, que conseguiram se firmar no mercado, gerando empregos, ampliando as receitas municipais e projetando os dois municípios no cenário nacional e internacional.

Assim, a atual inserção da cidade de Paranaíba e Nova Esperança ganhou expressividade econômica, ampliando sua área de ação e confirmando suas funções na rede urbana de Maringá, sobretudo como sede de agroindústrias; com indústrias de capital local que atendem ao mercado nacional e internacional; como prestadoras de serviços; com um comércio dinâmico e diversificado.

Finalmente, espera-se que este estudo, apesar de suas limitações, possa contribuir para o acervo do conhecimento sobre rede urbana do norte do Paraná. Bem como servir de estímulo e subsídio a outras investigações sobre os assuntos aqui discutidos.

REFERÊNCIAS

ACESSÓRIOS produzidos na Vila Rural chegam a França. **Folha de Nova Esperança**, Nova Esperança, ano 1, n. 1, p.4, out. 2013.

ALBAGLI, Sarita; BRITTO, Jorge. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – **Glossário de Arranjos Produtivos Locais**. Redesist, 2002.

ALCÂNTARA, José Carlos. **Política Local - Um estudo de caso: Paranaíba 1952-1982**. Maringá: Clichetec, 1987.

ALMEIDA, Aluísio de. **História de Sorocaba**. 2008. Instituto Histórico e genealógico de Sorocaba. Disponível em:
<<http://www.ihggs.org.br/index.php?option=content&task=view&id=107&Itemid=93>>. Acesso em: 10 jan. 2014;

ALVES JR., Manoel Pio. **A re-inserção de Londrina na rede urbana norte paranaense no início do século XXI**. 2006, 120f. Trabalho de conclusão de curso Monografia (Bacharelado em Geografia) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

AMIN, Samir. **A crise do imperialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

AMUNPAR. **Consórcio Intermunicipal de Saúde**. Disponível em:
<<http://www.consorciodesaude.com.br/ServCredenciados.php>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

ARAUJO, Argeu Dias. **A cadeia produtiva da mandioca e sua importância social e econômica na microrregião geográfica de Paranaíba**. 2000. Maringá: Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.

ARIOCH, David. **Declínio econômico de Paranaíba**. Arquivo da categoria Região. Jornalismo Cultural, Paranaíba: 01 fev. 2011. Disponível em:<<http://davidarioch.wordpress.com/2011/02/01/o-declinio-economico-de-paranavai/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

ARIOCH, David. Os 47 anos da Fafipa. **Arquivo da categoria Região**. Jornalismo Cultural, Paranaíba: 05 abr. 2013. Disponível em:<<http://davidarioch.wordpress.com/2011/02/01/o-declinio-economico-de-paranavai/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

ASALIN, Gilmar Aparecido. **Os shopping centers atacadistas de Maringá: A lógica de uma centralidade criada pela indústria e comércio de confecções**. 2008. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

AUDIÊNCIA discute exigência de farmacêutico em farmácias. **Jornal do Senado**, 11 nov. 2014. Disponível em:< <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/11/11/audiencia-discute-exigencia-de-farmacutico-em-farmacias>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

AVICULTURA alavanca desenvolvimento de Paranavaí. **Diário do Noroeste**, Paranavaí, 31 maio, 2014. Renda, p.3.

BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, vol. 1, 1969.

BARROS, Hermann Moraes. Hermann Moraes de Barros fala do começo da cidade. **Revista Paraná em Três dimensões**, Curitiba, ano 5, out. 1978.

BATISTA JR, João. Conheça a trajetória de sucesso de Miled Khoury, dono da Sawary jeans. **Veja São Paulo**, São Paulo, 02 maio, 2014.

BENADUCE, Gilda Maria. **Rede de informações e novas espacialidades no Paraná**. 1999. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

BERA, Wagner. **Para conquistar o futuro é preciso conhecer o passado !** Avante Nova Esperança –PR. 17, abr. 2012. Disponível em:<<http://wagnerbera13.blogspot.com.br/2012/04/para-ter-futuro-e-preciso-conhecer-e.html>>. Acesso em 05 abr. 2014.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. . In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (Org.). **Geografia e o norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades. v. 1, p.77-118, 2007.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcante. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (Org.). **Geografia e o norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades. v. 1, p.137-211, 2007.

BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia**. Uberlândia: Gráfica Composer Editora Ltda., 2007.

BIGARELLA, João José.; MAZUCHOWSKI, Jorge Zbigniew. **Visão integrada da problemática da erosão**. Curitiba: ADEA/ABGE, 1985.

BNDES. **Conectando indústria s e consumidores: desafios do varejo brasileiro no mercado global**. Biblioteca digital. Disponível em:<<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>Acesso em 02 jan.2015.

BOCATO, Francisco; GRACIANO, Rafael Ximenes. Gestão familiar na hotelaria. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v.5 n.9, p.163-174, jul/dez. 2013.

BOGONI, Saul. **Lampejos sobre a história de Paranavaí**. Paranavaí, 2013. Disponível em:<<http://www.prefeituraparanavai.com.br/historia.php>>Acesso em 10 dez. 2013.

BRANCO, Mariana. **Camex aprova medidas antidumping contra seis países**. Agência Brasil, 03 jul. 2014. Disponível em:< <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-07/camex-aprova-medidas-antidumping-contra-seis-paises>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. **A inserção da microregião geográfica de Londrina na divisão internacional do trabalho**. 1996. Dissertação (Mestrado)-de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. O comportamento territorial do norte do Paraná como frente de expansão e frente pioneira. In: FRESCA, T.M.; CARVALHO, M.S. (Org.). **Geografia e o norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades. v. 2, p.141-200, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de informações sociais**. Brasília, MTE/RAIS, 2012.

BRASIL, Banco Central do. **ESTABAN – Estatística Bancária por município** (transferência de arquivos) Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 10.432, de 9 de Novembro de 1889**. Da Independência e do Império. Palácio do Rio de Janeiro, 9 nov. 1889. Legislação informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>>. Acesso em: 04 maio. 2013.

CÂMARA municipal de nova esperança. **Nova Esperança 58 anos de vida uma história, uma vida**. Nova Esperança, 2010. Disponível em: <http://www.hnetsistemas.com.br/catalogo/layouts/pers_camara/index.php?Secao=ExibeNoticia&id=2859&emp=225>. Acesso em: 20 maio. 2013.

CAMBIAGHI, Salette. Magdalena. O povoamento do Norte do Paraná. In: FRESCA, T.M.; CARVALHO, M.S. (Org.). **Geografia e o norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades. v. 2, p.71-86, 2007.

CANCEAN, Maria Dolores Jodar Gutierrez. **Alterações ambientais antrópicas no curso superior do Ribeirão Caxangá – Nova Esperança/PR**. 2002. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANONICE, Bruhmer Cesar Forone. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2007.

CARDOSO, Luiz, Fernando. Cocamar vende fábrica de suco. Maringá, **O Diário do Norte do Paraná**, p.4, 23 mar. 2012.

CASAGRANDE, Alessandro. **Erosão urbana no Noroeste do Paraná: riscos socioambientais ao desenvolvimento urbano - Um estudo de caso do município de Nova Esperança- PR**. 2012. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CASARIL, Carlos Cassemiro. **A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão - Paraná**. 2014, Tese (Doutorado) Programa de Pós - Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CASTRO, Luiz Humberto de. **APL – Arranjo produtivo local**. Brasília: SEBRAE, 2009.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHOLLEY, André. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos** (parte1). Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, n.179, p. 139-145. 1964. Disponível em:<[HTTP://biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)>. Acesso em: 05 nov. 2014.

CHOLLEY, André. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos** (parte2). Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, n.180, p. 267-276. 1964. Disponível em:<[HTTP://biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)>. Acesso em: 05 nov. 2014.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall, INC. Englewood Cliffs, 1966.

COCAMAR. **História da Cocamar** . Disponível em:<<https://www.cocamar.com.br/historia.php>>. Acesso em 30 nov. 2014.

COCOMAR. **Cocamar assume toda Paraná Citrus**. Paraná online, 22 jul, 2005. Disponível em:<<http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/131053/?noticia=COCAMAR+ASSUME+TODA+PARANA+CITRUS>> Acesso em: 10 jan.; 2015.

COLODEL, José Augusto. O Oeste paranaense como espaço geográfico. Mas qual espaço? In: PERIS. A. F. (Org.). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Editora Gráfica Universitária Edunioeste: Cascavel. 2008. Disponível em:<www.unioeste.br/.../livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edu>. Acesso em: 18 set. 2012.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Edanae, 1977.

COOPCANA: **Cooperativa se prepara para colher a melhor safra de sua história**. Informe Paraná Cooperativo, Curitiba, 8 ago. 2012. Disponível em:<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php?option=com_content&view=article&id=91296:coopcana-cooperativa-se-prepara-para-colher-a-melhor-safra-de-sua-historia&catid=15:informe&Itemid=870>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CORADINI, Odacir Luiz.; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, Cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 87-98, jan/mar. 1970.

- CORRÊA, Roberto Lobato. A rede de localidades centrais, nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 61-83, jan./mar. 1988.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo de rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988a.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar.1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Repensando a teoria dos lugares centrais. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (1982) p.15-40.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C ; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a, p. 279- 318.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial - uma Reflexão Considerando o Brasil. In: CORRÊA, R. L. (Org.). **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 275-290.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**, Espaço e tempo, São Paulo n.30, 2011, p.5-12.
- COSTA, Fátima. **O dia em que a laranja casou com a mandioca**. Revista Dinheiro Rural. São Paulo, Edição 78, abr. 2011. Disponível em: <revistadinheirorural.terra.com.br/secao/agronegocios/o-dia-em-que-a-laranja-casou-com-a-mandioca>. Acesso em: 21 ago. 2014.
- COSTA, José Antonio. Grupo Camilo investe em Nova Esperança. **Jornal Noroeste**, Nova Esperança, 22 jun. 2012.
- CROCETTI, Zeno Soares. **Formação Sócio-espacial do Paraná**. 2012. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CRUZ, Maria Clara da. O conceito de Formação Espacial: Sua Gênese de Contribuição para a Geografia. **GEOgraphia**- Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, ano V, n.9, 2003.
- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. PARANÁ. **Transporte intermunicipal de passageiros: movimento de passageiros por linha: Maringá, Nova Esperança; Paranavaí, Nova Esperança**. maio/2013 a maio/2014. Curitiba, 2014.

NOVO loteamento para Paranavaí trás proposta verde para lazer. **Diário do Noroeste**, Paranavaí, p.7, 31 jul 2014.

DIAS, Edson dos Santos. **Desenvolvimento regional e conservação ambiental**: a “estrada do colono” como via de (des)integração do oeste-sudoeste paranaense. Presidente Prudente. 2006. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2006.

EL-KHATIB, Faissal. **Municípios do Paraná**. Curitiba: Grafipar- Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda. 1969.

ENDLICH, Angela; MORO, Dalton Aureo. Maringá: Espaço e Tempo. In: MORO, Dalton (org.). **Maringá Espaço e Tempo: Ensaio de Geografia Urbana**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEM, 2003

ENDLICH, Ângela, Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006, 476f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. **Maringá e a rede urbana regional: conteúdo urbano e concentração demográfica**. Acta Scientiarum, Maringá, n° 21, 1999, p.897-907. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/3089>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

FABRINI, Flávio. **Formação socioespacial do noroeste do Paraná e a ação da Companhia Colonizadora Byington**. 2014, Dissertação (mestrado) Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

FADEL, Evandro. Produtores de mandioca antecipam colheita no Paraná. **Revista Veja**. São Paulo, 23 dez. 2011, Economia.

FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Falta de ação faz crise da aftosa se arrastar por quatro meses**. Boletim informativo 901, Curitiba, semana de 27 de fev. a 21 de mar. 2006. Disponível em: < <http://www.faep.com.br/boletim/bi901/bi901pag02.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

FÉCULA de mandioca movimenta economia do noroeste. **Folha de Londrina**. Londrina, 22 nov. 2011. Caderno Agronegócio. Disponível em: <<http://www.jornalmeioambiente.com/materia/235/fecula-de-mandioca-movimenta-economia-do-noroeste>>. Acesso em: 18 nov.2013.

FEDERAL, Caixa econômica. **Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR**. 2009. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/saiba_mais.asp>. Acesso em: 12 set. 2014.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol.XXXI, Rio de Janeiro, 1959.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 1970**. Curitiba: Livraria Chain: 1988.

FONSECA, Fernanda Perdigão; SERRA, Elpídio. Cocamar e o Projeto Arenito Nova Fronteira: Uma Nova Dinâmica do Cooperativismo na Região Noroeste do Paraná. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: p. 1-16, 2005.

FRESCA, Tânia Maria. **Transformações na rede urbana do Norte do Paraná: Estudo comparativo de três centros**. 2000, 436f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FRESCA, Tânia Maria. Industrialização recente da rede urbana do Norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial. **Boletim de Geografia. Maringá**, ed. UEM. Ano 24, n.1, p. 129-146, 2006.

FRESCA, Tânia Maria. A estruturação da rede urbana do Norte do Paraná. In: FRESCA, T. M.; CARVALHO, M. S. (Org.). **Geografia e o norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades. v. 2, p.201-250, 2007.

FRESCA, Tânia Maria. Área central de Londrina: uma análise geográfica. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. **Geografia**, v. 16, n. 2, jul./dez. 2007a, p.143-166.

FRESCA, Tânia Maria. Análise da dinâmica da produção industrial no interior paranaense. **Terra @ plural**. Estudos em gestão do território. Ponta Grossa, v.2 n. 2: jun/dez. 2008. p. 227-239.

FRESCA, Tânia Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do Norte do Paraná. In: ENDLICH, Ângela Maria; MENDES, Márcio Rocha (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p. 41-68.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, v. 9 n. 20 p. 75-82, set./dez. 2010. Disponível em:< <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/398/310>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

FRESCA, Tânia Maria. Deslocamentos pendulares na região Metropolitana de Londrina – PR: uma aproximação. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 167-191, ano 14, 1º, 2012.

FRESCA, Tânia Maria. Londrina – PR como espaço metropolitano: uma análise a partir dos serviços superiores. **14º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Peru: 2013. Disponível em: < http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_T%C3%A2nia-Maria-Fresca.pdf>. Acesso em 20 maio, 2014

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 1963.

GHIZZO, Márcio Roberto. **A mobilidade do consumo na cidade de Maringá – PR: o ensaio de uma noção**. 2006. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

GLEVIS Decor. Paranaíba, 2014. Disponível em:<<http://www.tecnoclim.com.br/glevis-moveis>>. Acesso em: 10 dez.2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GTFOODS. GTFoods group - **Frangos Canção, Gold Frango, Mister Frango e Bellaves** Disponível em:<<http://www.gtfoods.com.br/ogrupos.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

HORÁRIO ônibus Metropolitano. **Maringá/ Nova Esperança**. Viação Garcia. Disponível em:<http://www.viacaogarcia.com.br/arquivos/horariospdf/7_file.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

HORÁRIO ônibus Metropolitano. **Paranaíba/ Nova Esperança**. Viação Garcia. Disponível em:<http://www.viacaogarcia.com.br/arquivos/horariospdf/7_file.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

IBGE. **Censo demográfico**: Estado do Paraná: 1950. Rio de Janeiro: 1954.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: 1959. v. 31.

IBGE, **Censos comerciais e de serviços de 1960**: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: 1962. v. 4. T.9.

IBGE. **Censo demográfico**: Estado do Paraná, 1960. Rio de Janeiro: 1962.

IBGE. **Censo agrícola de 1960**: Paraná- Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1970.v.2, t. 12, 1ª parte.

IBGE. **Departamento de Cartografia**. Rio de Janeiro: 1970.

IBGE. **Censo industrial - Paraná**. Rio de Janeiro: 1970.

IBGE. **Regiões de Influência de cidades - 1966**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE. **Censo agropecuário – Paraná**: 1970. Rio de Janeiro: 1975.

IBGE. **Censo industrial do Paraná**. Rio de Janeiro: 1980.

IBGE. **Censo Demográfico – Paraná**: 1970. Rio de Janeiro: 1982.

- IBGE. **Censo agropecuário – Paraná**: 1980. Rio de Janeiro: 1983, v.2. t.3.
- IBGE. **Censo Demográfico – Paraná**: 1980. Rio de Janeiro: 1983.
- IBGE. **Regiões de Influência de Cidades - 1973**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- IBGE. **Censo Demográfico – Paraná**: 1991. Rio de Janeiro: 1991.
- IBGE, **Censo Agropecuário-1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=74&z=t&o=3&i=P>> Acesso em: 10 de fev. 2014.
- IBGE. **Censo agropecuário – Paraná**: 1995/1996. Rio de Janeiro: 1998.
- IBGE. **Regiões de Influência de Cidades - 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE. **Censo Demográfico – Paraná**: 2000. Rio de Janeiro: 2000.
- IBGE. **Atlas de representações literárias das regiões brasileiros, região meridional**. Vol. 1- Rio de Janeiro, 2006. Disponível em<<http://pt.scribd.com/doc/55569794/22/A-regiao-geogra%EF%AC%81ca-do-Norte-do-Parana>>. Acesso em: set.2012;
- IBGE. **Classificação de atividades econômicas**. Rio de Janeiro: Versão 2, 2007
- IBGE. **Regiões de Influência de Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE. **Censo Demográfico – Paraná**: 2010. Rio de Janeiro: 2010.
- IBGE. **Cidades @**: 2010. Rio de Janeiro: 2010a. Disponível em: <<HTTP://www.ibge.gov.br/cidadesat/topp.htm?1>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- IBGE, **Redes e fluxos do território - Gestão do Território**. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em:<http://geofp.ibge.gov.br/redes_e_fluxos_do_territorio/gestao_do_territorio/gestao_do_territorio_2014.pdf> Acesso em: 20 maio, 2014.
- INAUGURAÇÃO de Super Muffato em Paranavaí. Diário do Noroeste, Paranavaí, 15 set. 2011. Disponível em:< <http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/cidades/local/36303-inauguracao-do-hipermercado-super-muffato-em-paranavai-#.VGkZ3cnYITA>>. Acesso em: 13 nov. 2014.
- IPARDES. **Estudo de integração de polos agroindustriais do Paraná**. Curitiba, 1975.
- IPARDES. **Economia e sociedade**. Curitiba, 1982.
- IPARDES. **Caracterização da indústria agroalimentar do Paraná**. Curitiba, 1985
- IPARDES. **Agroindustrialização e produção de alimentos**. Curitiba, 1987.

IPARDES. **Dinâmica demográfica recente da região Sul: anos 70 e 80.** Curitiba, 1987a.

IPARDES. **Economia Paranaense - desempenho recente e cenários de curto prazo.** Curitiba, maio, 1991.

IPARDES. **Arranjo produtivo local da mandioca da Região de Paranaíba - Loanda:** nota técnica / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba, : IPARDES, 2006.

IPARDES. **Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná.** Curitiba, 2006.

IPARDES. **As características do crescimento industrial paranaense.** Curitiba, 2010.

IPARDES. **Cadernos estatístico município de Nova Aliança do Ivaí.** Curitiba, 2012.

IPARDES. **Cadernos estatístico município de Nova Esperança.** Curitiba, 2012.

IPARDES. **Cadernos estatístico município de Paranaíba.** Curitiba, 2012.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Paraná:** economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0624.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil.** Brasília: IPEA, 2002, v. 1 e 2.

IZEPÃO, R. L.; TARTAGLIA FILHO, L. **O planejamento governamental nos Estado do Paraná e Santa Catarina:** um estudo comparativo (1955- 2002). A Economia em Revista. Maringá v.17, n.2, p. 43-55, dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/download/13315/8021>>. Acesso em: 30 set. 2013.

IZEPÃO, Rosalina Lima. **A experiência paranaense de planejamento.** 1998. 160 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

KELLER, Elza Coelho de Souza. Redes urbanas. In: IBGE. **Geografia do Brasil:** Grande Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE. V. 4 t.2, 1968, p. 298-340.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** 2003. Disponível em: <http://www.cronologia.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf> Acesso em: 10 maio, 2014.

LOPES, Almeida. **Nova Esperança PR- Avenida Principal.** Nova Esperança, 2012, Álbum de fotos. Disponível em: <<http://almeidalopes.blogspot.com.br/2012/12/parana-paisagens-e-cidades-clique-sobre.html>> Acesso em: 07 de abr. 2014.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Infraestrutura do Paraná: potencialidade e rumos. **Análise conjuntural**. Curitiba: v. 28, n. 9-10, p. 15-16, set./out. 2006.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Badep. UFPR. 1968.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Departamento de História, v.3, p.1-52, jun.1963.

MACHADO, José Roberto. **As centralidades e as (des)centralidades**: um olhar geográfico sobre a espacialidade dos serviços da saúde na cidade de Maringá. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

MAGALHÃES FILHO, Francisco Borja Baptista. O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores econômicos. **Revista FEE**, Porto Alegre, v. 21, n.3, nov. 1993. p. 95-102.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: Souza, Maria Adélia A. de (org.). **O Mundo do Cidadão – Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec. 1996.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**. Florianópolis: v.2, n.3, p.63-71, jan./jun. 1987.

MARÇAL, Douglas. **Viajando como sardinha na lata**. odiário.com, Maringá, 12 jul.2011. Disponível em:<<http://blogs.odiario.com/luizdecarvalho/2011/07/12/viajando-como-sardinha-na-lata/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MARTELLO, Alexandro. **Balança comercial registra em 2013 pior resultado em treze anos**. G1.Globo, São Paulo: 02, jan. 2014. Disponível em:<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/balanca-comercial-registra-em-2013-pior-resultado-em-doze-anos.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MARX, K. O Capital: **Crítica da economia política**. Vol. I, Tombo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENDONÇA, Francisco. **A evolução sócio- econômica do Norte Novíssimo de Paranaíba-PR, e os impactos ambientais**: Desertificação?. 1990. Dissertação (Mestrado)- Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1990.

MINEROPAR. **Atlas Geomorfológico do Paraná**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006. Disponível em:<http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/2_Geral/Geomorfologia/Atlas_Geomorforlogico_Parana_2006.pdf>. Acesso em 20 out. 2014.

MISTER Frango. **História**. Disponível em:<http://www.misterfrango.com.br/vendas_merc_interno.php> Acesso em: 05 ago. 2014.

MONBEIG, Pierre. **A zona Pioneira do Norte do Paraná**. Geografia, São Paulo: v.3, p. 221-236, jan/mar. 1935.

MONBEIG, Pierre. Estudos Geográficos. **Boletim Geográfico**. v.1, n.11, p.221-238,1944.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitex, 1984.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas e transformações na organização do Espaço Rural do Município de Maringá**. 1980, 353f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, 1980.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 1991. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1991.

MOTA, Adeir Arcanjo. **A Geografia do Ensino Superior de Maringá: a dinâmica regional e as transformações no espaço urbano**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

NOSSA história, nossa gente. **João Marques sobrinho**. Distrito de Graciosa/Paranavaí, p.57-58. 2013.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1989.

MÜLLER, Nice L ecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: FRESCA, T.M; CARVALHO, M.S. (Org.). **Geografia e o norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades. v. 2, p.19 -70, 2007.

MUSEU, Paranavaí. **História e Memória de Paranavaí**. Disponível em:<
<http://museuparanavai.webnode.com.br/news/historia-de-paranavai/>> Acesso em: 10. jun. 2013.

NAKASHIMA, Paulo. **Sistemas Pedológicos da Região Noroeste do Estado do Paraná: Distribuição e subsídios para o controle da erosão**. 1999. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois- Comentários sobre o texto "Paraná economia e sociedade". **Revista Paraná em Desenvolvimento**. Curitiba, n. 83, p. 5-15, set./dez. 1994.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec. 1981.

PÁDUA, Osvaldo. Sericultores duplicam a produtividade de casulos na região de Nova Esperança. **Folha de Nova Esperança**. Nova Esperança Ano 1, n. 1,out.2013, p.5.

PAGIDES, Stahis. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 41-71, jan./mar. 1969. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/1686/5880>>. Acesso em: 01 de out. 2013.

PARANÁ abre primeira indústria de suco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 Set. 1994. Agrofolha 1994, p. 3, PARANÁ,

PARANÁ. **Lei Complementar 145**, de 24 de abril de 2012. Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 83/98, incluindo o Município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá.

PARANÁ. **Assembleia Legislativa**. Projeto de Lei complementar n. 719/11, de 28 de março de 2012, inclui o município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá – RMM. Disponível em:< http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/21174-assembleia-aprova-ampliacao-das-regioes-metropolitanas-de-londrina-e-maringa> Acesso em: 10 dez. 2014

PARANÁ, Secretaria de Educação- SEED. **SEED em números**,2014. Disponível em:< <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/>>. Acesso em 29 out. 2014.

PASSOS, Viviane Rodrigues de Lima. **A Verticalização de Londrina 1970/2000**: a ação dos promotores imobiliários. 2007. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral; VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Geografia e Marxismo: o caso da formação socio-espacial do Brasil Meridional. In: **Anais XI encontro de Geógrafos da América Latina**. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia. 2007.

PIERIN, Ivo. **Memórias de um guerreiro**. Paranaíba: Gravid Artes Gráficas Ltda., 2007.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PORTAL, Loanda. **Com orla extensa, praia artificial em Porto São José atrai turistas**. São Pedro do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://www.portalloanda.com.br/noticias.php?id=1677>>. Acesso em 12 jan.2015.

POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafimarke, 2006.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

- PRAXEDES JR., Benedito. **Cresce procura e valor por terrenos urbanos em Paranavaí.** Diário do Noroeste. Paranavaí, 15 jan. 2010, Local. Disponível em:<
<http://www.diariodonoroeste.com.br/noticia/cidades/local/34515-cresce-procura-e-valor-de-terrenos-em-loteamentos-urbanos-de-paranavai#.VCLIPRYYYkTA>>Acesso em: 24 set. 2014.
- RANGEL, Ignácio. A história da Dualidade brasileira. **Revista de Economia política**, São Paulo, v.1, n. 4, p. 5-34, out./dez., 1981.
- RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1985.
- RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, v.1, 2005.
- REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, K.S.; ANGELIS, NETO, G.; JABUR, R. S.; RISSI, Q. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum Technology**. Maringá: v.26, n.2. p. 141-150, 2004.
- RIBEIRO, Adão. **SICOOB – Noroeste 10 anos.** Umuarama: Gráfica Paraná, 2013.
- ROMPATTO, Maurílio. Construções históricas acerca da (re)ocupação do Noroeste do Paraná – o caso de Paranavaí e região. **Revista Urutága**, Acadêmica multidisciplinar, DCS-UEM, nº26, p. 1-16. maio 2012.
- SANTA Casa conclui licitação e obra de conclusão do Hospital Noroeste começa na próxima semana. **Diário do Noroeste**, Paranavaí, p.7, 17 jun. 2014.
- SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas.** São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Ensaios. Petrópolis: Vozes. 1982.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico- científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton . **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2006.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. **O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Rural e da Liga das Uniões Coloniais no processo de organização social e do desenvolvimento sul brasileiro.** 2002. Tese (Doutorado) Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- SEBASTIANI, Luiz Eduardo da Veiga. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação.** FAE Bussiness, Curitiba, n.3, set. 2002. Disponível em:
<ww.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n3_setembro_2002/resenha_a_economia_paranaense_nos_anos_90_um_modelo_de.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2013.

SECEX, Secretaria de Comércio Exterior; MDIC, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Estatística da Balança Comercial brasileira, municípios**. Vários anos. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

semestre, 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em 20 ago. 2014.

SERENI, E. De Marx a Lenin: la categoria de “formación econômica-social”. **Economia y Ciências Sociales**, Caracas, v.13, p.5-53, 1971.

SERRA, Elpídio.; AMBRIZI, Maria Ângela M.. Análise das correlações agro-econômicas do Noroeste do estado do Paraná (1970/1975/1980). **Boletim de Geografia UEM**, Maringá, ano 2, n.2, p. 34-47, jan. 1984.

SERRA, Elpídio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: O caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá**. 1986, Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1986.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. **Boletim de Geografia**. Maringá: Imprensa Universitária. Ano 10, n.1, p.61-93.1992.

SERRA, Elpídio. A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná Moderno. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 11, n. 1. Dez. p. 49-59, 1993.

SHELTON Hotel, Paranavaí, 2012. Disponível em: < <http://www.sheltonpalacehotel.com.br/>, 2012> Acesso em 10 dez. 2014.

SILVA, Paulo Marcelo Soares. **História de Paranavaí**. Paranavaí: Prefeitura municipal, 1988.

SILVA, Reinaldo. Inauguração do Hipermercado Super Muffato em Paranavaí. **Diário do Noroeste**, Paranavaí, 15 set. 2011.

SILVA, Reinaldo. Vista parcial do comércio no cruzamento das ruas Getúlio Vargas esquina com a Souza Naves, na área central de Paranavaí. **Diário do Noroeste**, Paranavaí, 2012.

SILVA, Reinaldo. Citricultura deve movimentar R\$ 200 milhões durante a safra 2013/14. **Diário do Noroeste**, Paranavaí, 02 jun. 2013. Local, p.11.

SILVA, Reinaldo. Crédito habitacional cresce 30% em Paranavaí. **Diário do Noroeste**. Paranavaí 30 jan. 2013. Disponível em: <http://www.diariodonoroeste.com.br/edicao-jornal/?dteditorial=25/01/2013#/Diario%20do%20Noroeste/0>. Acesso em 20 out.2014.

SILVA, Reinaldo. Prefeito Rogério destaca a Valorização dos imóveis em lançamento de feira do setor. **Diário do Noroeste**, Paranavaí, 26 mar. 2014. Local, p. 5.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais. 1998. Disponível em: <http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SORJ_Estado_Classes_Sociais_na_Agricultura_Brasileira.pdf_10_04_2008_20_33_43.pdf>. Acesso em: out. 2013.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: EDUEL, 2002.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura Homens, mulheres e capital (1950 – 1980)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ. **Polícia Federal pelo Brasil: Paraná**. Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/institucional/pf-pelo-brasil/parana>>. Acesso em: 27, maio, 2014.

TAKAHASHI, Toshikazu. **100 Anos do Primeiro Fotógrafo de Paranavaí / PR – Brasil**. Disponível em <http://primeirofotografodeparanavai.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

TOSHIKAZU, Takahashi. **Família Takahashi, pioneira de Paranavaí. Diário do Noroeste**. Paranavaí: out, 1998, p. 5-15.

TESOURO NACIONAL. **Estados e Municípios, Transferências Constitucionais**. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/modelo-artigo-prefeituras-e-governos/-/asset_publisher/S2mRfz7lRxWZ/content/fundo-de-participacao-dos-municipios-e-fundo-de-participacao-dos-estados. Acesso em: 17 nov. 2014.

THOMAZIELL, Roberto Antonio. **O cultivo de cafeeiro em sistema adensado**. Revista Agrônomo. p.8-10, Campinas: 2001. Disponível em < http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/agronomico/pdf/08_cafeadensado.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: história e fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado)- Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TRINTIN, Jaime Graciano. **Industrialização do norte paranaense e a questão do bloqueio ao desenvolvimento de regiões periféricas**. 1989. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense 1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSUKAMOTO, Ruthi Youko. Assentamentos rurais e a sericicultura como alternativa da renda: uma reflexão. In: XIX ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária , 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009. p. 1-16.

VERCEZI Jaqueline Telma. **O meio técnico científico informacional e o espaço relativizado da região metropolitana de Maringá**. Maringá 2012. Tese (Doutorado)-Programa de Pós- graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Rede bancária e rede de cidades**: o processo de reestruturação ocorrido no período de 1970 a 2006. 2009. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

VISOEST. Produtos e serviços. Nova Esperança. Disponível em:<
<http://www.visoest.com.br/v2/>>. Acesso em 10 dez. 2014.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa oficial do Paraná, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria.; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilati. **Ocupação da terra no Paraná moderno**. Curitiba: Cadernos de Migração. Vol. 3, 1988.

YURASSECK, JR. Jarbas. **Panorâmico**. Disponível em:
<http://www.panoramio.com/user/4942267/tags/Turismo?photo_page=4>. Acesso em: 15 jun. 2014.

APÊNDICES

Apêndice A- Entrevistas realizadas:

Rotil Pereira de Souza, 10, jul 2013 (pioneiro em Paranavaí); José Batista, 20, jul.2013 (pioneiro de Nova Aliança do Ivaí); Luzia Bana, 10, jul. 2013 (pioneira de Paranavaí); Lander Borba, 10, jul. 2013 (filho do dono da Máquina Amazonas em Paranavaí); Oscar José de Souza, 20, jul. 2013 (pioneiro de Paranavaí); Valter Alves, 25, fev. 2013 (pioneiro e fazendeiro de Nova Aliança do Ivaí); Aparecido Valério, 25, fev. 2013 (pioneiro de Nova Aliança do Ivaí); Edson Jacinto (assessor Jurídico da Prefeitura de Nova Aliança do Ivaí) Albertino Franzoni, 29, jul. 2014 (chefe da agência do IBGE-Paranavaí), Cleuza Garbin, 04, ago. 2014 (encarregada da Divisão Técnica do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS- Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná – AMUNPAR); Elias de Souza Júnior, 18, ago. 2014 (pecuarista em Paranavaí); Ivan Cruz, 07, ago. 2014 (pecuarista em Paranavaí); Henrique Freitas (diretor da divisão de citrus da *Louis Dreyfus* do Brasil); José Gilberto Pratinha, 29, jul. 2014 (empresário do setor de produção de suco e fécula); Valmir Machado, 10, nov. 2014 (gerente da lavanderia Nova Aliança); Laércio Gasquer (gerente Hipermercado Muffato Paranavaí); Rodney Garcia, 26, out. 2014 (pecuarista em Nova Esperança); Jéssica Raine 28, jul. 2014 (representante da Refrigerante Garoto); José Carlos Pequito Mendes, 9, out. 2014 (engenheiro da Engepec, Paranavaí); Renato Chang, 2, jul. 2014 (diretor comercial dos Supermercados Guguy-Paranavaí); Raquel Brizola, 09, de set. 2014 (coordenadora financeira da General Mills); Tereza Higina, 11, ago. 2014 (empresária dona da Bela confecções em Nova Aliança do Ivaí); Ivonete Razente, 07, nov. 2014 (esposa do dono do Grupo Razente em Nova Esperança); Juliana Fisco, (secretária da escola Supremus- Sabidinho- Nova Esperança); Maria Zorzi, 06, out. 2014 (diretora do colégio Sagrado Coração de Jesus); Wanderlei Alves da Silva, 17 nov. 2014 (Secretário da agricultura de Nova Aliança do Ivaí); Isabel Galvão, 11; ago. 2014 (empresária dona da RH confecções em Nova Aliança do Ivaí); José Tarcísio Caixeta 11; ago. 2014. (sócio Laticínio Rancho Aliança); Darly Pedro Molossi, 11 jul. 2014 (sócio proprietário da Belatriz Artefatos de metais); Rodney Garcia, 25, out. 2014 (pecuarista em Nova Esperança); Gisele Vicentin, 7 jul. 2014(encarregada do Financeiro da Visoest); Paula Felber, 24, jun, 2014 (sócia proprietária da Felber Móveis); Rogério Sartur, 07, nov. 2014 (gerente comercial da Rede Plus); Gerson Zanusso, 11, marc. 2014. (prefeito de Nova Esperança); Augusto Mitoshi Ueno,10, maio, 2013 (proprietário da Farmácia Paraná); Tetsu Kamida 10, maio, 2013 (proprietário de mecânica em Nova Esperança); Osni Monteli, 31 maio, 2014 (gerente de Recursos Humanos do GTFoods); Vanil Pressinoti, 10, dez. 2013 (morador de Umuarama); Eliane Maria Haji, 10, dez. 2013 (professora em Umuarama); Juliana Rebelo, 8 dez. 2013 (funcionária do aeroporto de Maringá); Vilma Aparecida, 8, dez. 2013 (empresária em Umuarama); Alcides Gonçalves, 20 dez. 2013 (Morador da imediações de Paranavaí na década de 1960).

